



RELATÓRIO DE VISTORIA
INTERINSTITUCIONAL NA

VOLTA GRANDE DO XINGU

*GARANTIA DA VIDA E PROTEÇÃO DO
PATRIMÔNIO NATURAL E SOCIOAMBIENTAL
DA VOLTA GRANDE DO RIO XINGU*



ALTAMIRA, JUNHO DE 2019



Ministério Público Federal
Ministério Público do Estado do Pará
Defensoria Pública da União
Defensoria Pública do Estado do Pará

RELATÓRIO DE VISTORIA INTERINSTITUCIONAL

Garantia da vida e proteção do patrimônio natural e
socioambiental da Volta Grande do rio Xingu

Altamira, PA

2019

Ministério Público Federal

Procuradora-Geral da República

Raquel Elias Ferreira Dodge

Vice-Procurador-Geral da República

Luciano Mariz Maia

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Humberto Jacques de Medeiros

Ouvidor-Geral do MPF

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho

Corregedor-Geral do MPF

Oswaldo José Barbosa Silva

Secretário-Geral

Alexandre Camanho de Assis

Secretária-Geral Adjunta

Eloá Todarelli Junqueira

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

Nívio de Freitas Silva Filho

Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

Antônio Carlos Alpino Bigonha

Todos os direitos reservados ao Ministério Público Federal

Participantes da Vistoria:

Ministério Público Federal

Deborah de Macedo Duprat – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão
Sadi Flores Machado – Procurador da República em Altamira
Thais Santi Cardoso da Silva – Procuradora da República em Altamira
Fábio Ribeiro – Analista Judiciário do MPF em Altamira
Cristiane Carneiro – Assessora do MPF em Altamira
Igor Monteiro – Assessor do MPF em Altamira
Helena Palmquist – Assessora do MPF no Pará
Maspoli Ramos – Assessor do MPF no Pará
Robson Bentes – Técnico do MPF em Altamira
Francisco Silveira da Costa – Técnico do MPF no Pará
Ocimar Monteiro – Técnico do MPF no Pará

Ministério Público do Estado do Pará

Daniel Bona – Promotor de Justiça em Altamira
Antonio Manuel C. Dias – Promotor de Justiça em Altamira
Thiago Sanandres – Promotor de Justiça em Altamira
Fabiano O. Gomes Fernandes
Larissa Paulina Pinheiro
Palloma Pessoa
Marcos Murilo AINETTE Junior

Defensoria Pública da União

Mariana Mendes Lomeu – Defensora Pública Federal em Altamira

Renan Vinícius S Mayor – Secretário de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União

Defensoria Pública do Estado do Pará

Andreia Barreto – Defensora Pública do Estado do Pará em Altamira
Bia Albuquerque Tiradentes – Defensora Pública do Estado do Pará em Altamira
Márcio Neiva Coelho – Defensor Público do Estado do Pará
Wagner da Silva Oliveira – Técnico da Defensoria Pública do Estado do Pará
Gerlando Klinger – Assessor da Defensoria Pública do Estado do Pará

Instituições Convidadas

Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas (ONU)

Vinícius Monteiro

Embaixada da União Europeia no Brasil

Lise Paté

Conselho Nacional de Direitos Humanos

Leonardo Pinho – presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Fundação Nacional do Índio

Maria Janete A. de Carvalho
Nivaldo P. Rodrigues

Andressa Perreira

Cleber Sena dos Santos

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Luciano Bozoni Junior

Regis Fontana Pinto

Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária

Danilo Hoodson

Universidade Federal do Pará

Tatiana Pereira

Leandro Sousa

Ronaldo Adriano R. Silva

Eder Mileno

Marcos Formigosa

Débora Lopes

Bianca A. de Oliveira Pereira

Reinaldo Marchesi

Ozélia Batista

Monica Lizardo

Universidade Federal de São Carlos

Thais Mantovanelli

Convidada especial

Tania Stolze de Lima

Instituto Socioambiental

Carolina Reis

Movimento Xingu Vivo para Sempre

Ana Laide Soares Barbosa

Luiz Cláudio Brito Teixeira

Dmitria Leão

Conselho Ribeirinho do Xingu

Cléo Marcelino

Equipe de apoio operacional

Polícia Rodoviária Federal - Urbano Santos Moura

Júnior, Lessio Batista da Silva, Rodrigo Gomes dos Santos, Francisco Lusimar Marinho Rocha Júnior e Ítalo Márcio Carneiro de Oliveira

Polícia Militar: Edivaldo dos Santos Amaral, Roberth dos Santos Ferreira, Janderson Bruno de Abreu Galdino e Pedro de Sousa Lima

Capa: fotos de Mônica Lizardo e Helena Palmquist

Fotografias de: Monica Lizardo, Helena Palmquist, Gerlando Klinger, Vinícius Monteiro, Eder Mileno, Reinaldo Marchesi e Larissa Pinheiro

Edição e layout: Helena Palmquist e Murilo Hildebrand Abreu (MPF)

***Nunca tinha acontecido do
inverno virar verão***
(Gilberto Lisboa – ribeirinho)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. DETALHAMENTO DA MISSÃO.....	12
2. BREVE INTRODUÇÃO À VOLTA GRANDE DO XINGU.....	16
3. CONSTATAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DA VISTORIA.....	28
3.1 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MEDIDAS CABÍVEIS.....	35
4. RELATOS DA MISSÃO INTERINSTITUCIONAL.....	37
4.1 MEMÓRIA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA A VISTORIA INTERINSTITUCIONAL NA VOLTA GRANDE DO XINGU.....	37
4.2 DIA 01 (25/02;2019): PARTIDA DA MISSÃO: ALTAMIRA - PORTO 06.....	39
4.3 DIA 1/MISSÃO 1: ILHA DA FAZENDA e ALDEIA SÃO FRANCISCO.....	42
4.3.1 ALDEIA SÃO FRANCISCO – COMUNIDADE INDÍGENA JURUNA.....	42
4.3.2 ILHA DA FAZENDA – COMUNIDADE RIBEIRINHA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA.....	52
4.4 DIA 1/MISSÃO 2: VILA RESSACA.....	74
4.4.1 <i>ITINERÁRIO 1: VILA RESSACA E VILA DO GARIMPO DO GALO – COMUNIDADES NÃO INDÍGENAS.....</i>	74
4.4.2 ITINERÁRIO 2: PROJETO DE ASSENTAMENTO RESSACA – VILA PIRARARA.....	87
4.5 DIA 1/MISSÃO 3: COMUNIDADES DO RIO XINGU - RIBEIRINHOS.....	91
4.6 PERNOITE: Aldeia Muratu – Terra Indígena Paquiçamba e reunião com os Yudjá	111
4.7 DIA 02 (26/02/2019): PARTIDA DA MISSÃO: ALDEIA MURATU.....	117

4.8 DIA 1/MISSÃO 1: Terra Indígena Paquiçamba: Aldeias Paquiçamba, Muratu, Furo Seco e Zacaricá.....	118
4.9 DIA 2/MISSÃO 2: Terra Indígena Arara da Volta Grande.....	135
4.9.1 Aldeia Terrawangã.....	135
4.9.2 Aldeia Guariduã.....	139
4.10 DIA 2/MISSÃO 3: COMUNIDADES DAS CACHOEIRAS DO JERICOÁ.....	145
4.11 DIA 2/MISSÃO 4: Nova Conquista e Rio das Pedras – município de Anapu.....	154

5. AVALIAÇÕES DOS PESQUISADORES SOBRE AS CONSTATAÇÕES DE CAMPO

.....	168
5.1 CONSTATAÇÕES REFERENTES A VISITAS NA ALDEIA SÃO FRANCISCO, ILHA DA FAZENDA E TERRA INDÍGENA ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU. EIXO: VIOLAÇÃO FLAGRANTE DO DIREITO À SAÚDE.....	168
5.2 ALGUMAS CONSTATAÇÕES DE CAMPO – VISTORIA INTERINSTITUCIONAL REALIZADA ENTRE OS DIAS 25 E 26 DE FEVEREIRO NA VOLTA GRANDE DO XINGU.....	171
5.3 CONSTATAÇÕES DE CAMPO NA VILA PIRARARA. EIXOS: SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	174
5.4 CONSTATAÇÕES DE CAMPO. EIXO: SANEAMENTO BÁSICO.....	178
5.5 CONSTATAÇÕES DE CAMPO. AVALIAÇÃO GERAL.....	180
5.6 GUERRA POR ÁGUA: OS JURUNA (YUDJÁ) DA VGX E O PULSO DO RIO.....	182
5.7 BELO MONTE E O PROJETO DE EXPULSÃO DAS POPULAÇÕES DA VOLTA GRANDE DO XINGU: A DESTRUIÇÃO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA SILENCIOSA DE DESTERRITORIZAÇÃO.....	191
5.8 - PARECIDOS COM OS PEIXES — UM RELATO ETNOGRÁFICO DE BELO MONTE A PARTIR DE UM APELO DO POVO JURUNA DA VOLTA GRANDE DO XINGU.....	210

6. ANEXOS.....	243
Anexo I – Edital de Comunicação de Vistoria.....	244
Anexo II – Plano de ação.....	250
Anexo III – Memória da reunião de retorno (27/02/2019).....	257
Anexo IV – Artigo Científico - CONDIÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA DINÂMICA SAZONAL DE INUNDAÇÃO. A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA AQUÁTICO E MANUTENÇÃO DOS MODOS DE VIDA DOS POVOS DA VOLTA GRANDE DO XINGU.....	271

APRESENTAÇÃO

Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? Neste exame, há questões que devem ter prioridade. Por exemplo, sabemos que a água é um recurso escasso e indispensável, sendo um direito fundamental que condiciona o exercício doutros direitos humanos. Isto está, sem dúvida, acima de toda a análise de impacto ambiental numa região. (Papa Francisco, 2015, 185)¹

O presente relatório é resultado da *Vistoria Interinstitucional* realizada na Volta Grande do Xingu, entre os dias 24 e 25 de fevereiro de 2019, pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado (DPE), em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Fundo de Populações das Nações Unidas (ONU), a Embaixada da União Europeia no Brasil (EUR), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Ambientais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a participação de professores e pesquisadores que realizam pesquisas na região, além de representantes da sociedade civil com atuação na localidade.

A equipe de *Vistoria Interinstitucional* constituiu-se a partir de Edital de Comunicação expedido em atuação coordenada pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado do Pará, tendo em vista a convergência de investigações em curso em cada uma das instituições.

O ponto de partida da vistoria é a compreensão de que a Volta Grande do Xingu concentra espaço biótico e cultural único, com características naturais e socioambientais, materiais e imateriais, merecedoras da mais alta proteção, sendo que a instalação da UHE Belo Monte mediante desvio do curso do rio Xingu foi autorizada sob a condição de

1 Santo Padre Francisco. Encíclica Laudato Si: Sobre o Cuidado da Casa Comum. Roma, 2015.

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>

que seriam adotadas as medidas necessárias para a manutenção das condições de vida na região. Em especial à garantia de um hidrograma mínimo necessário à reprodução das condições ecológicas e à manutenção dos recursos naturais indispensáveis à reprodução física e cultural das comunidades residentes, indígenas e não indígenas.

Para as instituições responsáveis pela vistoria persistiam fundadas e graves incertezas a respeito do cumprimento das obrigações indispensáveis para garantia da vida na Volta Grande do Xingu, como demonstram os documentos do próprio licenciamento ambiental da hidrelétrica no que se refere ao hidrograma previsto, assim como a situação concreta de estrangulamento econômico, social e cultural vivida pelas comunidades da região, constatada já anteriormente em visitas, audiências públicas e reuniões.

À incerteza sobre a viabilidade do chamado Hidrograma de Consenso soma-se a dúvida sobre a higidez e transparência das informações veiculadas ao licenciador da UHE Belo Monte e a abertura da região para exploração dos recursos naturais em escala industrial, pelo Estado do Pará sem a devida precaução, desconsiderando instabilidade de um ambiente sob monitoramento, com risco de sobreposição descontrolada de impactos.

A *Vistoria Interinstitucional* foi pensada, por conseguinte, para que fossem verificados *in loco* o cumprimento das obrigações estatais e das ações previstas como condição para garantia da vida no Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu, bem como para verificar os aspectos naturais e socioambientais merecedores da mais alta proteção na região.

E foi organizada de modo a levar uma diversidade de olhares institucionais e científicos até as comunidades que sofrem os impactos mais severos e diretos da usina hidrelétrica de Belo Monte. Com isso seria possível unir um diagnóstico multidisciplinar ao fortalecimento da capacidade de ação das instituições envolvidas.

O que se constatou *in loco* é uma grave violação de direitos humanos, mediante atuação de uma empresa para completa modificação da vida das comunidades da Volta Grande do Xingu, a assumir uma dimensão ecocida e genocida, que deverá ser devidamente apurada.

As constatações da vistoria presentes neste relatório apontam a necessidade de intervenção imediata. Como forma de ruptura de um processo de esvaziamento populacional da Volta Grande do Xingu, por ausência de condições ambientais, sociais e econômicas para reprodução da vida. E como forma de garantir que a implementação do hidrograma previsto para o chamado Trecho de Vazão Reduzida não gere danos irreparáveis ao meio ambiente natural e socioambiental.

Mesmo antes da operação da usina em sua capacidade máxima, está evidente que o fluxo do rio Xingu na região da Volta Grande não garante o alagamento de áreas essenciais para reprodução das espécies, a indicar fundados receios quanto à higidez do Hidrograma de Consenso previsto (que imporá à região uma redução brusca da vazão atual), quando sua condição de aplicabilidade era a manutenção dos ecossistemas.

Causou perplexidade a repetição da mesma narrativa por todos os moradores, sobre o visível emagrecimento das espécies aquáticas, ao tempo em que os pronunciamentos da concessionária Norte Energia não alertavam para a problemática dessa situação.

Ao contrário, há mais de um ano e meio sem divulgar relatórios semestrais sobre os impactos do fechamento do rio sobre os indígenas, o que se verifica é um círculo vicioso em que a concessionária Norte Energia afirma não haver transformações significativas na região, nega ação mitigatória e segue livremente com sua intervenção no rio Xingu e na vida das comunidades, hoje desmanteladas.

O que se verifica *in loco* é que a vida na Volta Grande do Xingu está sendo sacrificada, e que essas populações vêm sendo testadas na sua capacidade de resistência.

Pescadores, ribeirinhos, indígenas Arara, Xipayá e Yudjá – conhecidos como povo das águas – todos ligados umbilicalmente ao rio Xingu, assistem sem compreender as transformações que se operam no seu ambiente natural e permanecem na localidade, inseguros, sem comunicação, sem navegação, sem estradas adequadas, sem fonte de renda que mitigue a perda de sua atividade principal, sem apoio para escoamento da produção e sem políticas públicas que deveriam ter antecedido o barramento do Xingu, como as obras de saneamento e fortalecimento das ações de saúde e educação.

A promessa de um plano de vida para a região permanece algo cada dia mais distante dessas populações.

Impressiona que parte das comunidades sequer é considerada como impactada e que as distinções operadas pela concessionária para acesso a direitos humilha e violenta cada um dos moradores, além de impulsionar conflitos e potencializar o sentimento de que é necessário queimar pneus e bloquear estradas para se obter algo nesse processo.

A equipe de *Vistoria Interinstitucional*, ao percorrer a Volta Grande do Xingu, acessou relatos da atuação de uma empresa violadora de direitos humanos e constatou o risco que envolve o seguimento de intervenções no rio Xingu sem as devidas cautelas para garantia de um hidrograma suficiente para a reprodução dos ecossistemas naturais, impondo-se a adoção das medidas adequadas por cada uma das instituições envolvidas,

nas suas esferas de atuação, para proteção desse ambiente natural e socioambiental e para responsabilização dos agentes violadores de direitos humanos.

O presente relatório traz um breve histórico da região da Volta Grande do Xingu e apresenta de forma detalhada cada uma das missões realizadas no contexto da vistoria, descritas por relatores que fizeram parte das equipes. Após os relatos constam as considerações de pesquisadores que acompanharam as atividades, com foco nos eixos de suas especialidades.

As constatações de vistoria foram sintetizadas neste relatório a partir das verificações *in loco* e dos pronunciamentos dos pesquisadores que acompanharam a missão, considerando eixos temáticos, definidos de modo a facilitar a definição dos encaminhamentos necessários.

Cópia do presente relatório deverá ser entregue às comunidades visitadas, uma vez definidas as medidas que serão adotadas, em cumprimento ao compromisso de retorno afirmado e como forma de garantir transparência e controle da atuação das instituições públicas que guardam responsabilidade sobre a fiscalização do processo de intervenção no rio Xingu empreendido pela concessionária Norte Energia, bem como pelas novas intervenções que vêm sendo autorizadas pelo Estado do Pará sem as garantias adequadas.

Thais Santi Cardoso da Silva
Sadi Flôres Machado
Procuradores da República em Altamira
Ministério Público Federal

1. DETALHAMENTO DA MISSÃO

A Vistoria Interinstitucional na Volta Grande do Xingu foi planejada com objetivo de verificar *in loco* os atributos naturais e socioambientais merecedores da mais alta proteção na região e o cumprimento das obrigações estatais e do empreendedor da UHE Belo Monte, consistentes na necessidade de garantia da vida na Volta Grande, como condição para o desvio do curso do rio Xingu para abastecer as turbinas da hidrelétrica.

A missão foi promovida mediante ação articulada do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado do Pará, tomando como ponto de partida as inúmeras investigações em curso nessas instituições, conforme descrito no Edital de Convocação da vistoria, anexo ao presente relatório.

Foram convidadas a participar da missão instituições que, nas suas esferas de atuação, pudessem contribuir para a garantia das condições de reprodução da vida na região, bem como para proteção do patrimônio material e imaterial atualmente em risco.

Foram ainda convidados a participar da missão na Volta Grande do Xingu as instituições responsáveis pelo licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e professores e pesquisadores que tenham trabalhos com a temática da região.

Participaram da missão:

Ministério Público Federal

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Ministério Público do Estado do Pará

Defensoria Pública da União

Defensoria Pública do Estado do Pará

Conselho Nacional de Direitos Humanos

Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas

Embaixada da Comunidade Europeia no Brasil

Universidade Federal do Pará

Movimento Xingu Vivo para Sempre

Fundação Nacional do Índio

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

No total, 60 pessoas representando as instituições participaram da vistoria, que ocorreu durante dois dias, 25 e 26 de fevereiro de 2019, percorrendo trechos por estrada e por rio nos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu. Foram convidados a acompanhar a inspeção representantes do Governo Federal, do Governo do Estado do Pará e dos Governos dos municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu, bem como da concessionária Norte Energia S.A.

Antes dos trabalhos de campo, foi realizada reunião no dia 24 de fevereiro de 2019, no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, onde foram expostos o planejamento e a organização dos trabalhos, bem como o detalhamento do Plano de Ação.

A metodologia da vistoria consistiu na consolidação de um olhar qualificado para aproximação das condições de vida no chamado Trecho de Vazão Reduzida do Rio Xingu, mediante visita a 25 comunidades da Volta Grande atingidas pelos impactos da UHE Belo Monte, com reuniões pré-agendadas para ouvir os moradores; visitas aos equipamentos públicos de saneamento, saúde e educação; conversas com lideranças locais e observações sobre a situação ecológica e social através dos pesquisadores participantes. Tudo foi registrado em fotos, áudios, vídeos e por escrito.

No planejamento da Vistoria, foram consideradas diversas questões, tendo em vista a importância da Volta Grande do Xingu como espaço biótico e cultural de características naturais e socioambientais, materiais e imateriais únicas, portanto merecedoras da mais alta proteção; e a condição de instalação da UHE Belo Monte, mediante o desvio do curso do rio Xingu, de que fosse garantida a sustentação da vida no chamado Trecho de Vazão Reduzida, em especial mediante um hidrograma mínimo suficiente à reprodução das condições ecológicas da região e à manutenção dos recursos naturais necessários à reprodução física e cultural das comunidades residentes, indígenas e não indígenas.

Para o alcance dos objetivos da missão e melhor qualidade nos diálogos com as comunidades, foi necessária a divisão das equipes de vistoria, em grupos constituídos de modo a garantir um olhar qualificado e multidisciplinar para todas as situações, bem como a presença institucional de promotores, procuradores e defensores públicos com atribuição sobre as diversas localidades. Deste modo as equipes foram acompanhadas de

especialistas nas diversas áreas, com fito de garantir a melhor tradução possível dos cenários encontrados.

A missão contou com apoio da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal, que acompanharam todas as equipes de vistoria.

Conforme Plano de Ação anexo ao presente relatório, foram visitadas as seguintes comunidades, com pernoite na Terra Indígena Paquiçamba:

Vila Pirarara (Projeto de Assentamento Ressaca)

Vila Ressaca

Vila Ouro Verde e Itatá

Vila do Garimpo do Galo

Aldeia São Francisco

Ilha da Fazenda

Comunidade São Pedro/Caitucá

Comunidade Landi

Localidade Ituna

Localidade Bacajaí

Aldeia Paquiçamba (Terra Indígena Paquiçamba)

Aldeia Muratu (Terra Indígena Paquiçamba)

Aldeia Furo Seco (Terra Indígena Paquiçamba)

Comunidade Mayca (Terra Indígena Paquiçamba)

Aldeia Terra Wangã (Terra Indígena Arara da Volta Grande)

Aldeia Guari Duã (Terra Indígena Arara da Volta Grande)

Aldeia Itikon (Terra Indígena Arara da Volta Grande)

Comunidade Rio das Pedras

Vila Izabel

Lote 94

Comunidade Nova Conquista

Comunidade dona Odete Curuaya

Comunidade dona Warislene

Comunidade dona Miriam Xipaya

Comunidade Xipaya vizinha às instalações da mineradora Belo Sun

Após a vistoria, no auditório da UFPA em Altamira, nova reunião ocorreu no dia 27 de fevereiro para apresentação das constatações preliminares e definição de encaminhamentos emergenciais, considerando as atribuições das diversas autoridades envolvidas. Para a reunião de retorno, foram convocados representantes do Governo Federal, do Governo do Estado do Pará e dos Governos dos municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu, como também, novamente, a concessionária Norte Energia S.A. A reunião de retorno foi presidida pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat.

2. BREVE INTRODUÇÃO À VOLTA GRANDE DO XINGU²

Digam-nos: qual é o nome deste rio? “Este rio não tem nome. Dizemos simplesmente Iya ithabĩ (rio ou canal principal de uma bacia hidrográfica).

Digam-nos: o que quer dizer seu nome? “Nosso nome, Yudja, nós o temos porque somos deste rio, porque nós outros fomos criados neste rio”. (Lima, 1995, página 65)³

Através do curso de 130 quilômetros de rio, o terceiro maior tributário do Amazonas cai 90 metros e muda o curso por volta de 90 graus em três grandes curvas. A serpentina do caminho da Volta Grande marca a fuga do Xingu da beirada norte do Escudo Brasileiro (acima). A primeira volta está em frente a cidade de Altamira, onde um limiar de basalto interrompe o curso do rio e o envia à direção sudeste. Abaixo de Altamira, o Xingu é brevemente um canal singular de dois quilômetros de largura. Assim que entra na Volta Grande, o Xingu rapidamente se desenreda em largas e estreitas tranças vagamente tecidas em ilhas e bancos de areia. Na ponta sul da Volta Grande, o curso do Xingu é novamente interrompido, dessa vez pelo limite noroeste do cinturão de granito das Três Palmeiras. Aqui, na segunda maior volta do Xingu, o curso inteiro do rio é redirecionado à nordeste na porção final da Volta Grande. (Sabaj Perez, 2015, sem paginação) ⁴

O cenário da Volta Grande do rio Xingu, em Altamira, oeste do Pará, era, até a primeira década do século XXI, um deslumbrante labirinto de ilhas, praias, pedrais e florestas alagáveis. As características ecológicas ímpares da região, em que o rio Xingu faz uma acentuada curva para baixo, logo após a cidade de Altamira, conformaram durante séculos um conjunto de ecossistemas singulares, lar de espécies endêmicas como o acari-zebra e de sociedades indígenas e ribeirinhas com modos de vida em permanente

2 Por Helena Palmquist (MPF)

3 Stolze Lima, Tania. A Parte do Cauim etnografia juruna. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995

4 Do original: “Over the course of 130 river kilometers, the third largest tributary to the Amazon falls 90 meters and changes course by about 90 degrees in each of three major bends. Volta Grande’s serpentine path marks the Xingu’s departure from the northern rim of the Brazilian Shield (above). The first bend is at the riverfront city of Altamira, where a basalt sill halts the Xingu’s northerly course and sends it in a southeasterly direction. Just below Altamira, the Xingu is briefly a singular channel two kilometers wide. As it enters Volta Grande, the Xingu soon unravels into large and small braids loosely woven through countless lens-shaped islands and shoals. At the southern end of Volta Grande, the Xingu’s course is again disrupted, this time by the northwestern limits of the Três Palmeiras greenstone belt. Here, at the Xingu’s second major bend, the entire river is redirected northeasterly into the downstream half of Volta Grande”. Sabaj Perez, Mark. Where The Xingu Bends and will soon break. American Scientist, November-December 2015, Volume 103, Number 6, Page 395. Disponível em: <<https://www.americanscientist.org/article/where-the-xingu-bends-and-will-soon-break>>

auto inserção nas tramas multiespécie que compõem esses ecossistemas, na formulação de Tânia Stolze de Lima.⁵

A ocupação da Volta Grande do Xingu ao longo da história de colonização da Amazônia foi sendo alterada pela afluência de migrantes que, em ondas que acompanhavam os grandes ciclos de invasão de territórios até então indígenas, formaram o que são hoje cerca de 25 comunidades, de indígenas em territórios demarcados (os Arara da Terra Indígena Arara da Volta Grande, os Juruna da Terra Indígena Paquiçamba e os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá); de indígenas ribeirinhos em terras ainda não demarcadas, como as comunidades de São Francisco (Juruna Yudjá) e do Jericoá (Xipayá e Curuaia); de ribeirinhos, indígenas, garimpeiros e agricultores, como as da Ilha da Fazenda e das Vilas Ressaca, Galo, Itatá, Caitucá e outras.

As ondas colonizatórias foram iniciadas em meados do século XVII por missionários que aldearam e tentaram promover a catequização de vários povos no médio Xingu; seguidas por patrões da borracha que promoveram os chamados descimentos, capturando indígenas para o trabalho escravo no século XIX; o estabelecimento de comunidades que se dedicavam ao garimpo, à extração madeireira ou à captura de felinos para a venda de peles (os chamados gateiros) após a suplantação da borracha amazônica pelos plantios asiáticos no mercado internacional; e a grande afluência de migrantes em busca de terra durante a ditadura militar, na abertura da Transamazônica, com a política de atração e contato instalada no chamado “milagre econômico” da década de 1970.

O resultado dos séculos de colonização se traduziu em toda a região do médio Xingu, que a Volta Grande integra, em genocídio indígena, com todas as constantes do processo genocida presentes: desterritorialização de povos (caso dos Xipayá, Curuaia, Juruna Yudjá e Arara); imposição de trabalho escravo (para todas as etnias); epidemias que provocaram mortandades significativas (como no caso dos Araweté e Arara); interdição da língua e dos costumes (caso dos Juruna Yudjá e dos Arara) e inúmeros massacres, sobretudo durante os períodos das missões e dos seringais.

O Padre Torquato propiciou a primeira observação etnográfica valiosa dos Juruna, feita em 1842, pelo príncipe Adalberto da Prússia, cujo livro de viagem (Brasil: Amazonas, Xingu) é uma obra-prima. Segundo Adalberto, aquele Padre estimava em 2000 a

5 Lima, Tania Stolze, comunicação pessoal em 28/05/2019.

população Juruna de nove aldeias, situadas entre Tavaquara e Piranhaquara (a montante).

1863 (apenas 20 anos após a visita do príncipe Adalberto): os Juruna somam 250.

1884: viagem de von den Steinen. Pouco mais de 200 Juruna habitam cinco aldeias localizadas entre Piranhaquara e Pedra Seca (a montante).

1896: viagem de Henri Coudreau. Os Juruna vivem circunstâncias que levam o viajante francês a anunciar a iminência de extinção desta tribo “ainda primitiva”. Estima sua população em 150 e informa que ela consiste em dois grupos, além de diversos indivíduos em condição de “propriedade” de seringalistas. Um dos grupos vive em Praia Grande, nas proximidades da atual Altamira, em torno de um chefe chamado Murato; o outro vive, ou erra, a grande distância da Volta Grande, a jusante da foz do rio Fresco até a Cachoeira Comprida. Coudreau não os conheceu senão por vestígios muito recentes, como sua aldeia recém abandonada e seus acampamentos. (...)

1910: o seringalista Constantino Viana se estabelece a jusante de Pedra Seca e subordina os Juruna.

1916: Nimuendaju trava conhecimento com um bando de Juruna em Altamira, colhe uma lista de palavras e faz um levantamento de sua população: 50 pessoas, chefiadas por Máma. No mesmo período, a população do grupo que vive na Volta Grande é estimada em 15 pessoas. Segundo Nimuendaju, naquele ano os Juruna acabavam de abandonar a Pedra Seca para se estabelecer bem a montante, na Cachoeira Von Martius. Numa carta de 1920 (publicada recentemente), endereçada ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ele resume brevemente o estado de “alguns restos de tribos [Assurini, Arara, Juruna, Shipaya e Kuruaya], míseros despojos que a onda dos caucheiros não afogou no seu avanço brutal”, registrando um fato que, apesar de recente, os Juruna nunca mencionaram para mim: a experiência junto aos Brancos no rio Fresco (onde se acredita que os Brancos foram criados): “Os Juruna, antigamente a tribo mais importante do Xingu, sofreu todo o peso do avanço dos seringueiros. Especialmente o pessoal do Crl. Tancredo Martins Jorge, na boca do rio Fresco cometeu, do assassinato para baixo, toda sorte de crimes contra estes pobres, até que eles se revoltaram e fugiram, chefiados pelo seu Tuxáua Máma, para além das fronteiras do Mato Grosso, onde se estabeleceram numa ilha acima da Cachoeira de Martius. Lá os encontrou Fontoura quando em comissão da Defesa da Borracha desceu o Xingu do Mato Grosso em 1913 (?). Em seguida os Juruna fizeram as pazes com o seringueiro Major Constantino Viana, da Pedra Seca, que com eles tripulou as suas embarcações em 1916 e desceu a Altamira onde em poucos dias morreram 11 dos Juruna. Quando os sobreviventes voltaram com esta notícia o velho Máma fugiu com o resto novamente rio acima, e ninguém sabe hoje do

paradeiro deste bando que se compõe de umas 40 cabeças. Um outro bandozinho, a família do Tuxáua Muratú, umas 12 pessoas, conservou-se, protegido pelas terríveis cachoeiras da ‘Volta’ do Xingu, no Salto Jurucuá, pouco abaixo da boca do Pacajá” (Nimuendaju, 1993: 151). (Lima, 1995, páginas 67 a 69)

O Salto Jurucuá referido por Nimuendajú no texto citado são as Cachoeiras do Jericoá que Aauto Arara, em seu depoimento durante a Vistoria Interinstitucional promovida pelo MPF, intitula a “barragem natural” que os peixes sempre souberam transpor quando havia cheia na Volta Grande do Xingu. A cheia e a seca; a vazante e a enchente. Sempre foram, ao longo de três séculos de colonização genocida na região do médio Xingu, mesmo com invasões, guerras, aldeamentos, descimentos, massacres e interdições racistas, as marcações do tempo da vida para o arranjo multiespécies que ali conseguiu permanecer ao longo dos séculos.

Na etnografia de Tânia Stolze Lima sobre os Juruna, registra-se a importância do regime de águas no modo de vida desse povo.

A vida econômica dos Juruna se desenvolve em estreita articulação com o regime das chuvas, em sua determinação do nível do rio tanto quanto em sua ligação com o movimento geral de renovação da natureza. Os Juruna distinguem duas estações, “tempo da chuva” (outubro-abril) e “tempo da seca” (maio-setembro), também caracterizadas como “tempo da cheia” e “tempo da vazante”. A noção de cheia é utilizada para a contagem dos anos: “passaram-se duas cheias” corresponde aproximadamente a passaram-se dois anos. Com efeito, sob a perspectiva do ritual, parece legítimo encarar abril como o período de passagem para um novo ano. As chuvas diminuem sensivelmente, a vazante se inicia marcando o tempo da colheita da mandioca nova, dita propiciar um cauim de grande força embriagante, e que é de direito dedicar aos mortos. (Lima, 1995, páginas 96-98)

O antropólogo Antônio Carlos Magalhães, na histórica publicação Tenotã-Mõ, de 2005, também apontava a importância da diversidade étnica na região do médio Xingu⁶ e a

6 A região do médio Xingu notabiliza-se por se constituir no que pode ser considerado uma grande província multiétnica, reunindo povos pertencentes a três dos quatro macro-troncos lingüísticos existentes no Brasil – Tupi, Jê e Karib; não existindo apenas falantes de língua Aruak. Tal fato torna essa região, que se insere no que Galvão [1979 (1959)] denominou de “área cultural Tocantins-Xingu”, excepcionalmente representativa da diversidade lingüística e cultural dos indígenas na Amazônia brasileira e especialmente no estado do Pará. Assim, pertencentes ao tronco lingüístico tupi são encontrados os povos indígenas - Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e Xipaya. De língua jê, tem-se os Kayapó, os Xikrin do Bacajá e os Kararaô, os dois primeiros bastante populosos. De língua karib, os Arara que, por sua vez, estão distribuídos em dois grupos distintos: aqueles contatados pela FUNAI em meados dos anos oitenta do século passado, residentes nas Terras Indígenas Arara e Cachoeira Seca, e aqueles que entraram em contato com a população regional em fins do século XIX e princípios do século XX, conhecidos hoje como Arara do Maia. Além dos índios aldeados, encontram-se

complexidade dos impactos e danos que poderiam advir para os grupos, quando considerados os diversos graus de contato com a civilização envolvente, bem como as relações próprias de cada povo com o rio, as condições ecológicas e suas estratégias de sustento. Tais povos, diz o especialista, estabeleceram atividades econômicas no âmbito de suas relações interétnicas conjugadas às estações de chuva e de seca da região amazônica.

A questão da geração de renda entre esses índios é particularmente importante se tomarmos em conta a vulnerabilidade em que eles se colocam frente a sociedade regional e à dependência que daí deriva. Isto significa reconhecer que as alterações territoriais incidem sobre uma gama de relações inter e intraétnicas no âmbito de um espaço social extremamente frágil. Portanto é preciso estar claro que as mudanças socioambientais que venham a existir sejam no sentido de viabilizar contextos sociais, econômicos e ambientais positivos que possibilitem uma melhor adequação quer no controle do território, quer na geração de renda entre os índios (Magalhães, 2005, página 259)

No mesmo volume, Oswaldo Sevá, um dos organizadores da obra, descrevia a Volta Grande do Xingu como “um dos maiores monumentos fluviais do país ainda não destruídos e pouco mexidos.

O trecho chamado de Volta Grande do rio Xingu, é algo tão peculiar, que talvez seja único na Amazônia, nestas dimensões. O formato do rio indica isto: o Xingu vem lá de MT, descendo sempre do Planalto Central e seus patamares, num rumo geral para o Norte, para desembocar no rio Amazonas. Ao chegar em Altamira seu rumo está um pouco inclinado para a direita, no sentido Nordeste, e aí o rio dobra quase 90 graus como se tivesse sido “obrigado” pela geomorfologia do planeta, pelo seu relevo neste trecho. Como se o rio tivesse que se desviar do escudo cristalino do Planalto Central Brasileiro, até encontrar passagens para atravessar esta beirada rochosa, esse degrau mais baixo deste extenso Planalto brasileiro, onde ele chega o mais perto possível da margem direita do rio Amazonas. (Sevá, 2005, página 192)

As riquezas únicas da região foram reconhecidas oficialmente também pelo Estado brasileiro, que incluiu a Volta Grande do Xingu como área de “importância biológica

nas sedes municipais, como Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, grupos ou famílias constituídos por alianças matrimoniais interétnicas ou não, acerca dos quais as informações existentes são ainda preliminares e não sistemáticas. Há também grupos indígenas isolados, que se encontram em três áreas: na Terra do Meio, entre os Rios Iriri e Xingu e a Transamazônica; entre os Rios Iriri e Curuá e daí até a Br-163, e na Bacia do Rio Bacajá (Magalhães, Antonio Carlos. Índios e barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu. In: Tenota-mô, 2005, página 257)

extremamente alta” para conservação da biodiversidade, em portaria do Ministério do Meio Ambiente de 2007. A classificação integrava o Mapa das Áreas Prioritárias para Conservação, publicado e atualizado pelo MMA com base em recomendações da Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas⁷.

Em texto⁸ publicado na revista *American Scientist* na edição de novembro-dezembro de 2015, Mark Sabaj Perez descreve de que modo a formação geológica e o regime hidrológico se combinaram na Volta Grande do Xingu de maneira a assegurar “performances brilhantes” de especiação e adaptação para um conjunto de mais de 450 peixes de 48 famílias, sendo que o mais conhecido, o acari-zebra batizado por suas listras em preto e branco, é o arquétipo do hobby de criação de peixes tropicais, famoso no mundo inteiro e fonte significativa de renda para os moradores da região.

Mas tudo mudaria com Belo Monte.

Antes intitulado Kararaô, o aproveitamento hidrelétrico da queda natural existente na Volta Grande do Xingu é um projeto desenhado na ditadura militar brasileira, a partir de estudos de engenharia realizados pelo CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores. Criada em 1959 por professores da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), a empresa foi comprada em 1969 pelo Grupo Camargo Corrêa e passou a projetar as hidrelétricas construídas pela empreiteira durante e após a ditadura, inclusive a de Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará.

Em 2010, a CNEC foi adquirida pelo grupo australiano WorleyParsons, consultoria de energia que atua em 45 países nos cinco continentes. Mesmo passando para as mãos de outro grupo econômico, a CNEC permaneceu com projetos no Xingu e Tapajós. Ela foi contratada pela Norte Energia para a implantação e gerenciamento de programas socioambientais da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu. Também foi a CNEC WorleyParsons Engenharia a responsável por elaborar o EIA/RIMA da usina São Luiz do Tapajós, finalizados ano passado. (Maciel, 2015, sem paginação)

O desenho inicial feito pela CNEC previa um alagamento da ordem de um milhar de quilômetros quadrados, metade dos alagamentos provocados no Tocantins (PA), com

⁷ Em março de 2019, durante a confecção deste Relatório de Vistoria, o Ministério do Meio Ambiente retirou de seu site na internet, sem explicações à sociedade, todo o conteúdo relativo às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade.

⁸ Disponível em: <<https://www.americanscientist.org/article/where-the-xingu-bends-and-will-soon-break>>
Acesso em: 28 de fevereiro de 2019

Tucuruí e no Uatumã (AM) com Balbina, para a região de Altamira. Diante da forte resistência de movimentos indígenas e ambientalistas, materializados na célebre imagem de Tuíra Kayapó encostando o facão no rosto de um resignado diretor da Eletronorte, no Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989; e também da pequena capacidade de financiamento dos organismos financeiros nacionais, o desenho inicial foi abandonado.

Por volta do ano 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, já rebatizada de Belo Monte, a usina foi novamente anunciada como um projeto estatal, com a contratação da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Pará (Fadesp) para a realização de estudos de impacto ambiental. A tentativa foi frustrada mais uma vez por uma combinação de fatores: persistia a pequena capacidade de financiamento do país, em uma época de cortes nos investimentos públicos e, ao mesmo tempo, o MPF no Pará passou a questionar o projeto com base na ausência de autorização do Congresso Nacional e de oitivas aos indígenas, garantias inscritas na Constituição brasileira. Esse questionamento judicial, que resultou em derrota do projeto de Belo Monte em todas as instâncias do poder Judiciário, consiste na primeira ação civil pública do MPF contra a usina, de 29 processos que depois se seguiram.

Em abril de 2005, na sede do MPF no Pará, a cúpula do setor elétrico brasileiro, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, foi recebida pelo procurador da República Felício Pontes Jr., autor da primeira ação contra Belo Monte. Entre os visitantes, Adhemar Palocci, então diretor da Eletronorte, e Valter Cardeal, diretor da Eletrobrás. Acompanhada de advogados e técnicos, a dupla queria saber quais os empecilhos jurídicos para o avanço do projeto da usina. Em resposta, o procurador tentou explicar as exigências constitucionais para a empreitada, incluindo-se a necessidade de consulta aos indígenas afetados, só após a qual deveria haver autorização do poder Legislativo para o início dos estudos. Não foi ouvido, como demonstra a sucessão de fatos após a reunião.

Ato contínuo, no mesmo mês, o governo federal propôs e o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo 788/2005, que autorizou os estudos de impacto de Belo Monte no rio Xingu, em tramitação que foi caracterizada por um parlamentar como “projeto relâmpago”, tamanha a rapidez⁹, e por isso mesmo sem a necessária oitiva aos povos

9 Das notas táquigráficas da sessão do Senado: “O Sr. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) ... A única observação que quero acrescentar no meu aparte é a seguinte: estou na Casa há mais de sete anos, e há projetos que estão aqui desde que cheguei e não saem das comissões, não andam. São projetos de vários para não

afetados, prevista tanto na Constituição brasileira quanto na Convenção 169 da OIT. O novo desenho do aproveitamento hidrelétrico foi apresentado à sociedade brasileira, a partir de então, como inovador. Batizada de usina a fio d'água, Belo Monte passou a ser propagandeada como um exemplo de respeito aos direitos socioambientais porque o reservatório deixaria de inundar mais de mil quilômetros quadrados e, em troca, a água da Volta Grande do Xingu seria desviada para uma área de comunidades agrícolas (removidas, por consequência), onde foi construído o chamado Reservatório dos Canais. A propaganda orgulhosamente dizia que “nenhuma terra indígena será alagada”; mas propositalmente omitia que pelo menos três terras indígenas seriam desidratadas.

Desidratadas é o termo utilizado por Mark Sabaj Perez em texto já citado em que previu para a Volta Grande do Xingu as consequências desastrosas do arranjo de engenharia que o setor elétrico brasileiro publicizava como inovador e ambientalmente correto.

Belo Monte vai afetar diretamente pelo menos 170 quilômetros do canal do rio Xingu por inundar quase metade dessa metragem e desidratar o restante. A resposta dos peixes de corredeiras à porção inundada é tão clara quanto as águas do próprio Xingu – eles terão declínio em números, isso se não desaparecerem. Menos claro é o destino dos peixes que habitam à jusante do reservatório e acima de Belo Monte, onde a água desviada voltará a se encontrar com o leito principal do rio. Isso dependerá de quanta água será liberada, para correr livre abaixo do reservatório (Perez, 2015, sem paginação) ¹⁰

Os alertas sobre os riscos do hidrograma previsto pela Volta Grande do Xingu foram muitos e precederam em anos e até décadas a efetiva instalação da usina de Belo Monte. Ora chamado em documentos técnicos de “hidrograma de consenso”, ora de “vazão ecológica”, o fato é que o novo regime de águas foi imposto pelo empreendimento e pelo órgão licenciador como uma realidade a qual não caberia questionamento. A Volta Grande

dizer de todos os senadores. E esse projeto, por incrível que pareça, foi apresentado no dia 8 de julho, na semana passada. Faz quatro dias que esse projeto foi aprovado na Câmara e vamos aprová-lo aqui no Senado hoje. Eu nunca vi isso! Manifesto apenas minha admiração... Eu queria encaminhar desde a oportunidade que tive de encaminhar a urgência, mas queria saber o motivo de tanta urgência. Isso não bate!... Essa história de que Belo Monte vai resolver o problema do apagão... Essa obra é para dez anos, como disse o Presidente José Sarney, ou para quinze ou vinte anos. Então, o motivo não é o apagão. Eu gostaria apenas de saber – e que alguém me explicasse como – se houve um projeto mais rápido, mais relâmpago do que esse na história do Congresso Nacional... Temos de fazer de forma, não digo correta, mas transparente. Não é possível, em uma sessão como a de hoje, chegar aqui de pára-quedas o projeto, e temos de votá-lo hoje. Por que tem que ser hoje? Em quatro dias! É recorde mundial. Com certeza esse projeto vai para Guinness Book...”

¹⁰ Do original: “Belo Monte will directly affect at least 170 river kilometers of the Xingu channel by flooding nearly half that stretch and dewatering the rest. The response of rapids-loving fishes to the inundated portion will be as clear as the Xingu itself—they will decline in number if not disappear. Less clear is the fate of fishes inhabiting the Xingu below the reservoir and above Belo Monte, where the diverted water rejoins the main channel. That will depend largely on how much water is allowed to spill freely below the reservoir.”

do Xingu foi rebatizada como Trecho de Vazão Reduzida e como tal, deveria se submeter a um período de testes, de seis anos a contar de 2019 (caso as obras da usina sejam efetivamente concluídas nessa data).

Ainda que tenham pouco ou nenhum conhecimento do que significa o hidrograma, os moradores da região compreendem desde muito tempo o significado de uma vazão reduzida e por esse motivo muitas vezes ao longo desse relatório vão se referir ao território onde habitam, alguns milenarmente, como um “cemitério de peixes”, “armadilha para peixes”, “enche-vaza”. Os mais velhos constantemente repetem com tristeza que “não é mais o mesmo rio”, “o rio está morto”, “esse não é o rio onde me criei”.

Os depoimentos dados pelos moradores às equipes da Vistoria Interinstitucional em fevereiro de 2019, dolorosos pelo que em si representam, se transformam em testemunhos de barbárie e brutalidade a partir do momento em que são visitados alertas e avisos antigos, muito anteriores à concessão de licenças para Belo Monte, muito anteriores às obras e anteriores ao momento em que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) aceitou renomear a Volta Grande do Xingu e violar o regime de águas que permitiu por séculos o equilíbrio da vida. Os moradores da região mesmo, em carta de 10 de maio de 2002, rogaram.

Carta da Volta Grande do Rio Xingu sobre o projeto de Belo Monte. Volta Grande do Rio Xingu, 10 de maio de 2002. Nós, moradores da Volta Grande do Xingu (povos indígenas, ribeirinhos e agricultores) manifestamos ao povo brasileiro, nossas preocupações com o projeto de construção de barragens no rio Xingu. Seremos as pessoas mais afetadas com esse complexo, pois teremos que deixar nossas casas e nossa terra, onde foram investidas as energias de nossos ancestrais, para aventurar uma nova vida em outro lugar que não sabemos onde será. Teremos que começar tudo de novo. Coisas que levamos anos, e até gerações para construir, sendo obrigados a mudar nossa cultura e o nosso jeito de viver. Sabemos que, em todos os lugares onde foram construídas, as barragens aumentaram a pobreza dos que já tem pouco e tornaram-se negócios de altíssima lucratividade para as empreiteiras, indústrias de cimento e maquinários e para os mais ricos. No caso de Belo Monte, a usina será vendida antes mesmo de ser construída, lançando nossa sorte nas mãos das empresas estrangeiras que vão explorar a usina. Em Lageado (TO) e Manso (MT), barragens que foram vendidas para empresas privadas, as populações atingidas vêm enfrentando muita luta e humilhação para negociar as suas indenizações. Em Tucuruí, bem perto de nós, 17 anos depois de inaugurada, muitas famílias lutam na justiça para conseguir indenização, e as que já foram indenizadas ainda não conseguiram

se estabelecer em paz em suas novas propriedades. Não queremos essa desgraça para nós. (Tenotamõ, 2005, página 330)

No mesmo volume Tenota-mõ, de 2005, Oswaldo Sevá e Reinaldo Corrêa Costa, de pontos de vista diversos, afirmavam o que a Volta Grande se transformaria no regime de eterno verão imposto por Belo Monte.

Com o rio sempre “no Verão”, quando vier o Verão mesmo, seria muito pior, uma situação inédita para todos os seres vivos: como ficarão os peixes, retidos nas poças, sem chance de circular, de nadar contra a correnteza? E os carizinhos dourados que todos querem vender para o exportador, sumirão? O mosquito da pedra todos temem que prolifere ainda mais, faz sentido, ele sempre aumenta no verão. Moluscos há muitos nos bancos de areia, podem dominar ou desaparecer? E os pássaros que os comem? E as cobras e quelônios que estão sempre por ali? E as abelhas que ficam na florada dos arbustinhos das restingas? De tudo que pude observar “in loco”, talvez, se houver o barramento, o ex- rio no seco, facilitaria para os garimpeiros, pois a lâmina d’água sempre seria menor do que hoje, os mergulhadores poderiam ficar mais no raso, ou até, desnecessários, pois em muitos trechos, o fundo do rio estará quase sempre à mostra. Podem até procurar ouro com menos dificuldade e menos custo, só que também eles precisam de água para beber e lavar seu cascalho, sua bateia; e, suas dragas precisam de rio navegável para se deslocar de um ponto a outro de garimpagem. As pilhas de seus rejeitos, que já afloram atualmente ficarão como pirâmides ao longo do leito antigo do rio. Para os que moram nas barrancas e mesmo para dentro, mas próximos do rio, haveria um transtorno grande, aumento de despesas com a captação de água, e talvez algum colapso em várias das casas e comunidades que usam água de poço. Isto porque o lençol freático no verão fica em geral no nível de 6 a 8 metros abaixo do solo, contando-se a partir das barrancas altas do rio, onde ficam as casas. Se o rio estiver barrado com a vazão bem mais baixa que o usual, estes lençóis podem baixar metros e metros, e alguns podem secar de vez. Neste panorama, a chegada na calha do riozão, das vazões de descarga vindas de alguns igarapés como o Ituni, o Itata, o Pacajaí, não muda muito este tipo de estiagem inédita. Na confluência do rio Bacajá com o Xingu, o encontro das vazões dos dois rios produz atualmente algo tipicamente amazônico: no verão, o rio Bacajá vindo com pouca água pela margem direita, escorre lentamente para dentro do Xingu também com pouca água; no inverno, o Xingu pode vir com tanta força que ao invés do Bacajá despejar a sua água ali naquele ponto, o Xingu é que invade o afluente e formará uma barreira hidrodinâmica, uma espécie de freio, que o povo e os engenheiros chamam de remanso. No rio Bacajá, este fenômeno de remanso se prolonga por dezenas de km rio adentro, passando pelos primeiros grandes meandros(Fazenda São João e Pedra do Indio), mas talvez não altere o comportamento do

rio mais acima, na Fazenda Cipaúba e bem mais acima, na Aldeia Urubu. De toda forma, este remanso poderia nunca mais existir, se de fato forem liberadas no Xingu as tais vazões ínfimas, por exemplo, 15 a 20 % da vazão normal no inverno. O Bacajá chegaria com a sua vazão usual, e escorreria direto no Xingu, sem qualquer resistência ou amortecimento; no trecho final do Bacajá, durante o Inverno, haveria no lugar do remanso que atualmente se forma, uma correnteza mais veloz e um aumento na erosão das barrancas. (Sevá, 2005, páginas 195 e 196)¹¹

Outro tipo de campesinato é o dos ribeirinhos, que constituíram suas vidas historicamente ao longo da Volta Grande do Xingu, em contatos interétnicos com os índios e tornaram-se beiradeiros, aqueles que se formaram ao longo do período colonial até hoje. A maior parte dos ribeirinhos da Volta Grande do Xingu mora no trecho em que segundo os planos oficiais ficará com as “águas baixas”. Para aqueles que têm como base do modo de vida a sazonalidade fluvial, entre outras, isso é um golpe duríssimo, pois a dinâmica do rio (enchente-vazante) é quebrada, o que desestruturaria toda a relação de trabalho relacionada ao rio, principalmente a pesca. Como ficará a reprodução social desse grupo sem a pesca que é a base das relações comerciais de mercado, que em sua circulação ficará alterado. Se atualmente o peixe é levado via fluvial para Altamira, após a conclusão da obra será modificado para fluvial, terrestre, fluvial, encarecendo o produtor ribeirinho que também vende, farinha, frutas mandioca e necessita de gelo para armazenar o peixe. Nesse caso, a reprodução social deste é afetada pelo estrangulamento da circulação, pois entre os produtos e o mercado existem os caminhos de função além do mero escoamento de produção, que não é só econômico, é social e político. Para aqueles que terão de sair da beira, estes vão para qual lugar? Para longe dos rios?, terão e se adaptar, à força, aos pequenos e estreitos córregos, grotas ou cursos d’água, causando um estranhamento e cerceamento do modo de vida de ribeirinho para agricultor, como aconteceu em Tucuruí? Quais serão as bases para o (re) assentamento? Para os que ficarem, vale lembrar que o leito do Xingu é repleto de rochas que nos espaços entre elas e nas diáclases formam-se poças d’água parada de várias dimensões que são propícias originalmente a reprodução do localmente denominado carapanã-da-pedra, o que irá acontecer sem o período de cheia do rio? Uma explosão reprodutiva de insetos inviabilizando a ocupação humana, como aconteceu no rio Tocantins ? (Costa, 2005, páginas 273-274)¹²

11 Sévá, Oswaldo. A lógica da Volta Grande adulterada: conseqüências prováveis afetando moradores urbanos, rurais e ribeirinhos em Altamira e municípios vizinhos; efeitos possíveis para os arquipélagos, pedrais, cachoeiras, e na “ria” do baixo Xingu. In: Tenota-mô, 2005, página 192.

12 Corrêa Costa, Reinaldo. Dias de incertezas: o povo de Altamira diante do engodo do projeto hidrelétrico de Belo Monte. In: Tenota-mô, 2005, página 266.

Parecem premonições, mas na verdade, são apelos e análises científicas e técnicas que demonstram que a tragédia socioambiental registrada nas páginas desse Relatório foi premeditada.

Depois que Belo Monte estiver operando, os barrageiros irão determinar o ciclo hidrológico do Xingu para maximizar a eficiência da produção hidrelétrica. A quantidade de água recebida pela Volta Grande vai imitar flutuações sazonais, mas em um nível muito menor do que a média para o Xingu e sem as variações naturais entre as estações da cheia e da vazante. A severa e crônica atenuação do pulso de inundação do Xingu vai isolar permanentemente os habitats aquáticos periféricos do fluxo principal, o que vai os tornar impróprios para muitas espécies. Além disso, o pulso anual de inundação do Xingu é provavelmente a característica mais biologicamente produtiva do ecossistema do rio. A resposta final dos habitantes da Volta Grande ao novo regime é parte de um grande experimento que nenhum biólogo arriscaria. Os resultados poderão ser catastróficos. (Perez, 2015, sem paginação)¹³

O que Perez disse em 2015 é uma previsão que coincide com todos os testemunhos tomados durante a Vistoria Interinstitucional do MPF em 2019 na Volta Grande: os peixes não são capazes de se reproduzir, nem de se alimentar, porque a partilha das águas do Xingu – entre as necessidades dos ecossistemas e das comunidades de um lado, e da geração de energia elétrica nas turbinas de Belo Monte de outro – está desequilibrada e impede a reprodução da vida na região. O que vale para os peixes, de acordo com os testemunhos expostos nas páginas desse relatório e também de acordo com as análises de cientistas de renome internacional, vale para as florestas, para as comunidades e povos e para todos os ecossistemas únicos e delicados os quais a Volta Grande do Xingu permitiu florescer em séculos de registros históricos e científicos.

¹³ Do original: After Belo Monte is operational, the barrageiros will determine the Xingu's hydrological cycle to maximize the efficiency of the hydroelectric production. The amount of water received by the lower leg of Volta Grande will mimic seasonal fluctuations, but at a level far below average for the Xingu and without the natural variation between high-water seasons. The severe and chronic attenuation of the Xingu's flood pulse will permanently isolate peripheral aquatic habitats from the main stem, rendering them unsuitable for many species. Furthermore, the Xingu's annual flood pulse is likely the most biologically productive feature of the river's ecosystem. The ultimate response of Volta Grande's inhabitants to the new environmental flow regime is part of a grand experiment that no aquatic biologist would risk. The results could be catastrophic

3. CONSTATAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DA VISTORIA

Considerando que as comunidades agrupadas ao longo da Volta Grande do Xingu encontram-se nas categorias pertencentes a povos tradicionais e como tal se reconhecem ribeirinhos, pescadores artesanais, pequenos produtores rurais, extrativistas, indígenas;

Considerando que a Volta Grande do Xingu é constituída por patrimônio natural, cultural e socioambiental único, merecedor da mais alta proteção e;

Considerando os relatos e verificações identificadas *in loco* pelos membros da equipe de Vistoria Interinstitucional realizada, segue uma sistematização das constatações, organizadas segundo os eixos propostos.

EIXO 1: GARANTIA DA VIDA NO TRECHO DE VAZÃO REDUZIDA DO RIO XINGU

1.1 Não está demonstrada a garantia da reprodução da vida no Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu, com riscos aos ecossistemas e à sobrevivência das populações residentes.

1.2 O que se verifica é a desestruturação da vida econômica e social da região da Volta Grande do Xingu, que impulsiona evidente processo de expulsão silenciosa das populações locais.

1.3 As comunidades tradicionais da Volta Grande do Xingu – indígenas e não indígenas – não têm garantia de permanência na região local, estando algumas completamente desassistidas, sendo que muitas famílias já deixaram o local.

EIXO 2: GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

2. 1 A qualidade de vida das comunidades da Volta Grande do Xingu foi indevidamente afetada pelas interferências da concessionária Norte Energia no rio Xingu, sem adequada mitigação dos impactos, estando hoje as comunidades em situação de abandono e emergência.

2.2: A concessionária Norte Energia resiste em assumir, perante os moradores da Volta Grande, a responsabilidade pelos impactos decorrentes de suas atividades;

2.3 A empresa não adota mecanismos eficiente de mitigação, aferição e reparação quanto às violações de direitos humanos decorrentes de suas atividades na Volta Grande;

2.4 Há carência de acesso à informação e mecanismos de participação das comunidades na denúncia de violações de direitos humanos decorrentes das atividades da empresa;

2.5 Os mecanismos de comunicação quanto às variações da vazão do rio Xingu disponibilizados pela empresa não se apresentam compatíveis com os direitos e fontes de aprendizagem e transmissão de conhecimento dos moradores e das comunidades da Volta Grande.

2.6 Não está assegurada a paz no campo enquanto os conflitos pela posse e propriedade da terra na volta grande do xingu envolvendo ribeirinhos e assentados de reforma agrária não for tratado com uma comprometida agenda de combate a violência no campo.

2.7 A política de reforma agrária precisa garantir meios de subsistência e acesso a saúde e educação de qualidade aos projetos de assentamentos.

2.8 O barramento do rio implicou negativamente no escoamento da produção de assentados da reforma agrária na vgx

EIXO 3: INVIABILIDADE ECONÔMICA E AMBIENTAL DA UHE BELO MONTE

3.1 A instalação da UHE Belo Monte se deu sem avaliação segura quanto à viabilidade econômico-financeira do empreendimento.

3.2 A instalação da UHE Belo Monte se deu sem avaliação segura quanto à viabilidade ambiental do empreendimento.

EIXO 4: CONDIÇÕES ATUAIS DO RIO XINGU

4.1 Mesmo sem a UHE Belo Monte estar operando em sua capacidade máxima, as vazões liberadas para a Volta Grande do Xingu não estão garantindo as cotas mínimas de inundação das planícies aluviais e das corredeiras.

4.2 Os peixes estão visivelmente magros, sem carne, por não conseguirem se alimentar.

4.3 A perda do volume dos peixes afetou diretamente a subsistência das comunidades da Volta Grande do Xingu.

4.4 O ritmo de enchente e vazante atual da Volta Grande é inconstante e imprevisível, com variações abruptas diárias, sem respeitar o sincronismo do ciclo sazonal, impactando diretamente a fauna aquática (peixes e quelônios);

4.5 Os povos da Volta Grande do Xingu, cujo modo de vida ancestral sempre esteve relacionado ao rio Xingu, hoje não conseguem entender as alterações de vazão, que seguem sob o controle total da concessionária Norte Energia.

4.6 Os comunicados técnicos da empresa não são feitos em linguagem compreensível pelos moradores.

4.7 A forma atual de gerenciamento da vazão liberada para a Volta Grande, que se baseia no uso de valores médios mensais e variações abruptas diárias, é claramente incapaz de prover as condições ecológicas necessárias para a manutenção dos ciclos biológicos da fauna aquática (alimentação e reprodução).

EIXO 5: HIDROGRAMA DE CONSENSO

5.1 Não há segurança quanto à capacidade de que os sacrifícios previstos para o teste do chamado Hidrograma de Consenso garantirão as condições ecológicas mínimas para a reprodução da vida na Volta Grande do Xingu

EIXO 6: AUSÊNCIA DE PLANO DE COMUNICAÇÃO E EMERGÊNCIA

6.1 Todas as comunidades expressaram trauma, temor e insegurança.

6.2 Os moradores não se sentem seguros face à possibilidade de rompimento da barragem de pimental.

6.3 Os moradores estão visivelmente traumatizados com enchimento abrupto do rio Xingu ocorrido em janeiro de 2016, e expressam temor diário com a repetição do evento.

6.4 A população não tem conhecimento sobre a existência de planos de segurança e de emergência, para eventualidade de rompimento da barragem ou liberação excepcional de água.

6.5 A comunicação com as comunidades faz-se de forma bastante rudimentar, sendo que existem inúmeras famílias incomunicáveis, incluindo os maiores núcleos populacionais da região, como a aldeia Muratu.

6.6 As comunidades ribeirinhas não indígenas não foram reparadas pelos prejuízos advindos da enchente de 2016, sendo que todos manifestam os traumas acarretados por esse evento.

EIXO 7: NAVEGAÇÃO

7.1 A navegação na Volta Grande do Xingu está comprometida em diversos locais.

7.2 O deslocamento pelo rio das comunidades para Altamira está inviabilizado, tendo em vista a insegurança de navegação no reservatório com embarcações inadequadas.

7.3 As dificuldades de navegação comprometem diretamente as relações econômicas e sociais das comunidades que faziam uso do rio para acessar equipamentos sociais e escoar sua produção.

EIXO 8: ACESSO AO NÚCLEO URBANO DE ALTAMIRA

8.1 O acesso a Altamira por estradas como alternativa ao rio não está garantido.

8.2 Verificou-se o isolamento de algumas comunidades e a precariedade de inúmeros trechos percorridos, inclusive com o grave acidente envolvendo uma das viaturas da equipe de vistoria.

8.3 A péssima qualidade das vicinais e ramais dificulta ou até mesmo impede o transporte escolar.

EIXO 9: GERAÇÃO DE RENDA E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

9.1 Não há plano de vida para a Volta Grande do Xingu.

9.2 Todas as comunidades visitadas guardam intrínseca relação com o rio Xingu e relataram a perda da sua principal atividade que é a pesca, sem alternativa de renda.

9.3 Todas as comunidades visitadas relataram a impossibilidade de escoamento de produção ou do próprio pescado, estando impedidos de obter qualquer renda com suas atividades.

9.4 Diante do decréscimo da atividade pesqueira, não foi apresentada uma alternativa às populações da Volta Grande do Xingu que garanta mínimas condições de subsistência e geração de renda.

9.5 Diante da falência econômica da região, os moradores da Volta Grande do Xingu vivem sem perspectiva de futuro.

9.6 As comunidades ribeirinhas vivem em situação de abandono e penúria.

9.7 As comunidades indígenas vivem na dependência de vale alimentação distribuído pela Norte Energia.

EIXO 10: TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE VIDA

10.1 Os moradores manifestaram sentimento de indignação por terem sido expropriados de seu rio e da água que garantia a vida e a navegação.

10.2 Os povos Juruna e Arara estão sendo forçados a se tornarem agricultores, com programas sem resultado positivo.

10.3 O povo Arara vive um processo de tristeza e desesperança.

10.4 A ilha da Fazenda – antiga comunidade da Volta Grande do Xingu – corre risco de deixar de existir, tendo em vista o absoluto abandono e ausência de alternativa aos moradores que, de pouco em pouco, estão abandonando seu lugar.

EIXO 11: SANEAMENTO

11.1 Inúmeras comunidades ribeirinhas da Volta Grande estão bebendo água do rio Xingu.

11.2 Há relatos de que os poços de água secam mesmo durante o inverno.

11.3 Não existe saneamento básico na Ilha da Fazenda, tampouco está em funcionamento o sistema previsto para a Vila Ressaca.

11.4 Não há coleta de lixo nas comunidades, tampouco destinação para lixo reciclável.

EIXO 12: EXCLUSÃO DE COMUNIDADES DAS AÇÕES MITIGATÓRIAS

12.1 A concessionária Norte Energia excluiu de modo incompreensível as comunidades localizadas a jusante das cachoeiras do Jericoá da condição de impactados.

12.2 Apesar de a Norte Energia afirmar publicamente que atendeu a todos os afetados pela UHE Belo Monte, as comunidades ribeirinhas não indígenas do Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu ficaram excluídas dos programas implementados, arcando com os custos da perda de itens essenciais para suas atividades de subsistência

12.3 A concessionária Norte Energia promoveu uma diferenciação entre indígenas e não indígenas, que criou a absurda concepção de que o PBA-CI é uma porta de acesso a direitos, gerando inclusive conflitos entre as comunidades

12.4 Os indígenas ribeirinhos da Volta Grande do Xingu foram excluídos dos atendidos pelo Plano Básico Ambiental – Componente Indígena, apesar dos inúmeros pronunciamentos da FUNAI.

EIXO 13: FALTA DE INFORMAÇÕES e INADEQUAÇÃO DE DADOS À REALIDADE VISTORIADA

13.1 Os dados oficiais do licenciamento ambiental não apresentam informações sobre as alterações no modo de vida da Volta Grande do Xingu constatadas.

13.2 Os relatórios consolidados sobre o componente indígena que deveriam ser apresentados semestralmente à FUNAI não foram entregues desde 2017.

EIXO 14: SERVIÇOS DE SAÚDE

14.1 A Unidade Básica de Saúde construída na Vila Ressaca não possibilita o atendimento de todas as comunidades da Volta Grande do Xingu.

14.2 A Unidade Básica de Saúde da Ilha da Fazenda encontra-se desativada, em completo abandono.

14.3 Existe carência de profissionais de saúde habilitados para atendimento às comunidades, além de insuficiência de diagnóstico epidemiológico e tratamento de agravos causados pela redução da vazão do rio.

14.4 Verificou-se um impacto exponencial da barragem de Belo Monte sobre a saúde física e mental das comunidades;

14.5 Os indígenas ribeirinhos não estão sendo atendidos pelo Distrito de Saúde Indígena.

EIXO 15: EDUCAÇÃO

15.1 A alimentação escolar é de baixa qualidade nutricional e em quantidade insuficiente, ao ponto de as crianças retornarem para casa antes do horário previsto.

15.2 Não existe a aquisição de merenda escolar das comunidades. O cardápio da merenda escolar não atende aos requisitos de uma alimentação saudável conforme orientações nutricionais e há impedimentos da Vigilância Sanitária sobre a compra dos produtos locais através da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

15.3 Existem crianças afastadas da escola, por falta de transporte escolar.

15.4 A escola da aldeia Guaridua encontra-se em condições precárias, pondo em risco a segurança das crianças e professores.

15.5 O Transporte escolar é inadequado, impróprio e inseguro na maioria dos trajetos fluviais e terrestres e os alunos gastam mais tempo no trajeto de ida e vinda das escolas do que permanecem dentro da sala de aula;

15.6 Em razão dos impactos do empreendimento os pais mudam as crianças para outros lugares em busca do acesso à educação e do melhor atendimento escolar;

15.7 Em muitas escolas os alunos são liberados mais cedo todos os dias, prejudicando o calendário letivo que não integraliza a carga horária das 800 horas anuais no rigor da Lei nº 9304/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

15.8 As rescisões dos contratos dos trabalhadores da educação são justificadas mediante falsificação de registros de aulas realizadas aos sábados. Pelo calendário das escolas do município o término das aulas prevê o dia 18/12, mas as famílias denunciam que as aulas se encerram bem antes, no dia 30/11;

15.9 A estrutura das escolas em geral não respeitam os critérios da acessibilidade, pois as dependências e os banheiros (quando existem) em geral não cumprem a legislação vigente do país. Bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências, salas de leitura, quadras poliesportivas, salas de diretores, professores e atendimento especial, são espaços que a comunidade escolar luta por conquistar;

15.10 A maioria das escolas da Volta da Grande do Xingu atende apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) e algumas até anos finais (do 6º ao 9º ano),

todavia, Educação de Jovens e Adultos é precarizada e em geral o Ensino Médio é negligenciado na região;

15.11 As escolas ribeirinhas e algumas indígenas não possuem Projeto Pedagógico elaborado e definido pelos comunitários, revelando a falta de participação social, ausência de identidade e negligência de uma educação diferenciada que atenda as características e demandas específicas de uma educação indígena ou ribeirinha;

15.12 Na comunicação, tecnologia e informática, em geral as escolas não possuem internet, banda larga, computadores para uso dos alunos e via de regra não dispõem de equipamentos de DVD, impressora, copiadora, retroprojetor ou televisão;

15.13 No Saneamento Básico das escolas encontramos resíduos sem a devida reciclagem e a incineração como prática; no destino do esgoto utilizam fossas que muitas vezes contaminam a água de consumo; os abastecimentos de água vêm do rio Xingu ou poço perfurado na comunidade, que têm transmitido doenças e verminoses;

15.14 Os professores das escolas são de fora das comunidades e em geral não recebem alojamentos adequados e alimentação para estadia nas comunidades;

15.15 Dados informados pelas redes de ensino municipais e suas escolas no Censo Escolar/INEP de 2018, entre os anos de 2011 e 2018, foi possível identificar 31 (trinta e uma) escolas municipais fechadas na Volta Grande do Xingu, podendo ser um número ainda maior depois da atualização dos dados de 2019.

3.1 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MEDIDAS CABÍVEIS

Considerando as constatações expostas, cada uma das instituições participantes da Vistoria Interinstitucional deverá, na esfera de suas atribuições, adotar as medidas necessárias para:

1. apuração e reparação das graves violações de direitos humanos acarretadas por ações e omissões da concessionária Norte Energia na implementação da UHE Belo Monte com relação à populações da Volta Grande do Xingu;
2. efetiva implementação de um plano de comunicação eficaz para a Volta Grande do Xingu e reparação dos prejuízos patrimoniais e extrapatrimoniais acarretados pela enchente artificial ocorrida em fevereiro 2016;

3. avaliação e revisão do Hidrograma de Consenso previsto para o rio Xingu, considerando a necessidade de garantia das condições para reprodução de todas as formas de vida na Volta Grande do Xingu;
4. proteção do ambiente natural e socioambiental da Volta Grande do Xingu, considerando todos atributos singulares da região;
5. garantia da adequada implementação do monitoramento de seis anos previsto para a Volta Grande do Xingu, mediante especial proteção face a novas intervenções de grande impacto;
6. responsabilização dos gestores públicos em razão da não execução de políticas públicas essenciais.

4. RELATOS DA MISSÃO INTERINSTITUCIONAL

4.1 MEMÓRIA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA A VISTORIA INTERINSTITUCIONAL NA VOLTA GRANDE DO XINGU

Os trabalhos da Vistoria Interinstitucional foram abertos no fim da tarde do domingo, 24 de fevereiro de 2019, mediante a apresentação dos integrantes das equipes de vistoria e análise detalhada do mapa das comunidades da Volta Grande do Xingu.

O Ministério Público Federal expôs um breve resumo dos desafios lançados para os visitantes, à luz do entendimento de que a região sofre os danos mais graves de Belo Monte e a sobrevivência das comunidades está profundamente precarizada, com fuga em massa de atingidos sem qualquer compensação ou reparação e com a permanência dos que ficaram em risco concreto de se tornar inviável. “O projeto, se continuar dessa maneira, poderá ser entendido como um projeto de limpeza da Volta Grande do Xingu, com a remoção de todas as comunidades, indígenas e não-indígenas”, explicou a procuradora Thais Santi, lembrando do questionamento de liderança comunitária, Sr. José Pereira da Cunha, formulado dias antes, sobre o direito a um desenvolvimento que ele considerasse seu, cansado das promessas e de tudo que vem pronto de fora.



Ao enumerar questões que são de conhecimento prévio das autoridades envolvidas na vistoria, sobretudo do MPF, que já promoveu visitas, reuniões e uma Audiência Pública com as comunidades da Volta Grande do Xingu, a procuradora Thais Santi lembrou: da sobreposição de danos causados pelo processo de licenciamento irresponsável de uma mineradora canadense na região, antes que se constate a viabilidade de Belo Monte; dos

conflitos fundiários no município de Anapu que provocaram mais de 20 mortes entre 2015 e 2018; da necessidade de um plano de vida para os moradores do trecho em vista da partilha das águas do rio, compulsoriamente provocada pelo desvio promovido para fazer funcionar as turbinas da usina hidrelétrica de Belo Monte; do pânico expressado pelos moradores do Xingu após o rompimento da barragem da mineradora Vale S.A em Brumadinho, Minas Gerais, que alcança, até o momento da confecção desse relatório, 209 mortes confirmadas e 97 pessoas desaparecidas; da precariedade das condições de vida com a paralisação ou mau funcionamento de obras de saneamento, saúde e educação que foram previstas como obrigações de compensação de Belo Monte; da invisibilidade de várias comunidades ribeirinhas, jamais incluídas como impactadas pela usina, mas igualmente afetadas pelas dificuldades de navegação, pela desorganização da economia local, pela redução dos estoques pesqueiros que eram base alimentar e pela dificuldade de acesso à água diante da redução drástica do fluxo do rio. Os assessores do MPF, Cristiane Carneiro e Igor Monteiro, responsáveis pelo planejamento dos trabalhos de vistoria, apresentaram aos participantes da reunião o mapa das comunidades da Volta Grande que seriam visitadas, num total de 25, assim como a divisão das equipes e os percursos a serem percorridos.

Foram detalhados os pontos de parada e pernoite, bem como definidas as equipes de cada missão, com as respectivas viaturas e embarcações.

Foram detalhados ainda os relatores de cada grupo, de modo a viabilizar a elaboração do presente relatório.

4.2 DIA 01 (25/02;2019): PARTIDA DA MISSÃO: ALTAMIRA - PORTO 06

A vistoria foi iniciada no dia 25 de fevereiro de 2019. Enquanto uma equipe se dirigia por terra às áreas de garimpo e mineração da Volta Grande localizadas no município de Senador José Porfírio, as demais se reuniram no porto 6 na orla de Altamira, para iniciar o percurso pelo rio Xingu às 6h00, em voadeiras que aguardavam carregadas para os distintos destinos, sob a forte chuva característica dos meses do chamado inverno amazônico, entre dezembro e maio.

As equipes seguiram de barco e atravessaram o trecho do reservatório de Belo Monte que banha a cidade de Altamira, passando pelos chamados paliteiros, grupos de árvores mortas que ficaram submersas com o fechamento da barragem em 2015 e o consequente enchimento do lago. A travessia dos paliteiros apresenta imediatamente aos que não conhecem a região os chamados impactos paisagísticos do empreendimento. Com a visão das árvores já mortas ou ainda morrendo, a presença de restos de casas demolidas e o silêncio pela quase total ausência de animais, pessoas ou embarcações. Para os que conhecem ou vivem na região, o cenário é ainda mais lúgubre pela presença, na memória, das florestas, casas, praias, pessoas e animais nas ilhas e beiradões de um rio antes movimentado por dezenas de embarcações diariamente.



Altamira em setembro de 2007, 5 anos antes do início das obras de Belo Monte

As voadeiras seguiram até o Sistema de Transposição de Embarcações (STE) que, ao lado do barramento principal, chamado de Pimental, marca o início do Trecho de Vazão Reduzida, como passou a ser denominada a Volta Grande do Xingu nos documentos do licenciamento ambiental do aproveitamento hidrelétrico. Todos os barcos precisam parar

no Sistema, onde há funcionários da empresa Ictiology Consultoria Ambiental uniformizados, um pequeno porto com uma tenda de plástico e tratores e vans, para o transporte dos barcos e de seus passageiros por um trecho de cerca de 500 metros por terra, até serem devolvidos ao rio, após a barragem. Na passagem, cada piloto de embarcação precisa se identificar para um funcionário da terceirizada da Norte Energia, que anota seus dados em uma planilha. Entre os pontos de desembarque e reembarque, há um prédio com banheiros para atender os viajantes, que tem como atração central uma maquete do rio, mostrando o barramento e algumas das principais comunidades do Trecho de Vazão Reduzida.



O Sistema de Transposição de Embarcações, via obrigatória para acessar a Volta Grande do Xingu pelo rio, a partir de Altamira



A barragem de Pimental, que desvia o curso do Xingu no início da Volta Grande

Ao chegarem no ponto de reembarque, já na Volta Grande do Xingu, as equipes se dividiram para as primeiras visitas às comunidades, seguindo os três planos de missões previamente detalhados.

4.3 DIA 1/MISSÃO 1: ILHA DA FAZENDA e ALDEIA SÃO FRANCISCO¹⁴

4.3.1 ALDEIA SÃO FRANCISCO – COMUNIDADE INDÍGENA JURUNA

A equipe de vistoria chegou à Aldeia São Francisco por volta das 10hs da manhã, no dia 25 de fevereiro. Localizada fora da Terra indígena Paquiçamba (habitada pelo povo Juruna), na margem direita do Rio Xingu, no município de Senador José Porfírio, a comunidade é formada por dez famílias, com 32 moradores, descendentes do morador mais antigo, Sr. Francisco, que nos recebeu ao lado do filho Márcio Juruna, conhecido como Jardel, hoje liderança da aldeia.



Um barco com representantes da concessionária Norte Energia acompanhava a equipe de vistoria e permaneceu ancorado na beira do rio, sem entrar na comunidade. Houve a orientação no sentido de que a presença da empresa poderia gerar constrangimentos aos moradores. Portanto, de modo a assegurar que a conversa se desse da maneira mais livre possível, foi acordado que a empresa seria acionada para eventuais questões específicas relativas às ações ali executadas.

Logo na chegada, chamaram atenção da equipe dois *outdoors* do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentro do qual foi construído o aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, publicizando investimentos da Norte Energia na comunidade como parte do Plano Básico Ambiental Indígena da usina. Causou estranhamento o tamanho das placas, em especial porque cobriam a vista da comunidade e por se tratar de grupo indígena, que merece o cuidado com as intervenções em suas áreas.

¹⁴ Relatoria de Thais Santi, Helena Palmquist, Eder Mileno e Larissa Paulina Pinheiro



Parte da equipe, que havia visitado a aldeia logo após o fechamento da barragem, em março de 2016, não reconheceu a comunidade, tendo em vista a completa alteração da paisagem. Isso porque a diminuição do nível do rio afastou em cerca de 200 metros a moradia principal.

A equipe de vistoria foi conduzida por Jardel e pelo Sr. Francisco até a Casa de Farinha, construída como parte dos investimentos de compensação de Belo Monte. No local, se deu a reunião com as lideranças e alguns moradores que, de pouco em pouco foram chegando.



Manifestando a alegria pela visita da equipe, Jardel iniciou a reunião com uma fala cujo sentido posteriormente se repetiria em quase todas as comunidades visitadas.

Tudo que temos aqui é fruto de muita luta. Minha vida é reunião, Funai, Nesa, MPF. São tantos processos que temos nas costas. Tudo o que conseguimos foi fechando estrada e queimando ônibus... (Jardel Juruna)

O indígena relatou que apenas uma mata separa a reserva indígena da mina de Belo Sun. Explicou que a Aldeia São Francisco é a comunidade mais próxima do empreendimento minerário, composta por indígenas que reivindicam na Funai o reconhecimento de suas terras como de ocupação ancestral, conforme a Constituição brasileira manda. Explicou ainda que a sua comunidade é a mais próxima da barragem de Belo Monte. E que se sentem pressionados. De um lado a barragem de Belo Monte. De outro a mineradora.



É muito difícil viver tão perto da barragem. A Norte Energia acabou com o rio e com o peixe. Nossa vida dependia disso. Aí quando fecharam os garimpos, parou totalmente a economia da região. A gente vendia farinha, feijão, agora andamos dias pela Volta Grande com uma saca de milho nas costas sem ter para quem vender. Por cinco anos batalhamos para que fossem feitos 5 quilômetros de estrada até o Assurini. Para fazer o poço foram dois anos de luta e até agora não fizeram a ligação com as casas. Estamos colados na barragem e colados na mina, sendo massacrados. (Jardel Juruna)

O pai, Sr. Francisco, confirmou o temor que tinha sido antecipado para as equipes na noite anterior durante a reunião preparatória, sem ninguém ter pronunciado o nome de Brumadinho. Explicou que caso fosse construída a barragem de rejeitos da mineradora Belo Sun, ela se localizaria bem atrás da Aldeia São Francisco. Afirmou-se aterrorizado por ter que viver entre duas barragens. *Se, Deus o livre, acontece uma desgraça como aquela, nós somos os próximos a morrer*, lamentou.

Relembrou os desastres recentes da mineração brasileira, bem como o episódio de 26 de janeiro de 2016, quando uma grande quantidade de água foi liberada pelas comportas do barramento e que até hoje assombra os moradores da comunidade. Manifestaram temor de deixar as crianças na beira do rio. Lembraram que estão a menos de dez quilômetros da barragem.

Avisam por telefone de alguma mudança no rio, após a enxurrada de 2016, mas o sistema não funciona sempre, o sinal alcança alguns locais. Em caso de emergência não haverá tempo de nos avisar. (Jardel Juruna)

Sr. Francisco reivindicou a consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 da OIT. Lembrou que não foram consultados nem por Belo Monte nem pela Belo Sun. E ao mesmo tempo relatou a precariedade econômica a que os moradores da Volta Grande se viram submetidos. Denunciou firmemente os trabalhos que a mineradora canadense realizou com a comunidade.

O que a Belo Sun chama de consulta foi uma conversa informal com duas noras minhas. Quando todos estava ausentes daqui. Nunca fomos consultados. Na verdade, Belo Sun está nos tratando como não-indígenas. Nós queremos ser consultados. Como vamos dar de comer aos nossos filhos? Agora era época de pescar pacu para comer e para vender por aqui. Mas não temos para quem vender mais (na Volta Grande). E também não temos como chegar em Altamira para vender (pela impossibilidade de navegação). (Sr. Francisco)

Jardel manifestou o interesse da comunidade em ter um protocolo de consulta, para se fortalecerem no diálogo com os empreendimentos que se instalam na região. Explicou que já havia protocolado no MPF solicitação para que fossem realizadas oficinas de para construção do protocolo da comunidade, no qual serão estabelecidos os parâmetros

apropriados para uma consulta em consonância com a previsão da Convenção 169, que exige que o processo respeite tradições políticas e culturais de cada comunidade, conforme elas mesmas definirem.

Ficou evidente que os índios Juruna, que são conhecidos como povos das águas, estão com seu modo de vida comprometido. Lamentaram que o uso do rio não é mais uma alternativa. Relataram problemas de pele em adultos e crianças causados por banhos ou mesmo pela roupa lavada no Xingu; diarreias e problemas gastrointestinais se somam às queixas.

A água tem um gosto de madeira. Evitamos banhar no rio como antes. (Jardel Juruna)

Explicaram que nem eles, nem os peixes entendem mais o que acontece com o rio. E que não compreendem as mensagens que a concessionária encaminha sobre a vazão do Xingu, pois não é exposta em linguagem compreensível. Apenas conseguem entender que o rio vai subir ou vai descer. E essa alteração não tem mais nenhum sentido para eles.

Antes era água baixa e água grande. Agora não tem mais água grande e o pacu não tem mais como engordar. O pacu escasseou porque ele depende do alagamento para engordar. A pesca com flecha está impossível porque não se enxerga mais nada nas águas. Não conseguimos também pescar com malhadeira e mesmo o pouco que pescamos, não conseguimos chegar em Altamira para vender. Por falta de condições para enfrentar o banzeiro. (Jardel Juruna)

Explicaram que o banzeiro refere-se às águas agitadas que ocorrem nas proximidades da barragem e tornam excessivamente perigosa e até impossível a navegação com canoas ou barcos menores, mesmo a motor.

Não é econômico levar de carro os produtos para Altamira. Antes vendíamos na Volta Grande. E agora isso não é mais possível, a Vila da Ressaca não

compra mais nada, por causa do fechamento dos garimpos. (Jardel Juruna)

Indagada sobre a situação fundiária da Aldeia São Francisco, a representante da FUNAI, Janete de Carvalho, informou que a situação da comunidade é agravada pela insegurança fundiária. Que a reivindicação para o reconhecimento dos direitos territoriais tramita na Fundação desde 2014. Que o pedido já foi qualificado mas até agora não foi aberto o Grupo de Trabalho previsto pelo trâmite legal para terras indígenas.

A comunidade questionou o fato de estarem tão próximos da hidrelétrica e não serem abastecidos com a energia elétrica produzida pela usina, mediante o desvio da água que banhava o seu território e garantia o sustento das famílias. Na Aldeia São Francisco não há acesso à energia elétrica. A luz chega nas casas da comunidade através do motor, movido a óleo diesel. Relataram que, como compensação incluída no PBA-CI, a Norte Energia assegura uma cota de 300 litros do combustível, mensalmente, tanto para alimentar o motor quanto para o abastecimento das voadeiras que usam para se locomover. Destacaram que o óleo nunca é suficiente para todas as necessidades, o que exige complementações tiradas do sustento dos moradores.

Criticaram a implementação do PBA-CI pela Norte Energia, e denunciaram que está cada vez mais difícil viver na região sem ter como escoar a produção.

Denunciaram ainda a construção incompleta do sistema de saneamento, que reconheceram como fruto de muita luta das lideranças. O abastecimento de água foi possibilitado com a obra de um poço de profundidade, realizada pelo PBA de Belo Monte, mas as ligações até as moradias das famílias nunca foram construídas, o que obrigou os moradores a improvisar as ligações.

Relataram que são atendidos pelo DSEI e que enfrentam, quanto ao atendimento de saúde, as mesmas dificuldades que os demais indígenas da região, aldeados e não-aldeados. A comunidade conta com um AIS e está brigando pela contratação de um AISAN. Em casos de maior gravidade precisam de deslocamento para Altamira, como em todas as comunidades da Volta Grande do Xingu, que não conta com postos de atendimento para casos um pouco mais complexos.

As crianças que moram no local somam 15 em idade escolar e precisam ir de barco, no transporte escolar fornecido pela prefeitura de Senador José Porfírio todos os dias para a Vila da Ressaca, sendo obrigadas a frequentar uma escola não-indígena, o que eles próprios afirmaram, viola o direito à educação diferenciada dos povos indígenas. A frequência escolar das crianças é muitas vezes prejudicada, principalmente na época das chuvas, pela distância de até 4 quilômetros de algumas casas em relação ao rio, onde o barco aguarda os estudantes. Muitas vezes, quando não faltam por causa das chuvas intensas, as crianças precisam levar o uniforme na mochila, para trocar na escola, porque as roupas ficam muito sujas pela lama do caminho. Relataram que a merenda escolar é escassa e que chega a faltar. E que na véspera da vistoria, teria sido relatado que produtos da merenda foram enviados pela Prefeitura de Senador José Porfírio.

Lutamos muito aqui para um resgate de nossas raízes culturais. Mas tudo pode se perder porque mandam nossos filhos para uma escola de branco. As crianças sofrem racismo cotidianamente na escola, enfrentam sol e chuva para estudar.
(moradores)

O professor Reinaldo da UFPA, especialista em educação no campo e integrante da equipe de vistoria, questionou se havia aquisição dos produtos agrícolas da própria região para a merenda escolar, conforme prevê o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). E explicou que se houvesse aplicação desse tipo de política, parte da produção da Volta Grande poderia voltar a ser absorvida pelos próprios municípios.

Após a reunião na casa de farinha, foi feita vistoria nos locais indicados pelos indígenas para verificação do sistema de saneamento e a fonte de energia.

Foi verificado que a NESA construiu um barracão de uso comunitário para fazer farinha, a chamada Casa de Farinha, com tanque para lavagem da mandioca e fossa séptica para tratamento dos efluentes. Porém a comunidade relata que não tem como vender o produto.



Casa de farinha com tanques para lavagem da mandioca e fossa séptica para tratamento dos efluentes (Comunidade São Francisco).

O sistema de abastecimento de água é gerido por um poço tubular de 150 metros de profundidade perfurado pela Norte Energia e que iniciou o funcionamento no segundo semestre do ano de 2018.

Verificou-se que o reservatório de 10.000 litros nunca encheu devido a falta de reposição de água no aquífero subterrâneo devido a baixa vazão do Rio Xingu, que ficou mais seco no ano de 2018. De acordo com as informações prestadas pelos moradores, não há problemas de falta de água até o presente momento, porém a NESÁ não realizou as ligações intradomiciliares e nem capacitou alguém para operar o Sistema de Abastecimento de Água.



Sistema de abastecimento de água composto por poço tubular e reservatório elevado de 10.000 litros (Comunidade São Francisco).

Os moradores da comunidade informaram que houve diminuição da qualidade da água do rio após o barramento, visto que não conseguem mais pescar com flecha, pois não enxergam mais os peixes devido à elevada turbidez da água. Informaram também que mudou a cor, o sabor e o odor da água após o início da operação da usina.

Durante a vistoria foi verificado que estão sendo construídas fossas sépticas pela NESAs para a correta destinação do esgoto doméstico. Atualmente, apenas duas casas dispõem de fossas que foram construídas pelos próprios moradores e possuem fundo falso, se configurando, portanto, como sumidouro.

Os resíduos sólidos não são recolhidos pela Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, embora tenha sido aberta uma estrada de 8 km até o Assurini, bem como feito o melhoramento da estrada pela NESAs para suprir o comprometimento da navegação. Dessa forma, o lixo é queimado na própria comunidade.



Construção de fossas sépticas que receberão contribuições de mais de uma casa (Comunidade São Francisco).

Quanto à proliferação de mosquitos, os moradores informaram que houve um aumento a partir do período seco do ano de 2018 e os mosquitos que mais afetam a comunidade são os chamados “carapanã” e o “pium”. Segundos os moradores, o ambiente que está servindo para a proliferação desses mosquitos são os pedrais, pois o rio fica muito seco por muito tempo e o acumulo de água nesses pedrais favorecem a reprodução desses insetos.

A comunidade não possui energia elétrica domiciliar e nem iluminação pública. É utilizado um gerador de energia no qual recebem uma cota de combustível da NESA para alimentá-lo.



Gerador de energia elétrica que abastece a Comunidade São Francisco.

Após a reunião na comunidade São Francisco, os integrantes da equipe de vistoria visitaram a obra – incompleta – do sistema de abastecimento de água da aldeia. No momento das visitas, trabalhadores de uma empresa terceirizada da Norte Energia SA estavam no local construindo casas que não integram as previsões do PBA de Belo Monte mas resultam de negociações diretas entre os moradores e a empresa. Após as visitas, a equipe embarcou novamente para se dirigir até a Ilha da Fazenda, onde seria oferecido um almoço para os participantes antes da vistoria nos equipamentos públicos e da reunião com os comunitários.

4.3.2 ILHA DA FAZENDA – COMUNIDADE RIBEIRINHA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA¹⁵

Quando amanhece em uma pequena comunidade na Volta Grande do Xingu, o rio se ilumina naquela brancura líquida, uma névoa vai desenhando a silhueta das pedras que emolduram o Xingu, a Ilha da Fazenda desperta. Um de seus moradores mais antigos, debruçado em sua janela, observa o espelho d'água naqueles instantes em que o sol vai lentamente surgindo por detrás das casinhas. O velho Juruna vê os meninos que, ainda meio sonolentos atravessam uma pequena rua de chão de terra e grama, na frente de casa, para um

15 Relatoria de Thais Santi, Helena Palmquist, Eder Mileno e Larissa Paulino Pinheiro

mergulho – a primeira brincadeira do dia é na companhia do amigo rio, antes do café e da escola. Muito cedo, bem ali se abre uma porta de madeira, o padeiro da Ilha da Fazenda, outro antigo e ilustre morador, põe na mesa rústica o pão quentinho. Mais um dia na pequena ilha, que guarda tantas histórias de vida daqueles filhos do Xingu. Quem visita a localidade não a esquece facilmente, um visitante certa vez disse “essas pessoas vivem num paraíso”. Mas, o que existe ali de paraíso?

Uma ilha rochosa, incrustada numa curva da grande volta do rio Xingu. Quem navega por ali, vê ao longe a silhueta das casas, que pelo tipo de relevo, se apresentam umas mais altas que as outras, entre as quais se desenhavam grandes e pequenas rochas. Atrás das casas uma moldura de vegetação, em muitos tons de verde desponta aqui e ali. A ilha da Fazenda, vista de longe lembra uma tela caprichosamente desenhada pela natureza. De perto, a ilha é feita de pessoas cujas histórias se confundem com aquele trecho do Xingu, porque tiveram suas vidas tecidas, em estreita interação e intimidade com o rio, que eles chamam de pai e de mãe. Ali se banha, se pesca, cuida do pescado, se lava a roupa, no rio sempre tiveram trabalho, e também diversão; A noção de comunidade, a comunhão com o lugar, com aquele “pequeno” lugarejo, que não existe sem o rio, as histórias revisitadas na memória, em cada passo de seus moradores pela Ilha da Fazenda, faz dela e de sua gente algo de imensurável, porque atravessado pela intrínseca relação, entre os homens e a natureza.

(Monica Lizardo – antropóloga. Descrição da Ilha da Fazenda durante a Vistoria Interinstitucional)



A equipe de vistoria chegou à Ilha da Fazenda pouco depois das 12hs, no dia 25 de fevereiro. A localidade integra a porção descontínua do município de Senador José Porfírio, próxima à Vila da Ressaca. A comunidade conta com cerca de 60 famílias e constitui uma das mais antigas ocupações da região do médio Xingu, com suas casas de madeira, barro ou alvenaria construídas em meio aos pedrais característicos da Volta Grande, que afloram em grande quantidade no terreno da ilha.



A ilha guarda uma formação singular, tanto ambiental quanto social. O que impõe reconhecê-la como um cenário único. É uma ilha montanhosa, de serra. Sua porção mais baixa sofre inundação durante parte do ano, o que justifica a presença de floresta ombrófila aluvial, com relevo submontanhoso. E sua porção mais alta, emersa durante todo o ano, apresenta mata típica de terra firme. Com isso na Ilha da Fazenda encontram-se árvores enormes dificilmente presentes nas ilhas. A localidade impressiona pela beleza. Tanto pela vista que de todos os locais se tem do rio Xingu, quanto pela forma com que se organizaram as famílias, com as casas espalhadas entre caminhos de pedra, sombreados por árvores seculares.



De ocupação ancestral indígena, como todo esse trecho do Xingu, a Ilha da Fazenda recebeu moradores não-indígenas ao longo dos ciclos de ocupação a partir do início do século XX e de atividades econômicas que se sucederam desde então, abrigando trabalhadores de seringais, gateiros, pescadores e garimpeiros; e conformando um perfil populacional de indígenas e não-indígenas bastante singular.





© - Monica Lorenz

Conhecida padaria do Sr. Gararu, cujo forno tradicional data dos anos 50.

Muitos indígenas da Terra Indígena Paquiçamba nasceram na Ilha da Fazenda, bem como muitos ribeirinhos espalhados pelo beiradão do médio Xingu, o que reafirma a tradicionalidade do local. A equipe de vistoria foi recepcionada pelas lideranças comunitárias, Sr. Pedro e Sr. Otávio Juruna, que guiaram uma caminhada que percorreu toda a ilha.

Desde logo, causou espanto a quantidade de casas fechadas, que, segundo as lideranças que nos guiavam, tinham sido deixadas por moradores que desistiram de viver na ilha e que foram tentar a vida em outras regiões.

Enquanto caminhava o Sr. Otávio Juruna relatou esse processo. Explicou que todos ali são pescadores. E que a vida econômica do local, historicamente conectada com as vilas garimpeiras da Ressaca e do Galo, na outra margem do rio, ficou inviabilizada. Que, após o fechamento dos garimpos, o monopólio da Belo Sun na região levou à falência da vida econômica tanto da Vila Ressaca como da Ilha da Fazenda. E a subsistência de uma

comunidade de pescadores se tornou inviável com redução do pescado e a dificuldade de navegação no rio Xingu, tendo em vista as intervenções para instalação das ensecadeiras e agora pela redução da vazão do rio para operação de Belo Monte. Primeiro veio a água com barro. Agora os peixes.



Isso aqui tem quase a idade de Altamira. Minha mãe hoje está com 92 anos e sempre morou aqui. Hoje para eu falar a verdade o pessoal tá tudo indo embora. Tem casa mas não tem morador. As pessoas estão preferindo ir morar em lotes. Aqui a sobrevivência era a pesca e o garimpo. E hoje a pesca tá difícil. Porque tá faltando muito peixe. Mudou muito. Mudou muito muito. Pra mim, vou dizer com toda franqueza. Mudou 70%. Eu hoje olho pra essa natureza. Seis horas da manhã. E pra mim até o rio tá morto. Ele não tem mais aquela alegria que a gente via. Eu com essa idade. Tenho 69 anos aqui. E nunca vi o rio no mês de fevereiro seco. É triste. Sou indígena. Sou parente do Seu Manoel Juruna. O Adauto cacique é meu sobrinho. A mãe do Leôncio é minha parente. Sr. Agostinho Juruna nasceu aqui. Hoje eu me sinto aqui uma pessoa abandonada com meu povo. Eu quando cheguei aqui encontrei esse pessoal que é indígena e não indígena. Nós temos Xipaya, nós temos Guajajara, nós temos Arara, nós temos Juruna. Pra mim nós

somos os mais impactados. E a Norte Energia não fez nada por nós aqui. (Sr. Otávio Juruna)

A Norte Energia não reconhece vocês como impactados? (Deborah Duprat – PFDC)

Nós estamos no PBA Geral, mas não no PBA-CI.
(Sr. Otávio Juruna)

Foi explicado pela FUNAI que a terminologia ‘PBA-CI’ tornou-se como uma carteirinha de ingresso em programas mitigatórios, quando na verdade as condicionantes da hidrelétrica foram previstas pela área de impacto. E nessa área, a Ilha da Fazenda é uma das comunidades mais afetadas, com significativo número de indígenas, além de pescadores e ribeirinhos. E encontra-se abandonada.

Ficou mais do que evidente que a soma das modificações ecológicas de profunda gravidade trazidas pela hidrelétrica – escassez de peixe e água, impedimentos à navegação – com o fim das atividades garimpeiras se mostra devastadora na Ilha da Fazenda. É nítido que não houve mitigação de impactos na localidade.

O primeiro ponto de parada foi a venda do seu Babá, Sebastião Almeida da Silva, presidente da Associação de Moradores da Ilha da Fazenda (AMIF), que relatou a longa lista de devedores que acumula no caderno do fiado, incapaz de negar crédito a moradores que precisam de alimentos. Lamentou que *muita gente já foi embora e 90% ainda quer sair por causa da situação.*



Sr. Babá acompanhou a equipe de vistoria, que foi conduzida até o cemitério da Ilha da Fazenda, no qual estão enterrados antigos moradores, muitos antepassados dos indígenas Yudjá que hoje habitam a Terra indígena Paquiçamba. As cruces, hoje cobertas pelo mato, registram um pouco da história e revelam a antiguidade da vila.

O abandono do cemitério é mais um sintoma da depressão que avassala a comunidade que parece não acreditar mais em qualquer mitigação ou promessa de Belo Monte. E ao mesmo tempo revela o abandono de um local que parece ter sido esquecido propositalmente pelo Poder Público. Os moradores reiteraram inúmeras vezes que a Ilha da Fazenda é uma das comunidades mais diretamente impactadas pela hidrelétrica, mas nenhuma ação foi feita ali.

O Sr. Babá mostrou à equipe o antigo campo de futebol, onde segundo relatos confirmados pelo Sr. Otávio Juruna, foram travadas *partidas históricas* dos muitos times de futebol organizados pelas comunidades da Volta Grande. Em certo ponto o que aos olhos dos visitantes era só um monturo descampado no meio da vegetação, os guias contaram ter sido local de uma famosa boate da região, aonde até Amado Batista fez show.

Realmente a Ilha da Fazenda é uma das comunidades mais impactadas pela hidrelétrica, pois se encontra poucos quilômetros a jusante do barramento. E desde os Estudos de Impacto Ambiental já estava prevista a necessidade de melhoria das instalações sanitárias no local. Sendo que o Plano Básico Ambiental previu a instalação de obras de infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cujos projetos deveriam ser discutidos e elaborados com a comunidade.

Os moradores fizeram questão de levar a equipe até os três pontos em que houve a tentativa de construção de sistema de abastecimento de água pela Norte Energia. Todos os sistemas são inoperantes.

O líder comunitário explicou que três poços de profundidade foram perfurados por empresas contratadas pela Norte Energia, mas até hoje não há fornecimento de água para as casas.

A Norte Energia era para ter feito alguma coisa por nós. Fez muito pouco. (Sr. Babá)

Não fez nada! (morador)



Sistemas de abastecimento de água inoperantes na Ilha da Fazenda.



Figuras A, B e F mostram os poços que foram perfurados pela NESAs e que hoje encontram-se inoperantes; Figuras C, D e E, o abandono das estruturas do sistema de abastecimento de água da Ilha da Fazenda, destaque para a Figura D, que mostram os filtros para tratamento da água; Figuras G e H, poços amazonas sem a menor condição de abastecer a população; e Figuras I e J, espera de água para as casas (rede de abastecimento de água).

No caminho pode-se perceber que as tentativas de encontrar água começaram perto do cemitério, em local baixo e sujeito à contaminação. *Encontraram gordura humana na água*, informou seu Otávio Juruna, explicando o abandono do primeiro poço.

Ficou evidente que a comunidade não tem sequer água potável.

De acordo com informações, a Norte Energia deveria ter implementado um sistema de esgotamento sanitário através da construção fossas sépticas que receberiam esgoto domiciliar de várias casas, porém o projeto não se efetivou.

No retorno, foi verificada a presença de um lixão em área de mata. Relataram que não existe coleta de lixo por parte da Prefeitura e que os moradores queimam os resíduos na ilha.



A visita foi interrompida para um almoço, oferecido pelo pescador Pedro Pinóquio em sua casa, com peixe cozido e frito, arroz, macarrão, farinha, pimenta, limão e vinho de bacaba, retirado do quintal, como sobremesa.

Na caminhada até a casa dele, o cheiro forte de mato cortado chamou atenção e, segundo os moradores, era resultado de uma poda feita pela prefeitura de Senador José Porfírio na véspera da visita da inspeção. Também foi relatado que a prefeitura teria promovido a pintura, às pressas, do prédio da escola da comunidade poucos dias antes da chegada da vistoria.

Ao almoço seguiu a reunião com os moradores, na igreja do local, lotada por homens, mulheres e crianças.



Desde o início, os moradores se disseram cansados de reuniões que nada resolvem.

As falas eram de indignação. O olhar de descrença. De revolta pela situação que se impôs à localidade, sem que alguma medida compensatória fosse adotada. Deixaram evidente a sua relação com o rio Xingu e o sentimento de que foram expropriados da água que garantia a vida e a navegação. Estávamos diante dos remanescentes de uma

comunidade que perdeu a esperança. A Comunidade São Francisco (primeiro ponto de parada da equipe de vistoria) se assemelhava a um canteiro de obras, que Jardel Juruna explicou como que resultado de muita luta, muito *pneu queimado*. A comunidade da Ilha da Fazenda não tinha nenhuma 'conquista' a apresentar. Não encontramos explicação para a diferença de tratamento entre as duas localidades, igualmente impactadas, com a presença atual e histórica de povos indígenas.

Água é vida! E esse povo da Nesa vai fazer milhões com a nossa água. Mas aqui continua nos faltando tudo. (Sr. Babá)



Sr. Pedro Pinóquio, pescador, antigo morador da Ilha da Fazenda:

Nós tamos com um poço aí que foi construído e acabou sem água. E agora faz ano que estamos sem água. E água é vida. Eles vão tirar milhões e milhões da nossa água. E essa água é nossa. E essa água é nossa vida. Jesus fez esse rio. Nós tem dificuldade de pesca. Nós já perdeu muito peixe. Tem canto que a gente nem viaja porque o rio tá seco.

O Sr. Sebastião (Babá), presidente da associação de moradores da Ilha da Fazenda complementou.

90 % do povo querem sair. Mas se fosse uma coisa que o pessoal tivesse mais facilidade de ficar, talvez não quisesse sair. A Norte Energia era para ter feito alguma coisa por nós. Tem muito lugar que é muito

mais novo do que nós. E eles graças a Deus eles estão sendo beneficiados. E aqui ficamos só com problemas. (Sr. Babá)

O morador Sr. José Pedrosa tomou a palavra e relatou que chegou na Fazenda em 1993 para ser comerciante, “na época do garimpo”.

A Nesa em si, até hoje, não fez nada pra nós. Sete anos de obra! A barragem tá produzindo energia pro Brasil! E até hoje não conseguiram colocar água na Ilha da Fazenda? É mais fácil construir uma barragem ou cavar um poço? A nossa economia acabou. A pesca do acari acabou. A pesca artesanal praticamente acabou. Estamos a 10 quilômetros da barragem e ficamos aqui só com as mazelas. A reclamação é uma só. A gente está cansado de reunião aqui. A gente quer uma solução. (Sr. José Pedrosa)

Explicaram como funciona a comunicação com a Ilha por parte de Belo Monte. Relataram que o centro de comunicação indígena liga para o Sr. Otávio Juruna que sai de casa em casa repassando as informações. Segundo o indígena, a empresa comunica quantos metros cúbicos de água vai passar por segundo. O sucesso dessa operação depende de estar funcionando e com rede o celular do Sr. Otávio, que por sua vez tem que pessoalmente comunicar aos demais.

Minha preocupação hoje é o peixe. Do que nós sobrevive. Nós temos uma perca de peixe esse ano. Porque ele é um peixe de água alta. De enchente. Hoje não tem um peixe desse aqui para levar para Altamira. De quem é culpa? Da Norte Energia. Porque se ela tivesse soltado um volume de água que nem ela soltou no passado, nós tinha o peixe. Nunca tinha visto o rio nessa situação. Eu fico triste. Hoje o peixe tá tão magro... Ele não tem perna para

se alimentar na beira. Comer os frutos da seringa, do sarão, do cajá...(Sr. Otávio Juruna)

Sr. Pedro Pinóquio pediu licença para deixar a reunião para trazer para a equipe de vistoria o peixe que ele havia pescado, que segundo ele, estaria tão magro, sem carne, que *dava até dó*, porque o peixe na Volta Grande está morrendo de fome. Explicou que sem rio não há peixe. Porque eles não conseguem se alimentar.

Quero mostrar o Pacu que pesquei para vocês. A situação! A costela dele. Eu vou convidar vocês a ir no meu rabetinho. Vou levar vocês e vocês vão parar lá na piracema. Como esse peixe vai desovar? Ele não vai ter capacidade de voar, para pular. Não tem água suficiente para ele subir e desovar... A Norte Energia prometeu pra gente que ia ter água suficiente para desovar o peixe. E não tem...



Retornou minutos depois com um Pacu, que apresentou a todos os presentes, lamentando que ninguém ouve o que eles estão dizendo.

É perceptível – mesmo a um leigo – que não tem carne o peixe que o pescador retirou do Xingu para alimentar sua família.



Importante destacar que o Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte traz uma imagem do Sr. Pedro Pinóquio junto com sua esposa Dona Beta Juruna (EIA – TOMO 7, p.183). E os apresenta como família pescadora habitante da Ilha da Fazenda e deixa inequívoco o diagnóstico de que:

É notável e uterina a relação de dependência dessas famílias indígenas da Volta Grande para com o rio Xingu e seu emaranhado conjunto de igarapés. O rio Xingu, além de ser desde tempos imemoriais uma referência simbólica sempre presente, principalmente na mitologia Juruna e Xipaya, é por excelência o principal ecossistema de exploração e uso, pois é dali que tiram a parte fundamental de sua alimentação - o peixe -, onde obtêm a água para beber, lavar a roupa e a louça, e é também o principal meio de deslocamento das ubás, barcos e voadeiras usados nas viagens para visitar os parentes, comprar e vender mercadorias, buscar atendimento à saúde ou outros serviços disponíveis no centro urbano de Altamira. (EIA – TOMO 7, p.170)¹⁶

E ainda conclui o referido Estudo de Impacto Ambiental:

Na Ilha da Fazenda, foi observado que boa parte das famílias indígenas depende da pesca e, portanto, do rio Xingu, para sobreviverem. Na maior parte dessas famílias, a pesca é destinada ao consumo e à venda, sendo em alguns casos a principal fonte de renda. (EIA – TOMO 7, p.182)

Dona Nilda, também moradora da Ilha da Fazenda, ressaltou que a desova dos peixes, que normalmente ocorre em janeiro e fevereiro, ainda não ocorreu em 2019.

¹⁶ ELETROBRÁS. Estudo de Impacto Ambiental – Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, TOMO 7: Índios moradores da Cidade de Altamira e da Volta Grande do Xingu. Leme Engenharia Ltda, 506p, 2009.

Se for pescar, é difícil conseguir peixe até para um almoço. Não temos mais renda de nada. Quem era pescador agora não tem mais peixe. Pra baixo tem a cachoeira e pra cima tem a barragem. Quando você pega, o peixe é magro magro magro, porque ele não tem condição de comer. E vemos ele morrendo. Não tem mais condições de desovar. Quem era pescador não tem mais a profissão porque não tem mais peixe. No ano passado ainda teve duas desovas. Esse ano até agora nada. Os poços de água que temos aqui são rasos. E eles não conseguem abrir um poço que garanta. Abrir buraco qualquer um abre. Deixaram a gente sem nada. Disseram que iam dar assistência pra gente. Aqui não estamos tendo renda. E eles querem que a gente faça o sistema de instalação para o sistema funcionar.
(Dona Nilda)



Os presentes expressaram também preocupação com o caso de Brumadinho, o qual repercute em temor por toda a região que se localiza a jusante do reservatório de Belo Monte e próxima à localidade em que a mineradora Belo Sun pretende construir sua barragem de rejeitos tóxicos. Em eventual desastre com essa lama no rio Xingu, seriam um dos primeiros a serem atingidos.

Há ademais um evidente trauma gerado pela enxurrada de 2016. Episódio em que a Norte Energia liberou grande quantidade de água na Volta Grande, com inúmeros danos materiais às comunidades.

Questionados sobre a recomposição desses danos, foi explicado que apenas os indígenas receberam reparação, sendo que famílias ribeirinhas perderam as embarcações e instrumentos de pesca que estavam na margem e foram levados pela força da água.

Explicaram que a Volta Grande do Xingu não é mais um local para se banhar no rio e que temem por suas crianças. Porque não conhecem mais o rio.

Não temos segurança! (Sr. Babá)

Os presentes falaram também sobre a dificuldade de locomoção. A Associação pediu que fossem entregues 50 cascos (*barcos a motor, os únicos capazes de transpor o banzeiro provocado pela barragem*) e, na véspera da vistoria, informaram, a Norte Energia entregou uma voadeira para toda a comunidade. O tema provocou grande agitação na reunião, com moradores falando ao mesmo tempo que era uma ofensa entregarem um barco, que isso só ia provocar brigas, enquanto outros diziam que ao menos era alguma coisa.

A procuradora Deborah Duprat tomou a palavra e explicou que, pela proximidade que eles estão da barragem, é evidente que são atingidos pelo empreendimento. E questionou sobre a previsão de obrigações para recomposição do modo de vida.

Vocês falaram que a barragem tá aqui perto. Aqui do lado... Pra barragem estar aqui perto vocês. Vocês foram afetados. O modo de vida de vocês foi afetado. O que ela precisava fazer para recompor o modo de vida de vocês? Que ela estava, está, desorganizando. Esses estudos foram feitos. Não foram? Não tem obrigações pra essa empresa? Porque vocês tem que lutar por direitos. Não é por favor. Uma empresa dessa não tem que ficar dando agradinho. Ela tem uma obrigação enorme. Porque ela matou o rio, vocês estão dizendo. Ela desestabilizou a economia de vocês. Isso tudo ela tem obrigação de recompor. É nesse nível que

vocês conversam com a empresa? (Debora Duprat – PFDC MPF)

Outro morador declarou em resposta que a Norte Energia trata a comunidade *igual um pai com a criança quando tá chorando, dizendo que vai resolver.*

Através do Seu Babá foi pedido sim uma voadeira. Mas nós vem pedindo uma água. E a energia gerada pela Norte Energia tá chegando na China. E a nossa água não consegue chegar nas nossas torneiras. Porque é tão difícil a água chegar aqui e é tão fácil a energia chegar na China. As pessoas aqui estão perdendo a fé. Não vem mais pras reuniões. Porque não acredita mais. Daí a Norte Energia vem aqui e diz: agora a água de vocês vai funcionar. E voltam aqui como se não tivessem sabendo de nada. E chegam aqui querendo nos comprar com uma voadeira. Uma voadeira que vai causar desavença dentro da comunidade. Nós não temos mais condição. Eles vem aqui. Bebem água mineral. Enquanto nós ficamos bebendo água de poço de boca larga. Que no verão a água seca. Eles estão nos fraudando aqui. A Belo Sun? Eu não sou a favor da Belo Sun. Ou melhor, eu sou a favor da Belo Sun assim: eles tão se instalando aqui e no dia seguinte vem me tirar daqui. Daí eu saio e não vou ver a bagaceira. Porque a bagaceira vai ficar. Se alguém pensa que vai ser normal ficar aqui com a mina do outro lado. O medo de horror, de lama. Tudo contaminado. Vai ser uma coisa terrível.

(Comunitário)



O empreendimento dos canadenses da Belo Sun foi objeto de várias considerações dos moradores durante a conversa. Alguns disseram apoiar a instalação da mineradora, como única alternativa para que fossem concedidas indenizações que assegurem a saída das famílias para local mais seguro, com condições menos precárias de serviços públicos e acesso a necessidades básicas como renda, alimentação e água. Outros lembraram que a mineradora não reconhece nenhum impacto sobre os moradores da Ilha da Fazenda. *Como não vai impactar a gente se vai fechar os serviços da Vila da Ressaca, onde existe o ensino médio e fundamental e todo o atendimento de saúde?* perguntou um comunitário.

O posto de saúde da Fazenda foi fechado pela prefeitura de Senador José Porfírio, com vários equipamentos no local. A equipe de vistoria não conseguiu sequer entrar no prédio, trancado com cadeados dos quais ninguém na vila possuía as chaves. Pelas janelas, foi possível visualizar camas e outros materiais sendo deteriorados pelo abandono. O atendimento básico se dá na Vila da Ressaca, onde relataram faltar remédios constantemente e, em casos graves, o deslocamento para Altamira é a única opção. Não há, segundo os comunitários, ACS ou técnico de enfermagem disponível no posto de saúde da Ressaca.



Durante as conversas com a equipe, os moradores relataram a falta de merenda escolar. Uma comunitária chegou a afirmar que os professores vão buscar na casa dos pais um pouco de açúcar que faltou para a merenda. Em visita à escola foi possível confirmar os relatos de que o prédio tinha acabado de ser pintado e contava com poucos mantimentos para a alimentação dos alunos, apesar do testemunho da merendeira de que não havia falta de alimentos. A escola conta com biblioteca e salas com boa estrutura. No momento da visita, uma turma multisseriada com cerca de 15 crianças assistia aulas.

A merenda da escola milho com suco. Daí chega em casa e come de novo milho. (comunitária)

Quer fazer uma farofa com sardinhas pras crianças, tem que mandar os pequenos com as canequinhas na casa dos pais buscar farinha.



É muito sério a educação aqui. Porque nós temos um professor, do jardim ao quinto ano. Um professor apenas! Aqui tem um posto de saúde. Fechado. Tinha um ACS aqui. Nem isso tem aqui. Hoje se tem um problema de saúde, tem que sair pelo rio. Aqui não tem nem um técnico de enfermagem. Aqui só

tem as necessidades. Esses dias chegamos no postinho. Com as crianças com coceira de pele, tudo enfermo. E chega lá o enfermeiro dá uma nota pra gente comprar os remédios. (comunitária)

A Norte Energia faz os projetos, daí termina e passa pra prefeitura. A prefeitura não tem condições e daí fica assim. Desassistidos. A Norte Energia acabou com o rio. (comunitário)

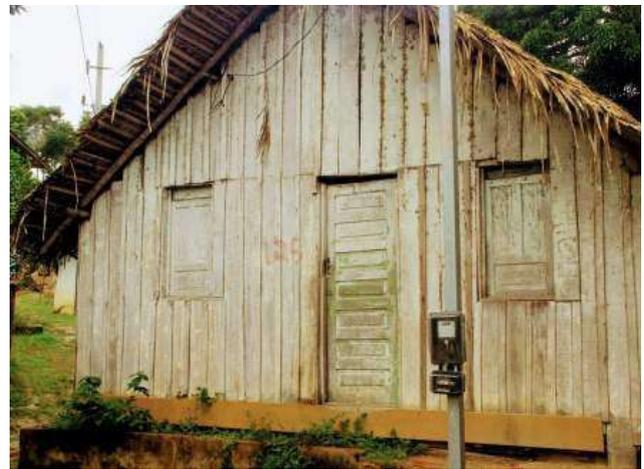


Nós estamos sem conseguir sair daqui. Antigamente a gente ia e vinha com as nossas embarcações. Mas hoje com o banzeiro, não é possível navegar pra cima do barramento. A gente realmente precisa de um apoio no transporte. Como é que eu vou colocar meus filhos e colocar num barquinho de madeira pra atravessar esse banzeiro? (comunitário)

A procuradora Thais Santi terminou a reunião explicando que a equipe do MPF trará uma devolutiva à comunidade, para entregar cópia do relatório da vistoria e explicar sobre as medidas que serão adotadas. E destacou que a Norte Energia para fazer uso da água da Volta Grande do Xingu teria de ter garantido condições para que as pessoas pudessem viver ali. E está evidente que isso não foi feito na Ilha da Fazenda, o que torna indevido o uso da água do Xingu pela empresa.

A visita na Ilha da Fazenda foi encerrada após a reunião na igreja, com a locomoção da equipe de vistoria para o local de pernoite, na aldeia Muratu, do povo Juruna, dentro da Terra Indígena Paquiçamba.

O percurso correspondeu a, mais ou menos, duas horas de viagem nas voadeiras, apesar da relativa proximidade entre os dois pontos. Por causa do nível baixo do rio foi necessário fazer um percurso mais longo e com a lentidão necessária em razão dos pedrais. A navegação na seca do rio exige, além de grande perícia e conhecimento da topografia, a visibilidade.



Casas abandonadas e desesperança em um dos maiores núcleos populacionais da Volta Grande

4.4 DIA 1/MISSÃO 2: VILA RESSACA

A equipe de vistoria partiu do Porto 06 do município de Altamira/PA em viagem, por cerca de 02:30h, até a Vila Ressaca, localizada no município de Senador José Porfírio. A equipe se dividiu em dois grupos. O primeiro grupo se deslocou ao Projeto de Assentamento Ressaca, onde se reuniu com assentados da reforma agrária na localidade Pirarara, enquanto que o segundo grupo permaneceu na Vila Ressaca para reunir com os moradores do local, além de vistoriar estruturas básicas de serviço público.

4.4.1 ITINERÁRIO 1: VILA RESSACA E VILA DO GARIMPO DO GALO – COMUNIDADES NÃO INDÍGENAS¹⁷

Vila Ressaca e Vila do Garimpo do Galo



A região conhecida como Ressaca possui um histórico de ocupação que data da década de 1940, época em que começaram a surgir as primeiras empreitadas em busca de ouro. Com o deslocamento de pessoas para o entorno das regiões de garimpo formaram-se as Vilas Ressaca, Galo, Ouro Verde e Grotá Seca e hoje abrigam uma diversidade sociocultural ímpar na região, dentre agricultores, pescadores, ribeirinhos, indígenas e garimpeiros. A reunião na Vila Ressaca ocorreu na Cooperativa dos Garimpeiros e contou com a presença de moradores das Vilas Ressaca, Galo e Itatá, Prefeito do Município de Senador José Porfírio, Dirceu Biancardi, Edla Cristina, Secretária de Saúde e outros funcionários municipais, além de funcionários da Norte Energia S.A. que haviam sido convidados para acompanhar a vistoria a fim de sanar eventuais dúvidas dos moradores com relação às ações que devem ser implementadas pela empresa no Trecho de Vazão

¹⁷ Por Igor Monteiro, Sadi Flôres Machado, Palloma Aguiar Pessoa, Leonardo Pinho e Ronaldo Ribeiro Silva

Reduzida. Importa lembrar que a Ressaca consiste na localidade em que impactos socioambientais causados pela UHE Belo Monte foram potencializados pela pretensão de instalação da mineradora canadense Belo Sun Mining S.A.. Mesmo sem licença de instalação, segundo relatos dos moradores, houve intenso processo de criminalização das atividades garimpeiras, expulsão de moradores das áreas de pretensão da empresa, compra de terras públicas, proibição de caça e trânsito que teriam sido irregularmente adquiridas pela mineradora, além de ter aquecido o mercado de terras na região.

Paralelamente aos conflitos causados apenas pela pretensão de instalação da mineradora, as obras e programas previstas no PBA para compensação pelos danos causados pela UHE Belo Monte permanecem, em sua maioria, sem efetividade ou inacabados naquela localidade. Além do descaso com as obrigações do licenciamento, o não reconhecimento de indivíduos e grupos como impactados veda o acesso a ações mitigadoras de impacto e indenizações, como relatado por parte dos antigos moradores da Comunidade São Pedro que hoje residem na Vila Ressaca.

Os moradores se mostraram muito preocupados com a situação com a qual a municipalidade trata a região da Ressaca. Na presença do gestor municipal, os agricultores, garimpeiros, indígenas e ribeirinhos clamaram por maior atenção ao local, que está inserida em uma porção de terra desconectada da sede municipal¹⁸. A saúde, educação e qualidade das vicinais são as principais demandas de uma área de características predominantemente rurais e sofre com a interrupção do barramento do Rio Xingu pela Barragem de Pimental, em torno de 20 km a montante das vilas.

A falta de médicos e medicamentos na Unidade Básica de Saúde (UBS) Ressaca é uma das principais reclamações. Os relatos são de que desde a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos não houve a substituição destes profissionais para além da técnica em enfermagem que atende na UBS, que é mantida por uma parceria entre a NESA e Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio. A população pediu que fossem tomadas medidas para melhorar o atendimento na unidade devido a recorrentes situações em que a técnica em enfermagem trata os pacientes com desrespeito.

Segundo relato da Secretária Municipal de Saúde, Edla Cristina, a situação se agravou desde que a NESA deixou de fornecer medicamentos ao município, que argumenta não

¹⁸ O município de Senador José Porfírio é um dos três municípios brasileiros que possui exclave, ou seja, dois territórios separados. A separação se deu por conta da criação do município de Vitória do Xingu.

receber repasses do Governo Federal suficientes para o abastecimento dos postos de saúde, muito embora os moradores tenham relatado que a UBS recebeu os medicamentos às vésperas das vistorias. Ao visitar as instalações da UBS Ressaca, a equipe de vistoria constatou a existência de diversos medicamentos de uso psiquiátrico destinados a pacientes com quadros de transtorno bipolar, depressão e esquizofrenia, mesmo sem a existência de acompanhamento médico especializado no local. Com a falta de medicamentos, doenças facilmente tratadas como hipertensão estão sem tratamento adequado, não contando nem mesmo com aferição de pressão arterial.

A dificuldade de acesso à Ressaca impacta diretamente na qualidade de vida daquela população, dificultando o acesso e garantia de serviços públicos de qualidade. O local da reunião na Ressaca, a Cooperativa de Garimpeiros, fica ao lado da Escola Luiz Rebelo, e em meio a reunião, os moradores nos chamaram a atenção para o momento em que as crianças deixavam a escola para adentrar no veículo que realiza o transporte escolar. Como se observa nas imagens abaixo, em torno de 20 crianças são transportadas em condições precárias por vicinais de péssima qualidade, expostas a chuva e sem condições mínimas de segurança.



Importante ressaltar, que o município de Senador José Porfírio recebeu sete ônibus traçados por meio de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas nenhum deles está em operação naquela região, conforme depoimento dos moradores. Com isso, caminhonetes do transporte escolar enfrentam as péssimas estradas da Ressaca, que não possuem qualquer pavimentação e a trafegabilidade durante o inverno amazônico se tornam um risco diário.



A Escola Luiz Rebelo funciona como polo para as demais vilas da região por atender alunos do ensino médio. Foi-nos informado que esta escola atende atualmente cerca de 193 alunos do Jardim ao 9º ano e em média 43 alunos no ensino médio. Para tanto, há cooperação do município com o estado para atender alunos do ensino médio. No total, a Escola Luiz Rebelo atende a alunos do PA Ressaca (312 alunos), Santa Isabel (117 alunos), Itatá (25 alunos), Maria do Carmo (39 alunos), Nova Conquista (31 alunos), Nova esperança (14 alunos), Pavão Dourado (32 alunos), Pirarara (19 alunos), Salmo 23 (16 alunos), Severino Pinto (116 alunos), Nokton Arara (24 alunos), Arara Volta Grande do Xingu (49 alunos), Alegria do Saber (36 alunos), Paraíso do Norte (120 alunos), Planalto (357 alunos) e a escola pólo – Luiz Rebelo (193 alunos). Informa a diretora que outras duas escolas serão inauguradas no próximo mês: Travessão da Firma e Trairinha. Os moradores ressaltaram que alguns alunos não estão conseguindo obter o certificado de conclusão do ensino médio. Perguntada a Secretária de Educação Samiriam Bittencourt Santana, esta informou que por questões administrativas da escola estadual estes certificados não são enviados ao município e para isso os alunos devem procurar a secretaria para regularizar esta situação.

A merenda escolar – questão que gerou revolta entre os moradores – não estava sendo entregue desde o início do ano letivo para as escolas das vilas da região. Em razão disso, os alunos estavam sendo liberados no meio do período de aula para retornar para casa. A administração municipal informou que houve apenas um atraso na entrega, mas já havia sido realizada a entrega, entretanto os moradores deram a entender que a merenda só havia chegado na véspera da vistoria. A Secretária de Educação informou que deixaram de fornecer merenda aos alunos do ensino médio no período noturno pois estes

geralmente já iam alimentados para as aulas e, por esta razão, estava ocorrendo desperdício dos alimentos. Teria, então, havido acordo com os alunos, que optaram por não haver mais o fornecimento da merenda.

Em meio ao abandono da região pelo Poder Público, a qualidade de vida dos moradores decresce diante dos impactos diretos sentidos com o barramento do Rio Xingu. A população das vilas é uníssona em afirmar que suas vidas se tornaram mais custosas após a construção da UHE Belo Monte, isso por que não existe mais o livre trânsito pelo rio para resolver questões de saúde e escoamento de produção, que agora são feitas, em sua grande maioria, por estradas de péssima qualidade. Embora haja o Sistema de Transposição de Embarcações implantado desde 2013 entre o Trecho de Vazão Reduzida e o Reservatório Principal, muitas pessoas não se sentem seguras em trafegar com suas embarcações de pequeno porte pelo reservatório devido a formação de “banzeiros”, que são as ondas que agitam o rio.

Durante a reunião, os moradores relataram que têm conhecimento de um projeto aprovado no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-X) para destinar combustível para a revitalização das vias de acesso às vilas, porém a destinação nunca teria ocorrido e os próprios agricultores teriam se unido para custear a obra por meio da compra de combustível para os tratores.



As obras do sistema de saneamento, obrigação cabida à Norte Energia S.A. como condicionante* às áreas impactadas, até a data da vistoria não havia sido finalizada. Alguns moradores precisam coletar água do rio e não se sentem seguros de fazê-lo, pois

temem que esteja contaminada pelo apodrecimento das árvores do reservatório e consequente mortandade de peixes. Em reunião entre o MPF e a empresa na semana que antecedeu a vistoria, a NESA afirmou que as obras do sistema de saneamento teriam sido paralisadas por conta do início do período de chuvas, impossibilitando o trabalho com as escavações. Segundo os moradores, as obras de saneamento já foram iniciadas e refeitas várias vezes e hoje encontram-se abandonadas enquanto a população está sem água potável para consumo.

A ineficiência da saúde e inexistência de saneamento básico na Ressaca sinaliza o descaso da gestão municipal para com a região. É visível que não há esforço para implementar medidas mínimas para manter condições sanitárias e de saúde satisfatórias àquela população rural, do mesmo modo que o Município parece não fiscalizar as obras que deveriam ter sido implementadas pela Norte Energia S.A. em uma das áreas mais críticas no projeto da hidroelétrica.

Nas semanas que antecederam a vistoria, circularam pelas redes sociais de muitos moradores da região, vídeos que exibiam os diques do reservatório intermediário com supostos vazamentos. O temor de que pudesse haver o rompimento da barragem de Pimental ou mesmo dos diques do reservatório tomou conta de quem vive abaixo destas obras, pois dias antes havia ocorrido o desastre do rompimento da barragem de Brumadinho. Os moradores, sem qualquer acesso a informação sobre o nível dos reservatórios ou vazão de água para a Volta Grande do Xingu pela barragem de Pimental, se sentiram abandonados e temiam pelo pior.



Um quadro de recados: o mecanismo pelo qual a concessionária Norte Energia informa as vazões liberadas para a Volta Grande do Xingu, rebatizada pela empresa como TVR

Na ressaca, há um Núcleo de Comunicação da Norte Energia S.A., porém muitos reclamam que não conseguem obter as informações mais básicas e ao que indicam os depoimentos, o local existe apenas para cumprir com obrigações previstas no PBA. Durante a reunião na Ressaca, os moradores disseram se sentir abandonados, uma vez que o local não possui cobertura de sinal por nenhuma operadora móvel, com exceção de alguns pontos mais altos em que é possível obter sinal da operadora Oi, porém reclamaram que por meio do Núcleo de Comunicação da Norte Energia S.A. não se é possível mandar avisos ou serem avisados de nada. Inclusive, recentemente, em resposta ao temor da população com o rompimento da barragem a empresa avisou que instalaria sirenes na vila, o que gerou ainda mais pavor, pois lembraram que em Brumadinho também existiam sirenes e que as mesmas foram as primeiras a serem destruídas pelos rejeitos.



O isolamento geográfico em que a população se encontra reflete diretamente na dificuldade em escoar a produção local, que é, em sua maioria, proveniente das plantações de cacau. Apesar de estarem em segundo lugar no estado em produção de cacau, os moradores relataram que durante o verão as estradas ficam minimamente viáveis para o transporte de carga. Além disso, muitos produtores não conseguem acessar políticas públicas de fomento à agricultura familiar por não ter sequer a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que garante o acesso dos agricultores a crédito rural, bem como garante o direito de participar de certames públicos, como para o fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Os moradores reclamaram, ainda, sobre o fornecimento de energia elétrica, que seria de baixa qualidade, com constantes interrupções e altos custos. Algumas famílias relataram possuir poucos eletrodomésticos

e mesmo assim os valores cobrados mensalmente pela empresa Celpa, concessionária de energia elétrica do estado do Pará, são muito além do seu consumo. Uma das lideranças, inclusive, afirmou ter mais de quarenta mensalidades atrasadas em seu nome, mas que, devido a sua atividade de representante local, sempre precisa custear viagens e alimentação para participar de reuniões em Altamira e outras cidades e deixa de adimplir com os altos custos das cobranças. Além desse cenário, outras famílias, residentes em uma área próxima às instalações da Belo Sun Mineração LTDA, afirmaram já terem solicitado a instalação de energia, pelo programa do Governo Federal, Luz para Todos, tendo aberto estrada para a passagem do maquinário, porém a obra nunca aconteceu, mesmo tendo chegado às instalações da empresa e de seus vizinhos.



Comunidades que vivem na penúria por causa do desvio das águas do Xingu para produção de energia elétrica pagam muito caro pela precária energia que recebem. A segurança pública também foi uma importante pauta abordada pelos moradores na reunião, que se sentem desprotegidos devido a ausência das Polícias Civil e Militar na região. A delegacia foi construída na Vila Ressaca após a construção da barragem, como uma das ações previstas visando a mitigação de impactos de obra, porém não possui funcionamento intermitente. Já a Polícia Militar não possui nenhuma base instalada ou guarnição responsável pela ronda no local. No início da reunião os moradores ficaram exaltados ao ver uma viatura da PM e associaram a rara ida da polícia à presença do Prefeito do Município, porém o mesmo explicou, em sua defesa, que a guarnição havia estado presente a pedido da equipe de vistoria, como ocorreu em outros locais vistoriados.

Importante lembrar que a região impactada pela UHE Belo Monte não se resume a Vila Ressaca, as vilas adjacentes a ela receberam menos investimentos e se somam como uma região gravemente impactada pela economia em declínio do garimpo e a eminência da implantação da mineradora canadense Belo Sun Mining S.A, sem as devidas cautelas previstas na legislação.



A Vila Itatá foi outra localidade visitada e também abordada na reunião ocorrida na cooperativa. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Itatá foi construída recentemente, em outubro de 2017, e possui uma boa estrutura, porém, quando visitada ainda estava sem merenda para as crianças e, com isso, o período de aula estava prejudicado, pois, em razão da falta de comida, a professora era obrigada a dispensar os alunos na hora do recreio. Entretanto, quando há merenda escolar, a professora assume os papéis de merendeira e professora, sendo necessário se dividir entre as duas tarefas por não possuir uma pessoa responsável pela comida.

A Vila, que possui em torno de 150 famílias, segundo seus representantes, não foi contemplada com estruturas de saneamento básico e as famílias reclamam da má qualidade da água que consomem. A comunidade se sente esquecida diante dos investimentos previstos para a Vila Ressaca, distante apenas 15km, ainda que não inteiramente concretizados. Os problemas de saúde da população precisam ser tratados fora da vila, pois não há Unidade Básica de Saúde e o Agente Comunitário de Saúde havia sido demitido há pouco tempo, junto com diversos outros que atendiam a região. Com isso, principalmente os idosos sofrem com a falta de cuidados básicos e essenciais

para o tratamento de doenças crônicas, além de o local não contar com nenhuma ambulância.

Já na Vila do Galo, a situação se mostrou ainda mais grave que as outras comunidades. A Vila foi um dos principais afetados pela pretensão de instalação da mineradora canadense. A primeira constatação foi a de que as famílias residem em situação de extrema precariedade e o local não possui qualquer equipamento público, mas tão somente as residências que, segundo os mesmos, abrigam cerca de 20 famílias. A vistoria se deu numa segunda feira, e neste momento já as 17h, e parte dos moradores que nos receberam encontrava-se alterada pelo consumo do álcool. Nos organizamos para uma breve reunião em pequeno comércio e ouvimos reclamações, principalmente, sobre a falta de perspectiva de desenvolvimento local. Os moradores narraram que após terem sido proibidos pela empresa de exercerem suas atividades garimpeiras muitas pessoas deixaram suas casas em busca de outra forma de subsistência.

Alguns moradores afirmaram que estão trabalhando em cima de rejeitos de anos anteriores, repassando até pela oitava vez o mesmo rejeito em busca de algumas gramas de ouro. Em meio a esse cenário de desamparo, a economia local declinou, a saúde e qualidade de vida da comunidade parecem ter decaído da mesma forma. O proprietário do estabelecimento em que reunimos a comunidade confessou que todos se mantêm vivos e alimentados graças a amizade de uns com os outros, inclusive as vendas de seu comércio são feitas todas basicamente à prazo.

A situação de isolamento da Vila do Galo é ainda mais grave que na Vila Itatá, já que a única estrada que dá acesso à localidade fica alagada em períodos de cheia, como o que estávamos, e a via fluvial se torna a única forma de transporte, sendo a mesma utilizada pelas crianças para acessar as escolas na Ilha da Fazenda e Ressaca.

Família de Leonilda Juruna



Uma das equipes de inspeção se dirigiu até a residência da família da Sra. Leonilda, pertencente ao povo Juruna. O esposo da Sra. Leonilda informou que residia na região conhecida como Arroz Cru e que em meados de 2010 a NESA cadastrou parte das famílias do local e posteriormente foram ou indenizadas ou relocadas para outros locais, com exceção sua família. Devido a uma peculiaridade de sua família, de terem dupla habitação, tanto na Vila Ressaca quanto no Arroz Cru, principalmente para exercer atividades laborais, não foram reconhecidos como residentes da comunidade e, assim, não foram indenizados.

A família tem conhecimento de que a comunidade próxima ao Arroz Cru, Comunidade São Pedro, está sendo novamente habitada e gostariam de saber se o mesmo vai ocorrer com a localidade do Arroz Cru pois têm interesse em retornar para a região, onde viviam da pesca. Reconhecem, inclusive, que a fartura de peixes dos tempos prévios ao barramento do rio já não existe, bem como a qualidade da água pode ter sido afetada naquele trecho.

Segundo a família, residem hoje na Vila Ressaca em torno de 17 famílias indígenas que não são acompanhadas pela FUNAI ou pela NESSA por não serem aldeados, mas essas famílias têm interesse em formar uma comunidade para que possam residir juntas.

Família Xipaia – Comunidade 10 Irmãos

Na sequência, a equipe visitou a família de Maria e João Xipaia, casal de moradores de longa data da região da Ressaca, matriarca e patriarca de uma família de doze subgrupos familiares que residem em nove casas, situadas próximas às instalações da mineradora Belo Sun. João Xipaia afirmou residir naquele local há mais de 20 anos, mas já residiu quando criança onde hoje está a mineradora. Relatou que quando tinha em torno de 8 anos de idade houve um conflito violento com a Oca Mineradora, em que sua família foi removida do local à base de ameaça e tiros.

A base de subsistência da família sempre veio da agricultura e da pesca. A roça e os peixes serviam tanto para alimentação direta quanto para comercialização em Altamira.

Usava, levava farinha, levava pupunha para Altamira, levava bastante coisa, agora não levamos mais. Vendia, agora não levamos mais nada disso pra lá. Fica aqui na comunidade porque não tem como ir pra lá com nosso barco. Antigamente era tranquilo, se não dava para chegar no mesmo dia, nós dormíamos na viagem, levávamos comida Desde o tempo que a barragem saiu aí, depois que a barragem saiu ficou tudo difícil... (Maria)

Apesar de terem sido claramente impactados pelo barramento do Rio Xingu, não foram considerados impactados pelos estudos de licenciamento do empreendimento, estando em condição de invisibilidade até hoje, inclusive de sua identidade como indígena. Questionados sobre o contato estabelecido com a Norte Energia, eles informaram que em determinados períodos uma equipe da empresa os visita para tratar da passagem dos peixes entre as barragens, período de desova, porém nunca houve esforço de compensação por danos sofridos pelo empreendimento. Sobre os impactos na pesca e nível da água informaram:

Não é igual era antigamente não, o negócio do peixe aqui mudou, agora os peixes estão sofrendo para desovar nesse tempo, não está tendo mais

piracema, e já era para estarem desovando e a água do rio está baixa. Piracema que a gente fala é o lugar que a bichinha subia para desovar. Aqui, às vezes, quando dá uma chuva forte elas ficam na boca do igarapé tentando subir porque agora é o único lugar. Não enche mais como enchia. O poço está bom de água, agora no inverno né, mas no verão também dá uma baixada boa. Em 2015 teve uma época aqui que nossos poços secaram tudo.
(João Xipayá)

Sr. João alega que já procurou obter o reconhecimento da comunidade como impactados para que pudessem receber investimentos da NESÁ. O esforço teria ocorrido em uma reunião na Aldeia São Francisco, mas não receberam apoio, e como comunidade autônoma, não quiseram entrar em conflito.

A família informou que alguns anos atrás a FUNAI já havia feito contato com eles, mas nunca houve acompanhamento, de fato, mesmo Sr. João sendo primo da indigenista* responsável pela rota na qual estão inseridos. Assim como acontece o negligenciamento da FUNAI em relação à comunidade, o DSEI também não realiza atendimento das famílias. Um dos desejos da comunidade é ter uma farmacinha com medicamentos básicos em caso de emergência para fazer curativos ou mesmo um contato com os órgãos responsáveis para realizar remoções quando necessário. Existem idosos e crianças que não possuem atendimento domiciliar por agente comunitário de saúde e reclamam não conseguem medicamentos buscam na UBS Ressaca.



*Nós aqui somos esquecidos,
nós já temos mais de 20 anos
eu mesmo bem dizer fui criado aqui.* (João Xipaya)

4.4.2 ITINERÁRIO 2: PROJETO DE ASSENTAMENTO RESSACA – VILA PIRARARA¹⁹

No Projeto de Assentamento Ressaca reuniram-se com uma das equipes de vistoria, o INCRA e agricultores assentados da reforma agrária na EMEF Santa Izabel, localizada na Vila Pirarara. Os agricultores reclamaram das estradas que dão acesso aos lotes e à Vila, pois o transporte escolar, de forma tão rudimentar quando o encontrado na Vila Ressaca, trafega com crianças na carroceria, expostas a perigos diários. O próprio motorista participou da reunião e relatou que as péssimas condições das estradas obrigam-no a deixar os alunos até onde o transporte escolar é possível chegar.



Os produtores da localidade informaram que não conseguem acessar os certames públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, pois não têm aprovação da vigilância sanitária. Foi solicitado, pelos agricultores, que a prefeitura de Senador José Porfírio monte uma comissão técnica para ir até a localidade orientá-los de como devem proceder para organização de toda documentação necessária, para tornar viável a comercialização de seus produtos para a merenda escolar.

Segundo a Secretaria de Educação de Vitória de Xingu relatou, existe uma nutricionista no município que elabora o cardápio sendo distribuídos nas escolas os seguintes alimentos: arroz, charque, bolacha, achocolatado em pó. Mediante o relatado pela secretaria de educação e comparando com a Resolução CD /FNDE nº 38, de 16 de Julho

¹⁹ Relatoria de Igor Monteiro,

de 2009 do Ministério da Educação o cardápio é inadequado e não atende o recomendado pela resolução. A Resolução CD /FNDE nº 38, de 16 de Julho de 2009 do Ministério da Educação que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Não há posto de saúde na localidade tendo os moradores que se deslocar até a Vila Sol Nascente, porém mesmo quando se deslocam para a UBS da vila vizinha os enfermeiros não os atendem por não pertencerem a localidade. Os moradores informaram que o agente de saúde da localidade presta um serviço de boa qualidade na Vila Pirarara, mas não existem medicamentos, consultas médicas e vacinação disponíveis para a comunidade.

No Travessão do Pernambuco a Escola Céu Azul está fechada e os pais relataram que querem a reabertura, pois é impossível as crianças irem para outra localidade estudar em razão da distância da mesma e a intrafegabilidade das estradas vicinais do assentamento. Além disso, a EMEF Santa Izabel estava desde o início do ano letivo sem merenda escolar. Segundo a Diretora, os alunos eram liberados mais cedo no matutino, às 10hs 30min, sendo que o término regular ocorre às 11h30min. Mediante a situação há uma redução de 1 hora carga horária, fazendo que a carga horária total seja prejudicada não respeitando a carga horária estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) que uma carga horária anual mínima de 800 horas, a serem distribuídas durante esses dias, o que resulta em, pelo menos, quatro horas diárias de trabalho escolar. Informaram, ainda, que o ano letivo de 2018 está terminando em março de 2019, devido à escola estar passando por reformas e que nesta mesma escola existe uma sala de informática que não tem internet.



Há um alojamento para os professores que foi construído pela Norte e Energia, o mesmo apresenta as seguintes falhas: falta de segurança para os professores que ficam hospedados durante o período de sua (s) disciplinas), não há internet, há cozinha com fogão, mas sem botijão, sem panelas, péssima qualidade de camas, colchões, portas. Os professores que ficam alojados tem que comprar sua própria alimentação diária. O ano letivo estabelecido por lei não é cumprido. Segundo o calendário escolar do município o término das aulas ocorreria no dia 18/12, mas em realidade, segundo relato de professor, as aulas se encerram no dia 30/11. No calendário existem vários sábados letivos como aulas, quando na verdade são cumpridos somente dois por mês. A que parece, o registro realizado nos diários de classes é “fictício”. Procedimento que seria realizado para dispensar o professor não efetivo em novembro, para ele não ter direito de receber o 13º salário. Os professores contratados não recebem os salários de acordo com o proposto pela legislação do FUNDEB.

A situação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pirarara é complicada. A distância é de 4 km da Vila Ressaca até essa escola. O transporte escolar é realizado em carro não apropriado e falta de segurança. O único professor atende de 16 a 18 alunos em regime de multi seriação: jardim 1º e 2ª e alfabetização de 1º ano ao 5º anos.

Os contratemplos e atrasos gerados por problemas nas estradas não permitiram a atuação e visitas às demais comunidades e unidades escolares dos travessões. A vulnerabilidade dos moradores do PA Ressaca nas questões fundiárias colabora com as possíveis violações de direitos da parte de empresas que pretendem explorar o subsolo, em particular o projeto de Mineração Belo Sun.

É evidente o sucateamento dos aparelhos e unidades de educação, tanto no seu aspecto social quanto físico, como a falta de merenda e também de merenda adequada aos

alunos pela não implementação dos programas de merenda escolar, defasagem no quadro de professores, falta de manutenção nas estradas o que influencia no transporte dos alunos e inclusive gera riscos à sua segurança; assim como o estrangulamento da economia e produção local.

4.5 DIA 1/MISSÃO 3: COMUNIDADES DO RIO XINGU - RIBEIRINHOS²⁰

Comunidade São Pedro, região do Caitucá

Senhor Silveira e Dona Tarsila



A equipe de vistoria chegou à Comunidade São Pedro, região do Caitucá, por volta das 11hs da manhã, no dia 25 de fevereiro. Localizada na terra firme, margem esquerda do rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, a comunidade é formada por cinco famílias, remanescentes do Núcleo de Referência Rural São Pedro. A empresa Norte Energia só considerou impactada pela interrupção temporária do escoamento da água no canal da margem esquerda do Xingu as propriedades nos primeiros 10 quilômetros do rio, abaixo do local onde foi construído o barramento do sítio Pimental. Sendo assim, os demais moradores permaneceram na região sem nenhuma assistência. Além disto, a empresa Norte Energia só considera como comunidade São Pedro as propriedades rurais dentro deste limite de 10 quilômetros. Contudo, as famílias remanescentes relatam que a comunidade se estende até a cachoeira do Caituca. A primeira casa visitada foi da família do Senhor Silveira e da Senhora Tarsila, residentes no Sítio Fé em Deus. A terra é herança da dona Tarsila que divide o lote com outros irmãos. O casal de agricultores tinha como principal fonte de renda a venda de farinha produzida semanalmente, contudo, com a dificuldade de acesso e após o declínio da vida econômica da região, não conseguiam mais vender a produção, tendo hoje como principal fonte de renda os benefícios sociais do governo.

Antes com a produção de mandioca e milho, dava para vender e tirar um dinheirinho. Fazia farinha,

²⁰ Relatorias de Monica Lizardo, Cristiane Carneiro

coisa pouca. Vendíamos farinha na ilha da Fazenda. Agora a gente está fazendo mais para consumo [...] agora que ele completou os sessenta anos nós queremos ir lá (em Altamira), para ver se ele entra no benefício, mas a gente ouviu falar aí na televisão que homem só com sessenta e cinco anos. (Dona Tarsila)

Dona Tarsila que nasceu e cresceu nas ilhas da Volta Grande do Xingu começou relatando as transformações e dificuldades enfrentadas desde o início da construção da Usina de Belo Monte.

Temos muitos problemas, mas principalmente o maior impacto foi no peixe, né? Quando nós vamos pesca quase não pegamos para comer. E nós não queremos pra vender mesmo, nós queremos para o consumo .(Dona Tarsila)

Eles relataram que os peixes que tem sua alimentação a base de frutos e sementes estão magros e impróprios para o consumo. Os animais não estão conseguindo entrar no igapó para se alimentar em razão do volume de água que está sendo liberado para a Volta Grande não ser suficiente para alagar as ilhas onde esses animais encontravam alimentos. Além disso, citaram que as espécies de peixes que realizam suas desovas em lagos e campos dentro das ilhas foram diretamente afetadas, uma vez que, os animais não conseguem mais ter acesso a essas áreas em decorrência da redução do nível da vazão.

Eu pesco de malhadeira, anzol e tiradeira. Hoje não tem mais gapó, as seringas estouram no seco. De primeiro quando tinha o gapó nós vínhamos com a malhadeira e esticávamos dentro do gapó naquela ilha ali, quando vinha de tarde tinha de dez peixes na malhadeira. (Senhor Silveira).

Outra mudança observada foi a alteração na qualidade da água do rio Xingu. A família não possui poço artesiano e utiliza a água do rio para consumo, atividades domésticas e recreação.

A água era limpa, porque a gente via o fundo e agora nós temos medo até de banhar. Hoje eu vou trazer a água para vocês verem, tirarem foto para levar para vocês verem que água nós usamos aqui. Falta de a gente pedir poço não é não, tem mais de 3 anos que a gente pede esse poço direto para quem vem por aqui fazer reunião com a gente, não diz que não faz, mas também não faz. (Senhor Silveira)

Chamam atenção os elevados preços das contas de energia elétrica pagas pelos ribeirinhos. Com uma casa pequena com poucos aparelhos que consomem energia elétrica a família paga uma média de R\$280,00 por mês. Relatam que já procuraram o escritório da Centrais Elétricas do Pará em Altamira para resolver a situação, mas não obtiveram sucesso. *A gente vai na Celpa reclama, falta chorar lá no balcão eles não atende a gente de nada, só dizem que vão ajeitar, mas quando o talão vem, outra “cacetada”, lamenta.*

Para acessar os equipamentos públicos de saúde a família precisa se deslocar para o centro urbano do município de Altamira. Contudo, a família vem enfrentando muitas dificuldades para fazer esse deslocamento. Eles poderiam se deslocar pelo ramal que dá acesso ao travessão do quilômetro 27, que hoje está em péssimas condições, ou poderia se deslocar pelo rio, enfrentado os problemas da redução do nível do rio e exposição dos pedrais, além do banheiro na área do reservatório. No entanto, a família não possui nenhum transporte terrestre e a embarcação que possuía foi levada do porto na beira do rio pela forte correnteza após a liberação repentina de uma grande quantidade de água do reservatório principal de Belo Monte para a Volta Grande. Tal episódio aconteceu em janeiro de 2016, sem aviso prévio. Assim, desde 2016 a família está sem transporte, dependendo de terceiros para se deslocar até a cidade e vilarejos próximos ou pagando R\$100,00 (ida e volta) por pessoa na voadeira de linha que sai da Vila Ressaca.

Importante relatar que os ribeirinhos nunca foram procurados pela empresa Norte Energia para resolver a situação dos pertencer perdidos.

Eu ando de carona, porque eu não tenho carro, não tenho moto. Não tenho nem bicicleta pra falar a verdade. Barco também não. Falando em barco no tempo que a barragem soltou uma água aí e não avisaram a gente eu perdi um barco com malhadeira e dois remos. Ninguém esperava que essa água fosse solta naquele momento, e a canoa estava bem ali, aí as malhadeiras dentro da canoa, aí a correnteza levou o barco... eu estou sem canoa, aquela canoa ali não é minha, eu peguei emprestada.(Senhor Silveira)

Quando questionados sobre o que fazem quando têm alguma emergência ou alguém passa mal, os ribeirinhos responderam: *morre, não tem jeito, não dá tempo de chegar até a cidade. Um dia desses ela passou mal e eu fiquei aperreado.*

Depois deste acontecimento ocorrido em 2016, e dos rompimentos das barragens de Mariana e de Brumadinho, a família expressou grande medo em morar abaixo do barramento. Diante das dificuldades e insegurança a família contou com a ajuda de um amigo para instalar um telefone rural na propriedade para conseguir ter uma comunicação mínima em casos de emergência.

Ficou claro nas palavras dos ribeirinhos que a região da Volta Grande transformou-se desde o início da construção da Usina de Belo Monte. Somado a isso há um forte sentimento de esquecimento.

O casal perdeu a canoa que possuía para se deslocar até a Ressaca e Altamira na enchente de 2016. Desde então, têm problemas para se locomover. Dependem, basicamente, de carona de vizinhos ou parentes para chegar a Altamira por via terrestre. O casal relatou que registrou a perda da canoa mas nunca foi procurado pela Norte Energia para a reparação dos itens previstos ou para receber qualquer apoio.



Não fui beneficiado nem num copo d'água. (Sr. Silveira)

Os moradores entrevistados relataram piora na qualidade da água, no volume e queda significativa na quantidade de peixes após o empreendimento.

Sr. Silveira e Dona Tarcila relataram ainda pânico em relação à possibilidade de rompimento da barragem. Nenhuma informação foi repassada pelo poder público ou pela empresa sobre os riscos ou sobre o que fazer em uma situação de emergência.

Senhor José

A segunda casa visitada foi a do Sr. José, também residente do Sítio Fé em Deus. Ele é um dos irmãos da dona Tarsila que herdou parte do lote do seu pai. Possui oito filhos e 18 netos. A família trabalha com a roça para o consumo e venda do excedente.

A família não possui poço artesiano, e a água do rio não é mais própria para consumo.

Quando ela bebe a água do rio, passa mal, dói muito o estômago (Sr. José)

A base alimentar da família, principalmente o peixe, ficou comprometida depois da diminuição do nível do rio no trecho da Volta Grande.

O peixe é magro, não engorda mais como antes, ficaram todos magros. Peixe magro não tem sabor, nós só comemos porque não temos outra opção

A família possui uma percepção semelhante à visitada anteriormente com relação ao impacto da diminuição da vazão do rio na Volta Grande na ecologia alimentar e reprodutiva dos peixes. O peixe era bom antigamente, porque tinha igapó para ele entrar e comer, hoje em dia não tem mais. As curimatãs não desovam, porque não tem mais piracema, porque tá seco, não enche mais. Elas entravam nos igapós para desovar, agora não tem como entrar porque não tem água. Não tem condições da bichinha entrar para desovar.

Com relação à saúde, utilizam também os hospitais de Altamira, acessando-os pela estrada em péssimas condições. Um Agente Comunitário de Saúde, vinculado ao município de Vitória do Xingu, passa na região uma vez por ano. O ribeirinho explicou que a empresa Norte Energia S.A. envia empregados de terceirizadas para realizar monitoramentos.

E afirmou que tem muito medo de a barragem estourar.

Dona Iva



Dona Iva reside em uma pequena ilha no meio do rio Xingu. Vive com o esposo, que possui carteirinha de pescador, e três filhos, maiores de idade. A família relatou que, antes da barragem, a pesca era profícua e a venda era feita aos geleiros. Hoje, quase não se consegue pescar algum peixe que dê pra vender no rio e a venda deve ser feita em Altamira, o que é muito custoso para eles. Relataram também que, no episódio em que a empresa mandou liberar uma grande quantidade de água sem avisar, muitos peixes amanheceram mortos. Que, com as dificuldades em relação à pesca, passaram a plantar cacau há pouco tempo.

Explicou que a água do rio está suja e imprópria para consumo. Dona Iva relatou que, em função de beber essa água, teve problemas nos rins. A casa não possui poço. Para acessar serviços de saúde, utiliza-se do posto de saúde no P.A. Ressaca, inclusive porque não há ACS que faça atendimentos nesta localidade em que reside. Como sua casa não possui luz elétrica da rede Celpa, utilizam um pequeno motor.

Dona Iva e sua família expressaram profunda tristeza pelo represamento do rio e o desgosto de viver nas condições atuais. Tristeza pela abandono e desejo de sair. Relataram também grande medo de que a barragem venha a se romper, inclusive que não dormem direito à noite pensando nesta possibilidade

Caitucá

Senhor João e senhor Leonardo

Os moradores relataram, basicamente, dificuldades em relação ao transporte e sobre o nível e qualidade da água. Com a construção do empreendimento, deixaram de realizar o deslocamento por meio do rio.

Na casa do Sr. João, duas crianças estavam perdendo aula desde o início do ano em função da ausência de transporte escolar. De acordo com os moradores, a ausência de transporte se dá em função da qualidade precária das estradas.

Comunidades ribeirinhas - beiradão

Senhora Cláudia, senhor João e senhor Jonas

Dona Cláudia e Senhor João também são residentes no Sítio Fé em Deus. Durante a conversa, outros moradores da região que souberam da vistoria chegaram para falar sobre as suas queixas, assim acabamos fazendo uma roda de conversa com todos os presentes. Dona Cláudia é nascida e criada na região da volta grande, criou seus filhos com a renda da roça e do peixe.

Eu nasci e me criei nessa terra aqui. Nós temos 27 anos que moramos em cima desse morro (Dona Cláudia)



Entre os problemas vivenciados no beiradão está o difícil acesso à escola. As netas da dona Cláudia estavam sem estudar até o dia da entrevista por ausência de transporte escolar. Na ocasião a dona Cláudia pediu a ajuda da nossa equipe para levar na voadeira as crianças para a casa do Sr. José onde pegaram uma carona, no carro de um conhecido, até a casa da tia onde vão ficar para estudar.

Desde quando começou as aulas, no dia 04, elas estão sem estudar. Não tem transporte escolar. Hoje é 25, agora que elas vão para a escola porque eu vou mandar elas para outra casa [...] ano passado foi muito precário, elas perderam o semestre inteiro por falta de transporte, que quebrava e demorava semanas para voltar, arrumava, passava dois ou três dias estudando, quebrava de novo. A desculpa era que a estrada não era boa e eles colocam para cá micro-ônibus, esse tipo de transporte é para asfalto, então a estrada tem que ser bem piçarrada.

Os moradores relataram o deterioramento total das atividades econômicas na região. Basicamente dependiam de pesca para consumo próprio e para vender no comércio da região e da agricultura. Além da dificuldade de comercializar os produtos a família perdeu seu único transporte no episódio de janeiro de 2016, liberação repentina de uma grande quantidade de água do reservatório principal de Belo Monte para a Volta grande sem aviso prévio. Assim, desde 2016 a família está sem transporte para se locomover e escoar sua produção.

Nós temos cacau, é pouco, mas é uma renda que nós temos. Vendemos banana e de vez em quando, a gente vende porco. Quem vive de roça, mora na roça, tudo dá dinheiro. Só não tem um lugar para vender e o comprador. A gente também faz farinha para vender. Antes as coisas eram vendidas em Altamira. Nós tínhamos justamente um barco de 1000 kg para levar o cacau, a banana para vender e outras coisas. Tem a época da castanha, que a gente tira a castanha, tem ano que dá e tem ano que não dá, e é justamente esse barco que está aí, que eu estou na luta com a norte energia com um processo que vai fazer 2 anos, para ver se eles me dão um casco de voadeira, eu tô na luta ainda. Teve um vazamento em 2016, vocês sabem sobre esse vazamento, né? Então, da noite para o dia isso tudo aqui virou um mar, tudo que era nosso foi tudo para o fundo, nada ficou, a água saiu levando tudo. Perdemos canoa de pesca, barco de 1.000 kg, malhadeira, remo, ninguém sabe onde foi parar, já a canoa depois de muito tempo, tá aí, ele achou, mas também não presta para mais nada. Eu vou para Altamira de carona ou pago passagem.

Daqui para Altamira com quatro volumes eu tenho que pagar no mínimo duas passagens ou mais. Querem por volume, um saco daqueles numa

voadeira por 50 reais eles não levam. (Dona Cláudia)



*Hoje o peixe sumiu
(Dona Cláudia)*

Os ribeirinhos também relataram sua preocupação com a redução do peixe e a variação diária no nível do rio. Explicaram que desde 2016 não tem mais cheia e os peixes estão magros, impróprios para o consumo e a venda.

O peixe reduziu, eu acho que por causa da água que aumenta e diminui todo dia. Eles estão sem comida porque a época da fruta cair no rio para os peixes comer, está caindo no seco. O pacu que é o peixe mais procurado que só vive de fruta. Nessa época nós não estamos mais consumindo, não pegamos para vender e nem para comer porque eles estão magros demais, para cá está, não sei como está lá para cima. Mas não tem comida e a comida cai tudo no seco. Onde que três anos atrás o rio estava seco assim, parece mês de agosto [...] nós tivemos muitas perdas, todo mundo sabe disso, né? Quando foi construída essa barragem, milhares de peixes morreram.

O pânico em relação ao rompimento da barragem foi reforçado por todos os moradores que participaram da conversa. A falta de informação sobre um plano de emergência ou sobre qual atitude tomar deixa os dias, e principalmente as noites mais difíceis, de acordo

com os moradores. Qual a equipe perguntou qual o principal problema de morar na Volta Grande, dona Cláudia respondeu:

Para falar a verdade, é o medo, porque nós moramos em área de risco. Como nunca pode acontecer, a gente não sabe se um dia pode acontecer de estourar. Porque nós assistimos jornal, aqueles casos de Mariana e o outro recente, aqui não é diferente, nós estamos debaixo da terceira maior barragem que existe no mundo. Imagina como fica a cabeça do ser humano que morou a vida inteira aqui, sem isso e de repente aparecer isso aí, sabe? Só que nós acreditamos nas pessoas, já veio pessoas de lá falar: olha dona Cláudia, fique sossegada, eles disseram que isso nunca vai acontecer. Isso aí foi feito para não estourar. Mas eu penso: avião não foi feito para cair, mas cai...

Seu Pedro que mora na região desde a década de 80 nos relatou sua preocupação em morar na Volta Grande:

Depois que mostraram na televisão que tinha um vazamento, nós ficamos preocupados, eu durmo preocupado, sabe o que é dormir com medo? Acontece alguma coisa e não dá tempo, se explodir vem muita água, não tem como avisar ninguém aqui embaixo [...] eu vejo assim, o pessoal da ressaca, o pessoal da ilha, aquilo ali é um perigo. Eu durmo com medo. Aqui não tem um morro alto para fugir. Nós vamos subir na castanheira mais alta que tiver, a água vai buscar a gente lá no topo. Eu que moro aqui desde os 40 anos. Eu estou velho, mas não queria ir assim, eu não tenho mais força, se eu agarrar em um cipó.

Os moradores perderam o barco maior que utilizavam para deslocamentos até Altamira na enchente. Recuperaram o barco tempos depois, mas completamente destruído.

O pânico em relação ao rompimento da barragem foi reforçado por todos os moradores que participaram da conversa. A falta de informação sobre um plano de emergência ou sobre qual atitude tomar deixa os dias, e principalmente as noites mais difíceis, de acordo com os moradores.

Sítio Girassol

Senhora Vera Lúcia e conjunto de moradores da região



A última casa visitada foi da família da Dona Lúcia, residente no Sítio Girassol, na margem direita do rio Xingu, antes da Terra Indígena Arara da Volta Grande. Dona Lúcia mora com o marido, os dois filhos com suas esposas e duas netas. Eles moram na região há 15 anos, tem como principal fonte de renda a produção de farinha.

Dona Lúcia relatou que antes do início da construção da barragem, fazia criação de animais e pescava. Após a construção, as atividades pararam porque não tem mais como escoar a produção por dificuldades de transporte e não encontra mercado para vender.

Por enquanto nós só estamos tendo mandioca, fazendo uma farinha, fazemos para vender mas acabamos não vendendo, depois da Norte Energia acabou tudo. Eu vendia galinha, criava porcos para vender. Mas hoje em dia, não. Hoje em dia está difícil até para comer peixe, o peixe tá magro [...] aquela primeira água da barragem me causou

prejuízo, não só para mim, como para os outros moradores. A gente colocava a mandioca em um cubeiro no rio, ninguém estava sabendo de nada, eles disseram que avisaram, mas nem sempre estamos escutando o rádio, nós perdemos a mandioca que estava no cubeiro, nossa canoa com a malhadeira e o motor foi embora. Essa menina era bebê, era de costume colocar a roupas dela de molho na beira do rio, perdemos todas as roupas da menina, perdeu tudo. Eles disseram que não iria encher mais, nós plantamos pés de coco que estavam quase para dar frutos, morreram todos.

A ribeirinha continua seu relato com os olhos cheios de lágrimas, lamentando que não dá para viver assim:

Nós só temos esse barco velho, que está com a madeira fraca, cheio de goteiras que falta deixar a gente morrer afogados. Nós viemos da rua, veio muitas mulheres com a gente, chegou no meio e a canoa furou e essas mulheres choravam, quando chegou na transposição, meu marido teve que tapar os buracos. Outro dia, nós estávamos com 10 sacos de farinha, meu marido foi e ligou para o 0800 da Norte Energia perguntando se eles poderiam mandar alguém numa voadeira para nos buscar. Eles nos falaram que não davam esse tipo de assistência. Ficou difícil porque aí nessa cachoeira (cachoeira do Landi), nós só tínhamos trabalho quando era no verão, agora é no inverno e verão. Antes da barragem, nessa época aqui, nós ficávamos numa boa, depois da barragem, a cachoeira é o tempo todo no verão e no inverno, é uma coisa só. Eu não durmo mais sossegada, depois que vi aquelas cenas da barragem. Passou

no jornal que não pode ter ninguém morando de baixo da barragem.

A neta da dona Lúcia está estudando na escola da Terra Indígena Arara. Para chegar até a aldeia a criança pega um barco e atravessa corredeiras consideradas perigosas pelos ribeirinhos.

Não tem como colocar uma criança de 4 anos de idade em uma voadeira onde passa por uma cachoeira, porque do lado tem uma cachoeira que se chama paletó.

Não tenho coragem, eu não posso ir junto, meu marido não pode ir junto.



Os moradores informaram que o peixe “ficou magro” e que reduziu muito. Isso comprometeu a própria subsistência e hoje a vida está muito difícil na região. Relataram ainda que a água é imprópria para o consumo e é impossível utilizar para beber e para higiene, como faziam antes do empreendimento.

Os moradores desta região, que é próxima às Terras Indígenas visitadas, manifestaram a sensação de completo abandono em relação à reparação aos impactos causados pelo empreendimento. A percepção é reforçada em contraste às reparações e compensações oferecidas aos indígenas, na visão destes ribeirinhos.

Os moradores informaram que o peixe “ficou magro” e que reduziu muito. Isso comprometeu a própria subsistência e hoje a vida está muito difícil na região. Relataram ainda que a água é imprópria para o consumo e é impossível utiliza-la para beber e para higiene, como faziam antes do empreendimento. Os moradores desta região, que é próxima às Terras Indígenas visitadas, manifestaram a sensação de completo abandono em relação à reparação aos impactos causados pelo empreendimento. A percepção é

reforçada em contraste às reparações e compensações oferecidas aos indígenas, na visão destes ribeirinhos.



Aqui pra eles só quem é gente é os índio!

Seu Gilberto



Na residência do Sr. Gilberto, também na comunidade São Pedro, a equipe de vistoria encontrou uma pequena propriedade que, após a construção da barragem, só é acessível por um longo caminho de terra, encharcado com água. Segundo seu relato, não foi considerado pela Norte Energia como impactado pela barragem, razão pela qual não recebeu indenizações. Curiosamente, o lote ao lado do seu foi considerado e foi indenizado. O senhor Gilberto relatou as dificuldades em relação à navegação no rio, que está formando bancos de areia, mesmo nos meses de cheia. O ribeirinho sofreu acidente grave em um dos olhos e precisou se deslocar dirigindo uma motocicleta pela estrada em

péssimas condições para buscar socorro no posto de saúde da comunidade mais próxima. Na sua localidade não tem energia elétrica, água tratada e nem meio de comunicação. Existe um local próximo a sua casa que tem sinal de telefone, onde ele deixa seu aparelho celular para receber as notícias de amigos e familiares.



O caminho até a casa do ribeirão Gilberto ficou alagado e quase inviável após o fechamento da barragem e ele nunca recebeu nenhuma indenização

De maneira geral, foram relatados pelas diversas comunidades visitadas impactos significativos no modo de vida em função do empreendimento. Estes impactos podem ser compreendidos, especialmente em função de três dimensões principais:

1. alteração do volume da água do Rio Xingu em níveis considerados muito baixos e com flutuações não previsíveis e não compreensíveis pelas comunidades;
2. diminuição da qualidade da água, impossibilitando o seu uso tal como era feito antes do início do empreendimento e prejudicando a saúde e reduzindo a qualidade e quantidade dos peixes, base da alimentação na região
3. preocupação constante quanto à possibilidade de rompimento da barragem e ausência completa de informações ou orientações sobre os riscos e plano de emergência.

Os impactos relatados pelas comunidades em função das três dimensões citadas afeta os mais diferentes aspectos da vida individual e comunitária. Os impactos nas condições de vida destas populações se somam a limitações de acesso a serviços e direitos básicos

As comunidades ribeirinhas visitadas relataram que se sentem altamente impactados pelo empreendimento, embora estes impactos não tenham sido reconhecidos pela empresa ou pelo poder público. Ao contrário dos povos indígenas e das populações que foram removidas, os grupos que permaneceram na chamada parte baixa da volta grande se sentem invisibilizados e abandonados no processo de análise do impacto e reparação pelos danos causados.



© 2018 - Monica Lizardo

Nunca tinha acontecido do inverno virar verão. (Gilberto Lisboa)

Foi comum a todos os relatos a indicação de piora no nível e na qualidade da água e, conseqüentemente, na quantidade e qualidade dos peixes. Basicamente, os moradores relatam impossibilidade de utilizar a água do rio tal como faziam antes do empreendimento e que os peixes aparecem em muito menos quantidade e mais magros, o que resulta em comprometimento das atividades econômicas e da própria subsistência, uma vez que o peixe é um dos itens básicos da alimentação na região.

Durante os trabalhos, foram recorrentes os relatos de dificuldades e mesmo impossibilidade de transporte e deslocamento, principalmente dos moradores que vivem mais afastados da barragem. A queda no nível da água na parte baixa dificulta a passagem de embarcações maiores e gera cachoeiras em áreas que antes não existiam. Por outro lado, na parte alta os chamados “banzeiros” dificultam a navegação e danificam embarcações. Muitos moradores perderam as embarcações que utilizavam e hoje dependem de carona. Foi comum durante visita a solicitação de caronas e gasolina para ajuda no deslocamento das pessoas, que vêm dependendo de ajuda de terceiros para se locomoverem.

Os moradores que têm a possibilidade de se deslocar por via terrestre relataram péssimas condições das estradas, o que pôde ser comprovado pela própria equipe em seus deslocamentos. As estradas de terra oferecem um risco muito alto de acidentes e dificultam muito o deslocamento de quem depende delas para se locomover.

Os moradores ribeirinhos relataram que as crianças da região têm tido problemas recorrentes para o deslocamento até a escola. Durante a vistoria foram encontradas crianças que, de acordo com os moradores, não haviam frequentado a escola ainda este ano. A razão apontada foi a ausência de transporte escolar, que é interrompido em função das péssimas condições das estradas.

No que se refere aos atendimentos de saúde, os moradores da região relataram, de maneira geral, que procuram atendimento na Ressaca para questões mais simples e para situações mais complexas em Altamira. No entanto, após o empreendimento, relatam que o atendimento e a disponibilidade de medicamentos na Ressaca piorou muito. Por esta razão, os moradores relatam que vêm procurando atendimento em Altamira.

Outro ponto em comum nos relatos foi uma preocupação muito acentuada com a possibilidade de estouro da barragem. Todos os entrevistados relataram que não saberiam o que fazer nesta hipótese e em vários casos, que tem problemas de sono por pânico de rompimento da barragem durante a noite. Em todos os casos os moradores relataram que não foram orientados sobre nenhum plano de emergência.

Compondo o ciclo de efeitos na vida comunitária das populações afetadas, foi perceptível durante a vistoria que as alterações relatadas vêm comprometendo as atividades econômicas. A produção de itens agrícolas e a criação de animais para o comércio local

pelos moradores foi afetada e muitas vezes impossibilitada, seja pelas dificuldades em transporte, seja pela ausência de mercado que vêm sendo observada pelos moradores. Não foram relatadas por eles, alternativas para a superação destes efeitos.

Ao se afastar da barragem, os impactos permanecem e a situação parece ainda pior. Como o deslocamento até Altamira é ainda mais caro e complexo, as condições de vida se tornaram claramente difíceis. Um conjunto de moradores da região mais distante relatou que a vida não faz mais sentido por ali. Sem alternativas, ou perspectivas de melhora, mencionaram que esperam conseguir tentar a vida em outro lugar, mas não possuem condições de sair.

Os impactos nas condições de vida destas populações se somam a limitações de acesso a serviços e direitos básicos no trecho percorrido. Saúde, educação, transporte atividades econômicas e até a própria subsistência foram reportadas nas entrevistas realizadas como áreas severamente afetadas em função do empreendimento.

Conforme visto em todos os relatos, a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte impôs às populações que residem na Volta Grande do Xingu uma série de violações de seus direitos humanos, inclusive aqueles que o Estado brasileiro comprometeu-se em respeitar e garantir no cenário internacional, a partir da assinatura da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Essas violações revelam-se nos relatos sobre as dificuldades de transporte, o medo da barragem ruir, a falta de acesso à educação e saúde de qualidade, a deterioração do meio-ambiente e a desestruturação das atividades produtivas e do meio de vida dessas pessoas.

É necessário destacar que, em sendo a concessionária Norte Energia a principal causadora dos danos à vida e ao meio ambiente dessas pessoas, com a conivência do Estado brasileiro, é possível falar em responsabilização, em diversas esferas, e em âmbito nacional e internacional. Estando fortemente superada a interpretação de que particulares (sejam indivíduos ou pessoas jurídicas) não podem ser responsabilizados por violações de direitos humanos.²¹

21 Conforme o entendimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso *Maria da Penha vs. Brasil*; o informe do Relator Especial para os direitos dos povos indígenas James Anaya (A/HRC/15/37), parágrafo 35, (A/HRC/4/35), párrs. 10 a 18, y (A/HRC/8/16), párrs. 27 a 50 y 82 a 103.

Com relação aos direitos humanos violados, é necessário ressaltar que as violações se dão a partir de uma visão holística de direitos. O direito à vida está sendo violado em função da falta de acesso à saúde e pela deterioração das condições da água, o qual leva a muitos residentes dessa região a terem sérios problemas pela ingestão de água, como é o caso de Dona Iva.

Além disso, a integridade psicológica dos moradores vem sendo afetada, pois há o medo de um rompimento da barragem. Em nossa vistoria, foi constatado que não houve divulgação de um plano de contenção emergencial e, é possível dizer, há grande risco de morte dessas pessoas caso a barragem de fato venha a ruir, pois não saberiam o que fazer nesta situação.

Além disso, há a dificuldade de acesso à escola pelas crianças, em função do transporte escolar, o que prejudica não somente seu direito de acesso à educação, bem como seu projeto de vida.

4.6 PERNOITE: Aldeia Muratu – Terra Indígena Paquiçamba e reunião com os Yudjá²²



Por causa da seca, o ponto de chegada era a aldeia Paquiçamba, a cerca de 10 minutos de distância por estrada, da aldeia Muratu, inacessível com o nível muito baixo das águas. Mesmo com a cautela e a demora, foi possível às equipes de vistoria que seguiam até a terra indígena de barco chegarem no local de desembarque antes do pôr-do-sol. Todos os integrantes da vistoria interinstitucional se encontraram no início da noite do dia 25 de fevereiro na Muratu, recepcionados pelo cacique Gilliarde Juruna. Foi intenso o trabalho dos moradores da aldeia para receber os visitantes, com várias casas sendo preparadas ao longo do dia para acomodar todas as equipes. O jantar preparado pelas cozinheiras Juruna foi servido em um dos barracões centrais da comunidade, com arroz, feijão, peixe cozido, peixe assado, carne guisada, farinha, pimenta e limão.

Após o jantar, todas as equipes se reuniram com as lideranças da Muratu na escola da aldeia, para uma breve conversa, aberta pela procuradora Thais Santi, coordenadora da vistoria. A procuradora convidou os indígenas a apresentarem o trabalho de monitoramento da Volta Grande do Xingu, que promovem de maneira independente com

22 Relatoria de Helena Palmquist.

o apoio do Instituto Socioambiental (Isa). Eles mostraram o vídeo produzido como resultado do trabalho, que mostra as mudanças no rio e nas formas e modos de vida que nele coexistem, explicando o significado do chamado Hidrograma de Consenso, que prevê uma partilha das águas entre a usina de Belo Monte e os habitantes da região.

Após um dia inteiro de visitas às comunidades do rio, o vídeo causou impacto sobre os presentes. O texto do vídeo, ilustrado com animações e gráficos²³, diz:

Você já teve a chance de ver ao vivo a imensidão do rio Xingu? Quem olha de fora vê medidas, volumes e números até perder de vista. Mas quem vê de dentro, enxerga ali um universo. Os Juruna são um povo do rio. Têm canoas no lugar dos pés. Mergulham em águas profundas, atravessam pedrais e corredeiras. Dominam as florestas nas margens do rio, ilhas e sarobas. Parte deles vive na Volta Grande do Xingu, região que banha duas terras indígenas e é rica em espécies de animais e plantas que só existem ali. As margens e ilhas da Volta Grande também são lar de centenas de ribeirinhos, donos de conhecimentos tradicionais totalmente ligados ao rio e à floresta. Qualquer alteração no fluxo das águas da Volta Grande afeta diversos processos ecológicos e sociais interdependentes. E a usina hidrelétrica de Belo Monte foi construída bem ali. Agora, a Norte Energia, concessionária da usina, deve implementar o chamado Hidrograma de Consenso. Nome que eles dão para o controle do volume de água que vai passar pela Volta Grande e o volume que será desviado para a produção de energia, a partir de 2019. A ideia deles é alternar entre dois cenários. O hidrograma B, que prevê pouca água passando pela

23 Vídeo disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fh1mwlwOzLw&feature=youtu.be>>

Volta Grande durante um ano; e o hidrograma A, com pouquíssima água para a região no ano seguinte. O Ibama propõe testar as consequências disso por seis anos, monitorando o que acontece com os peixes, as tracajás, as florestas, a qualidade da água e as pessoas. Mas quem faz o monitoramento é a própria Norte Energia, para quem cada metro cúbico de água desviada representa mais lucro. Os Juruna monitoram de forma independente os impactos no rio desde 2013. Eles fazem medidas e análises regularmente e já provaram que o hidrograma proposto tem grandes chances de causar danos irreversíveis. Para se alimentar, um peixe como o pacu, por exemplo, precisa de água na época certa para alcançar os frutos maduros que caem no rio. Em 2016, um ano após o barramento do Xingu, o volume de água já era reduzido, as frutas maduras caíram no seco, o pacu não se alimentou e a desova do curimatã entrou em desequilíbrio. Os Juruna encontraram curimatãs com ovas secas em suas barrigas e tracajás podres, sem ovas por dentro. E o volume de água que causou essas mortes em 2016 ainda era maior que o melhor dos cenários propostos pelo chamado hidrograma de consenso. É urgente que ele seja revisto, que os testes sejam cancelados. De consenso, esse hidrograma não tem nada. Adequado seria chamá-lo de hidrograma de conflito. Quem vê o rio de fora, de longe, só pelos números, não entende que existe uma sincronia perfeita entre a água, a floresta e seus povos. Mas quem vê desde dentro sabe e está de olho no Xingu, porque vive no mesmo pulso do rio. (Vídeo sobre o monitoramento Juruna da Volta Grande)

Após a apresentação do vídeo, Bel Juruna, irmã do cacique Gilliarde e uma das lideranças da aldeia, falou às equipes de vistoria.



Esse rio que vocês viram não é o Xingu. O Xingu sem água não é o Xingu. Os Juruna não existem sem o Xingu e o Xingu não existe sem os Juruna e os seus povos. Os impactos já estão sendo sentidos. Esse monitoramento não pode ser um teste para a sobrevivência das pessoas daqui. O monitoramento independente é necessário porque o que a empresa faz não trata das nossas vidas, não monitora indicadores como a alimentação

a que nós temos acesso, ou à saúde desses moradores. A Volta Grande virou um cemitério de peixes e nada disso aparece no monitoramento da empresa. Todos nós queremos continuar vivendo na Volta Grande, mas com dignidade, continuando a ser Juruna. As audiências públicas de Belo Monte foram informadas como se fossem consultas, mas nós jamais fomos consultados para essa usina. Por isso fizemos o nosso protocolo, para exigir a consulta prévia para Belo Sun, como manda a lei. A gente está vendo o que aconteceu em Minas Gerais e se essa barragem de rejeitos da mina for liberada

daquele mesmo jeito, a mesma coisa vai acontecer aqui. Como uma empresa estrangeira pode vir aqui tirar a nossa riqueza? A nossa riqueza é a floresta, é a água (Bel Juruna)



O cacique da aldeia, Gilliarde Juruna, lembrou de outras ameaças trazidas pelas empresas que chegaram na região. A Terra Indígena Paquiçamba, apesar de demarcada, sofre invasões constantes, como quase todas da região de impacto de Belo Monte. O licenciamento da usina garantiu a instalação de uma rede de proteção para os territórios indígenas, porque esse impacto foi previsto com riqueza de detalhes nos estudos da hidrelétrica. O MPF moveu um processo judicial para obrigar a efetivação da proteção territorial, com sentença favorável e, mesmo assim, até hoje, a Norte Energia não instalou os postos de proteção pedidos pelos indígenas.

É só reunião, reunião, reunião e nada se resolve. A gente tá deixando de ver os nossos filhos crescerem para estar em reunião (Gilliarde Juruna)

Jailson Juruna relatou problemas que já tinham sido escutados por todos os presentes, em cada comunidade visitada: a região não tem acesso à comunicação, nem por telefone nem por internet, a navegação é muito difícil, a geração de renda é precária, a pesca é escassa, o medo da barragem é grande.



A gente não abre mão do nosso território. O rio é mãe da gente e não queremos sair do lugar onde sempre vivemos (Jailson Juruna).

O pai de Bel, Gilliarde e Jailson, seu Agostinho Juruna, mostrou preocupação com os peixes, que ele vê agonizando nas margens do rio, em buracos entre as pedras, a cada descida das águas. Como não há nenhum controle sobre a constância do volume de água liberado pela barragem de Belo Monte, quando há uma subida de nível do Xingu, os peixes buscam as frutas nas margens alagadas; se os operadores da usina logo em seguida decidem reduzir a vazão, como costuma ocorrer sem qualquer aviso, os peixes se encontram presos sem chance de sobrevivência. É o que Bel Juruna chamou de cemitério de peixes.

A reunião foi encerrada com a entrega das publicações produzidas pelos Juruna sobre o monitoramento da Volta Grande do Xingu e do Protocolo de Consulta elaborado por eles, para que os trabalhos da vistoria pudessem ser retomados na manhã seguinte.

4.7 DIA 02 (26/02/2019): PARTIDA DA MISSÃO: ALDEIA MURATU

No dia seguinte, 26 de fevereiro, os integrantes das equipes de Vistoria Interinstitucional se reuniram para o café da manhã no barracão da aldeia Muratu, antes do início da segunda etapa das inspeções. O planejamento para a data incluía visitas às três aldeias da Terra Indígena Paquiçamba – Muratu, Paquiçamba, Furo Seco e Zacaricá; às aldeias Guaridua e Terrawangã, na Terra Indígena Arara da Volta Grande; às comunidades da região das cachoeiras do Jericoá, marco geográfico da área, para reuniões com a comunidade de dona Odete Curuaya, da ilha da dona Warislene e da dona Jara; em Anapu, das comunidades Rio das Pedras, Vila Izabel, Nossa Senhora dos Milagres e Nova Conquista, dentro dos assentamentos Pilão Poente I e II; e vistoria para diagnósticos científicos no leito do rio Xingu. Os percursos seriam feitos tanto por terra quanto pelo rio, conforme a acessibilidade de cada local.

As equipes se separaram e as vistorias foram iniciadas na aldeia Muratu, na região do Jericoá e no leito do Xingu. No entanto, parte das equipes, que se dirigiam por terra ao município de Anapu, encontraram um bloqueio na estrada que corta a Terra Indígena Paquiçamba, promovido por indígenas Juruna que reivindicam reconhecimento por parte do povo Juruna, pelas autoridades e pelos programas de compensação da usina de Belo Monte. Os manifestantes exigiam a presença do MPF e da FUNAI, o que foi resolvido, tendo em vista a presença da CGLIC na FUNAI na missão. A procuradora foi até o local, juntamente com a FUNAI e a Defensoria Pública da União, assegurou a liberação da estrada e o prosseguimento dos trabalhos em Anapu, para depois fazerem reunião com os manifestantes Juruna. Em seguida, retornaram ao local de partida para as visitas às aldeias da TI Arara, que, apesar do atraso, transcorreram normalmente ao longo do dia.

4.8 DIA1/MISSÃO 1: Terra Indígena Paquiçamba: Aldeias Paquiçamba, Muratu, Furo Seco e Zacaricá²⁴



A Volta Grande do Xingu não é assunto apenas para nós que estamos lá, é assunto Yudjá e do planeta todo. (Gilliarde Juruna)

Essa foi uma fala do cacique Gilliarde Juruna, na aldeia Muratu, TI Paquiçamba no encontro para receber as equipes multidisciplinares para inspeção das condições de vida na região impactada por Belo Monte. A Volta Grande precisa ser protegida a médio curto e longo prazo, concluiu o cacique e para isso é preciso prestarmos atenção para a quantidade de água que irá passar para a região e para a quantidade que será desviada para alimentar as turbinas da barragem.

O jantar oferecido pelos Juruna Yudjá consistiu em pacus assados, alimentação típica dessas pessoas. Os peixes pescados no dia anterior, entretanto, estavam

²⁴ Relatoria de Thais Mantovanelli, com informações adicionais de Helena Palmquist

muitos magros, quase sem carne. Fato que tem sido notado pelos pescadores da região desde o alagamento do reservatório. A equipe responsável pela vistoria na TI Paquiçamba reuniu-se com os moradores e moradoras das quatro aldeias: Paquiçamba, Furo Seco, Muratu e Zacaricá.

Para composição da relatoria, os argumentos aqui apresentados dividir-se-ão em uma introdução que aborda a relação de conectividade dos Juruna (Yudjá) com o rio Xingu e a Volta Grande, seguida das questões relatadas pelos moradores como impactos e danos trazidos por Belo Monte: saúde e educação; situação das estradas e deslocamento; comunicação; plano de emergência; atividades produtivas; ecologia e relações etológicas; proteção territorial; e modo de vida.

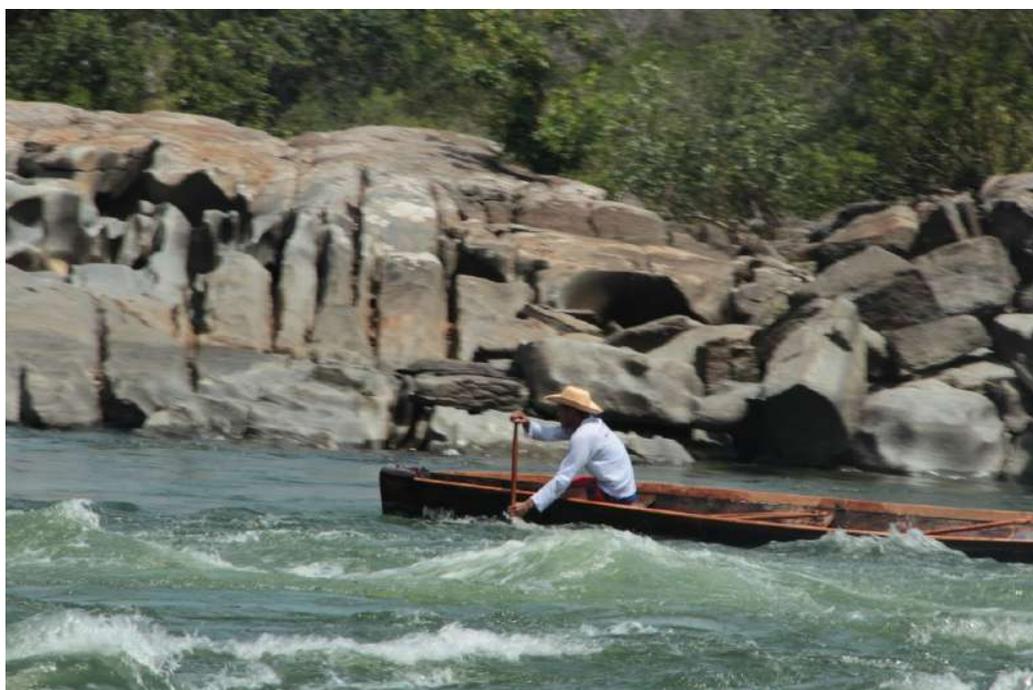
Introdução: os Juruna (Yudjá) da Volta Grande do rio Xingu

O povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu afirmam ter canoas no lugar dos pés, povo canoeiro feito ao mesmo tempo que o rio Xingu, conta a cosmogonia. Exímios mergulhadores, fazem das águas do rio Xingu condição de sua existência, estabelecendo com elas relações intrínsecas, e afirmando uma ontologia de mútuo pertencimento mítico-histórico. Foi por um sopro. Assim se criou a Volta Grande do Xingu, as cachoeiras do Jericoá e o próprio povo Juruna (Yudjá), fruto da ação do demiurgo Senã'ã, no início dos



tempos. Das pegadas dos primeiros humanos, outros sopros fizeram surgir mais e mais pessoas, que povoaram aquela região do Xingu.

A referência mítica da existência compartilhada do povo Juruna (Yudjá) com o rio Xingu, especialmente na região da Volta Grande e das cachoeiras do Jericoá, é também a experiência histórica desse povo com o território. Canoeiro, o povo Juruna (Yudjá) estabeleceu-se na região deslocando-se pelas ilhas, onde fixavam suas aldeias. Com a chegada dos não indígenas à região de Altamira, em meados dos anos trinta, os Juruna (Yudjá) passaram por severos ataques visando ao deslocamento compulsório de seu território e ensejando uma perversa depopulação. Parte do grupo decidiu, então, migrar.



Saíram com suas canoas para a montante do rio Xingu, estabelecendo-se no Território Indígena do Xingu (TIX), anteriormente conhecido como Parque Indígena do Xingu. Outra parte, entretanto, manteve-se no território, nela incluso o grupo do chefe Muratu, importante chefe-guerreiro que marca a descendência dos Juruna (Yudjá) que permaneceram na região da Volta Grande do Xingu. Essa parte do grupo que não subiu o rio considera-se um povo sofrido, que precisou lutar para a garantia de seu território e para a manutenção de seu modo de vida. Uma luta que se enreda desde os massacres ocorridos durante conflitos fundiários e pressões territoriais de fazendeiros até, mais recentemente, a batalha contra os graves efeitos da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte.

A coextensividade relacional dos Juruna com o rio Xingu, e com a Volta Grande permite o questionamento da separação entre ambiente, enquanto sinônimo de natureza e pessoas, coletivos humanos cujos modos de vida expressam-se ética e esteticamente segundo certos procedimentos e comportamentos. Os impactos ambientais do barramento do Xingu não se separam dos chamados impactos sociais da hidrelétrica.



Sempre tivemos o rio como nosso companheiro de vida. Desde crianças vivemos com o rio e vivemos no rio. Agora o rio está ameaçado, os peixes estão ameaçados, as tracajás estão ameaçadas. Nós, o povo Juruna da VGX estamos ameaçados. Estamos ameaçados por causa da ganância dos homens e da política deles. É essa ganância que está fazendo isso. (Bel Juruna)

Essa relação de pertença e vínculo foi também enunciada por Seu Agostinho da aldeia Miratu, em uma das reuniões para fechamento do texto do Protocolo Juruna (Yudjá). Nessa ocasião, Seu Agostinho disse o que deveria aparecer no livro do Protocolo.

O rio Xingu sempre foi nossa identidade. O nome do nosso povo está relacionado com o rio Xingu. Toda nossa história foi feita junto com esse rio. Nossa vida sempre foi o rio Xingu. A perda do rio pode matar também nossa identidade. Mas nós iremos defender nossa cultura e queremos nossos direitos respeitados. (Agostinho Juruna)

Insatisfeitos com o fato de que a elaboração de relatórios de monitoramento de Belo Monte seja de competência de técnicos e técnicas de empresas terceirizadas contratadas pela concessionária Norte Energia, maior acionista do empreendimento, homens e mulheres da aldeia Muratu, Terra Indígena Paquiçamba, em parceria com a UFPA e com o ISA, iniciaram em 2013 seu próprio monitoramento, chamado de “independente”. Os quatro anos de coleta e análise dos dados foram publicados em abril deste ano no evento conhecido como Belém Mais Trinta. As análises dos gráficos produzidos por eles, os fizeram considerar o ano de 2016 como o “ano do fim do mundo”. Os volumes de vazão desse ano, após o enchimento do reservatório em 2015, são caracterizados como desastrosos para a vida da Volta Grande e têm servido como arma de luta dos Juruna (Yudjá) contra a inauguração do chamado “Hidrograma de Consenso”.²⁵

Agora com o barramento do rio estamos vendo cada vez mais peixes e tracajás mortos. Na região da cachoeira do Jericoá, eu vi muitos acarís doentes nas pedras. Os acarís tinham uma espécie de fungo em suas bocas e estavam poderes por dentro, suas barrigas estavam cheias de machucados. As tracajás debatiam-se doentes por sobre as pedras, elas estavam leves e muito fracas. Esse foi o ano do fim do mundo pra nós. Belo Monte, a barragem, está secando nosso rio, matando nosso rio, matando os peixes e as tracajás. Com o fim do inverno, do alagamento da região da Volta Grande por causa da

25 Publicação disponível em:

https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/xingu_o_rio_que_pulsa_em_nos.pdf> Acesso em: 28/05/2019

barragem, os saraus já estão morrendo e vão secar até morrer. Os peixes que na cheia se alimentavam dessas frutas, vão ficar sem alimento e morrer. Com o barramento do rio Xingu, em 2015, 17 toneladas de peixes da espécie curimatá morreram. Grande parte desses peixes estava ovada. Imaginem quantos peixes deixaram de nascer com essa mortandade. Nós, povos indígenas e ribeirinhos, que sempre vivemos com o rio Xingu, estamos sofrendo. Nós povo Juruna Yudjá somos também como os peixes, dependemos da cheia do rio Xingu para nossa sobrevivência. Os peixes boi de bota e picota ouro são assim também. Nossas vidas estão em risco, estamos todos ameaçados. Houve muita reclamação acerca da falta de atendimento em serviços públicos de saúde e educação com relação à prefeitura municipal de Vitória do Xingu. Os moradores lembraram ter seus títulos de eleitor vinculados ao município e ainda sim não serem adequadamente assistidos. Lembraram também que parte significativa dos recursos municipais advém do fato de a Terra Indígena estar localizada no perímetro territorial e ainda sim não haver atendimento adequado às aldeias.

A péssima condição das estradas dificulta o acesso aos serviços de saúde municipal. Não há regularidade de visitas médicas nas aldeias, tampouco disponibilização de veículos para transporte em caso de emergências de saúde. “Se alguém for picado por uma cobra, pode morrer na aldeia, por não ter transporte garantido para esses casos”.

Os ventiladores das escolas não estão funcionando e as crianças precisam submeter-se ao calor durante as aulas, principalmente no período da tarde. O quadro de energia dos prédios escolares não é seguro e ocorrem casos de curto circuito e queima de equipamentos como computadores. As escolas não contam com materiais para aulas de

educação física, como bolas e equipamentos para outros jogos. A solução não pode ser obrigar as crianças das aldeias irem estudar fora. Não há acesso ao Ensino Médio em nenhuma aldeia.

É preciso ainda garantir a regulamentação das escolas das aldeias como escolas indígenas para elas poderem praticar uma educação diferenciada, como consta nas leis de diretrizes e bases da Educação Escolar Indígena. Foi solicitado também que a UFPA divulgue nas aldeias o prazo de inscrição para o vestibular indígena em cada ano de sua abertura. Isso porque, devido à falta de internet na aldeia, alguns alunos e alunas perdem os prazos de inscrição.



Em termos de acesso a saúde foi destacado o problema na distribuição de medicamentos. Os postos de saúde das aldeias estão sem balão de oxigênio e os médicos dos municípios não visitam as aldeias. Não há também a disponibilização de transporte para consultas médicas nem agendamento das mesmas. Não há coleta de lixo para resíduos recicláveis, o que aumenta a disseminação de doenças, sobretudo entre as crianças.

Outra solicitação das aldeias é o acesso aos gastos dos municípios, especialmente com relação ao ICMS Ecológico, recurso municipal veiculado a benefícios ambientais. Não existe uma prestação de contas sobre o uso desse recurso.

Com os obstáculos criados à navegação na Volta Grande do Xingu pela vazão reduzida, a estrada que liga a TI Paquiçamba à rodovia Transamazônica, atravessando o canal de derivação por uma ponte construída pela usina após mobilização e reivindicação dos indígenas e ribeirinhos, se tornou uma das principais rotas de locomoção dos moradores. A estrada tem problemas crônicos de manutenção causados por inação da concessionária da usina, uma vez que a Nesa precisa fazer adequações para repassar o trecho em definitivo ao município de Vitória do Xingu, que ficaria então responsável pela manutenção periódica.

Outra reivindicação dos indígenas relativa ao transporte foi feita diretamente aos representantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que acompanharam a Vistoria Interinstitucional nos dias 26 e 27 de fevereiro. Indígenas passaram a conduzir carros e motos com grande frequência, mas a maioria não possui carteira de habilitação, o que ocasiona multas e apreensões na rodovia BR-230, que leva até Altamira e Vitória do Xingu. Os Juruna reivindicam intervenção do MPF junto à PRF para assegurar a concessão das habilitações para todos os moradores que dirigem veículos automotivos, sejam motos, carros ou caminhonetes.

Péssimas condições e falta de acordo sobre a responsabilidade de sua manutenção. O caminho para aldeia Furo Seco por estrada está muito comprometido por falta de manutenção da mesma e pela condição de precariedade da ponte. Além disso, o acesso pelo rio está praticamente impossível. Dona Carmina, moradora e chefe da aldeia mostra o nível de água no porto da aldeia, como estando três metros abaixo do que deveria estar. Ela salienta a necessidade de acompanhamento do nível das águas pelo IBAMA para que sua qualidade seja constantemente testada e com dados divulgados.

Como em quase todas as comunidades da Volta Grande do Xingu, o acesso a sistemas de telefonia e internet é precário ou ausente na Terra Indígena Paquiçamba. Em diversas ocasiões, perante os índios e mesmo perante o MPF, a empresa concessionária de Belo Monte, Norte Energia S.A assumiu compromissos para assegurar o acesso na área, mas até hoje os moradores permanecem se comunicando apenas por telefonia celular, quando

saem da Volta Grande e conseguem cobertura de alguma torre nas proximidades dos centros urbanos vizinhos. A dificuldade constitui, além de violação de direitos e de compromissos socioambientais do empreendimento, risco grave a essas comunidades, que não teriam como ser avisadas em caso de emergência na barragem.

Nas aldeias Juruna ecoa o mesmo temor que assola o trecho de vazão reduzida da Volta Grande, localizado abaixo da barragem principal de Belo Monte: a ausência de informação sobre planos de evacuação e emergência, bem como sobre as condições de estabilidade das estruturas da barragem, provoca apreensão geral. A Muratu foi uma das comunidades afetadas pela enxurrada artificial provocada pela Norte Energia em janeiro de 2016, com a liberação de grande volume de água sem aviso prévio, que causou prejuízos materiais e marcou uma mudança comportamental significativa, com a interdição das margens do rio para as crianças. Nenhuma medida foi tomada pela concessionária da usina para mitigar ou reverter esse quadro de medo e apreensão, uma vez que, no momento da visita das equipes de vistoria às comunidades nenhuma delas tinha informação sobre o plano de emergência e, em quase todas, houve menção ao desastre de Brumadinho.

Quanto às atividades produtivas, na aldeia Muratu, as roças já foram limpas três vezes para o plantio que não se realiza pelo atraso no envio de mudas e sementes.

Norte Energia diz que isso ocorreu por conta de um problema de notas fiscais, mas isso não diz nada porque podemos perder o tempo do plantio, as roças não esperam notas fiscais, elas tem o tempo certo para derrubada e plantio e isso precisa ser respeitado e garantido (Gilliarde Juruna)

O ano passado, as mudas de cacau chegaram atrasadas e houve uma grande perda porque a maioria das mudas não resistiram.

De acordo com o cacique Gilliarde, nenhum projeto de geração de renda previsto no PBA-CI de Belo Monte está funcionando na aldeia Muratu. As atividades agrícolas são prejudicadas ou inviabilizadas pelos atrasos na entrega dos insumos e equipamentos necessários ao plantio das roças.

Ele listou as sementes e mudas que deveriam ter sido entregues e não foram: cacau, abacate, laranja, pimenta, banana e mandioca. Também não foram entregues as ferramentas para o plantio e nenhuma assistência técnica foi prestada até hoje.

Na aldeia Furo Seco, não houve entrega de muda para plantio de roça nem esse ano e nem no ano passado. Algumas sementes foram trazidas fora do tempo adequado do plantio, apenas para constar nos relatórios a entrega. “Plantio de sementes só dá em novembro, senão não pega”, diz Dona Carmina afirmando já ter dito isso aos técnicos dos programas de atividades produtivas do PBA. Não houve a construção de galinheiros, como nas outras aldeias da TI Paquiçamba. Também não houve a construção dos banheiros das casas. No ano passado uma criança caiu no buraco da fossa do banheiro, aberta há um ano.

Não há realização de atividades com geração de renda em execução. A diminuição do pescado dificulta ainda mais o acesso à renda pelas famílias. Existe a previsão de encerramento do auxílio mensal distribuído pela Norte Energia como mitigação pela ausência de atividades produtivas, em julho deste ano. As famílias estão temerosas por não terem mais autonomia financeira e sugerem que o apoio se estenda até a implantação real de acesso à renda.



Sem cheia na Volta Grande do Xingu: régua na Aldeia Paquiçamba mostra o rio abaixo do nível mínimo no mês de fevereiro, pleno período de enchente



Tanques de peixes exógenos fornecidos pela Norte Energia S.A romperam em algumas aldeias

Na aldeia Furo Seco e em outras da região, os tanques de peixe, uma das ações de mitigação do PBA CI, romperam e os peixes fugiram. A família responsável por esse tanque perdeu tudo e não foi recompensada por essa perda. Além disso, a fuga dos peixes pode alterar significativamente as relações tróficas entre as espécies da Volta Grande.

Os igarapés não estão mais enchendo. Não há nenhum monitoramento sobre isso. Os puraké, por exemplo, vão desaparecer, porque desovam nos igarapés. Nós temos esse consenso de garantir a água na Volta Grande. Nós sabemos que os peixes que ficavam no Furo Seco desapareceram já.

(Ronaldo Juruna)

Uma das dívidas mais antigas do Plano Básico Ambiental de Belo Monte para o Componente Indígena é a proteção territorial, prevista como elemento básico para prevenir e mitigar uma série de impactos sobre os territórios, previstos nos Estudos de Impacto Ambiental. Nove anos depois da emissão da primeira licença ambiental da usina, a proteção territorial ocorre, provocando uma série de consequências. No caso da Terra Indígena Paquiçamba, além da falta de proteção territorial a demarcação física do trecho de ampliação da TI também nunca foi feita, o que vem fragilizando o território ainda mais nessa porção. Outra questão afeita aos direitos territoriais do povo Juruna, disse o

cacique Gilliarde, é a da doação de áreas já adquiridas pela Norte Energia como compensação dos impactos de Belo Monte, ainda não concretizada.

A ampliação da Terra Indígena Paquiçamba precisa ser realizada também na prática, além de estar garantida no papel. Precisamos de colocação de placas, abertura de picadas e desintrusão das ilhas e lotes, com indenização para os ocupantes de boa-fé. (Gilliarde Juruna)

As ilhas, como dito nas aldeias visitadas, estão sendo desmatadas para abertura de roças: Ilha Onça, Ilha Jacaré, Ilha da Cotia, Ilha Ararana, Ilha de Mukura, Ilha do Bacabau, Ilha do Bom jardim. Essas ilhas que estão sendo desmatadas são ilhas de serras, importantes para os animais.

O acesso por estradas às aldeias não conta com nenhum posto de fiscalização, o que permite a entrada de pessoas estranhas colocando em risco a segurança dos indígenas, principalmente frente à situação de intensos conflitos territoriais na região.



Turistas e pescadores invadem constantemente a TI Paquiçamba pela ausência de demarcação física e postos de vigilância

Os peixes estão passando fome, eles estão pedindo socorro. Nós da Volta Grande do Xingu estamos pedindo socorro. (Agostinho Juruna)

Uma questão recorrente que amedronta os moradores e as moradoras das aldeias é a segurança da barragem e sua estrutura. O medo de a barragem romper, situação já ocorrida em outras obras, é constante e as crianças passaram a ser vigiadas para não irem banhar no rio, como sempre fizeram. Não existe um plano de emergência e contingência conhecido pelos moradores e moradoras, tampouco um sistema de alerta e telefonia.

A luta por água é guerra pela vida, e água não é recurso a ser explorado mas direito de povos e seus coletivos. Guerra a que me refiro aqui é justamente as práticas de engajamento dos Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu na defesa da vida, esse verbo, frente a devastação ecológica, etológica, ambiental, social e cultural decorrente do licenciamento e construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A hidrelétrica de Belo Monte, é descrita por seu Agostinho Juruna como “roubo das águas do Xingu, roubo das águas de peixes e tracajás, roubo das águas dos povos que habitam a região”.

O roubo da água da Volta Grande do Xingu, como nominam os Juruna, é a principal característica da engenharia de Belo Monte. A água que antes passava pela região nos seus ciclos de cheia, vazão, seca, enchente é desviada para alimentar as turbinas e gerar energia. Preso pelo barramento, o fluxo das águas do Xingu passa a ser controlado por uma maquinaria de liberação e retenção conforme valores de vazão definidos pelo chamado Hidrograma de Consenso.

A tecnologia do cálculo de vazão do rio Xingu para a Volta Grande prevê a reprodução artificial diminuída dos volumes de água da região. Essa reprodução artificial é defendida como medida de compensação pelo grupo empreendedor.

Os Juruna, homens e mulheres, afirmam a definição desses volumes como incapazes de manter a vida e sua reprodução. Os volumes propostos figuram o fim da vida na Volta Grande do Xingu. O ano de 2016, nominado como “ano do fim do mundo”, marcou uma drástica diminuição de tracajás e mortandade de peixes, como mostra o monitoramento independente. Neste ano, o mínimo de volume de vazão para a Volta Grande, na época da cheia atingiu 10.000 m³/s. Os volumes propostos pelo hidrograma em seu melhor cenário atingirá apenas 8.000 m³/s. Em seu pior cenário, o hidrograma prevê apenas 4.000 m³/s.

Como levar a sério, no sentido de levar às últimas consequências a afirmação juruna em serem um povo canoieiro, ter canoas no lugar dos pés, ter o rio Xingu como seu pai e sua mãe, ter o Xingu correndo no seu sangue “um rio que pulsa em nós”? Seu Agostinho Juruna, disse para duas procuradoras do Ministério Público Federal que estava inconformado com essa situação do rio Xingu ser agora controlado por comportas e ter acabado com o sossego dos peixes. Após uma pausa disse: “a verdade é essa, minhas senhoras, os peixes estão pedindo socorro para nós”.

As curimatás não estão mais desovando nos igapós. Elas já entenderam que perderam aquela sua ciência porque o rio perdeu também sua ciência de quando encher e quando vaziar. Elas já sabem que se forem para os igapós, o rio vai baixar porque agora ele é controlado por essas máquinas da barragem, essas comportas. Elas estão desovando nos pedrais, com medo de entrar nos alagados. Isso é a estratégia delas, assim como nós estamos fazendo as nossas. Nenhum monitoramento das empresas mostram isso. Mas nós estamos mostrando. (Agostinho Juruna)

Os Juruna, gente feita ao mesmo tempo daquelas águas e daquelas corredeiras, conta a cosmogonia, lutam pela vida na e da Volta Grande do Xingu. Ao denunciarem os volumes de vazão previstos pelo Hidrograma de Consenso como incapazes de manter a vida na Volta Grande do Xingu, os Juruna engajam-se na defesa da vida num sentido amplo e intensivo, incluindo os modos de existência de peixes, plantas aquáticas, florestas aluviais, quelônios, do próprio rio Xingu.

A vida, os tipos de vida, do modo como os regimes de existência Juruna expressam não quer monitorar sua própria morte, um testemunho do fim. Essa ética de negação ao testemunho do fim, que marca a própria história de permanência na região da Volta Grande, é a caracterização de seu monitoramento independente, da redação e divulgação de seu protocolo de consulta, da atividade ativista anual da Canoada Xingu, dos seus engajamentos com cientistas, de suas práticas cotidianas.

Se o monitoramento independente Juruna não é um ato em si mesmo e seu modo de vida é conectividade com o Xingu, estamos aqui com a tarefa de criar composições. Composições com os Juruna. Composições com a VGX. Inspirar-nos com as conexões e analogias realizadas pelos Juruna com o Xingu, com o pulso de vazão da VGX, com o zebra, com as tracajás. Junção e a composição de pessoas, saberes e técnicas em torno de uma questão, como diria a filósofa da ciência Isabelle Stengers. É um modo de se colocar no mundo e dizer Não.

Não aos volumes de água previstos pelo Hidrograma de Consenso, às transformações nos modos de vida desse povo canoeiro. Um grito de não ao confisco da vida, ação de resistência, modo de existência, levante contra a irrupção do fim do mundo.

Disse Dona Graça, que agora cria tracajás em tinas d'águas no quintal de sua casa na aldeia Muratu.

Quanto é mesmo que vale uma vida? Essa barragem não se importa com a vida. Não se importa se as tracajás estão morrendo. Agora, eu mesma, nós daqui que nascemos e nos criamos aqui, a gente se importa e muito com toda a vida daqui. A gente se importa com a vida. A vida dos bichos todos, das plantas, das frutas, da água que é vida para nós e para tudo aqui. Nunca achei que estaria viva para ver isso que está acontecendo com a gente, com o que está acontecendo com as tracajás, com os pacus, com os peixes ornamentais. Mas te digo que não desistimos, lutamos. Nossa vida não tem preço não, sabe. Vida nenhuma pode ter preço. A vida não se compra, não é produto, não está a venda. Não quero que a vida das tracajás se acabe, por isso estou criando algumas aqui. Não aceitamos o fim das tracajás, não aceitamos nosso fim. (Dona Graça Juruna)

Tião Juruna, afirmou que não conseguir se acalmar desde que Belo monte começou a ser construída. Como podemos nos juntar a Tião e não nos acalmar? Como podemos nos

somar à fala de Tião sobre não conseguir se acalmar sem que, no entanto, não nos desesperemos a ponto de nos paralisar, a ponto de permitir o barramento de nossas ações?

Hesitação. É necessário hesitar frente aos argumentos técnico-científicos dos empreendedores sobre seus impactos causados na Volta Grande do Xingu. Hesitar para respeitar os conjuntos de relações éticas e estéticas dos Juruna com o Xingu. Gente feita ao mesmo tempo daquelas águas e daquelas corredeiras, conta a cosmogonia. Ao denunciarem os volumes de vazão previstos pelo Hidrograma de Consenso como incapazes de manter a vida na Volta Grande do Xingu, os Juruna referem-se à vida num sentido amplo e intensivo, incluindo os modos de existência de peixes, plantas aquáticas, florestas aluviais, quelônios, do próprio rio Xingu.

A ameaça à vida para que seja compreendida, precisa levar em consideração uma ampliação e uma extensão do conceito de vida para além de sua relação com humanos e humanidades.

Vida como conceito e, sobretudo, como verbo que envolve as relações de conectividade dos Juruna com o Xingu e com a Volta Grande, dos Juruna com os peixes, dos peixes entre si, dos peixes com os Juruna, do rio Xingu com os Juruna, dos peixes com as florestas aluviais, dos barcos com as pedras do rio, das pedras com as narrativas míticas de origem da humanidade-juruna-xingu, da Volta Grande com a história de resistência desse povo que permaneceu. Trata-se da parte de um povo que, apesar do massacre de seus parentes em curso nos idos de 1916, decidiu ficar para, como diz o cacique Gilliarde, “segurar o território”. Um povo que se viu reduzir demograficamente de 2000 para 54 pessoas em menos de 50 anos, das quais 12 negaram-se a abandonar a VGX.

A vida ameaçada por Belo Monte implica também numa ameaça ao próprio conceito de vida, ao modo como esse conceito-verbo é defendido e praticado pelos nossos amigos canoeiros.

A vida, os tipos de vida, do modo como os regimes de existência Juruna expressam não quer monitorar sua própria morte, um testemunho do fim. Essa ética de negação ao testemunho do fim, que marca a própria história de permanência na região da Volta Grande, é a caracterização de seu monitoramento independente, da redação e divulgação

de seu protocolo de consulta, da atividade ativista anual da Canoada Xingu, dos seus engajamentos com cientistas, de suas práticas cotidianas.

Se o monitoramento independente Juruna não é um ato em si mesmo e seu modo de vida é conectividade com o Xingu, estamos aqui com a tarefa de criar composições. Composições com os Juruna. Composições com a VGX. Inspirar-nos com as conexões e analogias realizadas pelos Juruna com o Xingu, com o pulso de vazão da VGX, com o zebra, com as tracajás. Junção e a composição de pessoas, saberes e técnicas em torno de uma questão. É um modo de se colocar no mundo e dizer Não. Não aos volumes de água previstos pelo Hidrograma de Consenso. Um grito de não ao confisco da vida, ação de resistência, modo de existência, levante contra a irrupção do fim do mundo.

4.9 DIA 2/MISSÃO 2: Terra Indígena Arara da Volta Grande²⁶

4.9.1 Aldeia Terrawangã



A equipe de vistoria foi recepcionada na aldeia mais antiga da TI Arara da Volta Grande do Xingu pelo cacique Aauto Arara. A procuradora Thais Santi iniciou a conversa informando os objetivos da inspeção, de verificação do cumprimento das condicionantes indígenas e de apuração das condições de vida na região, ressaltando a preocupação das instituições participantes com o equilíbrio entre a geração de energia pela usina de Belo Monte e as necessidades para a vida das pessoas. O cacique Aauto começou comparando as condições da região antes e depois do barramento.

A gente sempre viveu da pesca, tanto ornamental quanto para subsistência e venda. Agora não temos

²⁶ Relatoria de Robson Bentes, Thais Santi, Helena Palmquist e Vinicius Monteiro

mais isso. O peixe que pegamos na malhadeira é o pacu, mas está muito magro, porque não tem mais o sarrão pra comer, porque o rio está muito baixo e não enche o bastante para alimentar os peixes. A Volta Grande agora está presa entre duas barragens: a natural, que sempre existiu e a artificial que Belo Monte construiu. A barragem natural os peixes conseguiam subir quando o rio enchia, para a desova. Agora não conseguem mais, porque a cheia não existe mais (Adauto Arara)²⁷

O cacique relatou que é visível a aceleração das águas do Bacajá (*afluente do Xingu, na altura da aldeia Terrawangã*) como consequência da baixa permanente no nível das águas na Volta Grande, o que provoca a perda de sedimentos e o fim do efeito de remanso, o que prejudica a piscosidade também do tributário do Xingu.

Os peixes não conseguem mais fazer a piracema. Diminuiu o tambaqui, o pacu, pirarara, surubim, pacu-de-seringa, pescada. Perdemos muitas áreas de pesca no Bacajá e também não conseguimos mais subir o rio sem um motor potente, o que nos impede de alcançar nossas roças e matas para coleta de cacau, castanha e madeira. Esse enche/vaza na Volta Grande é muito visível. A Nesa não consegue nos dar uma previsão do que vai acontecer no rio. Ela controla lá e avisa que vai liberar tanto de água, mas não explica até onde vai subir. (Adauto Arara)

Para a navegação, a instabilidade na vazão provoca dificuldades ao longo da Volta Grande, além dos riscos oferecidos pelo banzeiro nas proximidades da barragem, o que impede muitas vezes o acesso à Altamira, onde é necessário chegar por motivos

²⁷ Sarrão é um fruto da vegetação das margens, antes alagáveis, da região; a barragem natural a que se refere o cacique são as cachoeiras do Jericoá.

econômicos, de saúde, educação e mesmo para atender as demandas provocadas pelo PBA de Belo Monte.

Alguns canais da Volta Grande estão quase inviáveis pela escassez de água no rio. A gente se sente, por causa da época do ano e das chuvas que continuam vindo, como se estivesse num inverno normal e acaba esquecendo que o rio não está mais cheio. A memória da gente fica enganada e acidentes podem acontecer. (Adauto Arara)



As dificuldades de navegação não são aliviadas pela possibilidade de deslocamento terrestre. A estrada que liga a terra indígena à Transassurini está em péssimo estado e representa grande perigo, mantendo praticamente isolada a terceira e mais recente aldeia do território, a Itikum, motivo pelo qual nem a equipe de vistoria pode alcançar o local. As obras para melhoria da estrada, de acordo com o cacique, se prolongam há muito tempo e foram interrompidas por mudanças nos contratos entre a Nesa e as empresas terceirizadas encarregadas do PBA de Belo Monte.

Como nas demais comunidades, o cacique da Terrawangã também fez questão de afirmar que nada do que os moradores conseguiram foi por “livre e espontânea vontade da Nesa”. “Foi por pressão, muita luta nossa. Se a gente não tivesse brigado, até agora não tinha nada”, confirmou. A aldeia tem sistema de rádio e um telefone, que funcionam apenas eventualmente. Há dois anos, relatou, pedem a instalação de uma antena de telefonia celular, sem sucesso. A energia elétrica produzida por Belo Monte também não chegou. As casas têm energia por gerador a diesel, com uma cota de combustível mensal

de 600 litros para a geração e outros 1000 litros para navegação e transporte por terra, insuficiente para todas as necessidades dos moradores, o que exige complementação da comunidade com os escassos recursos próprios.

Um problema flagrante do PBA do Componente Indígena de Belo Monte se localiza nos programas de geração de renda previstos como compensação aos impactos sobre a segurança alimentar e econômica dos povos indígenas atingidos. Como na TI Paquiçamba, na TI Arara, as previsões dos programas nunca foram cumpridas de forma consistente pela Nesa.

Esse ano não trouxeram nenhum insumo, nenhuma semente ou muda. Nunca funcionou direito. Nós abrimos as roças e não chegou nada. Já perdemos roças de milho, de mandioca e agora vivemos na base de um ticket alimentação pago pela usina (Adauto Arara)

A inconsistência no cumprimento das obrigações por parte da empresa responsável pela usina provoca conflitos constantes. No momento da visita da equipe de vistoria à aldeia Terrawangã, um carro da Nesa estava estacionado no local. Foi apreendido pelos indígenas em protesto pela demora de semanas da Norte Energia em devolver três motores de barcos levados para manutenção. Os empregados da usina ameaçaram suspender o vale alimentação da aldeia para reaver o veículo, mas ele permanecia na aldeia.



O acesso à água potável, que evita o uso das águas de qualidade duvidosa do rio, foi assegurado no ano passado, de acordo com o cacique Aauto. Banheiros foram construídos em 2019 e estão funcionando.

A aldeia conta com um posto de saúde, que tem AIS contratado e um técnico de enfermagem da própria comunidade. O fornecimento de remédios permanece precário.

A escola da aldeia atende cerca de 80 alunos da região, indígenas e não-indígenas e conta com boa estrutura. O cacique se queixa do descumprimento do projeto político-pedagógico elaborado pela comunidade, principalmente no que diz respeito à formação dos professores indígenas realizado em desacordo com o diálogo que havia sido feito com os moradores.

A conversa com as lideranças da aldeia Terrawangã foi encerrada com um almoço, oferecido pelas merendeiras e professoras da escola. Após a refeição, a equipe se dirigiu para a aldeia Guariduã, a cinco minutos de barco, para a última tarefa da equipe de vistoria.



4.9.2 Aldeia Guariduã

A chegada na aldeia Guariduã sofreu atraso, por conta dos imprevistos da manhã. A previsão inicial do planejamento era que esta fosse a primeira aldeia Arara visitada pela equipe. O cacique José Carlos Arara estava aguardando a equipe de vistoria desde as primeiras horas da manhã. O servidor do MPF Robson Nascimento fez o percurso até a aldeia por terra, para verificar as condições da estrada, adiantou os diálogos com os moradores da Guariduã.



A precariedade chocante da escola da aldeia Guaridua

Por conta do atraso, a equipe se dividiu para que fossem cumpridos os objetivos de verificar os equipamentos de saúde e educação, assim como para ouvir os relatos das lideranças. A reunião com os moradores ocorreu em uma construção de tapumes extremamente precária, onde funciona a única escola da aldeia. A estrutura foi levantada por uma empresa terceirizada contratada pela usina de Belo Monte para construir casas para os moradores, em cumprimento de acordos que não integram as obrigações do PBA da hidrelétrica. Como não havia garantia de construção de salas de aula, o cacique pediu que a estrutura fosse mantida e passasse a funcionar como escola.



A aldeia foi fundada em 2012, como resultado de conflitos internos dos indígenas. Mesmo tendo sido reconhecida pela Funai, até hoje não recebeu compensações ou programas efetivos por parte do empreendimento de Belo Monte. De todas as aldeias visitadas durante a vistoria interinstitucional, a Guariduí enfrenta a situação mais precária.

Nossa comunidade é ignorada pela Norte Energia
(José Carlos Arara)

O cacique reivindicou com urgência a construção de uma escola.

Os professores têm medo que a escola caia sobre todos. (José Carlos Arara)

Uma das paredes da estrutura chegou efetivamente a desabar, sendo substituída pelos pais dos alunos por uma parede de palha.



A aldeia Guariduí não está contemplada, segundo o cacique José Carlos, pelos programas de compensação aos indígenas afetados por Belo Monte. Apenas o programa para saúde funcionou, com a capacitação de AIS e AISAN dentro da comunidade, mas um posto de saúde jamais foi construído e o atendimento se dá em um barracão de madeira com cobertura de palha e buracos nas paredes.



O programa de atividades produtivas chegou a ser previsto para a aldeia, mas como nas demais, nunca funcionou apropriadamente. As sementes e insumos chegam com muitos meses de atraso, fora do calendário de plantio das culturas. As atividades de piscicultura, que de acordo com o PBA substituiriam a pesca tradicional diante da escassez de peixes e promoveriam a geração de renda, ficaram impossibilitadas pela instabilidade na vazão do Xingu. A enxurrada de janeiro de 2016 levou todos os tanques-criatórios que haviam sido colocados. Atualmente, com o que os indígenas chamam de enche-vaza constante das águas, é impossível fazer o manejo da criação, porque para manter os tanques submersos é preciso dispendar muitas horas por dia na atividade de empurrá-los e puxá-los. Para agravar, em 2017, segundo os relatos dos moradores, a Nesa coletou os peixes dos criatórios para fazer a venda em Altamira e nunca retornou os valores para a comunidade. Atualmente, a aldeia vive dos vale-alimentação fornecidos pela empresa.

Se seguir essa rotina, vão se passar os 35 anos a Norte Energia vai embora e a gente vai continuar sem nenhuma atividade produtiva (José Carlos Arara)

A navegação, com as mesmas dificuldades enfrentadas pelos demais moradores da VGX, poderia ser resolvida se as 14 voadeiras pactuadas com a comunidade tivessem sido entregues, mas isso não aconteceu até hoje.

Nem rabeta, nem motor, nem canoa. Não temos comunicação por internet ou telefone, a escola e o posto de saúde vocês já viram. Somos ignorados pela Nesa. Estamos sem opção nenhuma (José Carlos Arara)



Nas comunidades indígenas visitadas, foram relatados problemas semelhantes aos relatados pelos ribeirinhos, porém, com algumas especificidades.



Os indígenas relataram que a diferença de nível entre o Rio Xingu e o Rio Bacajá, atípica nesta época do ano e provocada pela barragem, faz com que o Rio Bacajá tenha uma velocidade acima do normal e inviabiliza atividades como a pesca no Bacajá onde a comunidade tinha o costume de fazê-lo. Foi relatada ainda a piora muito significativa na qualidade da água do rio e que por algumas vezes a população teve problemas com doenças de pele, que acometem grande parte da população. Nas escolas a situação observada foi bastante crítica. Na primeira comunidade visitada, a comunidade escolar relatou que a merenda tem sido insuficiente para a quantidade de alunos e que, excepcionalmente, um dia antes do início da vistoria a comunidade recebeu uma quantidade maior de alimentos para a merenda escolar. Já na segunda comunidade visitada na Terra Indígena Arara, a situação de infraestrutura observada da escola é extremamente precária. A comunidade utiliza parte de um galpão improvisado como escola e relatou que parte da estrutura desabou e foi recuperada pelos pais dos alunos.



4.10 DIA 2/MISSÃO 3: COMUNIDADES DAS CACHOEIRAS DO JERICOÁ²⁸

Indígenas Xipaya (Fabiana, Rafaela e dona Miriam)



Ignorados pela NESAs, os Xipaya do Jericoá, com 13 (treze) famílias de indígenas não aldeados, estão na localidade há 44 anos e pleiteiam a demarcação da Terra Indígena para “ter acesso as políticas mitigatórias da empresa”, para “evitar invasões e a extração de madeira sem o consentimento da comunidade”, o que inclusive tem ocorrido, pois há relatos de invasão de fazendeiros e madeireiros na região; o pedido de demarcação foi protocolado na FUNAI em Brasília: o primeiro pedido feito pela dona Miriam foi negado com a justificativa do “número reduzido de famílias”; além disso, houve divergência interna entre as famílias, pela criação ou não da reserva; a Terra Indígena Paquiçamba foi ampliada para as ilhas, o que teria sido feito sem comunicação prévia para comunidade Xipaya do Jericoá; narram conflitos entre índios Juruna e Xipaia, pelo uso do rio e dos recursos naturais;

²⁸ A relatoria é de autoria do professor Reinaldo de Souza Marchesi, da UFPA, com informações adicionais de Carolina Reis, do Instituto Socioambiental

Acesso à água

Há relatos de pessoas que estão adoecendo pelo consumo da água do local; a qualidade da água está imprópria para consumo e a alteração do nível da água afetou os deslocamentos das embarcações em muitos trechos;

Transporte

O transporte pelo rio foi comprometido pelo barramento, uma vez que os barcos de pequeno porte não são apropriados para o banzeiro que passou a ocorrer pós represamento do rio (reservatório principal); não tem como escoar a produção, pois a estrada é ruim e precisam de uma embarcação adequada que suporte o banzeiro do barramento.

Pesca

Os peixes estão magros porque as frutas caem no “seco” – foi feito registro fotográfico da seringueira localizada em uma antiga área de igapó, que não alaga mais.

Educação

A escola “Benedito Raposo” está organizada por módulos com crianças e jovens de várias idades (multisseriada), fica no Travessão, com trajeto de duas horas de duração; utilizam o barco até a “dona Odete” e daí sobem 300m de terra para chegar ao carro; a voadeira por vezes transporta coisas que oferece perigo às crianças (“moto e pessoas armadas”); denunciam a falta de preparo do piloto e também do motorista do transporte escolar, que também usa o veículo para outras finalidades, além da direção perigosa, som alto etc; uma criança narra que “o transporte é muito ruim, o cinto de segurança é frouxo e não trava”; o cardápio da merenda escolar quase sempre é de bolachas e “servida no chão”; a escola não tem livros ou biblioteca, apenas usam o caderno; relatam que na escola as crianças estão sendo discriminadas por serem indígenas; não existe educação diferenciada; reivindicam uma escola na própria comunidade, pois aduzem ter demanda para tal e; pedem que os professores sejam da própria comunidade.

Saúde

O atendimento é feito pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); a água do rio está visivelmente suja e imprópria para o consumo. O lençol freático está sendo afetado pelas mudanças repentinas do volume de água do rio

Plano de Emergência

Foi instalada uma antena pela NESA, porém não está funcionando. Não é realizada manutenção do equipamento. Radiocomunicação não instalada.

Indígenas Curuaia (Lorena, Diana, dona Odete e família)



Água

A comunidade “lawá”, está com 19 (dezenove) famílias. Inicialmente não foram considerados atingidos, mas a comunidade sentiu os efeitos, como a morte de cerca de 2 (dois) a 3 (três) mil pés de cacau, entre outros problemas. Já foi solicitada a inclusão no Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), mas até o momento não houve inclusão formal (Clever da FUNAI informa que a Vanessa da NESA garantiu que a comunidade já foi incluída na licitação para esse fim); toda vez que é anunciada visita de autoridades na Volta Grande, o pessoal da empresa libera água para encher o rio, segundo a comunidade.

Pesca

O quantitativo do peixe diminuiu drasticamente após o barramento. Denunciam o problema de variação repentina no nível de água. Denunciam a falta de comunicação da empresa para avisos sobre liberação da água. A empresa Tractebel faz visitas para monitoramento da pesca e da água, mas falta retorno dos relatórios colhidos e transparência dos critérios na metodologia utilizada.

Transporte

O local do porto secou, o que prejudica o escoamento da produção de grãos e desembarque de alunos do transporte escolar (vindos de outros locais). A estrada foi aberta há quatro anos, mas não é boa até o final. Reclamam do isolamento da comunidade; o local é rota de passagem das empresas que fazem atendimento a outras comunidades, mas não ouvem as demandas do local

Educação

Crianças estão sem ir à escola há um mês, porque o transporte escolar não consegue ter acesso a certas localidades. Não existe educação diferenciada. Pedem por professores da comunidade (já existem professores capacitados na comunidade) e com ensino dos costumes locais.

Saúde

Os poços secaram, e a água ficou branca, imprópria para o consumo. O atendimento mais próximo é Altamira pois não recebem atendimento pelo DISEI. (Clever da FUNAI informa que foi solicitada reunião ao DSEI, mas o órgão, na pessoa de João Caramuru, se recusa a realizar reunião para atendimento).

Plano de Emergência

Não sabem como funciona pois nunca foram comunicados ou esclarecidos da situação dos possíveis riscos de rompimento da barragem.

Ilha da Bela Vista (dona Jara (Warislene), Egídio e outros)

Território

Narram conflito com os indígenas da TI Paquiçamba, em razão do domínio da terra, estão no local há cerca de 13 anos e manifestam interesse em ser indenizados para deixar o local, já que a vida aí se tornou insustentável. Foi constatado um sentimento forte de

abandono e invisibilidade, sendo necessário a desintrusão da terra, com indenização dos moradores



Transporte

O rio secou e prejudicou o direito de ir e vir, pois o acesso ficou restrito ao transporte terrestre. A estrada de acesso é a que passa na comunidade lawá (visita anterior), onde conflitos são gerados em decorrência do fechamento da porteira pelos moradores de lá, sob a justificativa de que a estrada seria “deles” e que eles fecham para evitar entrada de estranhos e por motivos de segurança.

Pesca

Relataram o mesmo das outras comunidades, que o igapó não enche mais, o que provocou a diminuição na população da maioria dos peixes. O único que ainda sobrevive é o tucunaré, que se alimenta de outras espécies de peixes; Relatam que a NESA prometeu tanques de pesca para a comunidade, mas os tanques recebidos foram retidos nas aldeias da TI Paquiçamba

Educação

As crianças frequentam escola a 15km da comunidade (a mesma frequentada pelas crianças das outras comunidades visitadas); Relatam que algumas famílias preferiram se mudar para a cidade em razão da segurança dos filhos no transporte escolar.

Saúde

Narram restrição de acesso à saúde causado pelo barramento (transposição); péssima qualidade da água do rio, o que inviabiliza o consumo; não tem agente de saúde na comunidade e o posto de saúde mais próximo fica a 17km.

Plano de Emergência

Não sabem como funciona pois nunca foram comunicados ou esclarecidos da situação dos possíveis riscos de rompimento da barragem.

Considerações sobre os conflitos territoriais

Na visita à comunidade Xipayá foi relatado que há conflitos com os Juruna nas áreas de pesca em frente ao porto da casa dessa família, que às vezes mergulhadores Juruna vão até aquela região para pescar e questionam a permanência da família de Rafaela.

Elas relataram também a preocupação com a invasão das ilhas e disseram que há rumores de propostas de venda das ilhas por proprietários de fazendas e pessoas com áreas lindeiras na região. Esses indícios de comercialização de ilhas preocupam a comunidade pois ameaçam a integridade da região e trazem insegurança de entrarem pessoas desconhecidas segundo Rafaela.

Na vistoria realizada aos ribeirinhos da ilha de Bela Vista, as falas foram em parte motivadas de indignação e direcionadas, principalmente, à FUNAI, que, segundo eles, nunca mais voltou à região após 2016 para trazer explicações sobre a continuidade do processo de desinstituição, o pagamento das indenizações e as regras de uso e permanência até que isso ocorra.

Durante a visita, uma das ribeirinhas apresentou ao grupo da inspeção uma cópia da Resolução da Funai n. 259 de 17 de junho de 2016 contendo a lista de famílias que foram visitadas pelo órgão e caracterizadas como de boa-fé dentre os moradores das ilhas pela Comissão Permanente de Análise de benfeitorias (CPAB).

Entretanto, após esse período a Funai não deu retorno e muitas famílias se sentem impedidas de usufruírem do território, bem como de fazerem novas benfeitorias em suas casas ou abrir áreas de roçado, ficando com a vida em suspenso até que se proceda a desinstituição, a qual não tem prazo para ocorrer. Os relatos das famílias reiteram uma situação de insegurança jurídica e de ausência de informações e interlocuções com a FUNAI e foram relatados conflitos com os indígenas em relação às áreas de uso de pesca.

Uma das ribeirinhas relatou que se sente “congelada”, pois não pode abrir roça e derrubar nem uma árvore, nem fazer reformas e melhorias na casa pois isso consistiria em

alterações após a data de corte da resolução da boa-fé. Ela relatou que recebe ameaças dos Juruna da aldeia Muratu caso ela derrube ou interfira na Terra. Relatou que há insegurança e conflitos nas áreas de pesca também.

Um dos ribeirinhos fez uma fala em tom ameaçador quando foi mencionado que a Ilha de todos ali estava dentro de Terra Indígena e que eles precisariam se mudar, no sentido de que não iam conseguir tirar eles dali e nem plaquear a terra pois ele residia e trabalhava no Jericoá há mais de vinte anos e que aquela terra não era só dos indígenas e que eles não aceitariam sair com baixas indenizações. O clima na Ilha de Bela Vista foi marcado por tensão, cobranças e animosidades com relação aos Juruna.

Vistoria científica ao Jericoá – Volta Grande do rio Xingu²⁹

O rio Xingu assim como outros rios amazônicos, desde a chegada dos não indígenas, vem sendo contaminado e tendo suas propriedades físico-químicas naturais alteradas. Grandes obras na Amazônia são responsáveis por intensificar essas alterações, comprometendo mais ainda a qualidade de seus rios. A construção da UHE Belo Monte no rio Xingu traz modificações nesse desde o início da obra e irá comprometer ainda mais com a implementação do hidrograma de consenso, principalmente na Volta Grande. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (LEME, 2009)³⁰, o rio Xingu é um rio Classe 2, identificando-o com um rio de águas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; à recreação de contato primário (como natação e mergulho); à irrigação das plantas; e à aquicultura e à atividade de pesca - critérios definidos pela resolução CONAMA n° 357, de 17 de março de 2005.

Na vistoria realizada por equipes com representantes de nove instituições nacionais e internacionais acompanhados de pesquisadores à Volta Grande, as diferentes populações que lá vivem relataram o mesmo discurso ao longo dos seus 100 km: a qualidade da água piorou, não dando mais para realizar atividades como de recreação de contato primário e dificultou a atividade da pesca. As crianças que normalmente brincavam no rio, já não podem mais, pois têm apresentado irritação nos olhos e coceira no corpo. Antes da obra

29 A vistoria científica na região das cachoeiras do Jericoá é de autoria da professora Tatiana S. Pereira, da UFPA.

30 ELETROBRÁS. Estudo de Impacto Ambiental – Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental. Leme Engenharia Ltda, Brasília, 2009.

as pessoas tomavam água diretamente do rio (mesmo ele sendo considerado como classe 2); hoje isso já não é mais possível. No último relatório de qualidade de água disponível pela Norte Energia (Relatório 11.4.1: projeto de monitoramento limnológico e de qualidade da água superficial – com dados do diagnóstico realizado entre dezembro de 2011 e maio de 2018)³¹, a Volta Grande apresentou-se com bons índices de qualidade de água.

No entanto, quando analisada a planilha de dados brutos, alguns dados se sobressaem, mesmo que eles não se repitam no mesmo ponto ao longo das amostragens. Essa incoerência na qualidade da água da Volta Grande (percepção da população e dados do monitoramento) pode ser devido ao monitoramento seguir os parâmetros descritos para um corpo hídrico classe 2 (e estar contemplado nesse). A Volta Grande possuía antes da obra características de um corpo hídrico classe 1, segundo a Resolução 357 do CONAMA, pois nessa classe está incluída a água destinada à proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas e ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado – ambos os casos contemplados pela Volta Grande. Caso o rio Xingu tivesse recebido essa classificação desde antes do início das obras, ele teria sido monitorado com parâmetros mais restritos e seus relatórios não estariam mostrando índices aceitáveis para a qualidade da água. Com isso, a opção mais adequada seria ampliar o monitoramento do rio na Volta Grande, utilizando indicadores biológicos (organismos e/ou comunidades aquáticas – Art 7, § 3o, CONAMA 357) e monitorar as possíveis interações entre as substâncias e a presença de contaminantes não listados na Resolução, passíveis de causar danos aos seres vivos, utilizando-se de ensaios ecotoxicológicos, toxicológicos ou outros métodos cientificamente reconhecidos (Art 7, § 4o, CONAMA 357).

A visita ao Jericoá nos mostrou diferentes realidades diante das dificuldades proporcionadas pela diminuição do nível da água na Volta Grande.

Na comunidade indígena xipaya (Fabiana, filha da dona Mirian), com três famílias vivendo no local, os moradores afirmam não serem atendidos pela NESAs, mesmo vivendo aí há 44 anos. Segundo eles, o DSEI os atende (eles telefonam quando necessário e são atendidos no local mesmo), mas quanto à água de abastecimento, enfrentam um sério problema (segunda minha avaliação, mas não falado na entrevista). Na comunidade

31 NORTE ENERGIA. 15º Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes. Brasília, Fevereiro, 2019

existe uma mina, que através de uma bomba, abastece as famílias. No entanto, a água pareceu apresentar sérios problemas de qualidade (é possível ver a água da mina próximo a ela); as famílias se utilizam de hipoclorito e filtro para usar a água. Quanto à água do rio próximo à comunidade, Fabiana relatou que as crianças que ali nadam (tem sete entre as famílias) têm apresentado ardência no olhos e, algumas vezes, coceira. Quanto à presença de mosquitos, eles alegaram que nesse ano houve uma diminuição na quantidade. O maior problema mesmo mencionado foi o transporte das crianças a escola, realizado por uma van, que passa num local distante para as crianças terem que se deslocar.

Já na comunidade indígena Curuaia (filhos e netos da dona Odete), a situação descrita aí foi bem mais crítica. Eles não tem atendimento nenhum, nem da NESAs, nem do DSEI (segundo eles, o DSEI se recusa a realizar uma reunião para discutir a possibilidade de atendimentos ali). Com cinco famílias vivendo aí (dado corrigido pelo Ruan, que disse ser mentira o que a tia falou de serem 19 famílias), cinco crianças estão entre elas. Dos problemas relatos por eles, os maiores estão a falta de atendimento da NESAs quanto ao auxílio nas plantações (eles vivem da roça, tendo o cacau como a principal plantação) e o deslocamento das crianças para a escola, apresentando transporte e estradas ruins. Quanto à água, utilizam de poços, mas que no momento apresenta muito barro. A Tractebel realiza visitas à comunidade, monitorando os poços e a água do rio (onde, segundo eles, não conseguem mais encontrar peixe).

Na ilha da Bela Vista (onde mora a dona Jara), a situação é diferente. Eles são ribeirinhos, não receberam nenhuma indenização e relatam sérios problemas: sem poços para abastecimento (alguns utilizam água do rio ainda), sem estrada para escoamento do pescado, sem atendimento médico, entre outros. Segundo eles, há uma grande necessidade de tanques-rede, já que não há mais peixes no rio. E a maior reclamação geral de todos é ainda não terem sido indenizados, “já que tudo virou terra indígena”.

Recomendação para a qualidade da água

Diante dos relatos da perda da qualidade da água do rio Xingu na Volta Grande, todas as comunidades devem ter acesso à água para abastecimento através de poços artesianos.

Recomendação para o pulso de água na Volta Grande

O pulso deve ter uma periodicidade, contemplada num calendário de conhecimento de todos e com um sistema.

4.11 DIA 2/MISSÃO 4: Nova Conquista e Rio das Pedras – município de Anapu³²



Na manhã do dia 26 de fevereiro, a equipe de vistoria se deslocou por via terrestre até Rio das Pedras, no município de Anapu. Na casa do Senhor Lúcio nos foi servido um almoço, após o que seguimos caminhando na companhia dos comunitários de Rio das Pedras, por um atalho de 2 km por dentro da mata, percorrendo uma trilha até a casa do Senhor José Galvão – o Seu Zezinho – em Nova Conquista. Os moradores do entorno estavam mobilizados para reunião que teve início por volta das 14:00 horas. As questões abordadas pelos comunitários se referiram a educação, dificuldades na comunicação, mobilidade (por estradas e pelo rio), água subterrânea (poços, condições da terra para lavouras), modos de vida/lazer e pesca. Logo ao início da reunião o Senhor Pereira levantou reflexões sobre o significado da Hidrelétrica de Belo Monte na região,

Quando você vê um rio daquele jeito ali, você vê que foi cometido um crime grave que alterou tudo aqui, e alterou principalmente pras pessoas que vivem nesse rio. O Seu Zezinho chegava com o porto lá na casa dele, hoje não chega mais. O Lucio morava ali

32 O relato é de autoria de Monica Lizardo,

[as proximidades do rio Xingu], mudou também o Lucio porquê hoje não vale a pena mais, o Seu Mané Sergio eu conheço da beira desse rio desde 74... e a gente se pergunta pra quê que serve a construção da Hidrelétrica de Belo Monte? Pra quem serviu? O que a gente leva disso? O que o povo leva disso? Nós como povos tradicionais não fomos consultados. (Senhor Pereira)

Foi enfatizado no relato dos participantes, que as questões levantadas se estendem as outras comunidades da área em que Rio das Pedras e Nova Conquista estão inseridas.

Têm o Ramal do Valdeci, lá no Bacajá, tem o Ramal dos Maranhenses, tem o ramal do Caracol, o dos Araras que também faz parte desse polo aqui. Todos com problemas de saúde, educação etc... até no Ramal do Gentio, Rio Bacajá. (Morador da comunidade)

Acerca dos problemas que atingem as escolas da região, questões graves foram amplamente discutidas deixando claro as dificuldades relacionadas a merenda escolar, a superlotação de turmas, a necessidade de longos deslocamentos dos alunos de suas moradias até as escolas, em estradas com péssimas condições de trafegabilidade, a deficiência e sobretudo, ausência de transporte escolar para os alunos moradores das vicinais.

A Escola não tem merenda. As aulas começaram dia 04 de fevereiro, mas até hoje não veio merenda. Ainda não veio, mas normalmente, a merenda só dá pra 12/15 dias. (Morador da comunidade)

Foi relatado, por morador da comunidade, que não há transporte escolar para a escola de Rio das Pedras. A Secretaria destina uma quantia de combustível para que os pais dos alunos assumam o transporte de seus filhos para a escola. No entanto, o combustível não é suficiente para o mês todo.

Foi também enfatizado uma situação específica de fechamento da Escola da Comunidade Ilha da Baleia, pela prefeitura de Vitória do Xingu, a escola foi desativada no ano de 2015. Outro morador relatou ter presenciado, no final do ano de 2018, uma sala de aula na Escola do Rio das Pedras com 42 crianças, de 1ª à 4ª série assistindo aula simultaneamente, no sistema de multisseriado. A comunidade solicitou para a Norte Energia o material para ampliação da escola, e o material se encontra disponível, mas a Secretariada Educação não construiu a edificação.

Foi dito na reunião, sobre a CFR – Casa Familiar Rural de Anapu atender demandas de outros municípios. Em 2017/2018 atendia cerca de 40 alunos de Porto de Moz, ocorrendo de, algumas vezes, as famílias de Anapu não encontrarem na CFR vagas disponíveis para seus filhos.



Como é que vai tirar recursos do nosso município para bancar pessoas de outros municípios? (Morador da comunidade)

Comunicação

Os participantes da reunião fizeram referência a algo que muito os preocupa e tira a tranquilidade. Os empreendedores donos da Hidrelétrica Belo Monte não mantêm comunicação adequada com as famílias moradoras da região. Não há qualquer forma de avisar as pessoas em caso de acidentes com a barragem. A sensação entre as famílias é de apreensão e medo.

Na relação com as empresas executoras do Plano Básico Ambiental de Belo Monte, ficou evidente nas falas, que existe uma forte assimetria de poder entre os comunitários da região, os moradores das margens do rio Xingu, e os que vivem nas vicinais, no entorno do rio, e os que executaram a usina de Belo Monte. O linguajar técnico, os gráficos, as estatísticas dos empreendedores é inacessível ao povo da região, que domina com maestria o conhecimento de seu lugar, das matas, do rio Xingu, dos igarapés, das desovas dos peixes; não conhecem, no entanto, a parafernália técnica de domínio dos profissionais que se deslocam do Centro-Sul do Brasil para implementar uma mega obra de engenharia que, conforme os relatos dos moradores, vem destruindo modos de vida e o meio ambiente.

Ficou claro que não há relação alguma de credibilidade nas empresas executoras, existe antes uma situação de ausência de verdade, como por exemplo, no caso específico que foi citado, acerca de uma reivindicação dos impactados por Belo Monte, pela troca de uma das empresas executoras do PBA, Sabe-se que a empresa Leme Engenharia fazia parte da Tractebel Engenier, e que a mesma empresa em certo momento, deixou de usar o nome Leme, sendo hoje a mesma Tractbel, executora de alguns dos projetos do Plano Básico Ambiental da Usina de Belo Monte.



Quando se trata de relatório falso, aqui é o que mais tem, Leme Engenharia foi o pior que já aconteceu aqui, mentiu em todos os relatórios, dizendo que

estava tudo bem (...) Nós fizemos um movimento no GT da Pesca, e no Fórum de Acompanhamento Social pra trocar a prestadora de serviço, trocou pra Tractebel, outra mentirosa. (Morador da comunidade)

Eles dizem que tá tudo no site do IBAMA, rapaz, sinceramente, eu não consigo ter acesso às informações. E sou leigo e os demais são leigos também. Só que a primeira coisa que eles fazem quando chegam aqui, é passar uma folha de frequência e escrevem o que quiser. O IBAMA tinha que ter vindo aqui antes, muito antes de começar tudo isso aqui (...) eles acham que o conhecimento empírico desse povo aqui não vale nada não, o que vale é o conhecimento científico, o que vale é a produção científica que a NORTE ENERGIA faz, contratando as consultorias. (Senhor Pereira)

Agora eu me pergunto, como é que o IBAMA me autoriza a empresa fazer um EIA, fazer um RIMA, fazer a avaliação de impacto ambiental disso, sem ter uma vistoria? É lógico que só vai chegar coisas boas. Eu não vou criar prova contra minha pessoa não, de forma alguma, só vou colocar o que me beneficia, e aí a gente pede o apoio da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público, da Defensoria Pública, para que a gente possa ter acesso a tudo isso, porque nós não temos. O que nós temos são atas de reuniões, acordos firmados. (Senhor Pereira, morador)

E sobre a segurança da gente abaixo deste barramento, porque a pouco tempo ai, teve uns rumores, e que eu saiba não tem nenhuma sirene pra avisar a gente, que Deus o livre, tenha um rompimento e não precisa ser da barragem não, basta um dique desse ai, e isso aqui fica irreconhecível, e eu gostaria de saber que providencia teria pra gente ficar ciente. Eu gostaria de ouvir algo dos senhores sobre a nossa segurança abaixo desse barramento. (Senhor Silvio, de Rio das Pedras)

Com que autonomia a ANA [Agência Nacional das Águas] liberou esse Hidrograma de Consenso? Porque nunca veio alguém aqui falar sobre isso com a gente, é inadmissível, é inaceitável a instalação desse Hidrograma de Consenso, porque agora já não tem água. Nós estamos sendo afetados para gerar riqueza para uma multinacional. Tá tirando o pouco de nós para enriquecer quem já é rico, isso é inaceitável (Senhor Lucio – Rio das Pedras)

Nós estamos pedindo um plano de vida, trafegabilidade pra escoar nossa produção, a gente tem muito pé de cacau aqui Vocês não fazem ideia de quanto as pessoas pagam caro pra levar pra vender, vai a metade do custo. (Senhor Silvério, Nova Conquista)

As estradas se encontram em péssimo estado, gerando situações de extrema dificuldade para o deslocamento, ocasionando, inclusive, muitos acidentes de moto, conforme o depoimento de um morador da localidade Nova Conquista, ao se referir a seu amigo:

O Seu Mané Sergio pegava o barquinho dele, saia na vila do 10, pegava um carro e ia para Altamira.

Hoje é obrigado a vir em uma moto, e ele caiu. E qual era antes o transporte do seu ManeSergio? Era uma rabeta. (morador).



Foi questionado a quem cabe a competência institucional de fazer a manutenção das estradas. O INCRA fez parte da vistoria através do senhor Danilo Hudson que se manifestou a respeito nos seguintes termos: “As prefeituras não tem uma equipe de engenharia preparada para formalizar projetos de engenharia para pleitear junto ao INCRA, ou a qualquer outro órgão, recursos para as estradas. Dentro do PDRSX, gastaram para contratar a empresa de engenharia AGROAMAZON, para elaborar projeto técnico, a pedido da prefeitura, para apresentar ao INCRA. E era assim, ela recebia o dinheiro para elaborar o projeto para o INCRA, a Prefeitura indicava, por exemplo, 100 quilômetros de estrada... aí quando o engenheiro do INCRA pegou o projeto, o cara fez um projeto que não tinha condições, que não era aplicável, não servia para nada. Então tem essas dificuldades na Prefeitura, falta investir em uma equipe. Tem recurso para investir em estradas? Tem, tem que ver o porquê não está chegando. O INCRA tem recursos que vem, não sei se do PAC, MDA também ele fornece caçambas, patrol, tem também os 200 mil litros de combustível que a Norte Energia concede, tem maquinário, gente. É responsabilidade do INCRA? É. O INCRA tem responsabilidade de abrir estradas, mas a recuperação de estradas nos Projetos de Assentamentos não é durante 50 anos. O Incra tem responsabilidade durante um certo tempo, de abrir a estrada, fazer aquela manutenção básica, depois é com a Prefeitura. O INCRA periodicamente cede recursos, e tem outras políticas que ajudam as Prefeituras para recuperação de estradas.

Parte dessa responsabilidade é do INCRA, mas quantos anos de recursos já não foram aplicados? A prefeitura tem recurso, do PAC, por exemplo, mas não há competência para executar o projeto”.O representante do INCRA fez referência a uma disparidade relacionada a relação assimétrica quando se trata de negociações de acordos técnicos entre as prefeituras e a empresa Norte Energia

As Prefeituras foram colocadas para negociar com a Norte Energia, sem que seus técnicos tivessem competência para isso. Nós fomos atingidos na nossa acessibilidade pelo rio, o Seu ManéSergio mesmo, agora a pouco lá em casa falou que é melhor vir pelo rio do que por essas estradas ai: ‘eu tô com a mão toda ralada, porque eu caí de moto, a moto se arreventou toda e eu gastei uma grana que eu não tinha pra arrumar a moto’. (Sr. Pereira citando Sr. ManéSergio)

Se por um lado, as famílias de Rio das Pedras e Nova Conquista enfrentam enormes dificuldades para se deslocarem pelas vicinais quase intrafegáveis dado a ausência de estrutura e manutenção das estradas, por outro lado, o rio sempre fez parte da vida das pessoas, para mobilidade, para sociabilidade, para o lazer, para a pesca.

Segundo o relato do comunitário, as pessoas foram atingidas na “acessibilidade pelo rio”, o que de acordo com o licenciamento de Belo Monte, quando trata da navegabilidade, deixa claro que soluções deveriam ser pensadas e implementadas para resolução do problema. E, conforme o que foi dito pelos moradores na reunião, a transposição das embarcações, de forma alguma soluciona os problemas de navegação causados pela pouca água no Xingu, em decorrência do hidrograma de consenso.

Na Comunidade dos Maranhenses, situada às margens do rio Xingu, no município de Anapu, não muito distante de Nova Conquista, existe uma Escola que atende as crianças filhas das famílias moradoras naquele trecho do rio.

O senhor Valdeci, morador do rio Bacajá, realiza o transporte escolar de alunos que se deslocam do Bacajá para a Escola dos Maranhenses. Próximo a confluência do rio Bacajá com o rio Xingu se encontra a cachoeira Percata que sempre foi um ponto crítico de navegação. No entanto, o que significava uma situação difícil, mas previsível, com a qual os moradores do rio já estavam acostumados a lidar, tornou-se um tormento na vida dos que por ali navegam. O que inclui o risco diário, a que as crianças transportadas pelo senhor Valdeci, se encontram expostas, conforme relatado na reunião de vistoria:

Na Percata tem um guincho da Norte Energia que é só até as 17 horas, a dinâmica é esta – o Valdeci pega os alunos, e quando chega na altura da cachoeira [Percata], tem uma casinha com uma lona e dois servidores prestadores de serviço da Norte Energia, em cima tem uma catraca com um cabo de aço, então ele tem que colocar um cabo de aço no casco da voadeira e vai descendo e é manual, eles tem que puxar [a embarcação], e vai descendo por cima das pedras no meio da cachoeira. Os meninos vão andando por sobre as pedras, é um negócio triste de ver. Ele [o Valdeci] tem também a produção dele para Altamira, que ele tem que levar no mesmo sistema, as vezes ele vai com 2 e até 3 mil quilos. E ele tem a maior dificuldade porque ele tem que levar esse material, e a dinâmica é essa. (Morador da região)

O representante do IBAMA se pronunciou na reunião em resposta aos questionamentos feitos pelos comunitários. Acerca da questão referente à precariedade das estradas e aos problemas para navegação no rio Bacajá, ele disse que “(...) durante o processo de licenciamento ambiental, todas as prefeituras envolvidas foram contempladas com acordos com a Norte Energia, onde receberam recursos para hospitais, escolas, toda uma questão de infraestrutura, estradas, uma série de equipamentos sociais que a prefeitura deveria construir em contrapartida ao recurso que recebeu. Junto ao IBAMA, a Norte Energia sempre comprovou que repassou esses recursos. Mas não é papel do

IBAMA verificar exatamente se a prefeitura cumpriu com o acordo. (...) mas vou levar para dentro do processo de licenciamento onde conta um programa de mitigação de trafegabilidade, do trecho de vazão reduzida, onde a Norte Energia tem compromisso, na verdade, tem a obrigação de fazer a transposição de embarcações, de forma tornar isso mais efetivo e menos precário como foi relatado aqui de que tem uma manivela que só funciona até as cinco da tarde, e que as crianças têm que andar sobre aquelas pedras para acessar o barco depois, isso tudo vai ser levado, porque o IBAMA sempre procurou atender tudo que chega para o órgão que foi levado pra ele pela comunidade”.



As famílias moradoras do “trecho seco” do Xingu, no município de Anapu, e também do rio Bacajá, se encontram em situação crítica no que diz respeito às condições de navegabilidade na região, conforme tudo o que foi relatado na reunião de vistoria. E, um dos pontos mais críticos, a cachoeira da Percata, antes mesmo da total implementação do hidrograma de consenso, se transformou – conforme palavras das pessoas da região – na “pedra na vida do povo do Bacajá”.

O desgaste causado pelas inúmeras reuniões, somado a descrença nos resultados dos monitoramentos realizados pelas executoras do Plano Básico Ambiental, foi ponto importante levantado pelas pessoas. O que lhes é apresentado como discurso oficial, validado pelas pesquisas realizadas pelas empresas que executam o PBA, e monitoram

os impactos de Belo Monte, não corresponde ao que é vivenciado no dia a dia das comunidades.

Os problemas que tem sido vividos, como a escassez de água no “Trecho Seco” ocasionando, inclusive, impactos como a secagem dos poços que sempre abasteceram as famílias, contradiz o discurso oficial que, segundo os moradores, sempre afirmou que o lençol freático não seria comprometido com a diminuição da água no rio Xingu.

Os moradores enfatizaram que desde os primeiros contatos ocorridos em reuniões com os técnicos das empresas vinculadas a Norte Energia, sempre alertaram para os problemas das nascentes ficarem comprometidas e não se ter água suficiente, inclusive para a manutenção das áreas plantadas, mas nunca foram escutados, e hoje já vivenciam a situação que previram anos atrás.

Impactos há inúmeros e a gente fica fazendo reuniões atrás de reuniões, inclusive causa dano porque há o desgaste entre a gente. A gente chama a comunidade para as reuniões e que acabam ficando desacreditada, porque eles emitem licenças sem vir buscar a realidade do impacto, ficam querendo provar que não vai ter impactos, tira 80% da vazão do rio e diz que não vai ter impacto. Tantos estudos e estudos, será que vai ficar como lá em Brumadinho e outras Marianas? Aqui as nascentes, onde o gado bebe, a água pega a vazante, já não tem mais, seca tudo. E é isso que nós queremos dos órgãos, que venham e façam um estudo de impacto. E nós como comunidades tradicionais, ficamos todos impactados. A comunidade aqui não tem resposta nenhuma, inúmeras são as reuniões.
(morador)

As águas nossas sumiu, eu moro aqui a seis quilômetros e a água nossa sumiu, depois desse

empreendimento ai aconteceu isso, o poço que a gente tinha que batia a água pra casa, depois disso tivemos que cavar outros poços lá, teve gente, um grupo de agricultor, nós pagamos para cavar, tanque, pra cavar e pra ter água, então não impactou só aqui na beira do rio, seis quilômetros daqui a água sumiu.
(morador da região)

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, perguntou como a Norte Energia está tratando a Colônia dos Pescadores de Anapu, com relação ao Mercado de peixe, e foi respondido que,

Da mesma forma que os outros: nada. Simplesmente, aquele mercado que está sendo construído lá, é só um elefante branco. Em Anapu construíram um mercado de peixe, só construíram o prédio, que tá lá, e não conseguiram inaugurar.

Um problema relacionado à estrutura da água na Vila Belo Monte do Pontal, situada no município de Anapu, às margens do rio Xingu, na altura da travessia da balsa, também foi levantado. Um comunitário destacou que a condicionante ligada a construção de um sistema de encanação para abastecimento de água não está operando:

A Norte Energia fez, entregou do jeito dela, o sistema não funciona. A Volta Grande do Xingu, vocês tem que entender, que ela foi esquecida.

O morador complementou sua fala com relação a Belo Monte do Pontal destacando que além desta comunidade, a Vila Izabel tem vivenciado uma questão muito grave.

Temos um caos muito grande com relação a instalação dos canteiros de obras das linhas de transmissão de energia de Belo Monte – Vila Izabel e Belo Monte do Pontal – tem aumento, comprovado por dados da Secretaria de Saúde, no índice de

DSTs entre adolescentes, que o canteiro de obra deveria ser feito a 15 quilômetros das Vilas. As crianças e adolescentes estão vulneráveis, a mercê de pessoas que vem do Maranhão, da Bahia... o índice de AIDS aumentou mais de 30% em Anapu. Nós estamos correndo risco de saúde pública nas comunidades por causa desses empreendimentos.
(Senhor Pereira)

Muitas dentre as pessoas escutadas na vistoria apresentam visivelmente uma situação de medo e desesperança. Medo de algum eventual rompimento da barragem. Se encontram assustadas e inseguras pela falta de informação acerca de como proceder em caso de acidente na Usina. As informações não chegam às famílias, e quando chegam as comunidades em que se concentra maior povoamento, é feito em um formato e linguajar técnico que não estabelece possibilidade de diálogo com os moradores que necessitam de esclarecimentos palpáveis, claros e objetivos acerca da realidade que lhes foi imputada pelo barramento do rio Xingu, pela ocorrência da hidrelétrica de Belo Monte na região.

Por fim, os moradores das comunidades de Anapu que se encontram no Trecho de Vazão Reduzida, ou como eles intitularam, Trecho Seco, declaram absurdo o fato de não serem considerados como impactados pela hidrelétrica segundo os critérios definidos pelo empreendedor de Belo Monte. As pessoas que pescavam para sua segurança alimentar, não mais encontram o peixe como antes havia no rio. O lazer foi modificado, não existe mais as mesmas condições para uso do rio. A navegabilidade se encontra comprometida ao ponto, por exemplo, de uma situação insustentável na altura da cachoeira Percata, no Bacajá, cuja travessia implica colocar em risco as crianças que se deslocam para a escola por via fluvial.

Considerações sobre a visita na região de Rio das Pedras e Anapu

Os contratemplos e atrasos gerados por problemas nas estradas não comprometeram a atuação e a reunião foi realizada no tempo necessário. É visível o pânico dos moradores em relação a vazamentos e possíveis rupturas na barragem do Pimental do complexo de Pimental do complexo de Belo Monte. A drástica redução no fluxo de águas do Xingu

gerou tanto o isolamento das populações (pois muitas dependiam do transporte fluvial), quanto o rebaixamento do lençol freático (o que interfere no nível de água dos poços artesianos dos moradores), e a escassez de alimentos (diminuição do pescado e dificuldades na agricultura)

Durante a inspeção, os moradores informaram à equipe que nas vésperas da vistoria ocorreu a maior liberação de água pela barragem do Pimental. A conclusão é de extrema vulnerabilidade dos moradores atingidos pela área de vazão reduzida do rio Xingu em diversos âmbitos (segurança, alimentação, lazer, educação, saúde e mobilidade).

Avalia-se também que o momento é crucial para avaliação da segurança das barragens, devido ao recente crime-socioambiental em Brumadinho. Recomenda-se a implantação de políticas públicas de educação e saúde diferenciadas, segundo os critérios estabelecidos pela própria comunidade; a consulta aos povos e comunidades tradicionais sobre a instalação de grandes empreendimentos deve ser realizada segundo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e incluir as famílias de assentados e os garimpeiros tradicionais da vila da Ressaca; é necessária a organização de uma diligência que inclua representantes das instituições presentes na vistoria, para ouvir as comunidades atingidas pelo trecho de vazão reduzida, que ainda não conseguiram ser acessadas; articular uma agenda com povos da Volta da Grande do Xingu na área de Vazão reduzida para constante monitoramento da segurança e condições de vida dessas comunidades; possível ação judicial sobre a empresa com bloqueio de bens para assegurar o cumprimento das condicionantes e execução das ações emergenciais destinadas as comunidades impactadas pelo empreendimento.

5. AVALIAÇÕES DOS PESQUISADORES SOBRE AS CONSTATAÇÕES DE CAMPO

5.1 CONSTATAÇÕES REFERENTES A VISITAS NA ALDEIA SÃO FRANCISCO, ILHA DA FAZENDA E TERRA INDÍGENA ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU. EIXO: VIOLAÇÃO FLAGRANTE DO DIREITO À SAÚDE³³

O objetivo deste eixo foi analisar as informações de saúde da Volta Grande do Xingu tais como: principais doenças, estrutura existente, logística e políticas públicas atuais.

Segundo a Constituição Federal, Artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. No entanto, o que tem se observado nas comunidades ribeirinhas e indígenas da Volta Grande do Xingu é uma violação flagrante do direito à saúde.

A inexistência da implantação e operacionalização das atividades de saúde é percebida na maneira de vida gritante dos ribeirinhos. *Há ausência de unidades de saúde em locais estratégicos e localização geográfica que impossibilita o deslocamento; há carência de profissionais de saúde habilitados para atendimento às comunidades; insuficiência de diagnóstico epidemiológico e tratamento de agravos causados pela redução da vazão do rio e um impacto exponencial sobre a saúde física e mental das comunidades.*

O impacto sobre a saúde física é percebido nos principais problemas de saúde encontrados nas comunidades da Volta Grande do Xingu a partir do relato dos moradores das comunidades, a saber:

Parasitoses Intestinais

É perceptível a falta de saneamento ambiental nas comunidades ribeirinhas, a exemplo da Ilha da Fazenda. Os moradores não dispõem de água potável para consumo. Possuem um poço artesiano cavado pela Norte Energia que não funciona há mais de dois

33 Avaliações da professora de medicina Ozélia Batista

anos. Isto acarreta muitas vezes em um provimento de água inadequado e sem nenhum tratamento. Iniciar projeto de saneamento ambiental e disponibilização de água de boa qualidade nas comunidades têm sido questões o de vida ou morte para estas pessoas.

Doenças de Pele

O rio que outrora atuava como um agente construtor, fonte de contato, ponte ambiental, recreação social e fonte de subsídio alimentar; agora atua como fonte de doenças. Infecções de pele oriundas a partir de banhos nos rio é um relato recorrente na fala dos moradores da região da Volta Grande do Xingu. Concomitante a falta de acesso à atenção básica de saúde, doenças de pele inicialmente pouco nocivas se tornam em infecções dérmicas alastradas por todo o corpo.

Alcoolismo

A cena é deprimente: crianças com doenças de pele convivem com jovens e adultos que consomem álcool indiscriminadamente, retrato que demonstra o aumento do consumo de álcool nas comunidades ribeirinhas, podendo refletir a condição emocional dos indivíduos dessas comunidades que buscam no álcool um subterfúgio para o desânimo e tristezas provocados pela violência dos seus direitos e suas expectativas de vida minimizadas.

Doenças mentais

O alcoolismo não tem sido o único fator que nos leva a observar o estado da saúde mental desses indivíduos. O medo, crises de ansiedade e insônia são problemas relatados comumente pelos moradores da Volta Grande do Xingu. Dona Fátima, moradora na Ilha da Fazenda, relata: “Eu moro aqui, mas tenho medo da barragem estourar como aconteceu em Brumadinho, eu não durmo a noite, passo a maior parte da noite com medo que a barragem estoure e não fique nada”. Sr. José Carlos, líder da Aldeia Guaridã, apresentava nitidamente olhar triste, cabisbaixo e desânimo refletidos da responsabilidade de ver seu povo sem assistência à saúde, suas crianças estudando em uma escola a ponto de desmoronar, sua comunidade com difícil acesso à alimentação considerando o estado de escassez de peixes do rio.

De fato a definição de saúde tem um sentido mais amplo do que simplesmente ausência de doença e afecções. Mas compreende o estado de completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo. Os moradores da Volta Grande do Xingu têm seus direitos à saúde

violados, pois estão com o seu bem estar físico, mental e social totalmente impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, considerando que não dispõem de um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento; boas condições de trabalho, oportunidades de educação, ambiente físico limpo, apoio social para famílias e indivíduos, estilo de vida responsável e um espectro adequado de cuidados à saúde.

5.2 ALGUMAS CONSTATAÇÕES DE CAMPO – VISTORIA INTERINSTITUCIONAL REALIZADA ENTRE OS DIAS 25 E 26 DE FEVEREIRO NA VOLTA GRANDE DO XINGU³⁴

As comunidades agrupadas ao longo da Volta Grande do Xingu, conforme constatado na vistoria realizada em 25 e 26 de fevereiro de 2019, se encontram nas categorias pertencentes a povos tradicionais e como tal se reconhecem – são ribeirinhos, pescadores artesanais, pequenos produtores de farinha, extrativistas, indígenas aldeados e desaldeados; e, neste sentido, contrariando o que é preconizado na Convenção 169, da qual o Brasil é signatário, não foram consultados previamente, acerca da implantação da Usina de Belo Monte; As condições de vida das pessoas moradoras da Volta Grande do Xingu são monitoradas pelo empreendedor, conforme Projetos existentes no PBA. Constatamos, no entanto, que monitoramentos acerca de suas vidas, de forma alguma atende as necessidades das pessoas que tiveram seu cotidiano drasticamente atingido pela hidrelétrica, chegando, inclusive, a transformar modos de vida tradicionais, uma vez que a relação das pessoas com o rio Xingu se encontra totalmente modificada no que tange ao lazer, ao trabalho a mobilidade e a subsistência.

Uma das condicionantes para funcionamento de Belo Monte, diz respeito a manutenção da navegabilidade na Volta Grande do Xingu, e para tal o empreendedor apresentou o Sistema de Transposição de Embarcações – STE, e identificou e vem monitorando os trechos que, historicamente, são de difícil navegação no período da estiagem de chuvas. Ocorre que tais áreas encontram-se em situação crítica de navegabilidade, em pleno período de chuvas, o que se deve a implantação ainda parcial, do chamado Hidrograma de Consenso, que reduz o volume de água na Volta Grande para geração de energia em Belo Monte. Conforme os moradores ribeirinhos “Nunca tinha acontecido do inverno virar verão”. Um dos pontos críticos para navegação na Volta Grande, a cachoeira Percata, no rio Bacajá, , conforme depoimento de moradores escutados na vistoria, na região de Nova Conquista, encontra-se sem qualquer medida de mitigação por parte da hidrelétrica para garantir ali a navegação, atualmente muito pior do que ocorria na época de estiagem, em função do pequeno volume de água liberado na Volta Grande do Xingu. Naquele trecho do rio Bacajá, pelo qual passa, inclusive, transporte escolar, as crianças

³⁴ Avaliações da antropóloga Monica Lizardo

precisam deixar a embarcação e caminhar sobre as pedras descobertas no leito do rio, enquanto funcionários da Norte Energia, se encarregam de puxar os barcos através de cabos preso a roldanas.

Muitas dentre as pessoas escutadas na vistoria apresentam visivelmente uma situação de medo e desesperança.

Medo de algum eventual rompimento da barragem, se encontram assustadas e inseguras pela falta de informação acerca de como proceder em caso de acidente na Usina. As informações não chegam às famílias ribeirinhas, e quando chegam as comunidades em que se concentra maior povoamento, é feito em um formato e linguajar técnico que não estabelece possibilidade de dialogo com os moradores que necessitam de esclarecimentos palpáveis, claros e objetivos acerca da realidade que lhes foi imputada pelo barramento do rio Xingu, pela ocorrência da hidrelétrica de Belo Monte na região.

Destaca-se ainda, a falta quase que total de saneamento básico nas comunidades visitadas. Percebe-se que já existia esta carência antes mesmo do empreendimento se instalar na região, porém com a reparação e compensação dos impactos gerados foi previsto no PBA e em algumas condicionantes das licenças ambientais a implementação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas comunidades afetadas. As comunidades São Francisco, Ilha da Fazenda, Aldeia Terrawangã e Aldeia Guari-duan foram contempladas com sistemas de abastecimento de água por poços tubulares (água subterrânea), porém atualmente a Ilha da Fazenda é a única que encontra-se sem abastecimento de água potável para consumo humano.

Quanto ao esgotamento sanitário, as casas que foram construídas pela NESAs foram contempladas com fossas sépticas. Das comunidades visitadas, apenas na Ilha da Fazenda as fossas não foram concluídas. Foi verificado ainda, que em nenhuma comunidade visitada era realizada a coleta de resíduos sólidos pela Prefeitura de Senador José Porfírio nem dada alternativa correta para o descarte do lixo doméstico. As comunidades, em geral, queimam seus lixos. Entretanto, na Ilha da Fazenda foi verificado acúmulo de lixo em terreno baldio, propiciando a contaminação do solo e a proliferação de vetores de doenças.

Em todas as comunidades visitadas os moradores reclamaram do aumento na quantidade de mosquitos a partir do período de seca do ano de 2018. Em geral, os locais onde as comunidades identificam como ambientes de proliferação dos mosquitos são os pedrais que permanecem por muito tempo acumulando água. Na aldeia Terrawangã foi citado como lugar de proliferação de mosquitos as fossas sépticas construídas pela NESA. Dentre os mosquitos citados pelos moradores, estão o “carapanã”, o “pium” e o “da dengue”.

Todas as comunidades visitadas foram contempladas com Sistemas de Abastecimento de Água através da captação subterrânea de água por poços tubulares, porém, atualmente, a Ilha da Fazenda é a única que não dispõe de nenhum sistema de abastecimento de água potável para consumo humano.

A NESA entregou casas com fossas sépticas nas comunidades visitadas, exceto na Ilha da Fazenda, onde era para terem sido construídas apenas as fossas para a população. Em todas as comunidades visitadas não existe coleta de resíduos sólidos pela Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio ou dada alternativa de descarte correto de lixo doméstico. As comunidades, em geral, queimam seus lixos. Entretanto, na Ilha da Fazenda foi verificado acúmulo de lixo em terreno baldio, propiciando a contaminação do solo e a proliferação de vetores de doenças.

Houve um aumento na quantidade de mosquitos nas comunidades visitadas, principalmente, os conhecidos como “carapanã”, “pium” e “da dengue”.

5.3 CONSTATAÇÕES DE CAMPO NA VILA PIRARARA. EIXOS: SAÚDE E EDUCAÇÃO ³⁵

Merenda Escolar

Os produtores da localidade não vendem para a escola, pois não tem aprovação da Vigilância Sanitária. Foi solicitado pelos produtores que a prefeitura de Vitória de Xingu faça uma comissão técnica para ir até a localidade orienta-los de como devem proceder para organização de toda documentação necessária, para possibilita-los a comercialização de seus produtos para a merenda escolar.

Segundo a secretaria de Educação de Vitória de Xingu relatou que existe uma nutricionista no município que elabora o cardápio sendo distribuídos nas escolas os seguintes alimentos: arroz, carne, bolacha, achocolatado em pó. Mediante o relatado pela secretaria de educação e comparando com a Resolução CD /FNDE nº 38, de 16 de Julho de 2009 do Ministério da Educação o cardápio é inadequado e não atende o recomendado pela resolução.

Segundo a resolução CD /FNDE nº 38, de 16 de Julho de 2009 do Ministério da Educação que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

1º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por alimentação escolar alimentos oferecidos no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo, bem como as ações desenvolvidas tendo como objeto central a alimentação e nutrição na escola, atendendo todas as normas contidas nesta Resolução.

I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA

Art. 2º São princípios do PNAE:

I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos;

II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

³⁵ Conclusões dos vistoriadores Ronaldo Silva (UFPA) e Andreia Barreto (DPE)

III - a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária;

IV – a sustentabilidade e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada;

V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis;

VI – o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; e

VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa.

DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA ESCOLA

Art. 13. Para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo

§ 1º Como disposto na Lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

§ 2º Os cardápios deverão ser planejados, de modo a atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto nos Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:

I - quando oferecida uma refeição, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

II - por refeição oferecida, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos;

III - quando ofertadas duas ou mais refeições, no mínimo, 30% (trinta por cento) das[necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

IV - quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos.

§ 3º Os cardápios deverão ser diferenciados para cada faixa etária dos estudantes e para os que necessitam de atenção específica, e deverão conter alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar.

§ 4º Os cardápios deverão oferecer, pelo menos, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas.

Art. 16. Recomenda-se que, em média, a alimentação na escola tenha, no máximo:

- a) 10% (dez por cento) da energia total proveniente de açúcar simples adicionado;
- b) 15 a 30% (quinze a trinta por cento) da energia total proveniente de gorduras totais;
- c) 10% (dez por cento) da energia total proveniente de gordura saturada;
- d) 1% (um por cento) da energia total proveniente de gordura trans;
- e) 1g (um grama) de sal

Saúde

Não há posto de saúde na localidade tendo os moradores que se deslocar até a Vila Sol Nascente. Na Ressaca não tem profissional da saúde (enfermeiro) e nem remédios ao buscarem atendimento na Agrovila Sol Nascente os enfermeiros não os atendem por não pertencerem a localidade. O agente de saúde da localidade presta um serviço de boa qualidade na Vila Pirara, mas não existem disponíveis para a comunidade medicamentos, consultas médicas e vacinação.

Educação

No travessão do Pernambuco a Escola Céu Azul está fechada e os pais relataram que querem a reabertura , pois é impossível as crianças irem para outra localidade estudar.

A EMEF SANTA IZABEL na Vila da Ressaca estava até a data da vistoria 30 dias sem merenda escolar. Segundo a diretora os alunos eram liberados mais cedo no matutino às 10hs 30min sendo que o termino normal ocorrem às 11h30min. Mediante a situação há uma redução de 1 hora carga horária, fazendo que a carga horaria total seja prejudicada não respeitando a carga horaria estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) que uma carga horária anual mínima de 800 horas, a serem distribuídas durante esses dias, o que resulta em, pelo menos, quatro horas diárias de trabalho escolar.

O ano letivo de 2018 terminando em março de 2019, devido à escola estar passando por reformas. Nessa mesma escola existe uma sala de informática que não tem internet. Há

um alojamento para os professores que foi construído pela Norte e Energia, o mesmo apresenta as seguintes falhas: falta de segurança para os professores que ficam hospedados durante o período de sua (s) disciplinas), não há internet, há cozinha com fogão, mas sem botijão, sem panelas, péssima qualidade de camas, colchoes, portas. Os professores que ficam alojados tem que comprar sua própria alimentação diária .

O ano letivo estabelecido por lei não é cumprido. Segundo o calendário escolar do município o termino das aulas se encerra no dia 18/12, mas que na verdade segundo relato de um professor as aulas se encerram no dia 30/11. No calendário existem vários sábados letivos como aulas, que na verdade são cumpridos somente dois por mês. O registro realizado nos diários de classes é “fictício”. Todo esse procedimento é realizado para dispensar o professor não efetivo em novembro, para ele não ter direito de receber o 13 ° salário.

Os professores contratados não recebem os salários de acordo com o proposto pela legislação do FUNDEB. Os alunos que terminam o ensino fundamental II ficam sem estudar pro falta de escola de ensino médio.

A E.M.E. F Pirara fica a 4 km de distância da Vila Ressaca. O transporte escolar é realizado em carro não apropriado, falta de segurança. O único professor que atende de 16 a 18 alunos em regime de multi seriação: jardim 1º e 2ª e alfabetização de 1º ano ao 5º anos. O que vimos foi um lugar impossível de ser chamado de escola pela falta de condição humana e digna de ser frequentado por questões de falta de segurança, infraestrutura, lixo, piso irregular, mobiliário impossível de ser usado, falta de agua potável para consumo humano, falta de merenda escolar (recebem somente biscoito) quadro quebrado, inexistência de barreiro (existe uma fossa cercada com alguns paus – total falta de segurança com perigo das crianças caírem dentro, presença de cobras, mato enorme ao redor da escola). O professor fica no local sem as mínimas condições.

5.4 CONSTATAÇÕES DE CAMPO. EIXO: SANEAMENTO BÁSICO³⁶

Destaca-se ainda, a falta quase que total de saneamento básico nas comunidades visitadas. Percebe-se que já existia esta carência antes mesmo do empreendimento se instalar na região, porém com a reparação e compensação dos impactos gerados foi previsto no PBA e em algumas condicionantes das licenças ambientais a implementação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas comunidades afetadas. As comunidades São Francisco, Ilha da Fazenda, Aldeia Terrawangã e Aldeia Guari-duan foram contempladas com sistemas de abastecimento de água por poços tubulares (água subterrânea), porém atualmente a Ilha da Fazenda é a única que encontra-se sem abastecimento de água potável para consumo humano.

Quanto ao esgotamento sanitário, as casas que foram construídas pela NESA foram contempladas com fossas sépticas. Das comunidades visitadas, apenas na Ilha da Fazenda as fossas não foram concluídas. Foi verificado ainda, que em nenhuma comunidade visitada era realizada a coleta de resíduos sólidos pela Prefeitura de Senador José Porfírio nem dada alternativa correta para o descarte do lixo doméstico. As comunidades, em geral, queimam seus lixos. Entretanto, na Ilha da Fazenda foi verificado acúmulo de lixo em terreno baldio, propiciando a contaminação do solo e a proliferação de vetores de doenças.

Em todas as comunidades visitadas os moradores reclamaram do aumento na quantidade de mosquitos a partir do período de seca do ano de 2018. Em geral, os locais onde as comunidades identificam como ambientes de proliferação dos mosquitos são os pedrais que permanecem por muito tempo acumulando água. Na aldeia Terrawangã foi citado como lugar de proliferação de mosquitos as fossas sépticas construídas pela NESA. Dentre os mosquitos citados pelos moradores, estão o “carapanã”, o “pium” e o “da dengue”.

Todas as comunidades visitadas foram contempladas com Sistemas de Abastecimento de Água através da captação subterrânea de água por poços tubulares, porém, atualmente,

36 Avaliações da servidora do MPPA Larissa Paulina Pinheiro

a Ilha da Fazenda é a única que não dispõe de nenhum sistema de abastecimento de água potável para consumo humano.

A NESAs entregou casas com fossas sépticas nas comunidades visitadas, exceto na Ilha da Fazenda, onde era para terem sido construídas apenas as fossas para a população.

Em todas as comunidades visitadas não existe coleta de resíduos sólidos pela Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio ou dada alternativa de descarte correto de lixo doméstico. As comunidades, em geral, queimam seus lixos. Entretanto, na Ilha da Fazenda foi verificado acúmulo de lixo em terreno baldio, propiciando a contaminação do solo e a proliferação de vetores de doenças.

Houve um aumento na quantidade de mosquitos nas comunidades visitadas, principalmente, os conhecidos como “carapanã”, “pium” e “da dengue”.

5.5 CONSTATAÇÕES DE CAMPO. AVALIAÇÃO GERAL³⁷

Das constatações durante a vistoria, percebemos que as restrições do acesso à água constituem uma das problemáticas socioambientais centrais para os povos da Volta Grande. O Rio Xingu está visivelmente impactado por Belo Monte, que ocasionou dificuldades na navegação e, sobretudo, na subsistência das famílias, que relataram dificuldades no desenvolvimento da pesca e acesso a peixes para sua alimentação. A água para o consumo humano é igualmente preocupante e deve ser prioridade emergencial a ser sanada. Com impactos no Xingu, muitas das comunidades visitadas não possuem poços para a captação de água para o consumo humano, como é o caso da Vila do Galo e Caitucá. Por outro lado, a obra do saneamento básico na Vila Ressaca (que inclui o acesso à água) continua inconcluso, sem ligações domiciliares, havendo um impasse entre o Norte Energia e Município de Senador José Porfírio sobre quem é o responsável pela conclusão das obras.

Nesse cenário, entendemos inconcebível que com um empreendimento bilionário e lucrativo, como é Belo Monte, a empresa como a Norte Energia economize com mitigações socioambientais de baixo custo e muito importante para a saúde e vida das pessoas, como é o acesso à água.

Além da água, obras e serviços que deveriam garantir os direitos básicos de educação e saúde não estão em pleno funcionamento para atender a população. A Norte Energia e os Municípios precisam ser investigados quanto à aplicação dos recursos financeiros que deveriam ser revertidos em favor das comunidades. A Norte Energia anuncia que as obras mitigatórias estão concluídas, mas constatamos que estão inconclusas, como é o caso do saneamento na Vila Ressaca. Por outro lado, alguns gestores municipais deixam de cumprir com suas obrigações, gerando dúvida sobre a legalidade da aplicação de recursos públicos.

Na escola da localidade conhecida como “Pirara”, no interior do Projeto de Assentamento Ressaca, Município de Senador José Porfírio, há um prédio construído pela Norte Energia, mas identificamos que os alunos não tinham merenda escolar e que, em razão disso, as crianças tiveram o tempo escolar reduzidos, voltando mais cedo para a casa, porque não tinham o que comer. Além disso, algumas escolas municipais vizinhas foram arbitrariamente desativadas pelo Município de Senador José Porfírio, em razão da

37 Apontamentos da defensora pública estadual em Altamira Andreia Barreto

construção da escola do Pirara, não sendo sequer garantido o transporte adequado para as crianças. Nessa mesma localidade, percorremos a estrada de acesso à outras escolas e o cenário foi de horror, seja pela dificuldade de trafegabilidade e riscos no trajeto, bem como pela imagem que tivemos das escolas municipais vizinhas, que mais pareciam um curral para cria de animais.

Desse modo, a conclusão da vistoria é que as instituições envolvidas devem intensificar ações de monitoramento, investigação e responsabilidade da empresa Norte Energia e Municípios de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, inclusive de seus gestores se for o caso, pelos impactos socioambientais constatados, risco à saúde, aplicação de recursos públicos, dentre outros a serem constatados.

5.6 GUERRA POR ÁGUA: OS JURUNA (YUDJÁ) DA VGX E O PULSO DO RIO³⁸

Nós somos daqui, estamos falando da Volta Grande do Xingu. Nosso povo é da Volta Grande do Xingu. Daqui surgimos e aqui estamos. Aqui é nossa região. Nosso povo e a Volta Grande do Xingu merecemos respeito.
(Gilliarde Juruna, cacique da aldeia Miratu).

Os Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu, povo canoeiro, afirmam-se como tendo canoas no lugar dos pés. Exímios mergulhadores, fazem das águas do rio Xingu condição de sua existência, estabelecendo com elas relações intrínsecas, e afirmando uma ontologia de mútuo pertencimento mítico-histórico.

O rio que pulsa em nós, assim os Juruna Yudjá nominaram a publicação com os dados de quatro anos de seu monitoramento independente. Além das análises de gráficos e dados quantitativos, a publicação chama a atenção para a relação de conectividade e de pertença desse povo com as águas do Xingu e da Volta Grande.

A proposta de minha fala aqui vincula-se aos modos de tratamento dispendidos por nós, os brancos, como gostam de nos referir vários grupos indígenas, aos conjuntos éticos-estéticos (políticos) dos Juruna. A esse conjunto, costumamos chamar cultura.

Intento promover aqui uma sensibilização com relação ao modo despercebido e desrespeitoso como esses conjuntos são referidos nos Relatórios Consolidados e desconsiderados nas tomadas de decisões absolutamente ameaçadoras que afetam a vida desses povos. Refiro-me ao Hidrograma de Consenso.

Aqui é preciso que tenhamos ainda mais uma pausa. Uma pausa para um exercício de abrangência e extensão. Pausa, facilmente acessada pelas pessoas aqui presentes, levando em conta suas expertises e formações acadêmicas.

Quando digo ameaça da vida dos povos não me referido apenas e exclusivamente à vida dos homens e mulheres Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu.

A ameaça à vida para que seja compreendida precisa levar em consideração uma ampliação e uma extensão do conceito de vida para além de sua relação com humanos e humanidades.

Vida como conceito e, sobretudo, como verbo que envolvem as relações de conectividade dos Juruna com o Xingu e com a Volta Grande, dos Juruna com os peixes, dos peixes

38 Por Thais Mantovanelli

entre si, dos peixes com os Juruna, do rio Xingu com os Juruna, dos peixes com as florestas aluviais, dos barcos com as pedras do rio, das pedras com as narrativas míticas de origem da humanidade-juruna-tingu, da Volta Grande com a história de resistência desse povo que permaneceu na VGX. A parte de um povo que, apesar do massacre de seus parentes em curso, decidiu ficar para ,como diz o cacique Gilliarde, “segurar o território”.

A vida ameaçada por Belo Monte e pelos cálculos egoísticos do Hidrograma de Consenso, implica também numa ameaça ao próprio conceito de vida, ao modo como esse conceito-verbo é defendido e praticado pelos nossos amigos canoieiros.

Como devemos agir frente a afirmativas como “temos canoas no lugar dos pés”? Como podemos respeitar ética e esteticamente expressões como essas? Como respeitar?

Como respeitar a vida, esse verbo?

Minha proposta é um exercício duplo:

a) olhar para o chamado Hidrograma de Consenso através da relação dos Juruna com a Volta Grande do Xingu, de dentro das canoas, inspirada pelo monumento dos remos. Para isso, lanço mão de cenas narrativas etnográficas.

b) problematizar como descrições e análises etnográficas podem servir como motivadores do debate sobre a possibilidade em tornar a VGX patrimônio cultural e natural da UNESCO. Um movimento que pode ser uma ação de constrangimento da implantação de outros empreendimentos, nessa região notadamente fragilizada pelo monitoramento independente dos Juruna após o barramento do Xingu.

Cena 1

A sala do auditório do Centro de Eventos da cidade de Altamira estava lotada.

Comunidade ribeirinha e povos da região compunham a maior parte da plateia.

Na mesa, situada no palanque superior do espaço, sentavam os técnicos e as técnicas responsáveis pelo monitoramento oficial do desembarque pesqueiro da área. Pessoas de especialização nas áreas da ecologia e ictiofauna contratadas pela empresa concessionária Norte Energia. O frio do potente ar condicionado permitia o uso confortável por parte dos membros da mesa dos uniformes, camisas azuis claras de manga longa.

Jailson Caboco Juruna e os demais Juruna presentes não se intimidaram com a baixa temperatura do ambiente que contrastava fortemente com o calor do lado de fora das paredes de alvenaria, típico do mês de setembro na localidade. Os Juruna portavam-se

sem camisa com suas pinturas corporais à mostra e grandes cocares de penas de arara azul na cabeça. Jailson Caboco Juruna trazia consigo um suntuoso remo de madeira ornamentado com as pinturas do grafismo Juruna Yudjá. O cromatismo dos corpos dos guerreiros índios, evidenciado pelas pinturas pretas na pele e pelo colorido das penas e miçangas contrastava com o monocromatismo dos uniformes azuis claros do corpo técnico.

Os membros da mesa apresentaram dados e análises sobre a situação do desembargo pesqueiro e produtividade da pesca na Volta Grande do Xingu, região abaixo da barragem de Belo Monte que sofre, desde o enchimento do reservatório da usina em 2015, a diminuição drástica do fluxo das águas do Xingu. As análises apresentadas referiam-se ao ano de 2016, ou seja, um ano após o alagamento do reservatório para o barramento das águas. Ano que é chamado pelos Juruna (Yudjá) da região como “o ano do fim do mundo”.

Segundo técnicos e técnicas que compunham a mesa, conforme disseram ser a conclusão de suas análises, o desembargo e a produtividade pesqueira na região não sofreram impactos significativos após o alagamento do reservatório com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. O que eles e elas apresentavam para a plateia de ribeirinhos e índios da região, por meio de uma série incontável de gráficos, era o argumento de que a diminuição do pescado da região, naquele período, esteve relacionada direta e unicamente com o fenômeno El Niño, argumentando que toda a região amazônica atravessou um período de aumento da seca por esse motivo exclusivo. Jailson Juruna posicionou-se à frente do microfone expressando seus descontentamentos.

Os membros da mesa tentaram repreendê-lo, com intenção de impedir sua fala. Jailson Caboko Juruna tomou o microfone. Atrás dele, um gráfico de diminuição do pescado em toda a região amazônica em formato de colunas por ano junto com o cálculo de incidência do fenômeno meteorológico.

Com o fim do inverno, do alagamento da região da Volta Grande por causa da barragem, os saraus já estão morrendo e vão secar até morrer. Os peixes que na cheia se alimentavam dessas frutas, vão ficar sem alimento e morrer. Com o barramento do rio Xingu, em 2015, 17 toneladas de peixes da espécie curimatá morreram. Grande parte desses peixes estava ovada. Imaginem quantos peixes deixaram de nascer com essa mortandade. Nós, povos indígenas e ribeirinhos, que sempre vivemos com o rio Xingu, estamos sofrendo. Nós povo Juruna Yudjá somos também como os peixes, dependemos

da cheia do rio Xingu para nossa sobrevivência. Os peixes boi de bota e picota ouro são assim também. Nossas vidas estão em risco, estamos todos ameaçados.

O modo de vida e os regimes de existência Juruna engajam-se numa guerra contra a interrupção da vida, contra a apropriação estatal confiscatória de seus modos de existência com relação à permanência no território.

Guerra contra a imposição da barragem, do barramento de um rio, do confisco da vida. Guerra contra argumentos técnicos de empresas e seus uniformes azul-claros. Guerra pela vida das gentes das águas, guerra do povo canoeiro. Guerra contra o fim das diferenças, da multiplicidade de corpos, humanos e não-humanos. Guerra contra a ganância das políticas e seus projetos de desenvolvimento a qualquer custo. Guerra contra os volumes de vazão proposto pelo chamado Hidrograma de Consenso. Guerra contra o efeito de despolitização dos argumentos técnicos que justificam projetos de desenvolvimentismo econômico e que estão presentes nas decisões da vazão e nos Relatórios Consolidados.

O modo de vida, a navegação (coextensiva ao modo de vida) e os regimes de existência Juruna engajam-se numa guerra contra a interrupção da vida, contra a apropriação estatal confiscatória de seus modos de existência com relação à permanência no território.

Guerra contra a imposição da barragem, do barramento de um rio, do confisco da vida. Guerra contra argumentos técnicos de empresas e seus uniformes azul-claros. Guerra pela vida das gentes das águas, guerra do povo canoeiro. Guerra contra o fim das diferenças, da multiplicidade de corpos, humanos e não-humanos. Guerra contra a ganância das políticas e seus projetos de desenvolvimento a qualquer custo. Guerra contra os volumes de vazão proposto pelo chamado Hidrograma de Consenso. Guerra contra o efeito de despolitização dos argumentos técnicos que justificam projetos de desenvolvimentismo econômico e que estão presentes nas decisões da vazão e nos Relatórios Consolidados.

Insatisfeitos com o fato de que a elaboração de relatórios de monitoramento de Belo Monte seja de competência de técnicos e técnicas de empresas terceirizadas contratadas pela concessionária Norte Energia, maior acionista do empreendimento, homens e mulheres da aldeia Mirtau, Terra Indígena Paquiçamba, em parceria com a UFPA e com o ISA, iniciaram em 2013 seu próprio monitoramento, chamado de “independente”. Os quatro anos de coleta e análise dos dados foram publicados em abril deste ano no evento conhecido como Belém Mais Trinta. As análises dos gráficos produzidos por eles,

levaram-nos a considerar o ano de 2016 como o “ano do fim do mundo”. Os volumes de vazão desse ano, após o enchimento do reservatório em 2015, são caracterizados como desastrosos para a vida da Volta Grande e têm servido como arma de luta dos Juruna (Yudjá) contra a inauguração do chamado “Hidrograma de Consenso”.

Agora com o barramento do rio estamos vendo cada vez mais peixes e tracajás mortos. Na região da cachoeira do Jericoá, eu vi muitos acaris doentes nas pedras. Os acaris tinham uma espécie de fungo em suas bocas e estavam poderes por dentro, suas barrigas estavam cheias de machucados. As tracajás debatiam-se doentes por sobre as pedras, elas estavam leves e muito fracas. Esse foi o ano do fim do mundo pra nós. Belo Monte, a barragem, está secando nosso rio, matando nosso rio, matando os peixes e as tracajás.

Cena 2

Enquanto organizávamos os preparativos finais para a realização da Canoada Xingu de 2018, evento anual de remada pela Volta Grande do Xingu até as cachoeiras do Jericoá, Gilliarde, cacique da aldeia Miratu, informou que a camiseta do evento deveria estampar a foto do zebrinha, como se referem a essa espécie de peixe. Por conta do adiantado da data, sugeri que mantivéssemos o desenho usado no ano anterior, facilitando a confecção das camisetas.

Não vamos usar o mesmo desenho do ano passado. Esse ano nossa camiseta terá a foto do zebra. Porque somos como o zebra, sabe? Precisamos da cheia do rio Xingu. Se acabarem com o inverno, com a cheia do rio, corremos o risco de entrar em extinção, como o zebra. Isso precisa ser mostrado. O zebra deve estar na parte da frente das camisetas dessa canoada, entendeu?

Ser como o zebra, ter canoa no lugar dos pés. Imagens que os Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu evidenciam sobre si mesmos e sobre suas relações éticas e estéticas com o rio Xingu. Gente da água, cujos corpos negam-se a ter de se adaptar a viver no seco.

A coextensividade relacional dos Juruna com o rio Xingu, e com a Volta Grande permite o questionamento da separação entre ambiente, enquanto sinônimo de natureza e pessoas, coletivos humanos cujos modos de vida expressam-se ética e esteticamente segundo certos procedimentos e comportamentos. Os impactos ambientais do barramento do Xingu não se separam dos chamados impactos sociais da hidrelétrica.

Como me disse Bel Juruna,

Sempre tivemos o rio como nosso companheiro de vida. Desde crianças vivemos com o rio e vivemos no rio. Agora o rio está ameaçado, os peixes estão ameaçados, as tracajás estão ameaçadas. Nós, o povo Juruna da VGX estamos ameaçados. Estamos ameaçados por causa da ganância dos homens e da política deles. É essa ganância que está fazendo isso.

Essa relação de pertença e vínculo foi também enunciada por Seu Agostinho da aldeia Miratu, em uma das reuniões para fechamento do texto do Protocolo Juruna (Yudjá).

Nessa ocasião, Seu Agostinho disse o que deveria aparecer no livro do Protocolo.

O rio Xingu sempre foi nossa identidade. O nome do nosso povo está relacionado com o rio Xingu. Toda nossa história foi feita junto com esse rio. Nossa vida sempre foi o rio Xingu. A perda do rio pode matar também nossa identidade. Mas nós iremos defender nossa cultura e queremos nossos direitos respeitados.

O modo de vida Juruna pode ser descrito como ações de conexão relacional com o rio Xingu, a Volta Grande e os coletivos não-humanos com quem compartilham a paisagem. Ao se associarem ao zebra, os Juruna (Yudjá) marcam sua condição de existência ao regime das cheias do Xingu e a vida da Volta Grande.

“Como se calcula o preço de uma vida?” Perguntou-me certa tarde Dona Dinã, quando falava dos projetos fracassados que compõem os programas do PBA (Plano Básico Ambiental) como mitigação dos impactos do barramento do Xingu.

Eu estou tentando evitar que as tracajás desapareçam. Mas como podemos fazer para impedir nosso próprio desaparecimento com a seca da Volta Grande do Xingu depois que fecharem as comportas da barragem? Eu não sei muito bem isso. Mas uma coisa eu digo, estamos aqui e não iremos embora. Não vou aceitar que as tracajás desapareçam, do mesmo jeito que não vou aceitar que nosso povo seja exterminado com essa barragem. Nossas vidas importam, as das tracajás e dos peixes da Volta Grande também. Eu estou fazendo isso, criando algumas aqui, para elas ficarem grandes e para que sobrevivam à essa barragem. Sempre vivemos do peixe, vamos às praias com nossa família para comer acarís assados. Isso é vida e diversão para gente, para as pessoas da aldeia. Sempre tivemos muita fartura de peixes. Eu nunca achei que fosse estar viva para ver essa situação de desaparecimento dos peixes e das tracajás. Nunca achei que isso pudesse acontecer aqui na nossa região. Nunca achei que nossa vida ia se transformar assim.

A vida, os tipos de vida, do modo como os regimes de existência Juruna expressam não quer monitorar sua própria morte, um testemunho do fim. Essa ética de negação ao

testemunho do fim, que marca a própria história de permanência dos Juruna na região da Volta Grande, é a caracterização de seu monitoramento independente, da redação e divulgação de seu protocolo de consulta, da atividade de turismo ativista anual da Canoada Xingu, de suas práticas cotidianas.

Se o monitoramento independente Juruna não é um ato em si mesmo e seu modo de vida é conectividade com o Xingu, estamos aqui com a tarefa de criar composições.

Composições com os Juruna. Composições com a VGX. Inspirar-nos com as conexões e analogias realizadas pelos Juruna com o Xingu, com o pulso de vazão da VGX, com o zebra, com as tracajás. Junção e a composição de pessoas, saberes e técnicas em torno de uma questão, como diria a filósofa da ciência Isabelle Stengers. É um modo de se colocar no mundo e dizer Não. Não aos volumes de água previstos pelo Hidrograma de Consenso. Um grito de não ao confisco da vida, ação de resistência, modo de existência, levante contra a irrupção do fim do mundo.

Disse Dona Graça:

Quando é mesmo que vale uma vida? Essa barragem não se importa com a vida. Não se importa se as tracajás estão morrendo. Agora, eu mesma, nós daqui que nascemos e nos criamos aqui, a gente se importa e muito como toda a vida daqui. A gente se importa com a vida. A vida dos bichos todos, das plantas, das frutas, da água que é vida para nós e para tudo aqui. Nunca achei que estaria viva para ver isso que está acontecendo com a gente, com o que está acontecendo com as tracajás, com os pacus, com os peixes ornamentais. Mas te digo que não desistimos, lutamos. Nossa vida não tem preço não, sabe. Vida nenhuma pode ter preço. A vida não se compra, não é produto. Não quero que a vida das tracajás se acabe, por isso estou criando algumas aqui. Não aceitamos o fim das tracajás, não aceitamos nosso fim.

O desafio aqui quando nos juntamos aos Juruna em torno da questão do hidrograma de consenso, das estratégias e ações para manutenção da vida, da manutenção da VGX, das relações entre os diversos seres é como compor estratégias. Como cada conhecimento, corpo, técnica, instrumento devem se juntar pela defesa da vida. Como fazer esse corpo híbrido assumir um lugar na guerra por água com efeitos disseminadores de vida, existência e resistência. Luta pela vida por meio da partilha de água, da partilha de conhecimentos de quem vive o pulso do rio e dos argumentos técnicos.

Como podemos nos somar à fala de Tiaão sobre não conseguir se acalmar sem que no entanto nos desesperemos a ponto de nos paralisar, a ponto de permitir o barramento de

nossas ações? O que aconteceu aqui, esses dois dias, parece-me uma alternativa possível. Uma alternativa para que conjuntamente possamos levar às últimas consequências a conectividade relacional da VGX como futuro de coletivos humanos e não-humanos e, ao mesmo tempo, a conectividade de coletivos de pessoas, conhecimentos, técnicas como futuro possível da VGX.

Pra que serve? Nos dias de hoje, essa questão, aparece em certas enunciações discursivas como um argumento questionador dos modos de vida dos chamados povos indígenas e populações tradicionais. Esse tipo de argumento que a pergunta carrega é justificado nos projetos dos regimes confiscatórios do desenvolvimentismo. Esse tipo de enunciação atrela-se muito rapidamente a esses projetos, como mostra o caso de Belo Monte, que insistem na lógica do recurso (razão econômica soberana) como justificativa para toda e qualquer ação de massacre e apagamento da vida e da diferença. O efeito é a produção do silenciamento de outras narrativas, existências e resistências de certos modos de existência. O que se vê tanto nos Relatórios Consolidados quanto no cálculo equivocado dos volumes de água para a VGX.

Essa pergunta ganha força e assume formas de resistência quando associada a outra que lhe é vizinha e companheira: 'pra quem serve a existência de povos como os Juruna e a VGX?'

Disso que se tratam os esforços etnográficos, máquinas de guerra da antropologia, que tematizam existências de coletivos humanos e não humanos, paisagens, sons, cheiros, chuva, cachorros, rios, ciclo das águas. A antropologia serve aos modos de existência e resistência que enfrentam e lutam contra seu próprio desaparecimento ou sua transformação em recurso a ser explorado pelo desenvolvimentismo inconsequente. Criar narrativas etnográficas como Dona Graça cria as tracajás, essa pode ser nossa tarefa. Coletivos humanos e não-humanos engajam-se conjuntamente em certas práticas de conhecimento e defesa da vida. Vida enquanto conceito e verbo. Esse engajamento é o que tem permitido, quero sugerir, estabelecer críticas potentes aos regimes fascistas e às políticas reacionárias que fazem frente aos conjuntos éticos e estéticos que se negam a se submeterem ao dicotomismo da natureza versus cultura.

Antropologia serve para produzir deslocamentos, descrever insurgências, já disseram algumas pessoas interessadas nesse debate contra a irrupção da era do fim dos mundos possíveis e criativos. Deslocamentos que, por sua vez, só são possíveis por causa de regimes de existência, fundados na conectividade dos engajamentos das gentes para além do humano como espécie.

Outra pergunta que se soma a primeira, como um desdobramento da segunda, pode ser expressa como: contra quem serve? O que os Juruna Yudjá mostram, a partir da nefasta experiência do barramento do fluxo das águas com advento de Belo Monte, é que seus conhecimentos e vida posicionam-se contra as políticas confiscatórias de imposição da estatização da vida, contra cálculos acerca da quantidade de água que será liberada para a Volta Grande do Xingu, contra o acúmulo do lucro, contra o Hidrograma de Consenso, contra a proposição de que a razão econômica é a paisagem natural do mundo, contra a ação deliberada de confisco para a morte de um rio, contra a feiura do fim dos ciclos e da circulação das águas. Beleza contra atrocidades, vida contra morte e barramento, cromatismo dos corpos guerreiros contra monocromatismo dos uniformes técnicos. Dito isso, esta sendo um prazer (ético, estético e político) estar aqui para conversar inspirada nessas vidas das gentes (humanos, não-humanas, paisagens) que, conjuntamente, dizem não à imposição de reacionarismos.

5.7 BELO MONTE E O PROJETO DE EXPULSÃO DAS POPULAÇÕES DA VOLTA GRANDE DO XINGU: A DESTRUIÇÃO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA SILENCIOSA DE DESTERRITORIALIZAÇÃO³⁹

Introdução ao caos socioambiental gerado pela UHE Belo Monte

Você para, olha e observa, sem quase nada entender... Onde estamos agora? Mudaram as águas, as pessoas e os lugares. O curso e o ciclo natural das coisas também mudou. Dos seres que se movem aos que recebem a ação, mudaram tudo e todos. Dos danos socioambientais dos barramentos da UHE Belo Monte, o que pensar dos ribeirinhos e indígenas? E do cemitério de peixes, bichos e plantas que se transformou? Pesquisadores sérios não dizem o contrário: **danos irreparáveis!**

Fotografia 1 – Fauna e flora mortas na Volta Grande do Xingu.



Fonte: Marchesi (2019)

Do previsto ao imprevisto, encontramos flagrantes dos crimes ambientais e das violações de direitos humanos aos modos de fazer, de criar e de viver das comunidades da Volta Grande do Xingu. E daquilo que ainda resiste: *ser, estar, agir, sentir, ir e vir* hoje são

¹ Este texto foi escrito em formato de artigo para uma futura publicação em revista científica visando publicizar algumas constatações das equipes da Vistoria Interinstitucional realizada na Volta Grande do Xingu, somadas aos dados levantados pelo próprio autor sobre o cenário na educação escolar deste território.

verbos ditados pela empresa que controla as águas do rio Xingu, a vida de milhares de indígenas e ribeirinhos atingidos. É neste cenário que a vida, quando não morta, restou triste e doente. Porém, na última grande trincheira da UHE Belo Monte, entre a vida e a morte, existem aqueles que resistem a Norte Energia S.A (Nesa).

Vistoria interinstitucional e multidisciplinar na Volta Grande do Xingu

Tomando por fundamento o contexto das denúncias dos que sofrem as atrocidades cometidas pela UHE Belo Monte, o Ministério Público Federal (MPF) juntamente com Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), organizaram uma vistoria interinstitucional² nas áreas afetadas a jusante dos barramentos, com o foco na “*garantia da vida e da proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu*”, afim de conferir *in loco* os relatos das vítimas do empreendimento.

Após a mobilização das instituições convidadas, nos dias 25 a 26 de fevereiro de 2019, diversas equipes multidisciplinares vistoriaram um trecho de 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu. Desta feita, juntamente com outras nove instituições nacionais e internacionais, integrei o grupo de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA)³. Assim, ao longo da Volta Grande do Xingu realizamos uma série de entrevistas e observações de campo perfazendo um plano amostral representativo dos impactos e das violências da usina em 25 comunidades ribeirinhas e indígenas a jusante do barramento, localizadas na Ilha da Fazenda, Vila Pirarára, Vila Ressaca, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande, Rio das Pedras, Maranhenses e Jericoá, localidades que atravessam os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, no sudoeste paraense.

Neste contexto, apesar dos relatórios da Norte Energia descreverem os números e o discurso de um cenário razoável a contento das populações que vivem e se deslocam nas áreas afetadas pela hidrelétrica, os membros da vistoria reunidos na Plenária de Retorno da Vistoria, realizada no dia 27 de fevereiro de 2019, no Auditório do *Campus* Universitário de Altamira -

2 Instituições participantes: Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Universidade Federal do Pará (UFPA); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Socioambiental (ISA); Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Embaixada da União Européia no Brasil (UE) e Fundo de Populações das Nações Unidas.

3 Professores e pesquisadores da UFPA: Débora Lopes (FacEtno); Bianca Araújo (FacEtno); Eder Mileno (FacGeo); Leandro Melo (FacBio); Marcos Formigosa (FacEtno); Ozélia Sousa (FacMed); Reinaldo Marchesi (FacEtno); Ronaldo Silva (FacBio) e Tatiana Pereira (FacBio).

UFPA, fundamentados em centenas de denúncias registradas – de modo uníssono – pontuaram o cenário de penúria e abandono das famílias que sobrevivem na Volta Grande do Xingu, desse caos instalado na região após construção, instalação e operação da UHE Belo Monte.

Nota de repúdio da Norte Energia: contrainformação e *marketing* do negócio das águas

Não reconhecer os danos causados às populações é também parte da estratégia de invisibilização da verdade do outro. Quando a vítima denuncia, eles rebatem por “insinuações levianas” – exemplo das palavras escolhidas pela Norte Energia para atacar os agentes públicos que comprovaram os crimes gerados pela UHE Belo Monte. Pasmem!

Na guerra da contrainformação a empresa usa das palavras e dos números forjados para deslegitimar e neutralizar mesmo aqueles que *in loco* levantaram farto material composto por áudios, vídeos, fotografias, anotações e documentos que comprovam as denúncias direcionadas às prefeituras dos municípios de Altamira, Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu e; sobremaneira à operadora da hidrelétrica.

É curioso que muitos não se atentem para o esquema de comunicação da Norte Energia envolvendo mídias, sites, plataformas, relatórios, cartazes e painéis, que é de alto investimento nos períodos das crises envolvendo a imagem da empresa e a sensação de insegurança das barragens de Belo Monte. A ela monitora os movimentos e eventos que envolvam contestações e denúncias públicas contra o empreendimento e multiplica seus esforços de marketing para criar sua própria versão sobre os fatos. Afinal, à esta empresa não basta ser honesta, é preciso parecer honesta.

A exemplo disto que falo, em resposta as acusações que lhes foram imputadas, alguns dias depois da repercussão do impacto negativo dos resultados da reunião da vistoria, no dia 1º de março de 2019 a Norte Energia divulgou uma Nota intitulada “[A verdade dos fatos sobre a vistoria na Volta Grande do Xingu](#)”⁴.

Nesta menciona o quadro de “consultores independentes”, que atesta o “bom desempenho da estrutura”, “condição adequada de segurança dos barramentos” e “manifesta seu mais alto repúdio às *insinuações levianas*, atribuídas a agentes públicos, sobre *supostas* violações de direitos humanos e genocídio, *sem qualquer fundamentação*” (*sic.*), alegando que “foram *investidos* mais de R\$ 6 bilhões em ações de mitigação e compensação das *interferências* do empreendimento na região” (grifos meus).

4 Disponível em: <www.norteenergiasa.com.br> Acesso em: 02 de março de 2019.

As mensagens e os *outdoors* da Norte Energia traduzem-se em palavras e lugares meticulosamente escolhidos: com o discurso falacioso da “energia limpa”, as frases de efeito propagandeiam “uma das empresas que mais investem no Pará” (*sic.*). A exemplo da série de painéis que foram espalhados pela cidade com diversas mensagens em pontos estratégicos da região central de Altamira-PA.

Fotografia 2: Campanha publicitária da Norte Energia após a vistoria interinstitucional do MPF. Rua Dom Eurico esquina com Acesso Dois, Altamira-PA.



Fonte: Marchesi (2019)

No entanto, para além dos discursos sobre a geração de energia, das propagandas e promessas não cumpridas e, muito longe da imagem dos sorrisos das pessoas que ilustram relatórios forjados pela empresa, rio abaixo e rio acima das barragens da Usina Hidrelétrica Belo Monte existem pessoas reais sofrendo todos os dias os impactos desta obra mortífera cravada no coração da Amazônia.

Da desonestidade no emprego das palavras para o marketing da empresa, senhores e senhoras vejam, esta que: arreventou com o rio Xingu, matou milhares de peixes e outros animais, desmatou onde nem precisava, inundou lugares que não eram previstos, alagou casas e fechou escolas, expulsou famílias, destruiu vínculos sociais e fontes de renda, é a mesma empresa que diz: “já foram *investidos* mais de R\$ 6 bilhões” em relação as “interferências” do empreendimento na região.

Para uma leitura mais palatável, com o discurso dos bilhões “investidos”, a nota *gourmetiza* os estragos causados pela hidrelétrica. Ao narrar sobre si, o *modus operandi* da publicidade e propaganda da empresa tende a tentar disfarçar as ideias desagradáveis por expressões mais suaves, a troca das palavras negativas por outras positivas. Deste modo, as palavras *impactos* e *violações* são eufemizadas por “interferências” e; “mitigação e compensação” são transformadas em “investimento”, o *marketing* do negócio das águas.

O extrato de crimes e violações da Norte Energia

Em que pese a nota de repúdio da Norte Energia tentar rechaçar todas denúncias que lhes foram imputadas, do outro lado, em desfavor desse discurso de defesa (ataque) da empresa, as equipes multidisciplinares da vistoria apresentaram dados representativos e provas do extrato de crimes e violações constatados nas visitas às comunidades da Volta Grande.

Fotografia 3 – Vistoria nas comunidades ribeirinhas das Cachoeiras do Jericoá – Volta Grande do Xingu.



Fonte: Marchesi (2019)

As mitigações e compensações previstas para atender a melhoria na infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação e segurança são acusadas e comprovadas insuficientes, carentes de atualização e (re)planejamento mais detalhado, minucioso, qualitativo e transparente, sobretudo com efetiva participação das comunidades nas decisões que seguem afetando negativamente suas vidas.

Denúncias dos Ribeirinhos do Xingu: “de primeiro a água era mais limpa”

Da questão dos impactos da UHE Belo Monte sobre as águas e a Vida na Volta Grande do Xingu, os moradores esclarecem:

De primeiro a água era mais limpa [...] hoje pra você pegar cinco peixe minha filha, dá trabalho! [...] se eu sair daqui eu bato numa pedra bem rápido porque não tem água. Tá seco, nesse tempo aqui (inverno) está mesma coisa do verão porque nunca encheu mais. (Senhor Silverio, ribeirinho da Volta Grande do Xingu)

Aqui atrás o peixe não sobe, o peixe daqui sumiu. É mais difícil de pegar o peixe. Eu moro aqui a 30 anos e quando eu andava nesse rio aqui, agente via

os peixes. Com facilidade nós conseguíamos pegar um peixe para comer. Hoje você não encontra o peixe fácil para comer, não. O peixe sumiu! (Senhor Pedro, ribeirinho da Volta Grande do Xingu)

Nós aqui tivemos uma perda de peixe muito grande aqui quando foi construída essa barragem. Todo mundo sabe disso. O filho dele antes da barragem era pescador de peixe artesanal. (Senhor João, ribeirinho da Volta Grande do Xingu)

A (in)segurança do Plano de Ações Emergenciais de Belo Monte

O Plano de Emergência Interno e Externo da UHE Belo Monte têm como objetivos essenciais salvar vidas, reduzir o sofrimento das pessoas e minimizar os prejuízos sociais, ambientais e econômicos da região atingida. Nesse sentido, são inúmeros os itens a serem monitorados como por exemplo: transbordamento; erosões e turbulências; movimentos diferenciais; deslizamento; infiltrações; deformações e recalques; fissuras, trincas ou cavidades; drenagens e operação de equipamentos; cheias naturais extremas; sismos; deslizamento de encostas nas margens do reservatório e outras causas. Fenômenos e situações das quais constatou-se que a população da Volta Grande do Xingu segue absolutamente alheia.

A gestão das crises de emergências deve ser constituída por um conjunto de metodologias e ações coordenadas de respostas para minimizar as perdas potenciais e a dimensão dos danos devidos a acidentes e crimes como as de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais, visando assegurar a melhor resposta durante e após o eventual ocorrido.

As ações na gestão de crises de emergências devem ser planejadas considerando-se as funções e responsabilidades de cada um na cadeia de decisões; a vigilância (tele-operada) constante através de sensores, câmeras e observadores; as respostas durante a noite, finais de semana e feriados e períodos de clima adverso; manutenção de acessos ao local; suprimentos de emergências; sistemas alternativos de comunicação; procedimentos de comunicação e notificação.

Dentre os recursos mobilizáveis deveríamos ter: caminhões, tratores, os meios de transporte para evacuação e possíveis operações de aviso a jusante; os meios de transporte fluviais; e os equipamentos de segurança auxiliares como geradores móveis, lanternas e outros materiais de iluminação; materiais para primeiros socorros, renovação de combustíveis e manutenção dos equipamentos eletroeletrônicos e estruturas civis. Elementos, recursos e instrumentos ausentes e desconhecidos da população atingida pela UHE Belo Monte.

As populações rio abaixo não reconhecem as supostas e aventadas “ações preventivas” e os procedimentos de notificação não ficam claros e fáceis de serem seguidos, pois não foi dado a saber: da *lista* de pessoas e entidades que deverão ser notificadas em eventual emergência declarada; do *fluxograma da notificação* (resumindo procedimentos para cada uma das condições de emergência); do *sistema de comunicação* (detalhes completos); dos *acessos ao local de fuga* (rotas primárias, secundárias e meios para se alcançar o local via terrestre, fluvial e aéreo); das respostas durante o período de falta de energia elétrica; das respostas durante períodos de intempéries; das fontes de equipamentos e mão de obra (equipamentos e empreiteiros que podem ser mobilizados); dos estoques de materiais e suprimentos de emergência; das fontes de energia de emergência (localização); dos mapas de inundação (planos de evacuação); dos sistemas de advertência (formas e tipos de avisos à população). Nenhum desses pontos foi declarado como de conhecimento dessa população.

Das 25 comunidades visitadas, todos os representantes foram unânimes sobre o tema: *não existe participação social dos moradores da região atingida pelos barramentos no que diz respeito às ações prevenção e emergência da UHE Belo Monte*. Destarte, para justificar que existe um suposto Plano de Ações de Emergências para além do papel, a empresa tem propagandeado suas reuniões com o Corpo de Bombeiros Militar do Pará e a Defesa Civil dos municípios atingidos. Porém, aos que visitam a Volta Grande do Xingu fica fácil perceber que a Norte Energia segue gerando não apenas energia suja, mas também dúvidas, medo e terror em toda população da Volta Grande do Xingu.

A insuficiência dos meios e canais de comunicação da UHE Belo Monte vem gerando medo e terror na população

Após rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), a denúncia sobre um possível rompimento da UHE Belo Monte gerou protestos nas redes sociais e virou notícia na imprensa local. Os vazamentos filmados da barragem do Pimental ainda têm deixado a população apreensiva:

[...] quando deu esse vazamento ai... agente tava assistindo o negócio de um vídeo do vazamento, já veio aqui dentro de casa, a mulher mostrou pra nós, eai vieram dizer que aqui era mentira. Eai o que acontece? Ninguém sabe, ninguém tá la dentro, quem sabe é eles. Nós estamos pra baixo da barragem. Se vier acontecer alguma coisa? Só Jesus!” (Senhor Silverio, ribeirinho da Volta Grande do Xingu)

Fotografia 4: Campanha publicitária da Norte Energia realizada após a vistoria interinstitucional do MPF. Rua Comte. Adão, fundos da UFPA, Altamira-PA.



Fonte: Marchesi (2019)

Mesmo que os responsáveis da Defesa Civil dos municípios atingidos, do Corpo de Bombeiros Militar do Pará e da Norte Energia quisessem alegar a eficiência da comunicação de um rádio de pilhas, registra-se que este não funciona 24h ininterruptas, dia e noite sem desligar. Ora pois, além desses meios, não existe nenhuma outra forma de comunicação eficiente, rápida e de longo alcance capaz de alertar e mobilizar em caso de rompimento da UHE Belo Monte.

Conforme comenta o senhor Silverio, ribeirinho da Volta Grande do Xingu: “Não, esse horário é o seguinte, você tem que estar ligado no sinal deles, o dia todinho, todo dia, todo dia”.

Fotografia 5 – Morada ribeirinha localizada na rota das Cachoeiras do Jericoá – Rio Xingu (PA). Objetos afixados na parede: calendário; folha com número 0800 0912810 da Norte Energia; relógio marcando 13h45min e; rádio de pilha desligado.



Fonte: Marchesi (2019)

Os ribeirinhos denunciam as falhas na autorização de funcionamento da UHE Belo Monte que começou operar sem a implantação devida dos sistemas de alerta e aviso; sem

treinamentos, testes e disseminação dos planos na Volta Grande do Xingu. Registra-se que ainda não foi devidamente esclarecido às populações sobre os planos e as rotas de fuga em casos de um possível rompimento da barragem.

Tendo em vista o cumprimento do dever de comunicar e informar, o tempo urge que a Norte Energia juntamente com a Defesa Civil dos municípios instalem as *sirenes de alerta* em pontos estratégicos da Volta Grande do Xingu. Os moradores demandam por canais e meios que dêem cobertura e suporte comunicacional alternativo no território: torres de rádio, redes de telefonia e de *internet* com intuito de ampliar os canais comunicacionais, garantindo assim o acesso ao conhecimento e acompanhamento dos fatos e eventos relacionados aos impactos deste empreendimento na região.

Sendo assim, afim de diversificar os meios e ampliar o raio de alcance das mensagens desses canais em todas comunidades afetadas, recomenda-se a instalação e manutenção desses equipamentos de comunicação com oferta permanente de assistência técnica especializada para que seja mantida a estrutura do acesso à informação.

A luta e resistência indígena contra o “hidrograma do conflito”

Ao final do primeiro dia da vistoria, todas as equipes se reuniram na aldeia Mĩratu - Terra Indígena Paquiçamba, onde fomos acolhidos pelos Jurunas que organizaram uma roda de conversa para debater o funcionamento do atual “hidrograma de consenso”, ou do “conflito”, como ficou apelidado o controle e teste do volume da água desviada para produção de energia a partir de 2019 na Volta Grande do Xingu.

A ideia da Norte Energia é fazer testes anuais com dois níveis de água reduzidos, o IBAMA propõe monitorar os impactos socioambientais disso por seis anos, “[...] mas quem faz o monitoramento é a própria empresa e daquilo que chamam de ‘consenso’ não tem nada, é hidrograma do conflito!”, denuncia a senhora Bel Juruna, liderança da aldeia.

Durante a noite os Jurunas exibiram o filme “**Xingu, o rio que pulsa em nós**”⁵, que denuncia os crimes da Norte Energia no controle da vazão do rio. Acerca dos impactos da hidrelétrica, o cacique Giliarde Juruna reafirmou que os indígenas monitoram atentamente a região desde 2013 e alertou para os riscos das mudanças geradas pelo hidrograma da empresa: “desaparecimentos de espécies de plantas e animais” e a “consequência para sobrevivência”.

5 Filme produzido pela Associação Yudjá Mĩratu da Volta Grande do Xingu (Aymix), Instituto Socioambiental (ISA) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Fotografia 6 – Exibição de filme “Xingu, o rio que pulsa em nós” e roda de conversa na Aldeia Miratu.



Fonte: Marchesi (2019)

Acerca do “hidrograma do conflito”, acusado de falsear os reais impactos e comprometer a Vida, os moradores da aldeia pediram pelo fim deste experimento de morte e reivindicaram o reconhecimento do monitoramento que fazem desde 2013.

A política do abandono e os Xipayas do Jericoá: “a água do rio não presta mais”

Ignorados, indígenas não aldeados, os Xipayas do Jericoá são 13 (treze) famílias que estão na localidade há cerca de 44 anos na luta pela demarcação da Terra Indígena, consequentemente, para que também tenham acesso as políticas mitigatórias da Norte Energia. Narram conflitos pelo uso do rio e dos recursos naturais, pois Terra Indígena Paquiçamba foi ampliada para as ilhas, o que teria sido feito sem consulta dos Xipayas do Jericoá. Diante do total desamparo, denunciam a invasão de fazendeiros e madeireiros na região.

Semelhante às outras comunidades visitadas, também mencionam o aumento das doenças de pele. Segundo a senhora Miriam Xipaya essas doenças são causadas pela contaminação da água do rio e do subsolo, uma vez que aparecem irritações no corpo logo após os banhos e denuncia que há pessoas adoecendo pela ingestão desta água suja, causando verminoses, vômitos e diarreias nos moradores locais.

Além de afetar o lençol freático, as alterações do nível da água comprometeram sobremaneira os deslocamentos fluvial e terrestre: o transporte pelo rio ou pelas estradas ficou deveras comprometido pela construção dos barramentos da UHE Belo Monte. A drástica redução da vazão do Xingu gerou tanto o isolamento dessas populações, quanto o comprometimento da produção e comercialização de alimentos e produtos da região.

Fotografia 7 – Crianças Xipayas à beira do buraco do poço da comunidade. Água visivelmente insalubre, que transmite doenças e verminoses.



Fonte: Marchesi (2019)

Entre naufragos e feridos: os impactos de Belo Monte sobre a Vida e o acesso à Educação

O rio era o caminho que ligava a Volta Grande do Xingu ao resto do mundo, ele que dava Vida ao território, neste aspecto, desviá-lo gerou a impossibilidade do direito de ir e vir, a obstrução do acesso às escola, renda, alimento, saúde e lazer. Decorrências das condições adversas criadas pela hidrelétrica.

No tocante ao transporte utilizado, em geral as embarcações dos moradores são as rabetas e as voadeiras com motores de baixa potência, não apropriadas aos trajetos afetados pelos barramentos. Neste cenário, eles precisam de embarcações apropriadas e com mais força para superar as intempéries do percurso. Pois, rio acima, no reservatório principal, após o represamento começou ocorrer o *banzeiro*, ondas grandes formadas por ventos fortes que causam alto risco de naufrágio. A jusante do rio, os barramentos deixam o nível da água muito abaixo do normal, formando inúmeras cachoeiras nos percursos das rotas de navegação, por vezes impedindo os deslocamentos ou aumentando os trajetos e os riscos dos alagamentos dessas embarcações.

Já por “terra firme”, o transporte escolar, o escoamento da produção local e da pesca ficaram comprometidos e mais onerosos, afinal, as estradas que já não eram boas, pioraram! Com o nível da água do Xingu desfavorável à navegação, aumentou-se o fluxo e a pressão dos deslocamentos terrestres daqueles que foram obrigados abandonar os barcos e seguir os trajetos por terra. Estes são alguns dos problemas graves na região da Volta Grande do Xingu.

A exemplo, no transporte escolar da EMEF Benedito Raposo as crianças Xipayas utilizam o barco até os Curuayas e daí sobem 300 metros por terra até chegarem ao carro,

perfazendo um trajeto de duas horas de duração até a escola, isto nos dias favoráveis, sem chuva. Todavia, nos dias mais chuvosos muitas crianças deixam de frequentar a escola ou quando conseguem, ficam mais tempo no trajeto do que propriamente dentro da sala de aula.

Os pais denunciam a falta de preparo dos responsáveis pelo transporte escolar, que por vezes carregam coisas e pessoas que oferecem perigos graves às crianças, a exemplo citam dois ocorridos: o barqueiro que carregou uma motocicleta dentro da embarcação do transporte escolar e o motorista do carro do transporte escolar que levou um carona que estava portando uma espingarda cartucheira, registra-se que em ambas as situações havia crianças dentro.

Estes são problemas recorrentes na maioria das comunidades, histórias que revelam as ausências e falhas no cumprimento da legislação vigente, da mesma forma que falta saber sobre como se encontra o diagnóstico e a cobertura do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) desenvolvido junto aos municípios atingidos.

A precarização do trabalho dos professores é outro flagrante da violação de direitos na região, pois para “conter gastos” e “economizar recursos” (*sic.*), as prefeituras municipais têm adotado a política de nucleação, a prática de organizar as escolas por módulos, onde crianças e jovens de diferentes idades e níveis de aprendizado são enturmados em classes multisseriadas; salas de aula compostas por turmas de diferentes séries e apenas um professor ministrando as várias disciplinas do currículo.

Os Xipayas do Jericoá relatam que a escola não dispõe de livros ou biblioteca. Os pais denunciam que as crianças estão sendo discriminadas por serem indígenas e porque não existe uma educação diferenciada, deste modo, reivindicam uma escola na própria comunidade e que os professores sejam do local, pois aduzem ter demanda para tal.

A merenda escolar é outra questão: “servida no chão”, o cardápio quase sempre é de bolachas e produtos industrializados, revelando a ausência e as falhas no atendimento às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ignorando a produção da agricultura familiar local, algo que poderia abastecer a escola com um cardápio mais saudável e apropriado à cultura alimentar da região.

Por fim, sobre o caso da pesca, os Xipayas do Jericoá olham indignados para o rio Xingu e apontam: “criança não pode mais brincar”, “nadar ficou perigoso”, “os peixes estão magros e doentes porque as frutas caem no seco, o igapó não alaga mais”, “a pessoa come o peixe e fica doente”. Estes são alguns dos relatos reafirmados por eles e por outros moradores consternados que encontramos ao longo da Volta Grande do Xingu.

Kuruayas do Jericoá: impactos no percurso de navegação e os meses sem acesso à escola

A comunidade *Iawá*, está com 19 (dezenove) famílias que inicialmente não foram consideradas atingidas pelo empreendimento, mas dona Odete Kuruaya denuncia que as famílias sentiram seus efeitos. A insuficiência na identificação das comunidades impactadas pela redução da vazão do Xingu tem sido algo flagrante em toda região, por isso urge uma atualização dos danos causados às comunidades.

A ineficiência democrática da gestão hídrica é outro problema apontado que requer revisão. Os comunitários denunciaram que “toda vez que é anunciada visita de autoridades na Volta Grande, o pessoal da Norte Energia libera um grande volume de água para encher o rio” e assim garantem a navegabilidade nos trechos mais críticos, falseando a realidade. O problema da variação repentina no nível da água e da falta de comunicação da empresa sobre a liberação da água são agravantes desta violência. Os moradores relatam que não sabem como funciona o Plano de Emergência pois nunca foram comunicados ou esclarecidos da situação dos possíveis riscos de rompimento da barragem do Pimental.

Informaram que a empresa terceirizada *Tractebel* faz visitas para monitoramento (*sic.*) das águas, mas, reivindicam o retorno dos relatórios e a transparência nos critérios adotados na metodologia utilizada. Entre os danos decorrentes da redução da vazão, a comunidade relata que: os poços secaram e a água que ficou branca, imprópria para o consumo; a morte e a diminuição do quantitativo e das espécies de peixes e; a morte de cerca de 3 mil pés de cacau.

Denunciam o isolamento da comunidade: o atendimento de saúde mais próximo é Altamira, pois não recebem atendimento pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); a estrada foi aberta há quatro anos, mas não é boa até o final; o porto secou, o que prejudica o escoamento da produção e desembarque dos alunos do transporte escolar; as crianças ficam meses sem ir à escola porque o transporte escolar não consegue ter acesso a certas localidades; não existe educação diferenciada e pedem o ensino dos costumes locais, pois já existem professores capacitados na comunidade. Ou seja, os moradores da comunidade reafirmam as denúncias anteriores relatadas: omissões, violências, descasos e invisibilidades.

O abando como estratégia de expulsão dos ribeirinhos e o fechamento das escolas

Ignorados pela Norte Energia, os ribeirinhos da comunidade Bela Vista relatam que em razão dos conflitos e transtornos gerados por Belo Monte a vida na região se tornou

insuportável. É pois visível a tristeza no olhar cabisbaixo que se traduz no forte sentimento de desamparo dos comunitários. É o abandono e a invisibilidade que nutrem o desejo de muitos por indenizações para serem retirados do local. As dificuldades do acesso à escola têm alimentado o desejo de mudança para outras regiões.

Fotografia 8 – Roda de conversa na comunidade Bela Vista.



Fonte: Marchesi (2019)

Os ribeirinhos narram sobre a restrição do atendimento de saúde e as dificuldades da crianças irem à escola, pois segundo os pais, após as alterações causadas pelo barramento nos trajetos tudo ficou muito mais difícil. Assim como outros denunciaram na demais comunidades, relatam da péssima qualidade da água do rio e dos poços que vêm causando verminoses, vômitos, diarreias, doenças de estômago, dores de cabeça e outras doenças. Sobre a questão da pesca ralata-se o mesmo das outras comunidades: “o igapó não enche mais”, o que provoca mortes e a diminuição na população da maioria das espécies de peixes que não conseguem mais os frutos. Reclamam da Norte Energia por haver prometido tanques de criação de peixes e nunca tê-los enviados.

A Norte Energia reduziu violentamente a vazão do rio e prejudicou o direito de ir e vir, pois o acesso ficou restrito ao transporte terrestre. A estrada de acesso é a mesma que passa na comunidade *Iawá*, onde conflitos são gerados em decorrência do fechamento da porteira pelos moradores de lá, sob a justificativa de evitar o perigo da entrada de estranhos no local. Os pais narram que as crianças frequentam a E.M.E.F Benedito Raposo, localizada a cerca de 15km da Ilha Bela Vista e reafirmam as denúncias relatadas anteriormente pelos moradores das outras comunidades, lembrando que algumas famílias decidiram se mudar para a cidade em razão da falta de segurança do transporte escolar dos filhos.

Relatos sobre os perigos e precarização do transporte escolar, diante dos perigos das embarcações e navegabilidade, da falta de boas estradas e infraestrutura, são problemas corriqueiros em toda Volta Grande do Xingu.

Fotografia 9 – Caminhonete “pau-de-arara” para transporte escolar da E.M.E.F Santa Izabel – Município Senador José Porfírio.



Fonte: Silva (2019)

O problema imposto pelo fechamento das escolas e pelas dificuldades de transporte e acesso, geram a desistências e evasões, conforme afirmam Lopes e Parente (2017, p. 415):

Sem a escola no lugar de moradia, a família muda para um lugar mais próximo da “escola para os filhos”; ou se separa para que, em geral, a mãe ou a irmã mais velha acompanhe os filhos ou irmãos menores para acessar a escola; ou os filhos mudam-se sozinhos para a cidade, dependendo da idade destes, indo morar com familiares ou na casa adquirida pela família.⁶

Sobre *os produtos que compõem a merenda escolar*, de acordo com a plataforma dos Indicadores de Belo Monte:

A alimentação escolar deve respeitar hábitos e preferências alimentares das comunidades indígenas. Além disso, é interessante que se valorize a alimentação tradicional, buscando minimizar a entrada de produtos industrializados que possam vir a causar danos à saúde indígena. É interessante, assim, monitorar os produtos que compoem a alimentação escolar, a fim de que se possa, caso necessário, planejar adequações na lista de produtos adquiridos⁷.

No entanto, na realidade de todas as escolas da Volta Grande do Xingu, a vistoria constatou que o cardápio da merenda escolar não atende aos requisitos de uma alimentação saudável conforme orientações nutricionais e informa que há impedimentos da Vigilância Sanitária sobre a compra dos produtos locais através da Resolução CD/FNDE n° 38/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

6 LOPES, Raquel; PARENTE, Fancilene de Aguiar. Recomendação para educação escolar dos ribeirinhos: entre o rio e a rua. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Relatório da SBPC**. A expulsão dos ribeirinhos em Belo Monte, São Paulo: SBPC, 2017.

7 Indicadores de Belo Monte: Câmara Técnica de Monitoramento das Condiçionantes – PDRSX. Disponível em: <<http://indicadoresdebelomonte.eco.br>> Acesso em: 10 de março de 2019.

Na estrutura as escolas não respeitam os critérios da acessibilidade, pois as dependências e os banheiros (quando existem) em geral não cumprem a legislação vigente do país. Bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências, salas de leitura, quadras poliesportivas, salas de diretores, professores e atendimento especial, são espaços que a comunidade escolar luta por conquistar.

A maioria das escolas da Volta da Grande do Xingu atende apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) e algumas até anos finais (do 6º ao 9º ano), todavia, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos em geral são negligenciados na região.

Considerando a Constituição Federal de 1988, no artigo 206 e, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação nº 9.394/1996, nos artigos 14 e 15, que estabelecem os princípios da gestão democrática na Educação Pública através da “participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da escola” e “autonomia pedagógica e administrativa e gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. Em geral as escolas não possuem um Projeto Pedagógico elaborado e definido pelos comunitários, revelando a falta de participação social, ausência de identidade e negligência de uma educação diferenciada que atenda as características e demandas específicas de uma educação indígena ou ribeirinha.

Na comunicação, tecnologia e informática, as escolas não possuem *internet*, banda larga, computadores para uso dos alunos e via de regra não dispõem de equipamentos de DVD, impressora, copiadora, retroprojeter ou televisão. No Saneamento Básico: sem reciclagem, o lixo é incinerado; no destino do esgoto são fossas que muitas vezes contaminam a água de consumo; os abastecimentos de água vêm do rio Xingu ou poço perfurado na comunidade.

O Dr. Ronaldo Ribeiro Silva, professor e pesquisador da Faculdade de Ciências Biológicas da UFPA, vistoriou a E.M.E.F Santa Izabel, a E.M.E.F Pirarára na Vila Ressaca e E.M.E.F Céu Azul no Travessão Pernambuco, as quais relatamos nos parágrafos abaixo, a saber:

A escola Santa Izabel, em razão das reformas na estrutura teve o ano letivo de 2018 terminado somente em março de 2019, bem como o fato de até a data da vistoria, fevereiro de 2019, estava com 30 dias sem merenda escolar. Existe uma sala de informática que não há internet e o alojamento dos professores contruído pela Norte Energia, que apresenta péssimas condições das camas, dos colchões e das portas, gerando insegurança. Os alunos são liberados 1 hora mais cedo todos os dias, prejudicando o calendário letivo que não integraliza a carga

horária das 800 horas anuais no rigor da Lei nº 9304/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Pelo calendário das escolas do município o término das aulas prevê o dia 18/12, mas as famílias denunciavam que as aulas se encerram bem antes, no dia 30/11. Um fato recorrente nas escolas da região, segundo observa o professor Ronaldo é que:

No calendário existem vários sábados letivos que constam como aulas, que na verdade são cumpridos apenas dois por mês. O registro realizado nos diários de classes é “fictício”. Todo esse procedimento é realizado para dispensar o professor não efetivo em novembro, para ele não ter direito de receber o 13º salário.

A Escola Pirarára fica 4 Km da Vila Ressaca e utiliza transporte escolar não apropriado e sem segurança. Um único professor atende numa sala multisseriada (jardim 1 e 2 e alfabetização, do 1º ao 5º ano).

Fotografia 10 – E.M.E.F Pirarára, Vila Ressaca – Município Senador José Porfírio.



Fonte: Silva (2019)

Pela fotografia da escola Pirarára acompanhamos as palavras do professor Ronaldo:

O que vimos foi um lugar impossível de ser chamado de escola pela falta de condição humana e digna de ser frequentado por questões de falta de segurança, infraestrutura, lixo, piso irregular, mobiliário impossível de ser usado, falta de água potável para consumo humano, falta de merenda escolar (recebem somente biscoito), quadro quebrado, inexistência de banheiro (existe uma fossa cercada com alguns paus – total falta de segurança com perigo das crianças caírem dentro, presença de cobras, mato enorme ao redor da escola). O professor fica no local sem as mínimas condições.

A escola Céu Azul estava fechada, mas a comunidade reivindica que seja reaberta. De acordo com a Lei nº 12.960/2014, que altera a Lei nº 9304/1996, passa vigorar em seu primeiro artigo, acrescido do parágrafo único a saber:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto de ação e a manifestação da comunidade escolar.

Nesse sentido, visando uma cartografia acerca da questão do fechamento das escolas na Volta Grande do Xingu, à luz dos dados informados pelas redes de ensino municipais e suas escolas no Censo Escolar/INEP de 2018, aponto as inconsistências identificadas no denominado *Mapa de Localização Rotas Escolares e Saúde – UHE Belo Monte (Dez/2018)*⁸, forjado pela empresa *Tractebel Engie* contratada da Norte Energia. Nesta seara, entre os anos de 2011 e 2018, foi possível identificar dezenas de escolas municipais fechadas na Volta Grande do Xingu, podendo ser um número ainda maior depois da atualização dos dados de 2019.

Tabela 1 – Escolas Rurais afetadas pela UHE Belo Monte na região da Volta Grande do Xingu - Plataforma Qedu, Base de dados do último Senso Escolar (BRASIL, 2018).

NOME DAS ESCOLAS	MUNICÍPIOS
1. EMEF Barbaquara (Anexo Sol Nascente)	Altamira – PA Transassurini - Travessa Barbaquara Km 35
2. EMEF Boa Esperança (Anexo Sol Nascente)	Altamira – PA Transassurini - Travessão do Cocal Km 31
3. EMEF Cristo Rei (Anexo Sol Nascente)	Altamira – PA Assurini – Travessão do Cajá Km 35
4. EMEF Joelina Pedrosa	Altamira – Ilha Comprida
5. EMEF Maria de Lurdes (Anexo Nova Vida)	Altamira – PA Assurini
6. EMEF Marilene Lobato da Cruz	Altamira –
7. EMEF Nova Vida	Altamira – PA Assurini - Vicinal do Pimentel
8. EMEF Novo Horizonte	Altamira – PA Assurini - Paratizinho
9. EMEF Palhal	Altamira – Comunidade do Palhal
10. EMEF Paulo Freire (Anexo Nova Vida)	Altamira – PA Assurini - Cachoeira do Espelho
11. EMEF Pedrão	Altamira – Comunidade do Pedrão
12. EMEF São Benedito (Anexo Nova Vida)	Altamira – PA Assurini - Vicinal do Espelho
13. EMEF São Francisco de Chagas	Altamira – PA Assurini
14. EMEF São Lázaro	Altamira – Vicinal da Serrinha – Comunidade São Lázaro
15. EMEF São Luis	Altamira – Lote de Domingos
16. EMEF São Pedro	Altamira – Lote de Pedro - Ramal
17. EMEF São Sebastião (Anexo Sol Nascente)	Altamira – PA Assurini – Travessão do Cajá 2 Km 40
18. EMEF Sol Nascente	Altamira – PA Assurini - Agrovila Sol Nascente
19. EMEF Vale Verde (Anexo Nova Vida)	Altamira – PA Assurini - Vicinal do Pimentel
20. EMEF Doutor Acy de Jesus Barros	Anapu – Transamazônica Km 75 Altura Marabá
21. EMEF José de Andrade Silva	Anapu – Belo Monte do Pontal Km 60
22. EMEF Nossa Senhora dos Milagres	Anapu – Transamazônica Km 80 Altura Marabá
23. EMEF Risoleta Neves	Anapu – Belo Monte do Pontal- Transamazônica Km 65
24. EMEF São José - Anexo I	Anapu – Rio das Pedras
25. EMEI Pequeno Príncipe	Anapu – Transamazônica Km 60
26. EMEF Bacajai	Senador José Porfírio – Rio Bacajai
27. EMEF Cana Verde	Senador José Porfírio – Lote Mangueiras
28. EMEF Céu Azul	Senador José Porfírio – Travessão Pernambuco
29. EMEF Francisco Merêncio da Silva	Senador José Porfírio – Comunidade Bambu - Rio Xingu
30. EMEF Galo	Senador José Porfírio – Vila Galo
31. EMEF Indígena Arara da Volta Grande do Xingu	Senador José Porfírio – Aldeia Terra-wanga
32. EMEF Itatá	Senador José Porfírio – Garimpo do Itata
33. EMEF Luiz Alves Né	Senador José Porfírio – Comunidade Arroz Cru
34. EMEF Luiz Rebelo	Senador José Porfírio – Distrito Ressaca
35. EMEF Maia	Senador José Porfírio – Lote Maia
36. EMEF Maria do Carmo de Farias	Senador José Porfírio – Distrito da Ilha da Fazenda
37. EMEF PA Ressaca	Senador José Porfírio – Travessão da Ressaca
38. EMEF Pirarara	Senador José Porfírio – Travessão do Pirarara
39. EMEF Santa Izabel	Senador José Porfírio – Travessão do Pirarara
40. EMEF Santa Maria	Senador José Porfírio –
41. EMEF Santa Rita	Senador José Porfírio – Travessão da Ressaca
42. EEEM Leonardo da Vinci	Vitória do Xingu – Agrovila Leonardo Da Vinci
43. EMEF Boa Esperança II	Vitória do Xingu –

8 NORTE ENERGIA – Usina Hidrelétrica Belo Monte. 15º Relatório Consolidado. Rotas e número de atendidos na educação e saúde. Disponível em: <www.norteenergiasa.com.br> Acesso em: 02 de março de 2019.

44. EMEF Bom Jardim I	Vitória do Xingu – Cobra Choca Km 45
45. EMEF Duque de Caxias	Vitória do Xingu – Cobra Choca Km 45
46. EMEF Francisco Pessoa	Vitória do Xingu – Terra do Cláudio
47. EMEF Jardim do Edem	Vitória do Xingu – Travessão 18 Km Agrovila
48. EMEF José Ribamar	Vitória do Xingu – Vila Isabel
49. EMEF Nossa Senhora Aparecida I	Vitória do Xingu – Belo Monte Km 60
50. EMEF Nossa Senhora Aparecida III	Vitória do Xingu –
51. EMEF Paquiçamba	Vitória do Xingu – Terra Indígena Paquiçamba
52. EMEF Santa Luzia do Rio	Vitória do Xingu – Comunidade Santa Luzia
53. EMEF São Jerônimo	Vitória do Xingu –
54. EMEF Turma da Alegria	Vitória do Xingu – Transamazônica Km 27 – Ramal dos Penas
55. EMEF Vila Rica	Vitória do Xingu – Transamazônica Km 27
56. EMEF Volta Grande do Xingu	Vitória do Xingu – Ilha da Baleia - Transamazônica Km 60
57. EMEIEF Benito da Silva Raposo	Vitória do Xingu – Transamazônica Km 27
58. EMEIEF Do Evangelho	Vitória do Xingu – Sítio Belo Monte - Transamazônica Km 60
59. EMEIEF Nossa Senhora das Graças	Vitória do Xingu – Transamazônica Km 27
60. EMEIEF Raimundo Pantoja	Vitória do Xingu – Transamazônica Km 23 - Paratizão
61. EMEIEF Santa Helena	Vitória do Xingu – Transamazônica Km 50 – Santo Antônio
62. EMEIEF São Raimundo Nonato	Vitória do Xingu –
63. EMEIF Santa Luzia	Vitória do Xingu – Comunidade Santa Luzia
TOTAL DE ESCOLAS: ■ 31 FECHADAS ■ 32 ATIVAS	

Fonte: Marchesi (2019)

Importa registrar que as secretarias municipais de educação dos municípios atingidos, além de não considerarem a manifestação das comunidades atingidas, não agem com transparência na atualização, detalhamento e publicidade dos dados sobre as escolas fechadas e ou destruídas decorrente do processo de implantação da UHE Belo Monte.

Como vemos nos dados e relatos expostos, a obstrução ao direito de ir e vir somada ao processo de fechamento e destruição das escolas da região da Volta Grande do Xingu indicam uma série de evidências de um projeto arquitetado para expulsar e desterritorializar as populações locais através das ações da empresa e das omissão dos municípios, uma parceria para inviabilizar a Vida, a Cultura e a Alegria deste território.

Altamira – PA, 06 de junho de 2019.

5.8 - PARECIDOS COM OS PEIXES — UM RELATO ETNOGRÁFICO DE BELO MONTE A PARTIR DE UM APELO DO POVO JURUNA DA VOLTA GRANDE DO XINGU⁴⁰

VIª Conferência Curt Nimuendajú
Centro de Estudos Ameríndios - CEstA/Universidade de São Paulo
5 de abril de 2019

PARECIDOS COM OS PEIXES

— um relato etnográfico de Belo Monte

a partir de um apelo do povo Juruna da Volta Grande do Xingu —

Tania Stolze Lima¹

Nós e os peixes somos parecidos.
(Jailson Juruna)

Uma honra imensa pra mim o CEstA me convidar pra fazer esta Conferência Nimuendajú, e justo neste momento em que um centenário digno de memória aqui: a publicação pela revista *Anthropos* do seu valioso estudo intitulado "Fragmentos de religião e tradição dos índios Shipáia"². Uma pequena obra que não se tornou célebre como o livro sobre os Guarani, *As Lendas da criação e destruição do mundo*, mas que é tão merecedora quanto, pois não apenas é o principal estudo antropológico denso sobre a civilização dos povos canoeiros da família Juruna do médio Xingu como se tornou um instrumento crucial do movimento de reapropriação cultural e revitalização política do povo Xipáia. Entretanto, como vim a descobrir quase dois anos atrás em uma caulinagem entre os Yudjá do alto Xingu, se guarda entre os Xipáia contemporâneos um certo rancor por Nimuendajú — por ter sido sua obra utilizada, e por ser ela portanto utilizável, pelos poderes pró-Estado para declarar a extinção dos Xipáia e dificultar o reconhecimento de seus direitos territoriais originários. No clima intenso da caulinagem, tentei deslocar a acusação feita a Nimuendajú para o Darcy Ribeiro de *Os Índios e a civilização* sem me dar conta de que isso pouco importava, uma vez que um era a fonte do outro ao denunciar a extinção do povo Xipáia em meio a dezenas de outros. De fato, não escrevemos mais apenas para a sociedade nacional, nem podemos mais escrever unicamente sobre os povos indígenas. Talvez um dia consigamos aprender a escrever-com, em um sentido que não seja trivial nem ao pé da letra. Informar, lamentar, denunciar, são atos fáceis de converter em decretos e provas da vitória colonial. Um risco que assombra a minha fala hoje aqui, de tanto que me faltam ideias não obscuras sobre de quê outros atos de fala nossa modesta antropologia nos capacitou nesses últimos cem anos. Se Nimuendajú estudou entre os Xipáia num momento em que os povos indígenas médio-xinguanos haviam acabado

¹ Professora Aposentada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Autora de *Um Peixe olhou para mim. O povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

² Nimuendajú, C. "Fragmentos de Religião e Tradição dos Índios Shipáia". *Religião e Sociedade* nº 7: 3-47. 1981.

de sofrer as terríveis perdas demográficas, políticas e territoriais provocadas pela economia da borracha, de minha parte comecei a fazer pesquisa junto ao ramo do povo Juruna que permaneceu habitando seu território tradicional num momento em que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais da região se acham seriamente afligidos pela autocracia energética e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O texto dessa Conferência Nimuendajú foi, assim, motivado por um apelo que me foi feito pela Associação Yudjá Miratu Xingu-AYMIX e pelo Instituto Socioambiental-ISA para participar, na primeira semana de setembro do ano passado, da 5ª Canoada Xingu e de uma rede interdisciplinar de pesquisadores visando nossa colaboração em uma etapa crucial das lutas pela defesa do rio Xingu no trecho da Volta Grande situado entre as duas barragens de Pimental e Belo Monte que constituem o reservatório e a casa de força da usina hidrelétrica de Belo Monte, interligados por um canal construído na fátia ocidental do rio para o qual foram ou estão sendo desviadas as águas do rio em um montante que pode chegar a 80%. Neste trecho de águas roubadas situam-se as Terras Indígenas Paquicamba e Arara da Volta Grande, e outras comunidades que não são consideradas indígenas, embora entre seus habitantes haja pessoas indígenas. Em sua primeira edição, que remonta a 2014, a canoada se chamava Bye Bye Xingu para assinalar a última oportunidade de se atravessar a Volta Grande com o fluxo do rio correndo livre. Planeja-se concluir a instalação das turbinas ainda faltantes neste ano de 2019. Com isso, a usina dispõe de licenciamento para praticamente interromper durante um período de seis anos o pulso de inundação do rio Xingu nos 2/3 da Volta Grande que não foram alagados pela usina. Diz-se que isso é experimental, que é pra ver o que vai acontecer. O que vai acontecer já está, entretanto, acontecendo, conforme apresentado e argumentado pelos Juruna durante a 5ª Canoada, a qual consiste em um manifesto Juruna, no dizer do cacique Gilliarde e outras lideranças, mas também em um seminário fluvial, no dizer de minha colega Thais Mantovanelli, dedicado à divulgação do livro *Xingu, o rio que pulsa em nós*, resultado de uma pesquisa colaborativa das famílias da aldeia Miratu com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores da UFPA e UFSCAR e com o ISA a fim de monitorar de um modo independente os impactos da usina sobre a pesca. Quanto ao período de teste de seis anos, só mesmo extrapolando-se, especialmente para os peixes, o terrível prognóstico de "Solução Final" antevisto por dom Erwin Krautler em 2005³.

³ Krautler, E. "Mensagem de Abertura" IN: Sevá Filho, Oswaldo (org.) *Tenotã-mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network. 2005. pp.9-12.

— *preâmbulo: um contraste alegórico* —

É tão difícil compor esse relato etnográfico que vou iniciar construindo um contraste entre forças de vida e de morte que penso traduzir os tempos sinistros e as violências de nomes inumeráveis implicados pela usina de Belo Monte, as quais, no entender de Thais Santi, configuram uma guerra entre mundos⁴.

No dia 8 de fevereiro de 2011, por ocasião de um ato em Brasília que reuniu centenas de pessoas entre lideranças indígenas, ribeirinhos, o Movimento Xingu Vivo para Sempre, a Aliança dos Rios da Amazônia, o Movimento Gota d'Água e outras entidades para protestar contra a concessão da Licença de Instalação da Usina de Belo Monte, uma comissão foi recebida no Palácio do Planalto por Rogério Sotilli, da Secretaria Geral da Presidência da República. Queria-se entregar à presidente Dilma Roussef uma carta e um abaixo assinado de mais de seiscentas mil pessoas pedindo a suspensão da licença. O coletivo multidisciplinar de cientistas voluntários que ficou conhecido como Painel de Especialistas havia divulgado dias antes uma nota pública alertando a opinião pública e as autoridades do governo quanto aos desastres ecológicos e culturais irreversíveis⁵. Numa sala dita do Ministro onde a comissão foi recebida com simpatia e condescendência por Sotilli, Ozimar Juruna, sem se deixar seduzir pelo tom amistoso, e antes de frisar que o rio Xingu é um patrimônio sagrado do povo Juruna, declarou o seguinte:

O rio é nosso sangue, a mata é nossa alma. É dali que tomamos o nosso ar, que respiramos o nosso corpo⁶.

É esta analogia — para não dizer consubstancialidade — entre a pessoa e o território, esta afirmação de um vínculo indissolúvel entre a composição dual de um e do outro que quero pôr em contraste com um outro episódio, divulgado como o “caso dos bagres” e que é igualmente significativo para o ponto de vista etnográfico desse relato.

O “caso dos bagres” remonta a abril de 2007 e versa sobre o licenciamento das usinas Santo Antônio e Jirau no rio Madeira. Conta-se que o parecer de 220 páginas assinado por oito técnicos do Ibama apontando a impossibilidade de atestar a viabilidade ambiental dessas usinas enfureceu o presidente Lula durante uma reunião com o “conselho político”:

⁴ Material de campo de Cibele Forjaz, Clarissa Morgenroth e Gabriela Carneiro da Cunha (a quem agradeço vivamente). 2018.

⁵ Ver Magalhães, S. & Hernandez, F. (Orgs.). *Painel de Especialistas*. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. 2009. Disponível: [http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf)

⁶ Depoimento no vídeo “600.000 say no to Belo Monte” postado em 10 de fevereiro de 2011 pelo AmazonWatch. <https://www.youtube.com/watch?v=KXcOXYTDZng> Consulta em 21 de outubro de 2018.

Agora não pode por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso?

O bagre tomado por Lula como meio para exprimir o comprometimento do presidente da república para com a legislação ambiental e a atividade do Ibama, reduzindo-as a burocracias irritantes, era a dourada, o *Brachyplatysoma rousseauxii*, um peixe que não é famoso apenas por seu grande porte, sua importância econômica e sua carne apreciada, mas, segundo um ictiólogo do Inpa, Jansen Zuanon, pelas distâncias que percorre para a sua procriação, indo do estuário do Amazonas ao sopé dos Andes⁷.

Conta-se ainda que Marina Silva acabou recebendo o apodo de Ministra dos bagres⁸. Dois anos mais tarde, em 4 de julho de 2009, uma matéria do Estadão, intitulada "Lula não se esquece dos bagres do rio Madeira" discorre sobre a revolta do presidente e lhe atribui a ironia que pode soar para muitos insuportavelmente prepotente e racista: a promessa de comprar uma canoa para ele mesmo, o Lula, poder transportar os bagres até os Andes. Permitam-me citar esse trecho:

"Numa cerimônia pública na semana passada, em Londrina, Lula não se conteve. Rememorou o episódio dos bagres do Madeira para dizer o quanto perdem tempo com teorias. 'Disseram que a gente não podia fazer hidrelétrica por causa dos bagres. Eu perguntei: Que bagres?' Aí, segundo Lula, ela (Marina Silva) não conhecia o nome de nenhum bagre. 'E eu falei: É o mandi-chorão que você está falando? É o bagre-africano? É o pintado? É a pirarara? É o cachara? Na verdade, era uma coisa muito teórica.(...)'"⁹.

É por seu valor etnográfico que recupero esse episódio sombrio da nossa história recente. Ele dá expressividade ao que Lévi-Strauss certa vez se referiu como uma maldição milenar: essa reivindicação a uma superioridade do Anthropos sobre os demais seres vivos, essa pretensão à supremacia humana sobre as outras criaturas, esse humanismo corrompido em que se supõe uma humanidade sempre definida de modo restritivo, ambiciosa em se fazer universal. Vale também tomar aqui sua percepção de que a orientação desse princípio ontológico que corta os vínculos entre a natureza e a cultura, a orientação do humanismo fundado nessa dicotomia, estaria necessariamente votada à expulsão de frações da humanidade para o suposto lado de

⁷ Aldem Bourscheit, de quem extraio esta informação, assinalou que a atitude de Lula para com os bagres do Madeira não foi um caso isolado e que outras espécies foram citadas com o mesmo fim em discursos e conversas informais. cf. As pererecas e os bagres de Lula. 4 de maio de 2009. <https://www.oeco.org.br/reportagens/21597-as-pererecas-e-os-bagres-de-lula/> Consulta em 20/12/2018

⁸ <https://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/maria-osmarina-silva-de-sousa> Consulta em 20 de março de 2019.

⁹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,lula-nao-se-esquece-dos-bagres-do-rio-madeira,397953>. Consulta em 20/12/2018.

lá¹⁰.

Mas Lévi-Strauss não disse tudo. Como argumenta o ecofeminismo desde muitos anos, a dominação sofrida pelas mulheres — como de regra também os povos indígenas — está em continuidade direta com a dominação sofrida pela natureza e, igualmente, com o humanismo que trata o mundo como recursos. Inclusive o humanismo marxista, como afirmava Donna Haraway, foi corrompido em sua própria fonte, como sugerem sua ontologia que correlaciona a auto-construção do homem à dominação da natureza e sua "impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário"¹¹.

Talvez ninguém tenha retratado tão bem como Antônia Melo, a coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, sua experiência pessoal com a qualidade virilóide de Belo Monte, do setor elétrico — uma "'macharada' prepotente, arrogante" — e dos governos Lula e Dilma, com suas políticas ditatoriais, mortíferas e as violências de todas as ordens a que chamaram desenvolvimento¹². Em consonância com o cruzamento do excepcionalismo do *Anthropos* e a questão das mulheres efetuado por Donna Haraway, o embate entre forças da vida e da morte tem sido entendido por muitos protagonistas da resistência a Belo Monte por intermédio da questão das mulheres. Seja porque essa resistência é caracterizada como sendo essencialmente feminina, seja porque o rio é dito mulher. Ou ainda, na expressão quase aforística de Eliane Brum¹³:

Amazônia: um lugar que, pra mim, é o feminino.

Pra completar a alegoria, quero mostrar uma página de Nimuendajú com uma composição muito bonita de desenhos feitos por uma mulher Xipaia das personagens mitológicas que respondem pela criação dos rios Xingu e Iriri, sua configuração geológica, cachoeiras e corredeiras — destas últimas, conta a narrativa que são barragens que fracassaram, e que foram feitas para conter o avanço do demônio-peixe Pa'í: uma grande quimera da civilização canoeira do Xingu. Ela tem parte com os bagres, poderes de relâmpago, de sedução, e reúne em seu ser todo um leque de incompatibilidades entre a perspectiva humana do rio e a do Pa'í. Já o complexo de

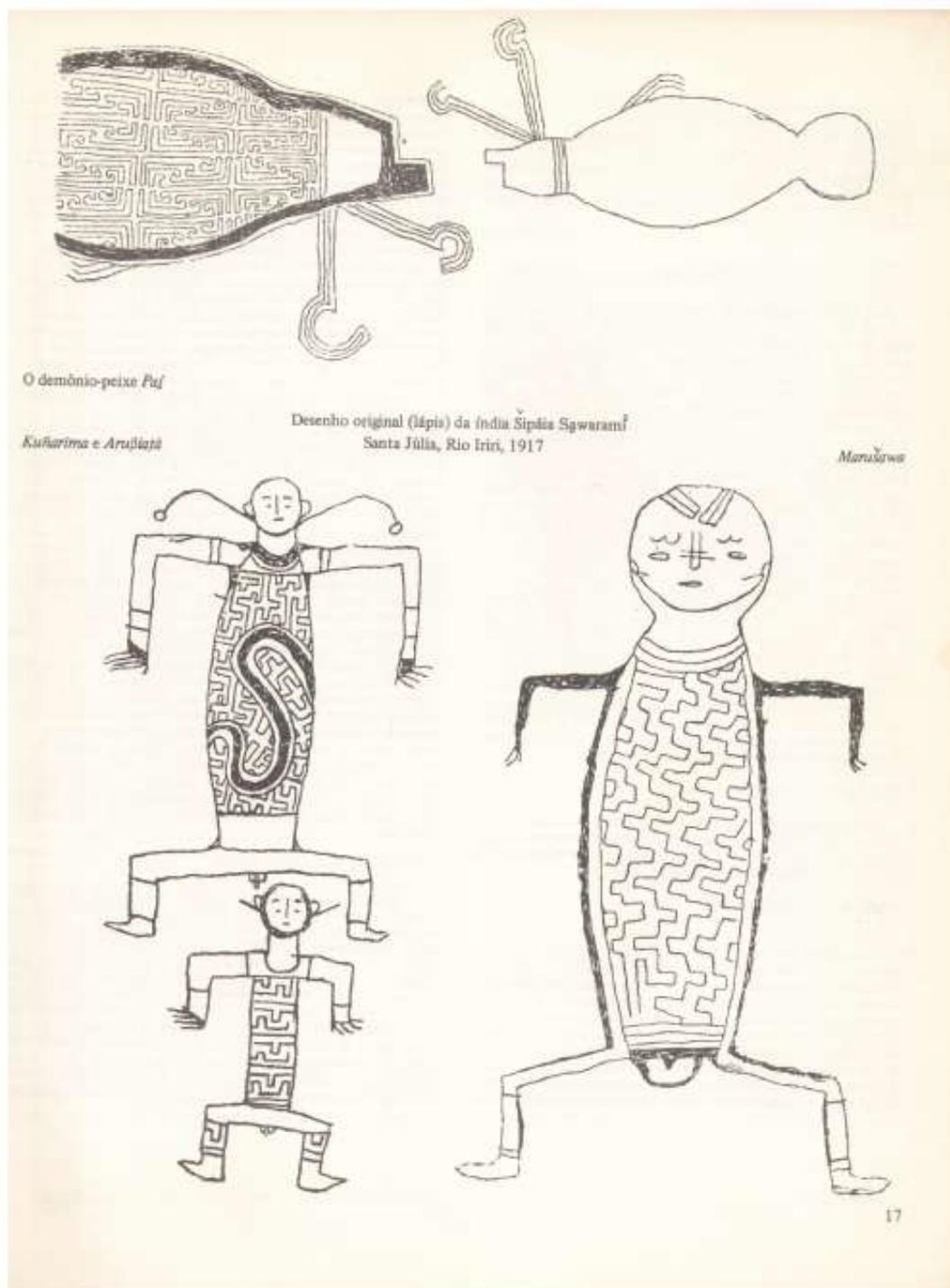
¹⁰ A crítica de Lévi-Strauss ao humanismo aparece em diversos momentos de sua obra. Ver por exemplo "Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do Homem" In: *Antropologia Estrutural Dois*, pp.41-51. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976.

¹¹ Haraway, D. "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

¹² "Antônia Melo, Liderança do Movimento Xingu Vivo para Sempre", entrevista por Sabrina Nascimento. *Revista DR 2*. <http://revistadr.com.br/posts/antonia-melo-lideranca-do-movimento-tingu-vivo-para-sempre/>

¹³ Refugiados de Belo Monte: Escuta e sofrimento dos ribeirinhos do Xingu. Vídeo postado por Christian Dunker no Youtube em 5 de março de 2017. [v=kqLa8DhLwGA&list=PLzFproveupoTzUX94sqI_59Yg-p_3uTR_&index=4&t=0s](https://www.youtube.com/watch?v=kqLa8DhLwGA&list=PLzFproveupoTzUX94sqI_59Yg-p_3uTR_&index=4&t=0s) Consulta em 25 de março de 2019.

cachoeiras na porção jusante da Volta Grande do Xingu, o qual representa uma barreira ecológica entre o médio e o baixo Xingu, corresponde, na mitologia do povo Juruna, a uma barragem que deu certo e que foi ampliada para restringir a ocupação do baixo Xingu por esse povo.



— *cultura: imbróglhos, mal-entendidos, paradoxos* —

A região do baixo e do médio rio Xingu, incluindo-se a bacia do rio Iriri, é o berço de uma civilização de povos canoieiros e produtores de cervejas de milho e mandioca, falantes de línguas tupi da família que acabou sendo denominada pelo mesmo nome que falantes de alguma língua da família tupi-guarani deram ao conjunto desses povos, a saber, Juruna. Tratava-se de uma civilização multi-étnica, guerreira, dotada de um forte senso de sua diferença em relação aos povos indígenas da floresta, falantes de línguas tupi-guarani e genericamente chamados de Asurini pelos povos da família Juruna. (Os povos Kayapó, como se sabe, estabeleceram-se mais tarde no rio Xingu.) Juruna se tornou também o nome de um desses povos, cuja autodenominação é Yudjá — um termo que se associa ao fato de ter sido no rio Xingu que seu Criador os ergueu, os trouxe à existência. Ciosos de sua condição de habitantes do rio, os Juruna erguiam suas aldeias preferentemente nas ilhas do rio Xingu. O que aconteceu ao povo ou povos da família Juruna que habitavam o baixo Xingu no século XVII quando se deu, a partir de 1625, a invasão desse trecho do rio, com a caça de escravos indígenas, pelos europeus, é algo que se ignora, embora nenhuma razão exista para afastarmos a hipótese de que foram vítimas de genocídios. As grandes cachoeiras existentes na porção jusante da Volta Grande do Xingu — as barragens que deram certo, como já apontei — limitavam ao norte o território dos Yudjá, e elas foram uma barreira contra a Conquista, até pelo menos meados do século XIX. A economia da borracha, contudo, foi arrasadora para esses povos canoieiros. Os Arupaya e os Peapaya, além de outros cujos nomes nem aparecem nos registros históricos, foram extintos, apenas os Juruna e os Xipaia sobreviveram. Por ocasião da expedição do Conde Bismarck ao médio Xingu, em 1842, estimou-se que o povo Juruna, vivendo em liberdade, somava 2000 pessoas¹⁴. Somava apenas 52 pessoas ainda em liberdade segundo estimativa feita por Nimuendajú 1916. Naquele ano, o povo Juruna já se achava dividido entre dois grupos, porque uma parte deles havia fugido da Volta Grande alguns anos antes para estabelecer-se na região da foz do rio Fresco, tornando-se, porém, servos de um coronel da borracha, de onde acabaram fugindo novamente para o alto curso do rio Xingu onde ainda vivem (e junto a quem realizo pesquisa desde 1984). A outra parte permaneceu na Volta Grande. Em 1920 Nimuendajú endereçou uma carta ao diretor do Serviço de Proteção aos Índios, resumindo brevemente o que ele pôde testemunhar: “alguns restos de tribos [Assurini, Arara, Juruna, Shipaya e Kuruaya], míseros despojos que a onda dos caucheiros não

¹⁴ Adalberto, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.

afogou no seu avanço brutal” (1993: 151)¹⁵.

A esse respeito, Edna Xipaia, uma articuladora da reapropriação cultural e revitalização política, fez um argumento pleno de significância:

Decretaram a extinção dos Xipaia. Mas os Xipaia não foram extintos. A tribo, sim, não as famílias!

Me cabe falar da cultura Juruna — isso está contido no apelo que me foi feito. Acontece que cultura quer dizer muitas coisas distintas: (i) o construto mais dramático e a ferramenta de conhecimento mais poderosa de nossa disciplina; (ii) um dos domínios fundamentais sob a ameaça da usina; (iii) um termo bastante pirateado (como ressaltou nossa colega Marcela Coelho de Souza) dentro como fora da academia, (iv) finalmente, um termo que vem sendo apropriado nas últimas décadas pelos próprios povos indígenas em movimentos de resistência e autoconhecimento que, comparados às lutas por autodeterminação política que marcaram as últimas décadas do século passado, parecem ter se desdobrado em lutas cosmopolíticas e reivindicações por autodeterminação ontológica.

O momento contemporâneo, marcado pelo chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), já foi diagnosticado como uma atualização do colonialismo, como uma reversão colonial. Vou fazer uso da expressão colonialismo capitalista, que tomo emprestado de Donna Haraway e que me atrai por não estar associada a um critério de periodização da evolução do capitalismo¹⁶. Gostaria de lembrar a propósito disso uma segunda nota já antiga de Lévi-Strauss sobre a Conquista da América, pois elas — a nota e a Conquista — têm sua dose de atualidade. Lévi-Strauss destacava que o problema da diversidade cultural se colocava à consciência européia de um modo brusco e dramático, e se traduzia por uma alternativa muito simples, e sombria: ou os povos ameríndios eram gente e, neste caso, eles teriam que se integrar à civilização cristã, ou lhes atribuíam uma condição animal¹⁷. Não creio que possamos nos assegurar que estamos muito distantes desta sombria alternativa, a qual, aliás, não é bem uma alternativa para o ponto de vista ameríndio, mas dois modos contíguos — apesar de variarem em grau e qualidade — de aniquilamento das humanidades ameríndias — o plural aqui, não esqueçamos, é uma lição crucial que os índios têm a nos dar. Não estou afirmando que os índios não deveriam preferir a cristianização aos massacres. Apenas friso que a sua “escolha” é fundamentalmente “não ter escolha” e não poderia servir para legitimar a cristianização. Estou falando de cristianização mas

¹⁵ Nimuendaju, Curt. *Etnografia e Indigenismo*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

¹⁶ “[A] natureza é apenas a matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista” (Haraway 1995, op.cit., p. 36).

¹⁷ Lévi-Strauss, C. “As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico” IN: *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1973. pp. 317-327.

é de desenvolvimento e/ou modernização que preciso falar, pois como ouvi mais de uma vez lideranças Juruna apontarem, o povo Juruna está sem saída, está sendo forçado a ter que se adaptar. Em todo caso, apesar de suas diferenças significativas, como notou Manuela Carneiro da Cunha, é inegável que "em muitos sentidos, catequização, civilização, progresso e desenvolvimento são avatares uns dos outros"¹⁸. A correlação de um desses modos de relação — o desenvolvimento — com o genocídio¹⁹, ou mesmo, se me permitem a expressão, com os genocídios multiespécie, em tempos de direitos indígenas constitucionais, direitos dos animais e leis ambientais é o ponto nevrálgico do problema que atravessa este relato.

Em um artigo publicado em 2011, Francisco Hernandez e Sônia Magalhães (coordenadores do coletivo Painel dos Especialistas que analisou, voluntária e independentemente, o EIA de Belo Monte) discutiram com polidez o espinhoso problema da participação e colaboração da ciência e de cientistas na desfiguração da democracia. No que toca às populações humanas e aos movimentos sociais, ele e ela apontam para toda uma política de "invisibilização" por meio de retórica e para uma prepotência na definição de medidas a tomar quanto à vida das pessoas, em nome do interesse público e do bem comum²⁰. Preciso aqui enfrentar esse assunto espinhoso, enquanto ele versa sobre a apropriação da ciência e da atividade acadêmica pelo colonialismo capitalista para transformá-las em tentáculos desse imenso polvo sem cabeça, conforme a imagem que Eric Macedo propôs para descrever Belo Monte²¹. Minha pergunta é: em que consistiria no caso específico dos Juruna essa política de invisibilização? E minha resposta será que ela passa principalmente por caracterizá-los como não tendo uma cultura própria — assunto que, na escrita, pertence quase

¹⁸ Carneiro da Cunha, M. O patrimônio da diferença. Especial para a Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1207200913.htm>. Consulta em 5 de janeiro de 2019.

¹⁹ Ao preferir este termo ao de etnocídio, sigo as trilhas de H. Palmquist (Questões sobre genocídio e etnocídio indígena. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFPA, 2018) e A. Woolford ("Ontological Destruction: Genocide and Canadian Aboriginal Peoples," *Genocide Studies and Prevention: An International Journal*: Vol. 4: Iss. 1: Article 6. 2009. Available at: <http://scholarcommons.usf.edu/gsp/vol4/iss1/6> Consulta em 27 de setembro de 2018.) em seu convite para mantermos a abrangência original do termo genocídio na definição de Lemki, a qual se afasta da dicotomia entre natureza e cultura mais tarde reintroduzida por colegas antropólogos. Uma vez que, como lembrava recentemente uma célebre filósofa, não estamos aqui em um tribunal, e o que queremos é descrever, segundo os limites e a potência particular de nosso ofício etnográfico, a experiência indígena de processos genocidas ou genocidários, caberia assinalar que a incorporação do etnocídio ao genocídio apenas aparentemente resolve a dificuldade modernista da grande divisão entre natureza e cultura, uma vez que antropocentrismo continua no comando do conceito. Daí minha tentativa de enfrentar a questão pela via da noção de multiespécie, cuja inspiração me vem de Haraway, pensadora que articula com a noção de simpoiese. Ver "Sympoièse, SF, Embrouilles Multispécifiques" In: Stengers & Debaise (orgs.), *Gestes spéculatifs*. Dijon: Le presses du réel. 2016. e-book. ISBN : 978-2-84066-908-1.

²⁰ Hernández, Francisco del Moral & Magalhães, Sonia. B. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. *Novos Cadernos NAEA*. v. 14, n. 1, p. 79-96, jun. 2011, ISSN 1516-6481

²¹ Macedo, Eric Silva. Altamira: Ensaio histórico-maquínico sobre a colonização. Tese de Doutorado em Antropologia. Museu Nacional/UFRJ. 2016.

sempre à ordem do não dito, mas oralmente não é raro se afirmar com todas as letras.

Um artigo escrito a oito mãos também publicado em 2011 por Carvalho Júnior *et al* arriscar-se no âmbito dessa retórica colonial e colonialista²². Gostaria de me deter sobre uma passagem desse artigo, devotado paradoxalmente à etnoecologia da pesca Juruna.

"Os índios yudjá da TI Paquiçamba não se diferenciam socioculturalmente dos habitantes ribeirinhos do médio rio Xingu, ou seja, todos se expressam unicamente em português, não usam vestimentas típicas e adornos da cultura ancestral no dia-a-dia. As transformações pelas quais os Yudjá foram submetidos, desde as conquistas pelos portugueses até os dias atuais, contribuíram para sua dispersão, para o decréscimo populacional e para a constituição de famílias com não indígenas e com indígenas de outras etnias, formando as "famílias caboclas" (Saraiva, 2007a, 2007b; Vieira *et al.*, 2009)".

"No entanto os Yudjá, tanto os residentes na TI Paquiçamba quanto os do município de Altamira, guardam, em situações festivas e de guerra, uma identificação muito forte com o Xingu e sua paisagem percebida "em suas narrativas cosmo-históricas, na pintura corporal, nas canções Yudjá e no artesanato" (Saraiva, 2007a, p. 40)".

Esta é uma argumentação que é quase desnecessário comentar, de tanto que ela me evoca a famosa anedota da chaleira narrada por Freud para ilustrar uma estrutura argumentativa fundada em afirmações incompatíveis e mutuamente excludentes, de tal modo que qualquer que seja aquela pela qual se decida como válida, o sujeito se acha absolvido. Conta a anedota freudiana que um vizinho acusou o outro de ter-lhe devolvido furada a chaleira que lhe emprestou. Ao que se defende o vizinho afirmando, primero, que devolveu a chaleira sem qualquer dano; segundo, que a chaleira já estava furada quando a pegou emprestado; terceiro, que não lhe havia tomado emprestado chaleira nenhuma.

É verdadeiro que as comunidades Juruna e as comunidades ribeirinhas não indígenas (dentre as quais algumas senão muitas contam com pessoas Juruna) dependem de uma matriz sociocultural de grande difusão ou muito antiga entre os povos indígenas ribeirinhos da Amazônia. E que por isso mesmo um foco menos distorcido deveria conduzir ao juízo inverso, afirmando-se que os ribeirinhos não indígenas (em grande parte migrantes do nordeste ou descendentes seus) absorveram e foram absorvidos por uma matriz sociocultural ameríndia muito antiga.

²² Carvalho Júnior, J. R. *et al.* "O conhecimento etnoecológico dos pescadores yudjá, Terra Indígena Paquiçamba, Volta Grande do Rio Xingu, PA". *Tellus*, ano 11, n. 21, p. 123-147, jul./dez. 2011.

Em segundo lugar, a constituição sociocultural de povo algum pode ser decepada de forma adventícia de sua territorialidade e de sua história, e que neste sentido temos aqui dois aspectos diferenciais importantes e internos à civilização ribeirinha que os Juruna, entretanto, compartilham em muitos aspectos — o território inclusive — com as comunidades ou famílias ribeirinhas não-indígenas. A antropologia nos inclina, pois, a imaginar que seriam todos índios, porque o problema aqui não se deixaria demarcar por, nem reduzir a, identidades e menos ainda a diacríticos étnicos, a não ser perdendo sua complexidade e importância política para os próprios envolvidos. É um contexto que envolve relações simbióticas entre índios e não-índios, de modo que tudo o que uns e outros não poderiam ter deixado acontecer, tudo o que não permitiram para si mesmos, foi perder sua heterogeneidade.

Será que quanto mais estabelecida a suposta massa dos indiferenciados socioculturalmente, melhor se exerceriam e se autojustificariam práticas científicas como ilustradas por esse artigo? Aliás, uma nota de Oswaldo Sevá (2005: 53 n 35) indica que a invisibilização dos indígenas se nutre do *double bind* ou da retórica da chaleira desde muito tempo. Numa palestra de 18 de agosto de 2001, o funcionário da Eletronorte e professor do Departamento de Engenharia da UnB Antônio Coimbra disse (i) que os povos indígenas não seriam afetados por Belo Monte; (ii) que os índios da região nem eram mais índios; (iii) mostrou fotografias de como viviam em palafitas que sequer tinham um vaso sanitário; (iv) por fim, disse que os atingidos teriam compensações muito beneficiadoras²³.

Carvalho Jr *et al* professam uma teoria adâmica do conhecimento indígena — os Juruna observam as vidas dos peixes e reconhecem! — e, neste golpe, não apenas se destitui toda a propriedade intelectual do riquíssimo conhecimento indígena sobre os peixes, sobre o qual o artigo oferece um bom inventário, como, à guisa de “ampliação” desse conhecimento, se o expropria. Restando aos Juruna, o estatuto de “público-alvo”, em meio a essa tentativa de humilhação:

“[C]onsideramos que [os Juruna] estão aptos para participarem de oficinas de manutenção em cativeiro e contribuir com suas experiências em áreas naturais, a fim de viabilizar a manutenção e a produção de algumas espécies principalmente as ornamentais, porque exigem menor área para cultivo em cativeiro (seja em áreas terrestres ou em naturais monitoradas) com maior valor agregado (Carvalho Jr. *et al* 2011: 140-141).

Obviamente meu ponto não é cobrar que uma pesquisa que se insere na área da Ciência Animal como a de Carvalho Jr se adeque às exigências de pesquisas

²³ Oswaldo Sevá Jr. “Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar”, In *Tenotã-mõ*. São Paulo: International Rivers Network. 2005, pp. 29-51.

antropológicas. Mas quero, sim, ressaltar que a negação mais ou menos explícita de diferenciação sociocultural entre os Juruna e os ribeirinhos pode ir de par com a afirmação mais ou menos implícita de uma diferença de classe entre aquele ou aquela que fala e os Juruna e ribeirinhos, assim tornados os subalternos — os menos-que-humanos — do domínio sociocultural daquele ou daquela que fala ou planeja o futuro desses povos. Que planeja o seu não futuro, a bem dizer.

Até onde vai meu entendimento nessa matéria, as coisas materiais e imateriais que uma antropóloga amazonista se disporia a reunir sob o termo cultura ameríndia X ou Y não são consideradas, primacialmente, pelos X ou Y como o produto da sua própria criatividade. É claro que essa antropóloga procuraria resolver esse paradoxo complexificando a questão antropológica da cultura para nele inserir esse detalhe entretanto muito crucial. E com isso se deixaria em aberto — ou ressurgiria, talvez à guisa de um retorno do recalcado — a questão de como se configuraria nessas culturas algum domínio de responsabilidade humana. Estou, claro, parafraseando um raciocínio de Roy Wagner²⁴, quem contribuiu singularmente para uma reconfiguração do conceito de cultura no pensamento antropológico contemporâneo, colocando-o sob o risco dos desafios impostos à nossa imaginação pelos povos que estudamos. Pois bem: os Juruna da Volta Grande do Xingu propõem, suponho eu, um desafio interessantíssimo, por redobram o paradoxo apontado por Wagner. Trata-se de um povo que se imagina como tendo perdido sua cultura! Claro que enfrentar esse paradoxo passa por reconhecer que o senso de “perda da cultura” participa de um modo fundamental da composição dessa cultura — aquela que os Juruna (como os demais ameríndios, como mil povos nativos mundo afora) não se imaginam tendo, mas a antropóloga sim!

Muitos povos amazônicos, como bem sabemos, muitas vezes consecutivamente a uma experiência de trágicas perdas territoriais e demográficas, souberam articular ao seu regime semiótico-material tradicionais relações comerciais baseadas no extrativismo de produtos sazonais, como a castanha e a seringa. Um capítulo, contudo, pouco conhecido da história dos Juruna diz respeito a sua experiência coletiva e pessoal traumática relacionada à exploração da borracha e a formação e crescimento do núcleo urbano de Altamira, possivelmente intensificada por toda a pressão territorial que se seguiu à abertura da Transamazônica. Ao longo do século passado, a discriminação bastante peremptória por parte das pessoas de distintas categorias sociais que invadiram suas ilhas, rios e florestas indiretamente pode ser imaginada com base no senso de “perda da cultura” que afetou os Juruna, deixando-os talvez à deriva de uma memória marcada de ambivalência, e que talvez fosse menos doloroso calar que performar. Mas esse senso, teria podido ele se formar caso a política de

²⁴ Wagner, R. *A Invenção da cultura*. São Paulo: Cosacnaif, 2010.

parentesco que os Juruna adotaram tivesse podido ser diferente do que foi? Bel Juruna teve comigo uma conversa importante a esse respeito. Ela argumentou que foi porque se *espalhou* que o povo Juruna conseguiu sobreviver. E ressaltou que não tiveram a chance de fazer como os Xipaya e os Kuruaya que conseguiram praticar o intercasamento e se misturaram menos com Branco. Não há um estudo genealógico dessa dispersão. Todavia, penso que o sentido que está na dianteira desse processo é relacional e não apenas territorial. As pessoas se dispersando e fazendo parentesco no seio de comunidades em que era importante o contraste entre índio e não-índio, provavelmente um contraste dinâmico, implicando um gradiente de distância espacial similar ao que vigora nos regimes ameríndios²⁵ que não sofreram um estado agudo de situação colonial, mas um gradiente que assume o sangue como um idioma crítico do pertencimento étnico²⁶. Como nos disse Jailson Juruna,

Quem olha pra mim não diz que tenho cara de índio. Mas quem olha para minha irmã, sabe logo. Não tenho cara de índio mas sei do sangue que corre dentro de mim.

O sangue não é, porém, o único idioma que rege o pertencimento étnico nem opera de modo absoluto. Ele coexiste com o surgimento do povo Juruna na Volta Grande do rio Xingu, seu consequente senso de pertencimento ao rio e sua autodefinição como donos desse rio²⁷.

Por uma dessas frequentes reviravoltas nas quais os povos ameríndios são mestres, os Juruna souberam, com a chegada do monstro Belo Monte — com grana da morte Norte Energia S.A. —, intensificar e ampliar sua política contra o senso de opressão cultural que vivenciaram ao longo de todo o século XX para reaver sua cultura ("sua" cultura) junto aos parentes que fugiram da Volta Grande no fim do século XIX para ir viver a montante. Cultura que abrange de um modo privilegiado as artes que envolvem o corpo: canções, danças, desenhos gráficos aplicados ao corpo e outras superfícies. Este é um tema que mereceria ser investigado em suas sutilezas, mas

²⁵ Ver Viveiros de Castro, E. "Alguns Aspectos da Afinidade no Dravidiano Amazônico" In: E. Viveiros de Castro & M. Carneiro da Cunha (orgs.), *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. NHII/USP-FAPESP, São Paulo. 1993, pp. 149-210.

²⁶ A orientação do parentesco entre os Juruna que saíram da Volta Grande para ir viver no alto curso do Xingu também foi abrir-se para absorver pessoas de outros povos, ao preço é claro de se deixarem sugar por eles também. De modo que, como um homem de lá (o finado pai de Aduala) me afirmou em 1984, "Ninguém é Juruna puro aqui. Todo mundo é misturado: Xipaya, Suyá, Trumai, Kamayurá, Kayabi..." A avó paterna desse homem era Kamayurá, e sua bisavó por parte de mãe, Xipaya. Mas isso não foi tudo: me disse também na sequência que era o único Juruna puro na aldeia Tubatuba! Pondo-me assim, ao modo de enigma, uma evidência de que ele e eu não compartilhávamos a mesma dialética do misturado e do puro.

²⁷ Sem contar que, como Thais Mantovanelli chamou minha atenção (comunicação pessoal), o sangue e o rio são metáforas um do outro. Registre-se também que se o sangue participa de uma autocompreensão dos Juruna como um "povo misturado", a mistura em questão não é redutível à consanguinidade pois engloba o compartilhamento do território com famílias não indígenas.

gostaria de resumir aqui a hipótese que pude esboçar ao longo desses meses de imersão no caso de Belo Monte.

i. Na TI Paquiçamba está em curso um processo configurado pelas pessoas como “retomada da cultura” e que aparece para mim como um processo de repensar a própria história e de redefinição da ação política apropriada para alimentar a vida coletiva comunitária e intercomunitária na TI Paquiçamba e articular os manifestos, como são chamados os atos de resistência. A recriação das relações com os parentes que habitam a montante, se elas colocariam os Juruna da Volta Grande como aprendizes e os do alto Xingu, como mestres da cultura, elas foram contudo submetidas a um operador de igualdade que transforma o novo nexos entre os dois grupos em uma espécie de troca virtual, fundada justamente na diferenciação entre cultura e território, o que veio a ser argumentado habilmente, entre os Juruna do alto, pelo cacique da aldeia Mīratu²⁸: enquanto os Juruna do alto “guardaram” a cultura, os Juruna da Volta Grande “guardaram” o território. Cada ramo “cuida” de aspectos que seriam de mesma importância. Quanto a mim, que sou obrigada por meu próprio ofício a não reificar o contraste entre cultura e território, encaro esse contraste como um aspecto etnográfico do ramo da cultura Juruna que permaneceu na Volta Grande.

ii. É parte do discurso e da política energético-barrageira (PBA-CI) a pretensão de capturar ou desviar para o âmbito de sua própria ação o movimento cultural dos Juruna, a fim de impô-lo como uma ação compensatória pela Usina. O que, francamente, não passa de uma captura do tipo capitalístico mais repudiável. A autocracia energético-barrageira, com sua máquina de laminação, pretende fazer existir uma oposição absoluta entre a cultura e o território, de maneira que a expropriação territorial que se vem efetivando, e que é inseparável da expropriação ontológica que isso implica, é mascarada por um suposto fortalecimento cultural do qual o Empreendedor, por intermédio de seus pesquisadores e pesquisadoras terceirizadas, deve aparecer como o patrocinador.

iii. Entre os parentes que vivem no alto Xingu, ao que tudo indica, há uma abordagem do tema da reapropriação da cultura um tanto diferente. Durante a canoada, em uma das praias onde acampamos, na proximidade das aldeias da TI Paquiçamba, um homem da aldeia Furo Seco, com quem eu havia convivido em 2016 ao longo do mês que ele passou no alto Xingu em processo de resgate cultural onde eu estava para uma temporada de campo, estava ansioso para me contar a história do que lhe

²⁸ Vale citar esse trecho de uma fala de Gilliarde: “Agora, estamos com esse empreendimento na nossa casa, no nosso quintal. Agora estamos vendo o Xingu virar um rio de sangue. Aqui na Volta Grande estão os antepassados dos Juruna Yudjá, os cemitérios desses nossos antepassados. O pessoal que foi para o TIX [ex-Parque Indígena do Xingu] seguiu a cultura, nós seguramos nosso território tradicional” (p. 12). Pezzuti, J., Carneiro C., Mantovanelli, T. & Rojas Garzón, B. *Xingu, o rio que pulsa em nós: Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu*. Altamira: ISA, 2018.

dissera o cacique da aldeia Tubatuba na hora da sua despedida. Ele me disse que era uma história tão bonita! Foram essas as palavras do cacique para ele:

A cultura daqui vocês não vão levar, não! Porque a cultura daqui está com as mulheres. São elas que cuidam, são elas que trabalham com a mandioca. Vocês também são Yudjá, mas vocês têm a cultura de vocês.

Por razões certamente diferentes das desse homem, também eu achei bonita e me alegrei com a sua alegria e a fala do cacique, com a ideia de que são as mulheres que "seguram" a cultura em Tubatuba, pondo o trabalho feminino com a mandioca como um componente de subjetivação coletiva da mais alta importância para demarcar o espaço-tempo da cultura Juruna do alto Xingu como uma singularidade e um patrimônio inalienável.

Entre pesquisadores e pesquisadoras que participam da ciência barrageira, é como se esse povo Juruna da Volta Grande encarnasse a prova viva do êxito das políticas de assimilação e integração à dita comunhão nacional características do indigenismo concebido por Rondon e que vigorou, juridicamente falando, até a Constituição de 1988. E que por isso mesmo seria um povo merecedor de sua (temível) preocupação e seu (funesto) interesse em propor projetos que garantiriam sua sobrevivência sob o possível regime de inconstitucionalidades da autocracia energético-barrageira²⁹. Sei que me cabe explicitar o que estou entendendo por ciência barrageira. Aquela em que Oswaldo Sevá depreendeu uma "mentalidade eletronórtica", pois integra a sua atividade de conhecimento o lobby barrageiro. O insight é que ela assume o pressuposto de que "Belo Monte é uma realidade" mesmo antes da concessão do licenciamento de instalação, e produz um conhecimento que abrange a criação de um mercado científico altamente promissor para a gestão das catástrofes eto-ecológicas³⁰.

²⁹ Tomo (e por vezes estendo) a expressão "autocracia energética" de Célio Bermann: "... chamo autocracia energética, para não dizer ditadura —, em que não se ouvem os diversos interesses, não se busca um diálogo, não se busca resolver conflitos a não ser à mão armada no caso de subterfúgio, de utilizar força nacional em situações de conflito, o que agora está acontecendo com bastante frequência nesse tipo de obra". Entrevista de 6 de agosto de 2014. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/533956-a-retorica-do-desenvolvimento-e-o-fantasma-do-apagao-num-emaranhado-jogo-de-disputa-politica-entrevista-especial-com-celio-bermann>. Consulta em 21 de dezembro de 2018. Ver também "Os projetos das mega-obras hidrelétricas na Amazônia: sociedade e ambiente frente à ação governamental". In: Zhouiri, Andréa (org.), *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA. 2012. pp. 66-97.

³⁰ Registre-se mais uma vez esta passagem eloquente quanto ao ponto que estou levantando. "Buscando colaborar com a compreensão sobre quais saberes da experiência no cotidiano da pesca ajudam a qualificar as ações de conservação de peixes, especialmente os ornamentais, nesse estudo investigamos: Que saberes, dizeres e práticas sobre a pesca apresentam os índios yudjá, da TI Paquiçamba? O presente estudo objetiva descrever conhecimentos dos índios yudjá, sobre peixes de importância comercial e/ou subsistência, de modo a ampliar tais conhecimentos, bem como servir de parâmetro para formulação de políticas de gestão e educação ambiental, voltadas para comunidades ribeirinhas" (Carvalho Jr et al 2011, op. cit. pp.

A recalcitrância das culturas ameríndias aos instrumentais antropológicos da modernidade tornou-se bem conhecida faz bastante tempo. Não é desimportante lembrar aqui em suas linhas mais gerais o conceito de cultura que foi preciso desmontar por coação das próprias relações de conhecimento que estabelecemos com os povos indígenas, por nossa obrigatória inserção em suas atividades, por restrições que essa interação com as pessoas nos ambientes de suas vidas trazem ao nosso entendimento. A desmontagem em causa incidiu ao mesmo tempo sobre o corte entre Natureza e Cultura como emergência do *Anthropos*; o corte entre modernidade e tradição como transcendência do *Anthropos*; o corte entre Indivíduo e Sociedade como transcendência do poder; e, por fim, o recorte das práticas semiótico-materiais em esferas independentes, padronizadas, repressivas, separadas da política. A política ontológica que se expressa nessa estranha grade sustenta as ambições de excepcionalismo do Homem, autoinstituído universal e transcendente. Acredito ainda que Guattari, em quem este parágrafo é inspirado, oferece-nos mais uma outra percepção que é bastante útil lembrar aqui,

“A cultura enquanto uma esfera autônoma só existe ao nível dos mercados de poder, dos mercados econômicos, e não ao nível da produção, da criação e do consumo reais” (Guattari 1986: 15)³¹.

— *o rio sempre foi nossa identidade*³² —

Como parte de uma civilização de canoeiros antigos e habitantes das ilhas do médio Xingu, a cultura Juruna consiste na atualidade como no passado — e como bem se sabe — em um emaranhado de relações com o rio. E por isso convém lembrar aqui esta bonita descrição do rio, ou melhor dos rios, oferecida por Oswaldo Sevá:

“Estas entidades geográficas, hidro-geológicas e biológicas, os rios, a um só tempo são vazões vivas de água se deslocando pelo planeta, e são meios bio-químicos da vida estável de cada local, e da vida dos animais migratórios” (Switkes & Sevá, 2005:13)³³.

Já assinalo que entendo a importante diferenciação entre cultura e território afirmada entre os Juruna da Volta Grande como um contraste dinâmico que vem condicionando a recriação de vínculos entre os parentes do Pará e do Mato Grosso, e assim como um

125-126. [parágrafo suprimido]

³¹ Guattari, F. *Cultura: um conceito reacionário?* IN: Guattari, F. & Rolnik, S. *Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1986.

³² Esta é uma declaração de seu Agostinho Juruna, em registro de Thais Mantovanelli (Relatório de campo, 2017), a quem sou grata pelo acesso ao seu relatório não publicado.

³³ Switkes, G. & Sevá Jr, O. “Resumo executivo” IN: Sevá Filho, Oswaldo (org.) *Tenotã-mã: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network. 2005. pp.13-29.

aspecto intrínseco à cultura que os Juruna dominam na atualidade. Essa cultura, se ela sofreu as perdas de que as pessoas se ressentem e estão em processo de reapropriação e recriação, ela também se expandiu para abrigar novas relações e práticas; novos códigos, em suma, os quais, se provavelmente favorecem a impressão superficial de que são um povo desprovido de cultura própria, não justificam contudo a insistência nesta tecla por parte das pesquisas feitas por e para a autocracia energético-barrageira. É, pois, importante enfatizar que o momento contemporâneo da cultura Juruna é politemporal, como sucede ao momento contemporâneo de qualquer cultura, isto é, marcado pela coexistência de práticas que remontam a distintos momentos do passado³⁴.

Embora sejam um povo de ilhéus, a TI Paquiçamba que foi demarcada na década de 1980 por incrível que pareça não abrangeu nenhuma das muito numerosas ilhas por onde se estende o território desse povo. Por ocasião dos estudos da equipe coordenada por Maria Elisa Guedes Vieira para o AH Belo Monte foram identificadas cerca de 80 ilhas em sua maioria no curto trecho do rio, entre a TI Paquiçamba e a Cachoeira do Jericoá, das quais 43 vinham sendo utilizadas cotidianamente pelas pessoas em suas atividades sazonais no período daquela pesquisa, em 2009. Foi esta mesma equipe que registrou esse aspecto crucial da cultura Juruna na atualidade. Eu resumo um trecho raptado da retórica da chaleira: mesmo depois da Transamazônica e das estradas estaduais e vicinais, a partir da década de 1970, com toda a exploração madeireira e agropecuária extensiva que se seguiu, os Juruna da TI Paquiçamba mantiveram um relativo isolamento, no sentido de que lhes foi possível garantir a manutenção de sua existência em parte de seu território tradicional segundo "seus costumes e aspectos tradicionais, ligados à exploração e utilização dos recursos naturais" (p. 108), com um foco fundamental nos diferentes habitats aquáticos e nas ilhas fluviais³⁵.

Estudos de ampliação da TI Paquiçamba para uma parte das ilhas e do rio foram realizados em 2000 e consta que sua nova configuração teria sido homologada em

³⁴ "De onde vem — indagava Latour — a impressão tão moderna de viver um tempo novo que rompe com o passado?" p. 71). Em sua análise crítica da questão do tempo e da temporalidade segundo "os modernos", Latour desenvolveu a noção de politemporalidade, a qual, por comodidade, vou ilustrar com esse trecho: "[T]odo agrupamento de elementos contemporâneos pode juntar elementos pertencentes a todos os tempos. Em um quadro desse tipo, nossas ações são enfim reconhecidas como politemporais. Eu talvez use uma furadeira elétrica mas também um martelo. A primeira tem vinte anos, o segundo centenas de milhares de anos. Eu serei um carpinteiro "de contrastes" porque misturo gestos provenientes de tempos diferentes? Eu serei uma curiosidade antropológica? Ao contrário, mostrem-me uma atividade que seja homogênea do ponto de vista do tempo moderno. Alguns dos meus genes têm 500 milhões de anos, outros 100.000, e meus hábitos variam entre alguns dias e alguns milhares de anos" (p. 74). Latour, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.

³⁵ Vieira, Maria Elisa Guedes *et al.* EIA/RIMA AHE Belo Monte Estudo Socioambiental Componente Indígena - Terra Indígena Paquiçamba. 2009.

2012 mas ainda não se efetuou a demarcação³⁶. Independentemente disso, os Juruna consideram como o seu território tradicional a região da Volta Grande que é sua área de ocupação imemorial. Manuela Carneiro da Cunha certa vez afirmou o seguinte:

"Embora não tenham a noção da propriedade individual da terra, sociedades indígenas souberam complicar os direitos sobre o intangível muito além da nossa imaginação"³⁷ (p. 24)

Segundo entendo, o que a antropóloga está apontando contempla algo mais do que nos diz nossa compreensão sobre a distinção entre o caráter individual ou coletivo da propriedade da terra. Pois, com efeito, o povo Juruna da Volta Grande se atribui a propriedade imaterial de todo o trecho do rio que desde várias décadas foi ocupado pelas comunidades de ribeirinhos recentemente expropriadas e destroçadas nas ilhas e outros marcos geográficos em toda a área alagada pela usina Belo Monte. Não estou dizendo que o estado nacional deveria reconhecer os direitos dos Juruna sobre essa área, mas sim que este povo considera toda a Volta Grande do Xingu como seu patrimônio intangível, e inalienável, pois se trata menos de entender que eles dispõem do rio como sua propriedade coletiva, do que de se conceberem como sendo *do* rio, *pertencentes ao* rio, quer dizer, *é o rio que os têm*. E os Juruna seriam nesse sentido, arrisco-me a dizer, uma propriedade *do* rio (como, aliás, percebeu com argúcia Eliane Brum³⁸). Um signo disso que estou afirmando e que é de amplo conhecimento de seus parceiros e parceiras de resistência sobressai quando os Juruna se põem a falar do rio e oferecem frequentemente indícios de que entendem seu vínculo com o rio como recíproco, usando muitas vezes a metáfora da procriação ou do companheirismo: uma metáfora poderosa, plena de consequências na cultura-território, exigindo-lhes que assumam a responsabilidade pelo cuidado com o rio.

Esse é um lado fascinante do pensamento indígena que é preciso pôr em destaque para termos em conta a violência que ameaça sua existência: se tem como uma relação de imanência o vínculo entre o rio e os Juruna, o rio e a identidade Juruna, o rio e o *nosso costume* (como as pessoas dizem), ou entre o rio e a cultura (como eu mesma digo por força do hábito. Esta e a reciprocidade de perspectivas são como que os pilares ou as faces da autodefinição dos Juruna como uma *humanidade* singular. Enquanto tal, este povo corre o risco de ser drasticamente esmagado em sua própria humanidade, pela concepção e política redutoras do rio a fonte de recursos naturais;

³⁶ Ver Juruna da TI Paquiçamba, *Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba da Volta Grande do Xingu*. Vitória do Xingu: RCA/ISA. 2017.

³⁷ Carneiro da Cunha, M. "Patrimônio imaterial e biodiversidade: Introdução". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 32. pp. 15-27. 2005.

³⁸ Brum, E. No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig. *El País*, 3 de abril de 2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/03/opinion/1491235482_452762.html. Consulta em 20 de agosto de 2018.

da sua cultura, a um mero modo de subsistência que era garantido pela exploração de recursos naturais oferecidos pelo rio, recursos que, com a morte do rio, supostamente poderiam ser substituídos ou "compensados" por recursos que derivariam de projetos de geração de renda financiados e vigiados direta ou indiretamente pelo chamado Empreendedor.

Durante a abertura do seminário fluvial, Bel nos disse que tinham necessidade que nós pesquisadores e pesquisadoras colaborássemos com os conhecimentos de nossas diferentes áreas, e nos afirmou que os Juruna sabiam o que está acontecendo com o rio, seus peixes, tracajás e sarobais, pois estão acompanhando a vida dos peixes, seu estado de saúde, a restrição de suas migrações e seus habitats sazonais de alimentação e desova. Falou-nos temor de que os igapós virem um cemitério de árvores, enquanto estão querendo obrigar os Juruna a aprender a trabalhar na terra, a se tornarem plantadores de cacau.

A gente fala que o nosso costume é o rio, mas a gente não é ouvido.

E Bel vinculou a vida dos Juruna ao rio e a vida do rio aos Juruna:

O rio sem os Juruna não tem vida.

*

Pode-se dizer que os Juruna são notavelmente seletivos nos peixes que fazem parte de seu cardápio: pescaram para consumo próprio entre os anos de 2014 e 2017 apenas 23 espécies³⁹. Possuem conhecimentos ora muito ora menos detalhados sobre pelo menos 160 espécies⁴⁰. Tomarei a liberdade de deslocar de seu contexto esta notável declaração de um homem Juruna (não identificado) transcrita no artigo etno-ecológico de que discuti acima o juízo indiferenciação sociocultural do povo Juruna:

A gente está em busca de novas variedades de peixe⁴¹.

Esta é uma declaração valiosa justamente por nos permitir evocar uma orientação ameríndia que vem sendo bem investigada no registro da horticultura. Todo mundo sabe que a biodiversidade tornou-se um valor crucial da nossa época. Mas, pelo menos pra gente das ciências humanas e sociais, esse é um valor abstrato. Não há dúvida que um valor supostamente análogo porém muito antigo existe entre os povos ameríndios, entre quem certamente ele assume um caráter muito concreto⁴². Pode-se

³⁹ Xingu, *o rio que pulsa em nós*, p. 32.

⁴⁰ Carvalho Júnior *et al*, *op. cit.* p. 138.

⁴¹ Carvalho Júnior *et al*, p. 138.

⁴² Como parte de suas importantes atuações em defesa dos povos indígenas e seus direitos originários sobre as terras que ocupam, Carneiro da Cunha vem chamando a atenção para a

dizer que o pensamento ameríndio, a se julgar por suas mito-práxis, ou seus regimes semiótico-materiais — como prefiro aqui chamá-los —, a biodiversidade não apenas tem a sociodiversidade como seu complemento imediato mas está subordinada a um outro valor, a periodicidade. Isto é, aos ritmos espaço-temporais dos outros seres vivos e de outros existentes.

Como sabemos, povos amazônicos são particularmente sensíveis à marcação espaço-temporal da sua existência pelo regime das chuvas, a ele articulando, também se sabe, seu calendário anual. E por esse modo tornando notavelmente distintas, quero dizer, sazonais, as suas próprias atividades produtivas, educativas, lúdicas e político-cerimoniais. Isso dota as culturas indígenas de uma feição interessante, mas pouco ressaltada: por meio da sazonalidade deliberadamente imprimida às ações humanas, essas culturas se inserem em teias de relações eto-ecológicas multiespecíficas. Em outras palavras, elas se fazem engrenar no que poderíamos chamar de máquina cósmica. O uso desse termo me parece importante para enfatizarmos a articulação dos ritmos espaço-temporais que caracterizam todas as categorias de seres vivos, além de muitos tipos de criaturas que não consideramos como tais, ao regime das chuvas e à fonte originária da periodicidade a que, segundo entendem esses povos, a vida está subordinada, que são as constelações celestes e o sol e a lua — essas três personificações celestes da periodicidade (ou temporalidade reversível).

Pelo menos entre os Juruna do alto Xingu, o rio acha-se subordinado ao movimento das seguintes constelações. Orion e as Plêiades, personificações do Caçador e do Horticultor, trazem os Ventos que levam as águas do rio e impõem a vazante. "Urubu" e "Cabeça-de-Inimigo" (provavelmente Corvo e Híades) personificam a Guerra e trazem os Ventos que trazem as águas da chuva, provocando a enchente. Não por acaso, um modo muito difundido de se imaginar o fim do mundo é como queda do céu.

Tem-se o hábito de caracterizar a sazonalidade dos mundos indígenas amazônicos distinguindo-se unicamente duas estações, segundo o regime das chuvas. Pode ser que isso seja suficiente para a descrição dos povos da floresta, mas não é este o caso para povos canoieiros como os Juruna, cujas práticas são predominantemente orientadas pelo regime hidrológico, exigindo a consideração de quatro estações

inestimável contribuição da culturas indígenas enquanto *produtoras* de biodiversidade, *detentoras* de riquezas imateriais imensuráveis sob a forma não só de seus conhecimentos particulares como de suas práticas de conhecimento."A diversidade biológica e a diversidade cultural têm uma interdependência evidente nos sistemas agrícolas, pastorais e naqueles baseados na caça e na coleta, em que o trabalho humano, expresso na seleção cuidadosa de espécies e variedades, na adaptação às condições físicas e bióticas locais, influem diretamente na biodiversidade. Talvez essa presença cultural se estenda além dessas situações: Bill Balée, afinal, sustenta que a floresta amazônica é, em larga medida, produto da atividade humana (B. Balée 1994)" (p. 17). "Patrimônio imaterial e biodiversidade: Introdução". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 32. pp. 15-27. 2005.

hidrológicas, suscetíveis ainda a uma análise mais fina em unidades menores que corresponderiam, ainda que imperfeitamente, aos meses do calendário gregoriano.

É verdadeiro que os Postos de Saúde e as Escolas Indígenas pareceriam operar como forças centrípetas que promovem um certo desaceleramento dos movimentos de criação e inserção em teias multiespecíficas, ao modo de certos nódulos que freiam o movimento das pessoas em suas práticas de ocupação territorial, como também é verdadeiro que elas se esforçam para controlá-los. Mas é de se notar também que essas concreções de instâncias do estado nacional no seio das TIs, hipoteticamente falando, e generalizando indevidamente o que só merece ser analisado segundo os problemas e suas circunstâncias, ainda são suscetíveis de absorção pela máquina cósmica. Como sucede com as relações comerciais envolvendo produtos extrativistas. Aliás, mesmo as fundações jesuíticas estabelecidas na região do baixo Xingu, como Souzel que foi visitada por Adalberto em 1842, só eram ocupadas sazonalmente pelos Juruna e outros povos canoeiros em alguns poucos meses do ano. As mudanças climáticas, por sua vez, vem se mostrando uma ameaça muito mais grave, por seus efeitos sensíveis já, para muitos povos ameríndios, sobre os ritmos espaço-temporais e sua sincronia e alternância de que dependem o senso de orientação da atividade humana (e também o senso de orientação dos peixes, pássaros, mamíferos e outras criaturas). Já no que concerne a Belo Monte, enquanto um projeto de usina dita a fio d'água, dependente de uma combinação de alagamento (até a barragem Pimental, a montante) e secamento em um trecho de aproximadamente 100 km (entre Pimental e a barragem de Belo Monte, a jusante), o que se pode imaginar senão que é como uma bomba avassaladora para as tramas multiespécie e o regime semiótico-material característico da cultura Juruna?

O conhecimento que esse povo domina sobre o rio e seus coabitantes, particularmente aqueles que são mais numerosos e diversificados, os peixes, não é algo de que eles deixem de sentir orgulho. Esses são campos de um investimento intelectual e afetivo deliberado, e servem como um emblema importante de seu próprio sentido de humanidade. Não causa surpresa que, com o estado de incerteza que pesa sobre a vida do rio, a vida dos peixes, e a sua própria existência e seu destino, tenha surgido em 2013 na aldeia Mīratu o desejo de produzir um registro independente dos danos que as obras da usina estavam implicando para o rio. *Xingu, o rio que pulsa em nós*, como mencionei anteriormente, é o título da publicação que apresenta os resultados de uma pesquisa participativa da aldeia Mīratu com pesquisadores da UFPA e UFSCAR e com o ISA⁴³. A pesquisa cobre um período de quatro anos e mantém em seu horizonte a questão do controle pela usina do pulso de inundação do rio — o que

⁴³ Pezzuti, J., Carneiro C., Mantovanelli, T. & Rojas Garzón, B. *Xingu, o rio que pulsa em nós: Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu*. Altamira: ISA, 2018.

apavora os Juruna. Além do fechamento da barragem Pimental e do enchimento do reservatório iniciado em novembro de 2015, i.é, no começo da enchente, a Volta Grande sofreu uma seca rigorosa em 2016, e uma tal situação acabou por servir como laboratório em que os Juruna podiam antever o que sucederá ao rio, e assim denominaram 2016 como "o ano do fim do mundo". Ao menos em parte essa foi uma caracterização apropriada para os peixes que, como o curimatá, realizam migrações laterais para ir morar na floresta aluvial entre os meses de janeiro e maio, quando retornam para os canais do rio. Nenhum dos caminhos de piracema do curimatá foi alagado, e os peixes dessa espécie pescados no mês de julho tinham, com efeito, em seu interior o invólucro de ova seca. Do mesmo modo, os tracajás, que só se alimentam no inverno, — eles são como os ursos, como nos disse Jailson, pois engordam em uma estação para resistir à outra, alimentando-se da própria gordura — não puderam se mudar para a floresta aluvial, e não sucedeu a desova no verão, pois as fêmeas não tinham conseguido desenvolver ovos. E os indivíduos que os Juruna pegaram se achavam na situação aberradora de estarem vivos e podres ao mesmo tempo, pois quando abertos suas entranhas se mostravam muito fétidas e espumantes.

"Se formos viver só o verão o ano todo...", ponderou Gelson (op. cit. p. 33), quer dizer, se forem destruídos os habitats aquáticos dos sarobais que beiram as ilhas frequentadas por uma variedade de pacus e o matrinxã, atraídos por algumas dezenas de espécies de frutos que têm suas próprias estações particulares entre as épocas da enchente, cheia e vazante, e destruídos também os igapós que se formam com a inundação da mata nas ilhas, frequentados por peixes e tracajás... Viver só o verão não tem bem aqui o sentido genérico de metade do ciclo anual das chuvas, mas o sentido restritivo das águas baixas. A ponderação de Gelson é que teriam de pescar acarís o ano inteiro nas corredeiras ou pedrais mas não poderiam fazer isso sem acarretar o desaparecimento desses peixes... Sem contar que toda a variedade de espécies das corredeiras não disporão mais das corredeiras para viver.

O ano do fim do mundo intensificou o estado de alerta e incerteza, pois o baixo pulso de inundação do rio em 2016 foi contudo significativamente superior ao controle que a usina pretende impor ao trecho do rio de mais de 2/3 da Volta Grande demarcado pelas barragens de Pimental e Belo Monte, e que é o trecho restante, depois do alagamento, do que é compreendido pelos Juruna como seu território tradicional.

Em uma das praias onde acampamos durante a canoada, o professor Natanael tocou a muitas de nós participantes do seminário fluvial. Em sua intervenção ele exprimiu o estado de incerteza sobre a possibilidade de permanecer o povo Juruna vivendo na Volta Grande e em um tom de calma inimitável contou para uma audiência de classe média alta das principais metrópoles brasileiras que viver no rio, ser do rio, é um

modo de se ser rico! Por assim dizer, acrescentou ele, menos em respeito à possível vaidade de sua plateia, do que para fazer-se entender que, como disse Eduardo Viveiros de Castro, um índio é outra coisa que um pobre⁴⁴. Natanael manifestou, sem nunca perder a suavidade de seu tom, uma certa revolta pelo pouco caso que os mandantes de Belo Monte dão às preocupações com o futuro e aos conhecimentos do rio de que o seu povo é guardião. Caracterizou o seu pertencimento ao rio, sua condição de nascidos e criados nesse rio, como seus antepassados próximos e remotos. Por terem em sua mente o mapa do rio, um mapa com as ilhas, as corredeiras, os pedrais, os paranás, os furos, as praias, os sarobais, os igapós... Por todos os seus conhecimentos concernirem ao rio. Querem agora secar o rio...

Dizem que vão monitorar... Mas que monitorar o quê, rapaz, se nós é que conhecemos o rio e sabemos o que vai acontecer!

Natanael prosseguiu afirmando que podia sair navegando mesmo nas noites escuras em sua canoa com segurança e facilidade, passar corredeiras, que sabe os caminhos, que sabe estimar a largura desses caminhos e podia remar no escuro sem se chocar nos pedrais.

De fato, navegando na Volta Grande nas águas baixas do início de setembro tive a sensação de que são excessivamente monótonos todos os rios que conheci, inclusive o trecho do alto Xingu onde vivi por muito tempo e várias vezes. A complexidade do curso do Xingu na Volta Grande é surpreendente, e a perspectiva oferecida ao navegante forasteiro não lhe permite situar-se em um eixo perpendicular em relação aos seus múltiplos canais, paranás, às muitas outras margens do rio, portanto, e a bem dizer.

Uma descrição admirável desse trecho foi feita pelo ictiólogo Mark Sabaj⁴⁵, que destaca um regime hidrológico que é ele próprio extremamente ou drasticamente variável. Eu resumo:

Descendo devagar de uma altura de 90 metros ao longo de uns 130 km pelas bordas setentrionais do escudo cristalino [do Planalto Central], além de efetuar suas três grandes curvas que formam o arco da Volta Grande, o rio se verte em um rio feito de rios. Seu trecho a montante (já em parte destruído pelo reservatório da barragem) era uma configuração de tranças, grandes e pequenas, frouxamente tecidas, entremeadas por numerosas ilhas e bancos de areia. No trecho a jusante, as tranças

⁴⁴ Viveiros de Castro, E. "Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro". 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_noção_de_etnocídio_com_especial_atenção_ao_caso_brasileiro

⁴⁵ Sabaj Pérez, M.H., Where the Xingu bends and will soon break. *American Scientist*, vol 6 103, 395–403. 2015. <https://www.americanscientist.org/article/where-the-xingu-bends-and-will-soon-break>. Consulta em 28 jan 2019.

se tornam mais intrincadas, surgem canais em que a água preenche fraturas nas rochas e traças que correm perpendicularmente, sendo uma parte delas obrigadas a dobrar-se e formar ângulos agudos. Vale ler esse trecho:

“O resultado é um labirinto complicado de canais aquosos, corredeiras poderosas e cachoeiras baixas formadas e delimitadas por afloramentos graníticos. As quedas mais espetaculares são a cachoeira do Jericoá no ponto médio da perna inferior da Volta Grande, onde grande parte da água do Xingu ziguezagueia através de um estreito canal em forma de Z no leito rochoso fraturado” (Sabaj Perez 2015).

Conforme nos afirmou o cacique Gilliarde em sua intervenção no seminário fluvial, foi na Cachoeira do Jericoá que o povo Juruna foi criado. Ela é de uma beleza extasiante, essa cachoeira, e a imagem que podemos nos fazer dela, estando no rio, é bastante reduzida pois, como me contou um dos canoeiros, ela tem 7 km de largura. Um longo momento depois que eu tinha começado a me sentir molecularizada e tentando definir o que se passava com o meu corpo (era então isso o sublime?), foi que Bel Juruna murmurou que ia tudo secar. Um desejo de Gilliarde é lutar pelo reconhecimento do Jericoá como um patrimônio cultural do povo Juruna⁴⁶.

A descrição de Sabaj também leva em conta os riscos que ameaçam a Volta Grande. E ela é importante justamente por tentar deslocar a discussão sobre os riscos de extermínio ou extinção das espécies aquáticas para a destruição de uma teia complexa de habitats que dependem do ciclo hidrológico, o qual apresenta um índice de variação extremamente singular. “Em qualquer ano”, destacou o ictiólogo, “o volume de água que entra na Volta Grande durante o mês mais seco é de apenas 4 a 7% do pico de fluxo, representando uma queda de 5 metros no nível do rio” (op. cit.). Em períodos em que o rio se acha demasiadamente seco, e sua morfologia se apresenta como um rio de rios menores, riachos e córregos, muitos dos variados habitats em que ele se distribui acham-se isolados das traças principais e sua água, nos ambientes com menor volume, não apenas sofre alteração química como pode se tornar até 10°C mais quente. No período de cheia, quando o rio finalmente se expande, o seu corpo se torna bem integrado, com homogeneização química da água e o desaparecimento das corredeiras e dos canais menores, e a inundação da foresta aluvial. É este pulso de inundação anual que Sabaj considera representar a característica mais produtiva do ecossistema do rio, de um ponto de vista biológico.

É este pulso de inundação anual que justamente se pretende roubar ao rio. Vai ser

⁴⁶ Vale lembrar o paralelo feito por Felício Pontes entre o Muro das Lamentações, a Gruta de Lourdes e, no rio Teles Pires, a Cachoeira de Sete Quedas, considerada pelos Munduruku como habitat da Mãe-dos-Peixes frequentado por diferentes peixes para a desova. <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/537892-a-consulta-previa-e-o-sagrado-por-felicio-pontes-e-rodrigo-oliveira> Consulta em 8 jan 2019.

sempre verão!, como observaram dona Graça, dona Jandira e tantas outras pessoas. A cheia será revogada. É como se cancelassem os meses de fevereiro, março, abril e maio. E, ano sim ano não, cancelassem também o mês de janeiro. O inverno e a água grande, o inverno e a água nova serão desarticulados.

Por sua complexidade geomorfológica, variabilidade química da água e a dinâmica extraordinária de seu pulso de inundação, a Volta Grande, como acentua Sabaj é palco para uma impressionante história dos peixes, sugerida pela presença de 48 famílias de peixes, diferenciados em mais de 450, espécies, e ilustrada com um brilho todo particular, na visão do ictiólogo, pela família dos acaris, habitantes das corredeiras e que se organizam de modo complexo em nichos que variam segundo a profundidade, o fluxo e o substrato. Em minha opinião, o que esse estudo tem de mais notável é o convite para deslocarmos o foco (sem contudo negar o seu mérito) da biodiversidade entendida como uma coleção de espécies ameaçadas, algumas de distribuição restrita em risco de extinção, para considerarmos o alcance e a natureza das perdas que envolvem a interrupção de todo um sistema que tem a escala da Volta Grande. Eu cito:

“Não estamos apenas perdendo pontos em um mapa, uma expressão abreviada para as distribuições de organismos documentados por inventários biológicos. Estamos perdendo as corredeiras extensas, canais de fluxo profundo, tranças altamente reticulares e pulsos de inundação extremamente variáveis que contribuem para a excepcional complexidade física e sazonal do Xingu. Estamos perdendo a resiliência de um sistema que tem sido uma incubadora de diversidade e evolução aquática em grandes corredeiras” (op. cit.)⁴⁷.

⁴⁷ Vale manter como pano de fundo esse trecho do Painel dos Especialistas (2009), extraído da Avaliação do EIA-RIMA – ICTIOFAUNA (2) (p. 149-150)

“Assunto: Mortandade dos Peixes no Trecho de Vazão Reduzida e Espécies Ameaçadas de Extinção

Dados apresentados:

“A Volta Grande do rio Xingu será a área do rio com a maior perda de habitats de toda a área afetada. Considera-se que os impactos para a fauna aquática serão mais graves nesta área do que na região do reservatório. A mortalidade e a diminuição de espécies que são características dos pedrais é um dos impactos previstos nesta área, como consequência da perda de vazão.” [Volume 19 – Relatórios MPEG Ictiofauna, Relatório Final Ictiofauna e Pesca V7, p. 306-307]

Omissões/Problemas: o texto não dimensiona o impacto real sobre a ictiofauna na área de 100 km que será atingida no Trecho de Vazão Reduzida. Esse trecho do rio Xingu é formado por uma série de canais anastomosados, corredeiras e habitats únicos que terão sua funcionalidade perdida. A vazão reduzida irá provocar a mortandade de **milhões de peixes** ao longo dos 100 km ou mais da Grande Volta e não há medida a ser tomada que mitigue ou sequer compense este impacto.

Conclusões comprometidas: apenas com base no caráter irreversível do impacto sobre a ictiofauna no Trecho de Vazão Reduzida a conclusão técnica que deveria ser formalizada no EIA é de que o empreendimento AHE Belo Monte do ponto de vista da ictiofauna é tecnicamente inviável, visto que irá destruir uma grande extensão de ambientes de corredeiras tanto no TVR quanto na área do lago. Não existe compensação ambiental à altura desses impactos sobre a ictiofauna. Esta conclusão não é apresentada em nenhum momento no EIA Ictiofauna e demonstra que os impactos foram mencionados, mas não foram dimensionados na sua realidade e irreversibilidade” (Janice Muriel CUNHA, Flávio C. T. de LIMA, Jansen A. S. ZUANON,

Minha perspectiva em relação à resiliência da cultura-território Juruna muito antiga, como sugere sua atualidade mesma, é convergente com a apontada por Sabaj Perez. É a uma malha de vínculos que são ao mesmo tempo multiespecíficos e semióticos, e que são também, no mesmo golpe, multiespaço-temporais, que tento reunir com a expressão “regime semiótico-material” para contemplar a periodicidade e a sazonalidade, enquanto estas correspondem a coordenadas vitais e cosmológicas sem as quais não haveria, acredito, mundo ameríndio — o céu cai.

Uma das coisas que mais comovem em todo o pesadelo vivido até o momento pelos Juruna é a sua sensibilidade em face da perda do senso de orientação dos peixes. Refiro-me àquelas comunidades de peixes para as quais a floresta aluvial é um componente essencial de seu mundo. Os peixes têm sido coagidos a se confundir em face do controle artificial do nível de água, controle que têm para eles, como para os Juruna, um caráter irregular ou aleatório. Contou-me Thais Mantovanelli esta profunda observação de seu Agostinho: os peixes perderam o sossego e a ciência. Na tarde de sua apresentação no seminário fluvial, Jailson descreveu-nos um quadro sobre o que tem sido a liberação aperiódica de água pela barragem de Pimental como provocadora de um efeito maré — o que faz os peixes agirem como o fazem na enchente mas logo o refluxo vem... Quem andar nos caminhos dos peixes na planície alagável vai encontrar os seus corpos ressecados.

Bel, de cuja companhia pude desfrutar no primeiro dia de canoada, comentou comigo,

Fazendo esse monitoramento, de vez em quando eu sinto que estamos monitorando nossa própria morte lenta.

Faltou-me coragem para levantar a questão dos territórios Juruna subaquáticos habitados pelas almas dos mortos, inteiramente destruídos pela usina no trecho do reservatório. Essas malocas subterrâneas, cujo teto era assinalado pelas formações rochosas mais altas, me assombraram durante toda a travessia, porque elas são consideradas pelos Juruna que foram viver a montante um aspecto importante da sua existência pois o estilo de vida que ali existe remonta aos tempos antigos de antes dos Brancos e oferece-se, por meio do xamanismo, como uma fonte para o autoconhecimento. Fiz a Bel a mais envergonhada pergunta, sobre quem era que morava lá no fundo. A cobra grande, e outros bichos grandes que nem são conhecidos, sobre os quais as pessoas dizem sentirem-se as suas vítimas futuras, porque quando acabar o peixe de que se alimentam e os poços onde vivem forem desaguados são os Juruna mesmo que restarão a sua frente.

Nós não reconhecemos mais o rio — me disse Bel —, e o rio não nos reconhece mais.

Os Juruna não são os únicos a destacarem as consequências possíveis da ofensa ao rio e seus habitantes canibais. Dom Erwin, por exemplo, tomou o problema de um ângulo interessante ao apontar para uma ontologia contínua do rio, ou seja, um rio em estado de devir, rebelde à grande divisão reificada e alienante e imposta pela ciência barrageira entre o biótico e o abiótico.

"Posso ser considerado ingênuo, mas eu ainda não acredito que estejamos na 'casa do sem jeito'. Tenho até a sensação de que o próprio rio Xingu não vai ficar 'quieto' enquanto querem matá-lo. Os geólogos e gente que entende do assunto falam no Xingu como rio que ainda está 'in statu fieri' [*state of becoming*]. Quer dizer: ainda não está pronto, ainda se constitui, se constrói, se mexe, se impõe. O Xingu é um rio 'vivo'"⁴⁸. (Entrevista de Eliane Brum)

Existe um parque que assombra o imaginário de pessoas que conheci. Um parque chamado Ruínas de Belo Monte, local de visitação e de exposição sobre crimes contra os rios da Amazônia. Também ninguém imaginava que o Muro de Berlim seria derrubado, como argumentou Marcelo Salazar em nossa última noite de acampamento, por que duvidar que Belo Monte em um tempo próximo cairá? Parece ser esta a única direção de uma luta que deseja ir até o fim, e que só conhece recomeços.

— *in the belly of the monster* —

Tendo ido conhecer a Volta Grande no mês de setembro do ano passado, quando as águas estão baixas, viajei para l  novamente em fevereiro deste ano, após um seminário com os Juruna, a equipe do ISA e rede de pesquisadores em Belém. Mesmo depois de tudo que narrei eu desejava conhecer a Volta Grande na cheia. Eu já sabia, mas não sabia.

Na aldeia Miratu as pessoas dia a dia comentavam a alteração do nível do rio, um dia tem mais água, no outro dia tem menos  gua. Estava chovendo bastante mas isso não tinha mais efeito significativo sobre o nível do rio. A cheia não tem mais e a floresta aluvial está se ressecando. O regime de maré, como apontou Ozimar no seminário, funciona na verdade como um esgoto, porque a água sobe e desce; o rio não corre mais com velocidade e os barrancos de terra ou areia erodidos pelas chuvas não são arrastados pelas  guas. Bel questionava a adequação da descrição do rio em termos de regime de maré, porque isso supõe uma periodicidade que o abrir e fechar de torneiras a que o rio está submetido não tem.

⁴⁸ Krautler, E. & Brum, E. "Lula e Dilma passarão para a história como predadores da Amazônia" (4/6/2012). <http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/dom-erwin-krautler-lula-e-dilma-passarao-para-a-historia-como-predadores-da-amazonia-2/>

Deveria ser a estação de pesca do curimatá, mas a comunidade desse peixe fica totalmente desorganizada com o regime de maré. O curimatá vem buscando as pedras para uma alternativa para a desova, mas sua ova é devorada por outros peixes.

Tem muito peixe aí pedindo socorro — contou seu Agostinho.

As meninas da família que me hospedou, pediam à mãe para construir um quarto no terreno mais alto da aldeia onde pudessem passar a dormir para não serem pegas de surpresa por um alagamento repentino da aldeia durante a noite. No terreno da aldeia anteriormente alagável, fez-se um campo de futebol. Se o que se tem como certo é que o rio vai secar, a suspeita medonha é que a barragem está para se romper. O rumor de que rachaduras foram detectadas no reservatório de Pimental, a montante, de que a barragem estava para estourar, era o tropo macabro que circulava entre as comunidades da Volta Grande. As pessoas buscavam justificar o seu medo apontando as catástrofes de Mariana e Brumadinho mas eu mesma tendo a acreditar que isso não seria suficiente para explicar o seu estado de alerta ou mesmo de pânico. Suponho que seja opressivo demais para tradições que são mestres em matéria de relações ecológicas e lógica do sensível pensar o colapso do seu mundo através de um rio em estado de verão permanente, com a progressiva desertificação que isso implica, sem serem assombradas pelo dilúvio do rompimento da barragem.

Impacto é o nome administrativo, como já salientou Oswaldo Sevá, dessas destruições eto-ecológicas inumeráveis. Prolongando o raciocínio de Sevá, monitoramento seria o nome administrativo do que se espera do Empreendedor, um nome que mal eclipsa o regime material-semiótico mortífero e infectado por terrorismo. Essa questão de um monitoramento dito robusto da vida aquática previsto para o período de seis anos de teste do hidrograma deixa-me, para dizer o mínimo, um tanto confusa. O que exatamente se pretende que não seja prestidigitação? Monitorar o que? em que escala? por que? para que? em nome de que? O que me motiva a fazer essas perguntas é a percepção de que as catástrofes eto-ecológicas que ameaçam a Volta Grande parecem se oferecer como um campo de pesquisas que interessa a acadêmicos e acadêmicas que não pretenderiam nem desejariam se deixar apanhar pela rede da ciência barrageira. Os textos que li, entretanto, não deixam claro qual é a expectativa que se tem com o monitoramento — o que me leva a não conseguir desfazer a primeira impressão de que isso, neste caso particular da Volta Grande que envolve inumeráveis seres vivos, é um espécie de operador mágico que até poderia nos proteger do horror agudo provocado até mesmo pela simples expectativa dessas catástrofes mas não nos curaria de um longo estado de luto crônico.

E no entanto, e por incrível que pareça, existe a suposição de que envolver os povos

indígenas em monitoramentos ditos colaborativos por e feitos sob o comando da autocracia energética de Belo Monte seja uma maneira de empoderá-los! Tantas vezes ouvi diferentes pessoas desconfiando que, para os povos indígenas, pior ainda que a obra da usina em si seriam as ações de mitigação e compensação⁴⁹ que compõem o chamado PBA-Componente Indígena.

A pergunta é como deveríamos entender as relações entre a usina como obra de engenharia e de produção energia elétrica e o chamado PBA-CI. Estaríamos condenados a entendê-las nos termos da autocracia barrageiro-energética e da legislação ambiental como medidas compensatórias, mitigatórias, quê sei eu, ou somos capazes de compreender que o PBA-CI não passa de uma obra de engenharia social em continuidade com a obra de engenharia *tout court*?

O PBA é a Bíblia!

Parece-me iluminadora essa analogia feita por Antônia Melo em uma aula na Usp em 2016⁵⁰. O PBA é o que todo mundo reza, é o que os povos indígenas acham-se coagidos a rezar, em sua minguada e inconstante esperança. Não haveria, me parece, outra via para se caracterizar o que está acontecendo aos Juruna na TI Paquiçamba senão afirmando que parece estar em curso uma temível apropriação dos direitos indígenas e sua funesta conversão em instrumento para as ações genocidas.

Espoliação da vida orgânica e inorgânica; expropriação de mundos humanos multiespécie e dinâmicos; submissão da existência a um regime de extinção com a promessa de escrutinar seus despojos para estimar seus "estoques" e seu "estresse"; submissão dos povos indígenas a sua engenharia social, a sua gestão dita humanitária, dita geradora de renda... Tudo isso emprestando-lhes o próprio humanismo de ocasião para impor-lhes aquários, viveiros, galinheiros, plantações de cacau, maquinários. *E patati patati patatá...* como sintetizou o poeta de Adeus a Sete Quedas. Somam-se a tudo isso uma bolsa alimentação e uma enxurrada de mercadorias. Este é sem dúvida um assunto delicado e me contentarei em mencionar uma observação pública de uma liderança: esses produtos industrializados, ele disse, causam uma poluição mental e ambiental. Mas, pra mim, o apogeu e a alegoria de Belo Monte estão dadas na programação e administração de cursos de educação ambiental e gestão territorial aos índios... A política de humilhação se mostra infinita.

Já hidrograma, este seria o nome administrativo de quê? De uma ação sobre o rio congênere das investidas sobre a terra-floresta na acepção da unidade indecomponível traduzida pelo termo *urihi* da língua Yanomami? O idioma Juruna oferece uma unidade similar: *iya* também traduz a unidade formada por água-rio. O hidrograma,

⁴⁹ Agradeço principalmente a Thais Mantovanelli pela atração que sofreu por este argumento.

⁵⁰ <https://m.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=qGsvFjrZce4> Consulta em 5/3/2019.

pragmaticamente falando, significa o que ele pretende fazer e já começou a fazer: a ruptura do vínculo entre o rio suas águas.

Holocausto dos peixes. Para tão funestos acontecimentos *não se deve* mesmo, como já argumentou Primo Levi, buscar uma compreensão⁵¹.

A ruptura do vínculo do rio com seu pulso de inundação evoca com precisão a figura da Morte, a figura do Mal presentes em uma análise muito conhecida de Lévi-Strauss sobre um mito ameríndio que discorre sobre a suspensão da variação sazonal e a revogação do verão. Trata-se de um problema que o pensamento mítico articula ao incesto e ao enigma, enigma este que, como argumentou o autor, pode ser exprimido por diferentes formas de disjunção entre pergunta e resposta. A esfinge de Sófocles é uma das figurações desse enigma. "Desenvolvimento!" — foi esta resposta que Bel deu sem hesitar a Cibele Forjaz e a Clarissa Morgenroth ao ser indagada se ela tinha nessa história de Belo Monte alguma pergunta que gostaria de ver respondida. Embora a nota de Bel fosse plena de ironia, e eu tenha tomado a sua pista para tentar descrever o crescimento, o desenvolvimento, de um ponto de vista de suas vítimas, me conforta pensar que esse dragão, o belo monstro, a eletromorte, a morte energia, a "estranha catedral"⁵² — esta quimera do Antropoceno que ameaça a Volta Grande do Xingu⁵³ — participa do problema de comunicação pensado por esse conjunto de mitos.

Talvez o aspecto que mais chame a atenção de quem é introduzida ao material de Belo Monte seja a avaliação de que a usina, tal como projetada, era inviável do ponto de vista técnico e indefensável do ponto de vista da racionalidade econômica. Em função mesmo do altíssimo grau de variação do pulso de inundação do Xingu, a usina está condenada a operar, segundo Hernandez, com "um gap de 69% entre a potência instalada e a potência firme, calculado por simulações do Sistema Elétrico Interligado". Recorde-se que o sinistro pressentimento de Philip Fearnside, no que me parece uma tentativa de restaurar a racionalidade técnico-econômica da usina, é que somente outras barragens a montante poderiam "regularizar" o fluxo d'água. Esta, a ironia que fere meu relato. A abertura ao cosmos dos regimes semiótico-materiais indígenas *versus* a cosmofobia desse regime de expropriação ontológica dos capitães-do-mato⁵⁴ que nos governaram com o espectro do apagão e dúbios sonhos de

⁵¹ Levi, P. *A Assimetria e a vida: artigos e ensaios 1955-1987*. pp. 45-47. São Paulo: Editora UNESP. 2014.

⁵² Tomo emprestada a expressão de Campos, Pedro Henrique P. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado em História. UFF. 2012.

⁵³ Eric Macedo (op. cit.) propôs que a qualidade monstro de Belo Monte se deve ao caráter híbrido da Coisa, sua composição que conjuga o Governo, a Ciência e o Empreendedor. Cf. também Eliane Brum.

⁵⁴ (2017) [http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567129-a-instrumentalizacao-](http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567129-a-instrumentalizacao)

riqueza. Afinal, assim dizia a boutade de Felício Pontes Jr.: a Amazônia é mais longe de Brasília do que a China⁵⁵.

Invoquemos, pois, a análise proposta por Antônio Bispo dos Santos, que distingue as culturas sintéticas, as quais sofrem de cosmofobia, e as culturas orgânicas, que têm cuidado com o mundo de que se tomam como parte. Os regimes semiótico-materiais cosmofóbicos não excluem, claro, a existência de sincronizações e alternâncias: os desmatamentos, os alagamentos, os fluxos de vidas expropriadas, os fluxos de bolsa família, a emissão de metano, fluxos de capital, fluxos de medidas provisórias, fluxos de metais intensivos, fluxos de transferência de fundos públicos para empresas privadas, mudanças climáticas, fluxos de homens da força nacional, fluxos de votos — a sazonalidade sendo, assim, destituída pela governabilidade.

A precondição desse relato era o domínio sobre os maus afetos a que me expôs a vasta documentação sobre Belo Monte; mas a relativa liberação de minha capacidade de pensar e sentir me fez entender que estou situada “dentro da barriga do monstro” — uma imagem tão horrivelmente luminosa que tomo de Donna Haraway. Ao longo dos meses em que pude ir lendo sobre as várias das frentes de resistência a Belo Monte eu ainda dividia dois mundos, ou pelo menos dois conjuntos de ações, os pró e os contra, para falar como Fearnside⁵⁶. Como se não houvesse riscos de contaminação, como se houvesse um muro a nos proteger contra a atração para aquela “zona cinzenta”⁵⁷ característica dos regimes de danação da vida em que as vítimas, para adiar a morte, são constrangidas a levar a cabo as ações assassinas de que a autocracia não quer nem ouvir falar, quanto mais sujar as mãos. Penso que nossas especialidades científicas já estão na barriga do monstro em cujo interior é muito provável a contaminação dos financiamentos de pesquisa. E que, por isso, devemos ter em conta a “banalidade do mal” — esse conceito tão poderoso que Thais Santi trouxe de Hannah Arendt para Altamira e que tanto a ajudou a entender e descrever Belo Monte como um regime totalitário, um regime em que tudo é possível⁵⁸.

do-sistema-energetico-brasileiro-e-a-transformacao-dos-politicos-em-capitales-do-mato-entrevista-especial-com-ildo-sauer Consulta em 30 de março de 2018.

⁵⁵ Pontes Jr., F. & Brum, E. Um procurador contra Belo Monte (5/9/2011) <http://bit.ly/1WeXL75>

⁵⁶ Fearnside, P. M. Belo Monte: Atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. *Revista NERA* 21(42): 162-185. 2018. <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5691> Consulta em 18 de outubro de 2018.

⁵⁷ Para lembrar-nos do conceito que Primo Levi elabora com profundidade em *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

⁵⁸ Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. Talvez não seja demais lembrar que a “banalização do mal” de amplo uso no português coloquial difere significativamente do conceito de Arendt. Banalidade do mal remete ao diagnóstico feito pela filósofa a partir de vastíssimo material do julgamento

O diagnóstico de Thais Santi é convergente com o de Donna Haraway⁵⁹, quem desdobra de uma maneira interessante o tema da renúncia ao pensamento característico desses desastres do Antropoceno, tipo Belo Monte, em que corremos o risco de não mais sermos capazes de tornar presente para nós mesmos o que fazemos, de vivenciarmos as consequências ou com as consequências das nossas ações, abandonando-nos a nós mesmos e ao que está acontecendo à imaterialidade. Um regime de irresponsabilidade generalizada, ou melhor — já que não se trata aqui do uso judicial do termo —, de renúncia à habilidade de responder ao que está acontecendo.

Foi com os olhos brilhando que Helena Palmquist me contou que ninguém da nossa modesta disciplina tinha aceitado fazer os estudos das usinas do Tapajós nas terras Munduruku. Não é infrequente se ouvir dizer que colaborar é em todo caso melhor do que deixar que outrem o faça. Essa confiança não é de dar medo? Me faz pensar que talvez seja mesmo urgente parar pra pensar a partir as declarações que pontuam a argumentação de Stengers (2007) em sua proposição cosmopolítica⁶⁰. "Não somos pessoas de boa vontade!" "Não somos confiáveis!" O que as torna interessantes é que Stengers não pretende que sejamos corruptíveis. Suas declarações estão como que liberadas do confinamento na moral ao ponto de se tornarem contra-intuitivas; pois sua intenção seria antes afastar qualquer juízo a respeito da "natureza humana", da qualidade moral de uma pessoa. O problema, como ela sustenta, passa assim por uma reavaliação da relação entre a ecologia e a etologia a fim de articular essa relação ao fato de que não podemos saber de que uma criatura é capaz — qual será a sua nova etologia — quando se modifica a sua ecologia. Este não-saber é uma positividade: é a abertura ao desconhecido, ou seja, ao elemento cosmos que Stengers imagina que poderíamos tentar juntar à política, para nos recordar — como, aliás, não se cansam de fazer os índios — que não estamos sozinhos no mundo, e não somos por isto mesmo detentores de um saber sobre o nosso saber.

Agradecimentos. Sou grata aos Juruna, à AYMĪX, e especialmente a Gilliarde, Jailson, Bel e Natanael que me honraram com sua confiança e sua inteligência neste

em Israel, que ela assistiu, de um dos carrascos nazistas. Eichmann, segundo Arendt, não era um monstro, não era um doente, era uma pessoa como nós, uma pessoa como qualquer um; ele viabilizou a morte de milhões de pessoas, das quais sequer sentia ódio, pondo o seu dever, a obediência à ordem, acima de todo o resto. Era um homem que havia renunciado ao pensamento, tornando-se inconsequente; renunciou ao pensamento, à vontade, abdicou de sua capacidade de julgar. Teria sido assim uma multidão de pessoas ativas, diligentes no cumprimento de seu dever, inconsequentes, os agentes humanos do regime totalitário que culminou nos extermínios em massa durante a 2ª Guerra.

⁵⁹ Haraway, D. "Symptoièse, SF, Embrouilles Multispécifiques" In: Stengers & Debaise (orgs.), *Gestes spéculatifs*. Dijon: Le presses du réel. 2016. e-book. ISBN : 978-2-84066-908-1.

⁶⁰ Stengers, Isabelle. "La Proposition Cosmopolitique". In: Jacques Lolive et Olivier Soubeyran (orgs.). *L'Émergence des Cosmopolitiques*: 45-68. Paris: La Découverte. 2007.

momento tão difícil de suas vidas. Sou grata às companheiras do ISA que me atraíram para essa tão dura e tão absorvente experiência: Thais Mantovanelli, Biviany Rojas Garzon e Carolina P. Reis: sua parceria com os Juruna é mobilizadora! Thais compartilhou comigo muita coisa de seu material de campo. Sou grata também a Cibele Forjaz e a Clarissa M. M. Morgenroth por sua imensa generosidade ao me dar acesso ao seu rico material de campo do projeto "A morte e as mortes do rio Xingu": sem ele, eu não teria atingido a desenvoltura que a duras penas, é verdade, esse texto de algum modo exprime. Também pude consultar algum material de campo do projeto "Margens: sobre rios, crocodilos, vagalumes" de Gabriela Carneiro da Cunha, a quem sou grata por isso e por seu entusiasmo contagiante. Minha gratidão também a Helena Palmquist, melhor companhia de Canoada, com quem não só aprendi muito sobre genocídio como pude discutir durante a travessia várias das principais ideias desse texto, e por meio de quem consegui superar minha revolta contra a diferenciação modernista entre genocídio e etnocídio. Meu muito obrigada também para as pessoas que li ou ouvi em registros audiovisuais e que indicaram os caminhos da minha compreensão de Belo Monte. Elas são muitas mas quero registrar os nomes de: Eric Macedo; Oswaldo Sevá (*In memoriam*); Antônia Melo; Célio Bermann; Sônia Magalhães; Raimunda Gomes; Élio Alves Silva; Thais Santi; Eliane Brum; Marcelo Salazar; Felício Pontes Jr.; Marta Amoroso (por seu valioso incentivo). O último agradecimento é também o primeiro: ao Marcio Goldman. É uma fonte de alegria pra mim ter podido passar por Belo Monte na companhia do pensamento e da ação de todas essas pessoas.

6. ANEXOS

Anexo I – Edital de Comunicação de Vistoria



EDITAL

de VISTORIA INTERINSTITUCIONAL

VOLTA GRANDE DO XINGU

**Garantia da vida e
proteção do patrimônio
socioambiental do Trecho
de Vazão Reduzida do Rio
Xingu**

O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Pará, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado do Pará, com fundamento na Constituição Federal, arts. 127, caput, 129, 134; na LC Federal 75/1993; LC Federal 40/1981, Lei Federal 8.625/1993, LC Estadual 57/2006; na LC Federal 80/1994 e LC Estadual 54/2006;

CONSIDERANDO o disposto na legislação aplicável, que estabelece como atribuição do Ministério Público a promoção de outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e como atribuição da Defensoria Pública promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;



CONSIDERANDO que a Volta Grande do Xingu concentra espaço biótico e cultural único, com características naturais e socioambientais, materiais e imateriais, merecedoras da mais alta proteção;

CONSIDERANDO que a instalação da UHE Belo Monte mediante o desvio do curso do rio Xingu foi autorizada sob a condição de que seriam adotadas as medidas necessárias para a garantia da vida no Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu, em especial mediante um hidrograma mínimo suficiente à reprodução das condições ecológicas da região e à manutenção dos recursos naturais necessários à reprodução física e cultural das comunidades residentes, indígenas e não indígenas;

CONSIDERANDO que desde a época dos estudos de impacto ambiental, persistem incertezas sobre a suficiência das vazões propostas no hidrograma de consenso para a mitigação dos impactos no trecho de vazão reduzida, e por este motivo, ele está condicionado a um período de testes, que deverão ocorrer durante 6 anos acompanhados de um robusto plano de monitoramento; (LP n 342/2009 e resolução n 911 de 07 de julho de 2014, ANA)

CONSIDERANDO que, em março de 2016, foi realizada ação do Ministério Público Federal na Volta Grande do Xingu, com objetivo de verificar as condições de vida na região após o início da operação de Belo Monte e que foi constatado que comunidades viviam em situação de abandono, em ambiente modificado, que lhes retirou o acesso aos meios de vida, sem compreensão das mudanças ocorridas no rio e sem perspectiva de que possam permanecer em seus territórios tradicionais;

CONSIDERANDO que foi constatado ainda que os indígenas moradores das Terras Indígenas da Volta Grande do Xingu desconhecem o que está acontecendo com o rio, estavam sendo conduzidos a mudar radicalmente seu modo de vida e viviam no temor de não conseguir permanecer no local;

CONSIDERANDO que diante da situação constatada na Volta Grande do Xingu, o Ministério Público Federal convocou reunião que se realizou em 30 de maio de 2016 na sede da procuradoria da República no Pará, na qual restou encaminhada necessidade de diálogo interinstitucional, entre Norte Energia, IBAMA, SEMAS para definição de caminhos que assegurem as condições de vida na Volta Grande, em especial após as mudanças ocorridas no Xingu a partir da emissão da Licença de Operação da UHE Belo Monte e diante de licenciamento ambiental de projeto minerário de grande impacto



conduzido pelo Estado do Pará sem levar em consideração a sobreposição de impactos e o monitoramento em curso na região;

CONSIDERANDO a omissão das instituições responsáveis pelo diálogo acordado, em 21 de março de 2017, foi realizada Audiência Pública em Altamira, com objetivo de discutir um plano de vida para a Volta Grande do Xingu, na qual restaram consignados compromissos com a melhora da oferta de políticas públicas essenciais, participação dos atingidos na definição do hidrograma aplicável ao rio Xingu e avaliação das transformações em curso;

CONSIDERANDO que o hidrograma de consenso está previsto para iniciar em 2019 ao mesmo tempo em que está em curso licenciamento ambiental de projeto minerário de grande impacto, o qual vem sendo conduzido pelo Estado do Pará sem levar em consideração a fragilidade socioambiental da Volta Grande do Xingu;

COMUNICAM VISTORIA INTERINSTITUCIONAL,

a ser realizada na região da Volta Grande do Xingu, nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2019, com objetivo de verificar *in locu* o cumprimento das obrigações estatais e das ações previstas no Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte para garantia da vida no Trecho de Vazão Reduzida do Rio Xingu e avaliar as condições socioambientais merecedoras da mais alta proteção na região.

A vistoria será realizada nas áreas afetadas a jusante do barramento do rio Xingu, nas comunidades ribeirinhas e indígenas localizadas na Ilha da Fazenda, Vila Ressaca, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande, comunidade Rio das Pedras e Maranhenses.

A vistoria será realizada por equipes multidisciplinares de modo a verificar de forma ampla as condições atuais de reprodução da vida no Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu, considerando as obrigações estatais, as condicionantes da UHE Belo Monte e o ambiente natural e cultural desprotegido na Volta Grande do Xingu.



Serão convidados a acompanhar a vistoria *in locu* o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Universidade Federal do Pará, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, a Fundação Nacional do Índio e órgãos representativos das populações indígenas e não indígenas moradoras da Volta Grande do Xingu.

Serão, ainda, convidados a participar da vistoria instituições públicas e privadas, cuja atuação envolva a defesa dos direitos humanos afetos ao objeto do presente edital, bem como a produção de pesquisa científica sobre a realidade da região.

Serão convidados a acompanhar a inspeção representantes do Governo Federal, do Estado do Pará, dos Municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu e da concessionária Norte Energia S.A.

Os Municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu serão comunicados da vistoria de modo a garantir o acesso aos locais indicados no plano de ação.

A vistoria será precedida de reunião a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2019, às 17hs, na sede do Ministério Público Federal em Altamira, com objetivo de expor o plano de ação e organizar os trabalhos.

Após o retorno da missão será realizada reunião em Altamira, no dia 27 de fevereiro, no período da manhã, na qual serão apresentadas as constatações das vistorias e deverão ser definidos os encaminhamentos, considerando as atribuições das diversas autoridades envolvidas. A reunião será reduzida a termo e deverá ser gravada em áudio e vídeo.

Serão convocados a participar da reunião de retorno, o Governo Federal, o Estado do Pará, os Municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu e a concessionária Norte Energia.

Serão convidados a presidir a reunião de retorno, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC-MPF), o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará (PGJ-PA), o Defensor Público Geral Federal (DPGF) e o Defensor Público Geral do Estado do Pará (DPG-PA).

AA



Ao término das atividades, será produzido um relatório dos trabalhos, ao qual deverá ser dada publicidade de modo a garantir o conhecimento por parte das comunidades envolvidas.

Divulgue-se o presente edital em analogia ao que disciplina a Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Altamira, 04 de fevereiro de 2019


SADI FLORES MACHADO
 Procurador da República
 Ministério Público Federal


DANIEL BRAGA BONA
 Promotor de Justiça
 Ministério Público do Estado do Pará

MARIANA MENDES LOMEU
 Defensora Pública Federal
 Defensoria Pública da União


ANDRÉIA MACEDO BARRETO
 Defensora Pública Estadual
 Defensoria Pública do Estado do Pará

Rachel D. de B. Moura
Rachel Désirée de B. e S. Moura
 Defensora Pública Federal

Anexo II – Plano de ação



PLANO DE AÇÃO

VISTORIA INTERINSTITUCIONAL Garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu



Dia 25/02 – 6:00

Saída de campo das Equipes de Vistoria

Local de partida: Porto 6

EQUIPE 1

VILA RESSACA

6:00 – Saída da voadeira (Porto 6)

8:30 às 15:00 – vistorias comunidades

13:00 – almoço aos cuidados do Sr. Pirulito

15:00 – Saída das voadeiras para Terra Indígena Paquiçamba

Itinerário 1: Vila Pirarara (PA Ressaca)

Vistoria escola Santa Izabel

Vistoria de infraestrutura vicinais e pontes

Reunião na Igreja

Transporte: VIATURA

Itinerário 2: Vila Ressaca

Vistoria Escola Luiz Rebelo

Vistoria Posto de Saúde

Diálogo com associação de garimpeiros

Conversa geral com moradores

Conversa com a comunidade Juruna removida da Vila São Pedro

Itinerário 3: áreas de garimpo e Mineração

Vistoria obras de Saneamento Básico

Visita à comunidade indígena Xipaya na localidade

Visita à Vila Ouro Verde e Itatá

Visita à Vila do garimpo do Galo

Transporte: VIATURA



EQUIPE 2**ILHA DA FAZENDA**

6:00 – Saída da voadeira (Porto 6)

8:30 às 15:00 – vistorias comunidades

Visita na aldeia São Francisco do povo Juruna

Visita à comunidade da Ilha da Fazenda;

Vistoria na Escola

Vistoria no Posto de Saúde

Vistoria das obras de Saneamento Básico

12:00 – Almoço aos cuidados do Sr. Pedro e Dona Luzia

13:00 – Conversa com a comunidade na Igreja

15:00 – Saída das voadeiras para Terra Indígena Paquiçamba – Aldeia Paquiçamba

EQUIPE 3**COMUNIDADES RIO XINGU**

6:00 – Saída da voadeira (Porto 6)

15:00 – Saída das voadeiras para Terra Indígena Paquiçamba

8:30 às 16:00 – vistorias comunidades

Visita à comunidade São Pedro;

Visita à comunidade Caitucá,

12:00 – Almoço aos cuidados do Dona Cláudia na comunidade Caitucá

Visita à comunidade Landi

Visita à localidade Ituna e

Visita à localidade Bacajaí;

15:00 – Saída das voadeiras para Terra Indígena Paquiçamba – Aldeia Paquiçamba

TODAS AS EQUIPES

17:00 – Chegada à Terra Indígena Paquiçamba - Aldeia Paquiçamba e organização dos alojamentos

18:00 às 19:00 – jantar na aldeia Muratu

19:30 – Roda de Conversa com o Grupo Yudjá



Pernoite na Terra Indígena Paquiçamba. Aldeias Paquiçamba e Muratu.

Dia 26/02

Segundo dia de campo das Equipes de Vistoria

Local de partida: Terra Indígena Paquiçamba

EQUIPE 1

RIO DAS PEDRAS – ANAPU (PA Pilão Poente)

6:00 – Saída dos carros (aldeia Muratu – TI Paquiçamba)

9:00 às 16:00 – vistorias comunidades

Itinerário 1: Vistoria no rio Xingu

Transporte: VIATURA

8:00: chegada no Porto na beira do rio Xingu

Vistoria no rio Xingu e ilhas

Visita às comunidades ribeirinhas

Avaliação da navegabilidade no TVR

Travessia do rio Xingu para o Porto do Sr. Lúcio

Transporte: voadeira/Anapu

12:00 – Almoço aos cuidados do Sr. Lúcio

Itinerário 2: Vistoria comunidades de Anapu

9:00: chegada em Anapu na comunidade rio das Pedras

Visita à UBS da Vila Izabel

Visita à comunidade Rio das Pedras

Vistoria na Escola Nossa Senhora dos Milagres – anexo I

Vistoria de infraestrutura vicinais e pontes

Visita a famílias do Lote 94

12:00 – Almoço aos cuidados do Sr. Lúcio

Visita à comunidade Nova Conquista

Vistoria de infraestrutura de vicinais e ramais da Nova Conquista

Reunião com moradores do PA Pilão Poente II, na casa do Senhor

Zezinho

Transporte: VIATURA



16:00 Retorno de carro para Altamira

EQUIPE 2

TERRA INDÍGENA PAQUIÇAMBA

7:00 – visita às aldeias da TI Paquiçamba

Vistoria da escola, UBS e atividades produtivas

Conversa com as comunidades sobre as transformações acarretadas pela redução da vazão do rio Xingu

Transporte: VIATURA ???

EQUIPE 3

CACHOEIRAS DO JERICOÁ

7:30 – Saída da voadeira para a região do Jericoá

Visita comunidade da Dona Odete Curuaya

Conversa com comunidades ribeirinhas, na ilha da Dona Warislene

12:00 – Almoço aos cuidados da Dona Jara

Visita às comunidades do Jericoá

Retorno para Saída da voadeira (aldeia Muratu - TI Paquiçamba)

16:00 – Retorno de voadeira para Altamira

EQUIPE 4

TERRA INDÍGENA ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

7:30 – Saída da voadeira (aldeia Muratu - TI Paquiçamba)

8:00 às 16:00 – vistorias na Terra Indígena Arara e Base de Proteção

Retorno de voadeira para Altamira

8:00 chegada na aldeia Guariduum

Vistoria da escola, UBS e atividades produtivas da aldeia Guariduum

Vistoria da escola, UBS e atividades produtivas da aldeia Terrawangã

Vistoria da escola, UBS e atividades produtivas da aldeia

Conversa com a comunidade com os indígenas na escola da aldeia

13:00 – Almoço aos cuidados da Dona Jara

16:00 Retorno de barco para Altamira



Dia 27/02 – 8:30

Local: Auditório da Universidade Federal do Pará

Reunião Plenária de Retorno da Vistoria

8:30 – 10:15 – alinhamento das Constações de campo

10:30 – Apresentação das Constações de Campo às entidades convocadas conforme edital de Vistoria Interinstitucional

12:00 – Encaminhamentos

13:00 – Encerramento das atividades de vistoria

Anexo III – Memória da reunião de retorno (27/02/2019)



Memória de Reunião

Altamira, 27 de fevereiro de 2019

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, reuniram-se no auditório do campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Altamira, os representantes das instituições participantes da Vistoria Interinstitucional na Volta Grande do Xingu, atividade convocada e coordenada pelo Ministério Público Federal (MPF) e realizada nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2019. A Vistoria percorreu os 100 quilômetros da Volta Grande do Rio Xingu, à jusante de Altamira e da barragem da usina Hidrelétrica de Belo Monte, visitando 25 comunidades com três equipes compostas de representantes de onze instituições, na região que sofre os impactos mais graves do aproveitamento hidrelétrico projetado e instalado pelo governo brasileiro na região do médio Xingu, no Pará, com processo de licenciamento autorizado pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional No. 788/2005.

A vistoria foi convocada por meio de edital (<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/edital-de-vistoria-volta-grande-do-xingu>) e participaram representantes de oito instituições brasileiras e internacionais responsáveis pela defesa de direitos humanos e ambientais, além de especialistas da comunidade científica. No retorno dos trabalhos junto às comunidades, foi realizada a reunião de apresentação das constatações imediatas da vistoria, tendo sido convocados os prefeitos dos municípios cujos territórios abrangem a Volta Grande do Xingu: Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu; além do presidente da empresa responsável pela usina de Belo Monte e do coordenador-geral de licenciamento do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais).



Entre as autoridades convocadas para a reunião, as únicas ausências foram do prefeito do município de Vitória do Xingu, Caetano de Oliveira, que enviou como representante seu chefe de gabinete e do presidente da Norte Energia S.A, Paulo Roberto Pinto, que enviou como representante José Hilário Pontes, superintendente socioambiental e de assuntos indígenas da empresa. Os prefeitos de Senador José Porfírio, Dirceu Biancardi e de Anapu, Aelton Fonseca, se fizeram presentes.

A reunião foi aberta pela procuradora da República em Altamira, Thais Santi, coordenadora da vistoria interinstitucional. “A equipe de vistoria foi formada para que se fizesse uma ação fortalecida institucionalmente e com uma diversidade de olhares qualificados para verificar a situação da Volta Grande. As equipes foram divididas em três para visitar todas as comunidades aldeadas e não aldeadas da região. Estou em Altamira desde 2012 e mesmo acompanhando todo o processo de instalação de Belo Monte, ontem eu me surpreendi em encontrar uma comunidade indígena em situação de abandono e desesperança na Volta Grande. Nos reunimos na escola da aldeia, uma escola que funciona em uma estrutura de compensado. Eu passo a olhar o processo de instalação de Belo Monte como um processo genocida, um processo de expulsão das comunidades. Afirmo minha perplexidade e minha indignação com o que verificamos”, disse

O promotor de Justiça Antonio Manoel Dias, responsável pela área ambiental do Ministério Público do Estado do Pará ressaltou a responsabilidade que sobra para os municípios no atendimento dos atingidos por Belo Monte. “A sopa quente quem vai tomar são os municípios”, resumiu.

Andreia Barreto, da Defensoria Pública do Estado do Pará qualificou como criminosa a situação verificada na Volta Grande do Xingu. “Visitamos comunidades rurais em Anapu e Senador José Porfírio. Constatamos uma série de crimes. Isso é unânime entre todas as instituições. Outro aspecto é o agravamento da violação de direitos humanos. Uma das escolas que visitei está numa situação tão lamentável que coloca em risco a vida das crianças. As comunidade perderam a capacidade de se locomover. O rio não tem mais condições de navegação e os travessões são perigosos e até



intrafegáveis. É criminoso o que está ocorrendo na VGX. O meu sentimento é de revolta com o que vi”.

Renan Sotto Mayor, da Defensoria Pública da União, tomou a palavra e disse considerar fundamental a união das instituições do sistema de justiça para verificar a situação da Volta Grande do Xingu. “É importante porque é preciso tratar a situação daquelas comunidades de maneira unificada e nacionalmente. O que se percebeu foi uma violação sistemática dos direitos daquelas pessoas que ali vivem. Há um dano moral existencial à vida das comunidades. Pessoas que tinham modos de vida totalmente conectados ao rio não tem mais nenhuma perspectiva de vida. O que presenciamos foi a desesperança, nem revolta mais as pessoas têm, apenas uma profunda depressão”, disse. E ressaltou: “não é possível que a Nesa defina quem é e quem não é impactado”

Leonardo Pinho, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos enumerou: “a primeira constatação é que foram ignoradas as recomendações do relatório do CNDH apresentadas em relatório de 2015, o que configura violação sistêmica de direitos humanos. A empresa viola tratados internacionais e direitos humanos e nós vamos levar isso às instituições internacionais”. Ele questionou o chamado hidrograma de consenso, a fórmula determinada pelo Ibama no processo de licenciamento que determinaria a quantidade de água liberada para a Volta Grande do Xingu, que teve a maior parte (80%) de sua vazão desviada para que possam girar as turbinas geradoras de energia elétrica de Belo Monte. “Chamam de hidrograma de consenso mas ficou claro que não há nenhuma espécie de consenso”, disse.

Leonardo Pinho alertou para a gravidade do fato, constatado na vistoria, de que não há um plano de contingência, proteção ou emergência para a Volta Grande. “Em Brumadinho existia, aqui nem isso. Fica claro que é necessária uma mudança estrutural para revisar e avaliar impactos para assegurar os direitos humanos daquelas pessoas”. Ele também afirmou a irregularidade na distribuição das compensações socioambientais devidas pelo empreendimento: “não há uma visão de



desenvolvimento e sim de fragmentação das comunidades, pelo poder dado à empresa para definir quais lideranças e comunidades irão receber compensações”

Lise Paté, representante da embaixada da União Europeia no Brasil avisou que vai relatar os impactos na grande volta do Xingu em Bruxelas na Comunidade Europeia e propôs uma parceria com o MPF e as demais instituições do sistema de justiça para um trabalho conjunto em defesa das pessoas afetadas por Belo Monte.

Vinícius Monteiro, representante do Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas, informou que o trabalho dele durante a vistoria constituiu um acompanhamento técnico com atenção especial para a garantia de direitos humanos. “Chama atenção a situação dos equipamentos de saúde e educação das comunidades. A dificuldade de acesso a saúde, educação, trabalho e o sentimento das comunidades de serem invisíveis no processo preocupa. É necessária uma ação estruturada e conjunta, por isso foi essencial a presença de todos os órgãos, para um tratamento conjunto. O fundo de populações da ONU está à disposição para contribuir com o que for necessário, não só com os órgãos que participaram da vistoria como com o estado e os municípios”, disse

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, tomou a palavra e se dirigiu ao representante da Norte Energia S.A. “Senhor José Hilário, nós poderíamos estar falando aqui do processo de licenciamento e de como há um passivo no processo de licenciamento, mas isso é recorrente, se repete em todas as vezes que se trata de Belo Monte. Todos sabem do número de processos que o MPF ajuizou a respeito. Mas não quero falar disso e sim da responsabilidade de sua empresa. Gostaria de dar exemplos de muita gravidade e aqui não me interessa o licenciamento ambiental e sim a postura da empresa, uma empresa que atua com comunidades e vem cometendo violências graves. A empresa controla completamente a vida das pessoas, de todas as pessoas que foram atingidas de alguma forma por esse empreendimento. A relação da empresa se dá na base do pedido, quem pede leva. Há uma precarização total dos direitos, as pessoas não se sentem



protegidas por direitos. Eu já naveguei na Volta Grande algumas vezes antes de Belo Monte e conhecia um rio cheio de movimento, com barcos e canoas passando o tempo todo, as pessoas brincando nas margens. O que vi dessa vez foi muita tristeza. O Xingu ficou triste, ninguém brinca na beira nem quer entrar no rio, por medo de doenças. Ele não é mais navegável. As pessoas na região têm o seu tempo controlado, seu lazer inviabilizado e suas vidas precarizadas pela atuação da empresa”.

Deborah Duprat lembrou o crime socioambiental cometido pela empresa Samarco no rio Doce, com o rompimento da barragem da mina do Fundão, em novembro de 2015 e de como as atividades da mineradora e suas práticas e programas para os atingidos tiveram que ser submetidos a uma auditoria independente, após se constatar que no processo que deveria ser de compensação e mitigação do desastre, a empresa causava novos impactos e cometia mais violações de direitos. “Volto dessa vistoria com a disposição para travar qualquer embate que seja necessário para que a sua empresa, senhor Hilário, seja submetida a uma auditoria independente para que os direitos das comunidades da Volta Grande passem a ser respeitados”, anunciou.

Leonardo Pinho, do CNDH, informou que, durante os trabalhos da vistoria, um carro que o conduzia, e à sua equipe, capotou na estrada que liga a Terra Indígena Paquiçamba às comunidades ribeirinhas do município de Anapu. “Não sofremos ferimentos, mas quem resgatou o carro e os ocupantes foi uma equipe de valorosos indígenas Juruna, porque não há nenhuma presença de equipes ou equipamentos de segurança pública na região”.

O professor e pesquisador Leandro Melo de Sousa, especialista em ictiologia da Universidade Federal do Pará, ressaltou os relatos sobre a mortandade evidente de peixes na região do Xingyu de onde as águas são desviadas para a produção de energia nas turbinas de Belo Monte. “Do jeito que está variável a vazão, se formou uma armadilha para os peixes. A inconstância na subida e descida provoca a morte dos peixes, não há nenhuma constância”, atestou.



Deborah Duprat dirigiu-se novamente ao representante da Norte Energia e afirmou: “a sua empresa controla o rio, controla a fome e a sede de todas as formas de vida na Volta Grande do Xingu e isso é inaceitável”. Marcos Marques Formigosa, professor da UFPA especializado em educação no campo lembrou que os impactos de Belo Monte na área de desvio de águas para Belo Monte provoca danos tanto na saúde quanto na educação dos moradores. “São pontos que se cruzam. Verificamos um elevado número de pessoas apresentam desnutrição em razão da precariedade no acesso ao alimento, porque a economia da região foi completamente desestabilizada. Os remédios que terminam primeiro nos postos de saúde são os remédios para controle de hipertensão e diabetes, o que evidencia a insegurança alimentar a que as pessoas estão sendo submetidas. A merenda escolar oferecida na VGX, quando é oferecida, é composta de produtos industrializados. As aulas começaram no dia 4/2 e segundo os relatos que colhemos, a merenda chegou na véspera da vistoria que fizemos nas escolas. Não se faz a compra da produção agrícola das comunidades. O Programa de Aquisição de Alimentos poderia amenizar tanto o problema do escoamento da produção quanto a insegurança alimentar, pela compra dos produtos da região pelas prefeituras para a merenda escolar. Todos esses problemas se agravam pelo impacto da seca permanente, que dificulta o transporte escolar, tornado a mais lento e perigoso pelas condições de navegação. Como se não bastasse, ainda falta combustível para os barcos que conduzem as crianças”.

O procurador da República Sadi Machado relatou que, assim que chegou em Altamira, no início do ano de 2019, recebeu representantes da Norte Energia SA em seu gabinete na sede do MPF local. “Assisti a uma apresentação com 152 slides sobre Belo Monte e agora que visitei as comunidades posso afirmar a absoluta contradição entre o que a empresa mostra e aquilo que a realidade das comunidades nos mostrou, que vimos com os olhos e sentimos com o corpo. Mesmo depois de Brumadinho não existe uma política de segurança e emergência para essa usina. As comunidades não sabem o que fazer em caso de rompimento da barragem, as comunidades não sabem porque o rio sobe e desce com tanta frequência, as pessoas não sabem do futuro. O que há nessa região é a ausência do estado de direito. Todas as pessoas com quem conversamos repetiram que estão cansadas de reuniões com a Norte Energia, cansados de responderem a perguntas da empresa, de



serem contadas e recenseadas. Em respeito ao que essas pessoas estão sofrendo, afirmo aqui que essa vistoria não vai servir para encher páginas de papel, vai servir para encaminhamentos concretos que todas as instituições aqui vão tomar. Sabemos que escolas foram pintadas na véspera da vistoria, que a usina liberou mais água no trecho em que desvia o rio às vésperas da nossa chegada. Mas a realidade não poderá mais ser mascarada pela empresa e pelas autoridades”.

O procurador da República Paulo Henrique Cardoso lembrou aos presentes que o ordenamento jurídico permite a responsabilização penal das empresas e tais medidas serão estudadas diante da gravidade do que foi constatado na Volta Grande do Xingu. A procuradora da República Thais Santi relatou que conhece profundamente o Plano Básico Ambiental de Belo Monte. “Ficou na minha cabeceira durante meses. E a gente vai a campo e constata que se mantém a política assistencialista e de balcão com as comunidades. Quando em 2016 a Nesa provocou a enxurrada, visitamos a VGX, fizemos um relatório, comunicamos a todas as autoridades envolvidas e Belo Sun, Belo Monte, Ibama, Semas, concordaram em assegurar um plano de vida para a volta grande. Nada aconteceu. As pessoas que se arrependem de terem apoiado Belo Monte, na verdade apoiaram a chegada de políticas públicas historicamente negadas pelo estado brasileiro na região norte. Que o governo federal prometeu para assegurar a instalação da usina, mas não cumpriu. A Ilha da Fazenda não tem água potável. O saneamento não ficou pronto. A situação é insustentável”

A pesquisadora Thais Mantovanelli, ligada ao Instituto Socioambiental, ressaltou a inadequação dos programas de atividades produtivas, principalmente para os povos indígenas, que deveria recompor a capacidade de autossustentação das comunidades mas não só deixa de funcionar como produz impactos sobrepostos pela forma equivocada como vem sendo realizado. “É um processo claramente de inviabilização da vida das pessoas na Volta Grande do Xingu”, resumiu.

Quando a palavra foi passada ao representante da Norte Energia, José Hilário Pontes, ele pediu que a Funai e o Ibama se manifestassem antes, mas teve o pedido negado. Em seguida, falou: “É um exercício de obrigação nossa estar aqui e com muito respeito eu ouço as várias visões sobre as



condições e sobre como o projeto está andando. Vejo uma certa confusão da fronteira das responsabilidades entre o empreendedor e o poder público. Muitos questionamentos foram dirigidos à Norte Energia. A gestão iniciada há pouco mais de um ano vem resgatando o diálogo. Nós tínhamos realmente o embate, a ruptura com as instituições, certa contenda e enfrentamento também com as comunidades. Fizemos uma mudança no sentido de ouvir, de ir às comunidades indígenas, de reconhecer comunidades ribeirinhas ou cidadinas. Fomos num diálogo gradativo porque é uma transição, uma transição muito doída, muito difícil, mas hoje temos claramente um programa, um projeto para os ribeirinhos, para os indígenas ribeirinhos e cidadãos, nós temos as chamadas rotas para atender a todas as comunidades”, disse.

O representante da empresa avaliou que, em resposta a cobranças da Funai, houve empenho da gestão atual é para mudar a forma de trabalhar. “Acusação, julgamento e sentença foram feitos aqui, mas eu não vi nenhum relatório de direitos humanos mostrando que as pessoas moravam em situação de risco em palafitas”, finalizou. A resposta foi dada por Deborah Duprat, do MPF: “talvez o senhor não tenha entendido o que nós falamos aqui. A Funai e o Ibama não tem nada a ver com isso. Nós não estamos falando de licenciamento, estamos falando de uma empresa que veio, atuou e causou danos. Esses danos eu posso sentenciar, nós constatamos, é patente. Diálogo é sempre importante mas diálogo não substitui o respeito aos direitos. Diálogo é importantíssimo mas quando ocorre numa situação de total assimetria, em que uma das partes não tem informação nenhuma e a outra domina tudo, chega com projetos prontos, é mais uma forma de violação de direitos”.

O prefeito de Senador José Porfírio, Dirceu Biancardi, respondeu às constatações da vistoria sobre a grave precariedade dos serviços públicos nas comunidades da Volta Grande do Xingu localizadas em seu município. “Se eu contar o que fizemos com as migalhas que recebemos, vocês vão falar que fizemos milagre. O nosso papel nós estamos cumprindo. Uma coisa é você fazer a maldade, outra coisa é fazer o bem. Eu não posso endividar a prefeitura como prefeitos anteriores fizeram. Recebemos a prefeitura com os cofres públicos sem nada. Fizemos milagre. Chegamos a puxar 20 crianças em uma caminhonete traçada naquelas estradas que vocês viram. Quando eu assumi tinha 4



carros na prefeitura, hoje temos oito, ainda faltam 10. Nós não temos como ofertar mais, todos sabem que hoje existe lei da responsabilidade fiscal e portal da transparência”, disse.

O prefeito Biancardi foi cobrado pelas autoridades sobre as denúncias das comunidades de que tinha mandado pintar as escolas da região às vésperas da vistoria e sobre a falta de transparência das contas públicas municipais e dos repasses de verbas e equipamentos realizados como compensação do projeto de Belo Monte. O procurador Sadi Machado lembrou que nenhuma das instituições presentes é responsável pela cobrança de responsabilidades da empresa com o a prefeitura e que o município precisa ter uma procuradoria própria em funcionamento para esse fim. O saneamento feito pela Nesa, informou o prefeito, não está funcionando.

Thais Santi lembrou também que o posto de saúde da Vila Ressaca, uma das maiores comunidades ribeirinhas da região, é referência para várias comunidades da Volta Grande, mas os repasses e responsabilidades da Nesa em relação ao município não estão disponíveis publicamente para verificação dos moradores de Senador José Porfírio.

O prefeito de Anapu, Aelton Fonseca, disse que o valor da merenda é repassado por aluno e se queixou dos baixos valores repassados para o transporte escolar. Acusou a Norte Energia de ter construído postos de saúde nas margens da rodovia transamazônica, fora da área de impacto mais intenso de Belo Monte. “O município recebeu ônibus escolares que só rodam no asfalto, não se pensou nas comunidades da volta grande do xingu, apenas na sede municipal. Anapu tem mais de 4.500 km de estradas vicinais em péssimas condições”, disse.

Deborah Duprat repisou a necessidade de uma auditoria independente sobre a Norte Energia, custeada pela própria empresa. Lembrou também dos princípios das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. “Não estamos falando de licenciamento ambiental, estamos falando de uma empresa que atua na região e viola direitos humanos. Reconhecemos que há uma cadeia de responsabilidades mas as responsabilidades, tanto civis quanto penais, serão apuradas em outro



contexto. Aqui importa que a Nesa dê uma resposta sobre a auditoria e concedemos o prazo máximo de dez dias”. O representante da empresa, José Hilário Pontes, perguntou se o questionamento seria formalizado em documento, mas a resposta do MPF é de que a notificação foi feita no momento da reunião e é oficial, passando a contar o prazo imediatamente.

A auditoria, ressaltou a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, deve se debruçar também sobre o papel dos órgãos responsáveis pelo licenciamento, Ibama e Funai principalmente, para verificar até que ponto são corresponsáveis pelas violações. Para a procuradora Thais Santi é preciso um encaminhamento imediato para a gestão da água na Volta Grande do Xingu e Deborah Duprat consigna que qualquer hidrograma em vigor precisa ser suspenso para ser também examinado pela auditoria independente. “Não é admissível uma gestão de regime de águas que deixe as pessoas naquela situação, isso tem que ser suspenso imediatamente”, disse.

Outra necessidade imediata é o plano de emergência. A angústia dos moradores abaixo da barragem de Belo Monte já era intensa em 2016, quando a empresa liberou, sem qualquer aviso, uma grande quantidade de água na região, provocando uma enxurrada que varreu as margens levando barcos, motores, equipamentos de pesca e utensílios. O evento ocorreu de noite e, além dos prejuízos, instalou o medo em todas as comunidades porque, se tivesse ocorrido de dia poderia ter causado um grande número de mortes. As crianças passaram a ser proibidas de nadar no rio e de brincar em suas margens a partir disso. Depois de Brumadinho, a tensão se transformou em pânico. O nome da cidade mineira onde houve o rompimento de uma barragem de mineração no final de janeiro passado foi repetido em absolutamente todas as comunidades visitadas pela vistoria. Nas conversas ficou evidente que até hoje não houve nenhum treinamento ou preparação para eventuais emergências.

O representante da Norte Energia, José Hilário, respondeu que o plano de emergência de Belo Monte está sendo desenvolvido de acordo com um cronograma, através de um plano de treinamento sobre segurança de barragens com a defesa civil e o corpo de bombeiros que ocorre nos canteiros da



usina. “Estamos treinando os executores do plano para que ele seja apresentado aos municípios”, informou. Ana Laíde, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, questionou o fato de o plano estar sendo ainda elaborado, enquanto os moradores vivem com medo. “Esse plano está atrasado”, afirmou.

Leonardo Pinho, do CNDH disse que se há cronograma ele está sim atrasado. “Não poderia haver operação da usina sem o plano já instalado e informado às comunidades por meio de audiências públicas. Pela Lei 12.334/2010, a barragem só pode começar a operar após terem sido feitas simulações com a população, que devem ser repetidas anualmente e incluir rotas de fuga, plano de evacuação, sirenes. Nada disso foi feito. Belo Monte está funcionando sem nenhuma previsão de contingência. Em Brumadinho em que se perderam tantas vidas tinha tudo isso. Em Altamira não há nada”. As autoridades presentes concordaram em conceder o prazo de 24h para informar, através de envio ao MPF, o plano de emergência da barragem.

O procurador Sadi Machado questionou a falta de transparência sobre os repasses feitos aos municípios e disse que vai requisitar de todos os prefeitos da área a lista completa dos equipamentos públicos repassados pela Nesa às prefeituras. A falta de transparência se verifica também nos monitoramentos obrigatórios que a empresa tem que fazer para os órgãos licenciadores.

“Nós vimos o peixe magro. Como o licenciamento ambiental até agora não constatou isso, que nós vimos com os próprios olhos. Os relatórios de monitoramento da Volta Grande não estão disponíveis no site do Ibama. Como a Norte Energia não informou ainda que os peixes estão morrendo de fome? Vamos dar um prazo curto para que esses relatórios sejam apresentados”, disse Deborah Duprat. A empresa tem também 24 horas para enviar os relatórios semestrais que estão atrasados. De acordo com as informações disponíveis nos sites do Ibama e da Funai, faltam ser disponibilizados o último relatório de monitoramento do Plano Básico Ambiental Geral e os últimos três documentos de monitoramento do Plano Básico Ambiental Componente Indígena.



Janete de Carvalho, da Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou que os relatórios semestrais não estão sendo entregues no prazo. Ela participou da vistoria e sendo a servidora pública que acompanhou mais de perto e por mais tempo o processo de instalação de Belo Monte, na qualidade de técnica e coordenadora do setor de licenciamento da autarquia indígena, relatou sua tristeza com o que encontrou na Volta Grande. “Foram verificados impactos não registrados no EIA ocorrendo num grau muito intenso, já desde 2015 e nos assusta muito chegar nas terras indígenas mais próximas de Belo Monte e constatar que nada mudou desde 2015. Pessoas que vivem em profunda dependência do rio tiveram suas vidas interrompidas. Está acabando a esperança das pessoas de viver. O que está acontecendo na Volta Grande eu sou testemunha ocular da gravidade do que se passou ali. Reconhecemos que houve uma melhoria da Nesa no relacionamento com as comunidades mas isso não resolve por si os problemas. É preciso requalificar esse empreendimento”.

O coordenador geral de licenciamento do Ibama, Régis Santana, agradeceu o convite e afirmou que o Ibama tem pouca equipe e está com o pessoal em uma vistoria nas usinas do Madeira onde também há problemas muito semelhantes. Diz não ter conhecimento sobre a constância na entrega de relatórios mas que o processo integral de licenciamento está disponível no sistema público do Ibama. Afirmou que a coordenação não tem pessoal suficiente para examinar todos os relatórios. Sobre a segurança de barragens, disse que a responsabilidade é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que é competente para fazer a outorga da água. “Se há omissão da Norte Energia na questão é a Aneel que precisa comunicar ao Ibama para eventual suspensão da licença de operação. Estamos à disposição para todas as instituições e para as comunidades. Sabemos que o processo de licenciamento tem problemas, mas existe um contexto de políticas públicas definidas em Brasília e não se pode colocar o Ibama e a Funai como réus”, disse.

A Procuradora Federal Deborah Duprat respondeu que Ibama e Funai não estavam na reunião como réus, mas que era preciso reconhecer que processos de licenciamento são dinâmicos e que problemas aparecem e precisam ser considerados. Ela encerrou a reunião ressaltando uma das



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

A Norte Energia tem um prazo de 24 horas para encaminhar ao MPF os relatórios de monitoramento do Plano Básico Ambiental e do Plano Básico Ambiental Indígena, que estão atrasados.

A empresa também tem 24 horas para enviar o plano de emergência da barragem de Belo Monte. Em dez dias, a Nesa deve enviar uma resposta sobre a realização de uma auditoria independente sobre suas práticas e programas na região do médio Xingu.

Instituições que participaram da Vistoria Interinstitucional na Volta Grande do Xingu nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2019

Ministério Público Federal

Ministério Público do Estado do Pará

Defensoria Pública da União

Defensoria Pública do Estado do Pará

Conselho Nacional de Direitos Humanos

Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas

Embaixada da Comunidade Europeia no Brasil

Universidade Federal do Pará

Fundação Nacional do Índio

Anexo IV – Artigo Científico – CONDIÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA DINÂMICA SAZONAL DE INUNDAÇÃO. A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA AQUÁTICO E MANUTENÇÃO DOS MODOS DE VIDA DOS POVOS DA VOLTA GRANDE DO XINGU

CONDIÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA DINÂMICA SAZONAL DE INUNDAÇÃO,
A CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA AQUÁTICO E MANUTENÇÃO DOS MODOS DE
VIDA DOS POVOS DA VOLTA
GRANDE DO XINGU

CONDITIONS FOR THE MAINTENANCE OF SEASONAL FLOOD DYNAMICS,
CONSERVATION OF THE AQUATIC ECOSYSTEM AND MAINTENANCE OF THE
MODES OF LIFE OF THE PEOPLE OF THE VOLTA GRANDE DO XINGU

Jansen Zuanon¹, André Oliveira Sawakuchi², Marcelo Camargo³, Ingo Wahnfried⁴, Leandro Sousa⁵, Alberto Akama⁶, Janice Muriel-Cunha⁷, Camila Ribas⁸, Fernando D'Horta⁹, Tatiana Pereira¹⁰, Priscila Lopes¹¹, Thais Mantovanelli¹², Tânia Stolze Lima¹³, Biviany Rojas Garzón¹⁴, Cristiane Carneiro¹⁵, Carolina Piwowarczyk Reis¹⁶, Gerônimo Rocha¹⁷, Ana Laura Pereira Santos¹⁸, Eder Mileno Silva De Paula¹⁹, Maria Grazia Pennino²⁰, Juarez Pezzuti²¹

Nós somos daqui, estamos falando da Volta Grande do Xingu. Nosso povo é da Volta Grande do Xingu. Daqui surgimos e aqui estamos. Aqui é nossa região. Nosso povo e a Volta Grande do Xingu merecem mais respeito.

Gilliard Juruna, cacique da aldeia Miratu

- 1 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. jzuanon3@gmail.com
2 Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. andreas@usp.br
3 Universidade de São Paulo. marcelo.andrademarcosta@gmail.com
4 Universidade Federal do Amazonas. iwahnfried@gmail.com
5 Universidade Federal do Pará. leandrosousa@gmail.com
6 Museu Paraense Emílio Goeldi. aakama@gmail.com
7 Universidade Federal do Pará. j.muriel.cunha@gmail.com
8 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. camilaribas@gmail.com
9 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. fernandomhorta@gmail.com
10 Universidade Federal do Pará. tatianasp@gmail.com
11 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. pmaccord@gmail.com
12 Instituto Socioambiental. thaismanto@socioambiental.org
13 Universidade Federal Fluminense. tania.stolze@gmail.com
14 Instituto Socioambiental. biviany@socioambiental.org
15 Ministério Público Federal. criskbio@yahoo.com.br
16 Instituto Socioambiental. carol@socioambiental.org
17 Hidrogeólogo. rocha.geroncio@gmail.com
18 Universidade Federal do Pará. ana-lauraps@hotmail.com
19 Universidade Federal do Pará. edermileno@ufpa.br
20 Instituto Español de Oceanografía de Vigo. graziapennino@yahoo.it
21 Universidade Federal do Pará. juarez.pezzuti@gmail.com

Resumo

A biodiversidade aquática e a elevada produtividade pesqueira da bacia amazônica se devem principalmente à dinâmica anual dos pulsos de inundação e às extensas áreas alagáveis. Alguns dos principais impactos da construção de barragens para geração de hidroeletricidade incidem precisamente nesta dinâmica hidrológica. A construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte interfere na dinâmica hidrológica da Volta Grande do Xingu (VGX) ao desviar a maior parte da vazão para fora desse trecho do rio. Com base em uma análise crítica da literatura sobre o impacto de barragens e de monitoramentos em campo, que vem sendo conduzidos tanto pelo empreendedor quanto por pesquisas independentes, verificamos que seriam necessários volumes de água substancialmente maiores do que o hidrograma proposto pela empresa e pela Agência Nacional de Águas (ANA), para não causar a total ruptura na conexão do rio com as planícies alagáveis, com efeitos negativos em cascata que comprometem, inclusive, a segurança alimentar em toda a VGX. A proposta de testar o hidrograma estabelecido pela empresa e ANA por seis anos, com uma drástica redução de vazão e perda da previsibilidade e regularidade do pulso anual de inundação, fere o Princípio Precaucionário, contraria o conhecimento ecológico acumulado sobre o tema e coloca em risco o ambiente, a biota e as populações humanas estabelecidas naquela região.

Palavras-chave: Volta Grande do Xingu, Juruna (Yudjá), Hidrograma de Consenso, Regras de operação, Belo Monte.

Abstract

The aquatic biodiversity and the high fish productivity of the Amazon basin are mainly due to the annual dynamics of the flood pulses and the extensive wetlands. Some of the main impacts of the construction of dams for the generation of hydroelectricity are related to the changes in hydrological dynamics. The construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant (HPP) interferes with the hydrological dynamics of the Volta Grande do Xingu (VGX) by diverting most of the flow out of that section of the river. Based on a critical review of the literature on the impacts of dams, as well as in direct field monitoring conducted by both the entrepreneur and our independent research, we found that water volumes substantially larger than those proposed by the company and the Brazilian National Agency of Waters (ANA) are necessary to avoid the loss of the connections between the river and its floodplains, which would result in negative cascade effects that would compromise food security throughout the VGX. The proposal to test the hydrogram established by the company and ANA for six years, with a drastic reduction of flow and loss of predictability and regularity of the annual flood pulse, violates the Precautionary Principle, runs counter to the accumulated ecological knowledge on the subject, and puts at risk the natural environment, its biota, and human populations established in that region.

Key-words: Volta Grande do Xingu. Juruna (Yudjá). Hidrograma de consenso, Operating rules. Belo Monte.

1. INTRODUÇÃO

O rio Xingu é o segundo maior tributário de águas claras da bacia amazônica e sua complexidade fisiográfica e ecológica no trecho da Volta Grande é surpreendente. Vertendo-se até encontrar a planície amazônica, pelas bordas rochosas do Planalto Central a uma altura de 90 metros, o rio é naturalmente desviado por sistemas de fraturas em rochas cristalinas, desenhando um grande arco de aproximadamente 130 quilômetros que SE divide em vários canais menores entremeados por numerosas ilhas, pedrais e bancos de areia.

“Um labirinto complicado de canais aquosos, corredeiras poderosas e cachoeiras” (SABAJ PÉREZ, 2015) — essa é uma boa descrição das características do rio Xingu, especialmente na Volta Grande. Isso faz da região uma teia complexa de habitats que dependem do ciclo hidrológico anual, o qual apresenta um índice de variação singular. Sabaj Pérez (2015) destacou que “em qualquer ano, o volume de água que entra na Volta Grande durante o mês mais seco é de apenas 4 a 7% do pico de fluxo, representando uma queda de cinco metros no nível do rio” (op. cit.). Em outras palavras, as diferenças na vazão entre o período mais chuvoso e mais seco é de cerca de vinte vezes, o que impõe uma forte sazonalidade, envolvendo pulsos de inundação e migrações da fauna aquática que adentram e em seguida abandonam as planícies aluviais para alimentação e reprodução. Em função dessa morfologia fluvial única e da dinâmica sazonal dos pulsos de inundação e vazão, muitos habitats ficam, durante a seca, isolados dos canais principais. Alguns desses ambientes sofrem grandes alterações limnológicas, podendo-se tornar 10°C mais quentes. Na cheia, quando o rio se expande novamente, seu corpo se torna bem integrado, com homogeneização química da água, submersão das corredeiras rochosas e dos canais menores e inundação da floresta aluvial. Do ponto de vista biológico, a variação cíclica da inundação representa a característica mais importante para a produção biológica do ecossistema da Volta Grande.

Suas águas banham uma grande heterogeneidade de habitats e mantêm níveis excepcionais de biodiversidade aquática e de endemismos. Recentemente, foram coletadas mais de 450 espécies de peixes de 48 famílias diferentes (SABAJ PÉREZ, 2015) nesse trecho do rio. Foram registradas, ainda, 63 espécies endêmicas à bacia do Xingu (WINEMILLER et al., 2016). Muitas estão na lista de animais ameaçados de extinção no Brasil (Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, 2016) e incluem 14 espécies com ocorrência na Volta Grande, dentre as quais se destacam *Hypancistrus zebra* (acari-zebra imperial); *Teleocichla centisquama* (jacundazinho da corredeira), e *Ossubtus xinguense* (pacu-capivara).

A Volta Grande do Xingu compreende quatro municípios do Estado do Pará - Altamira, Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. Nesse trecho, vivem cerca de mil famílias ribeirinhas e indígenas em comunidades localizadas em sítios ou ilhas, sendo que parte significativa delas são situadas nas margens do rio do Xingu. A região comporta quatro Terras Indígenas (TI): Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Trincheira-Bacajá e Arara do Km 22 (CHAVES, 2018). Assim, além da

heterogeneidade de habitats, a região é morada de uma diversidade de povos que são, em sua grande maioria, pescadores e grandes conhecedores das características do rio e dos hábitos da ictiofauna.

O povo Juruna (Yudjá), que habita a TI Paquiçamba, é um povo canoeiro e que possui uma diversidade de atividades produtivas, como o extrativismo vegetal de produtos não madeireiros, caça e pesca, sendo considerado povo coletor, pescador, caçador e agricultor. Grande parte do território tradicional dos Juruna (Yudjá) é composto por ilhas e o ambiente aquático a elas associado é fundamental para sua reprodução física e cultural, tendo em vista, entre outros aspectos, a estreita dependência da alimentação com peixes e quelônios, além da caça.

Os Arara são um povo habitante da TI Arara da Volta Grande do Xingu que também possuem profundas conexões com as dinâmicas sazonais do rio, além de manterem fortes e constantes relações inter-tribais e inter-étnicas com os Xikrin, Arara do Cachoeira Seca e Juruna (Yudjá). A atividade comercial é recorrente e faz parte de seu cotidiano, especialmente com o comércio de Altamira, Ressaca, Ilha da Fazenda (comunidades ribeirinhas da Volta Grande). Navegadores tradicionais do Xingu, também praticam a pesca comercial em remansos do rio Bacajá. A caça, principalmente nas ilhas, é uma atividade de subsistência quase tão importante quanto a pesca e o extrativismo mais proeminente é o da coleta da castanha (FUNAI, 2009).

Além dos grupos indígenas, a Volta Grande comporta diversas famílias ribeirinhas em ilhas como a Ilha da Fazenda e agricultores e pescadores que habitam a Vila da Ressaca, que está sobre um Projeto de Assentamento (PA) do Inera, o PA Ressaca, cujas terras foram arrecadadas no ano de 1982. Muitos maranhenses vivem hoje nas comunidades da Volta Grande, uma delas inclusive chamada de *Maranhenses*. A história de ocupação da região por esses coletivos, remete há cerca de 40 anos, estando relacionada a atividades de garimpos artesanais impulsionadas pela abertura da Transamazônica na década de 1970 (CHAVES, 2018).

As populações ribeirinhas da região têm a pesca como atividade central da segurança alimentar das famílias e, além dela, praticam a pequena agricultura, coleta de castanha, fruticultura, caça, dentre outras atividades, que são realizadas sobretudo com emprego de mão de obra familiar, havendo a comercialização do excedente produzido em comunidades maiores ou em cidades como Altamira.

É nesta região de excepcional diversidade socioambiental que desde 2011 está sendo instalada a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, cuja Área Diretamente Afetada (ADA) envolve dois reservatórios, duas barragens, um canal de derivação e o Trecho de Vazão Reduzida (TVR) que corresponde a 100 dos 130 quilômetros da Volta Grande do rio Xingu. Para poder operar, a usina foi construída sob a lógica de engenharia que irá manter a Volta Grande do Xingu como TVR, submetida a uma redução de até 80% da vazão de água, desviada para operar as turbinas da casa de força principal. Essa redução, determinada pelo que se definiu como **hidrograma de consenso (HC)**, trará uma série de impactos, em parte já prognosticados, que poderão inviabilizar a vida como a conhecemos na região.

Assim, o objetivo deste artigo é qualificar o debate técnico sobre a vazão residual que deve ser liberada pela usina para garantir o nível e a qualidade de água suficientes para a manutenção dos ciclos

ecológicos, da biodiversidade e endemismos, e do modo de vida de povos indígenas e ribeirinhos que vivem na Volta Grande do Xingu.

A proposição defendida é que os volumes e a periodicidade de liberação da água para a Volta Grande do Xingu devem levar em consideração necessariamente os conhecimentos tradicionais das comunidades locais bem como análises derivadas de pesquisas científicas. Assim, este artigo se estrutura a partir da exposição de dados e análises do monitoramento independente feito pelos Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba e de análises específicas da comunidade científica de especialistas das áreas de ictiofauna, quelônios, avifauna, qualidade da água, antropologia, geografia, geologia e hidrologia, elencando, em cada eixo temático, recomendações objetivas para a revisão da proposta de hidrograma vigente no licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

2. MÉTODOS

2.1. HIDROGRAMA DE CONSENSO - DEFINIÇÃO E PREVISÃO NORMATIVA

A concepção de engenharia da usina de Belo Monte tem como base operacional uma geração de energia a fio d'água, ou seja, a quantidade de turbinas em funcionamento dependerá basicamente das vazões naturais afluentes à casa de força, uma vez que o reservatório tem capacidade reduzida de acumulação (Figura 1).

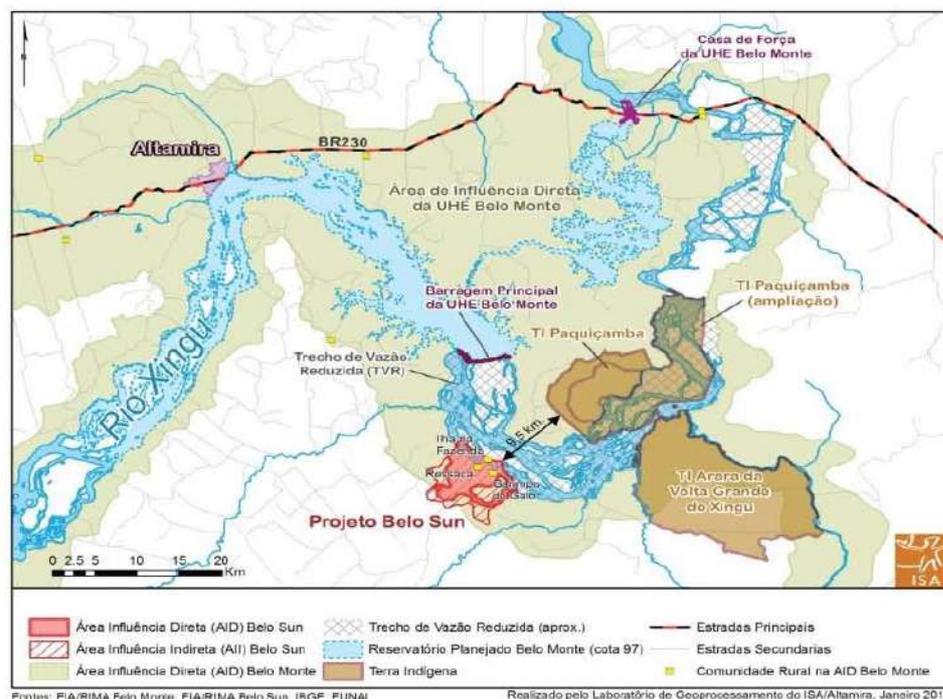


Figura 1: Localização da Volta Grande do Xingu (VGX) e da UHE Belo Monte

Desde novembro de 2015, o rio Xingu foi definitivamente barrado e o fluxo de vazão das águas passou a ser controlado pela Norte Energia, empresa concessionária da UHE Belo Monte. Na medida em que as turbinas vão sendo instaladas, mais água passa a ser desviada para o canal de

derivação e segue para o reservatório intermediário. Dali, o fluxo vai para a barragem principal onde fica a maior parte das turbinas e é gerada a maior parte da energia.

A UHE Belo Monte iniciou sua operação comercial em abril de 2016, com apenas oito turbinas instaladas das 18 planejadas para a instalação da sua capacidade máxima de 11.233,1 MW. A quantidade média planejada de geração de energia, ou energia firme, é de 4.571 MW. Em dezembro de 2018, a UHE Belo Monte alcançou um total de 7.566,3 MW de potência instalada. Segundo o cronograma de construção da usina, a instalação da última turbina será em dezembro de 2019.

A partir daí a maior parte da descarga (fluxo de vazão) do Xingu passará a ser desviada da região da Volta Grande, restando nela uma vazão residual controlada pela concessionária da barragem. Entre as duas Terras Indígenas pela qual o rio passa nesse trecho, a diminuição da vazão natural chegará a ser de até 80% em relação à vazão natural histórica do rio.

Desde 2015, portanto, a quantidade, velocidade e nível da água na região da Volta Grande não decorrem mais do fluxo natural do Xingu, mas dependem da operadora da UHE Belo Monte. Nesse sentido, o licenciamento ambiental determinou, como condição *sine qua non* para a instalação do empreendimento, que a concessionária fosse obrigada a garantir a passagem de uma vazão mínima de água para a região da Volta Grande do Xingu. A definição dessa vazão precisaria ser capaz de garantir as condições de continuidade da vida aquática e permitir a manutenção dos modos de vida das comunidades humanas que dela dependem.

Assim, com o intuito de seguir a exigência do licenciamento, a concessionária apresentou uma proposta de volumes de vazão como medida de mitigação para os efeitos adversos decorrentes da extrema redução no TVR, o que foi chamado de **hidrograma de consenso (HC)**. Seu objetivo é reproduzir artificialmente o pulso sazonal de cheias e secas que caracteriza as vazões naturais do rio Xingu. Trata-se de um esquema hidrológico que tem como princípio lógico a definição de quantidades mínimas de água que devem correr pela Volta Grande para garantir a manutenção dos processos ecológicos, a sustentabilidade socioambiental da região e a viabilidade dos modos de vida e navegação de seus povos enquanto assegura também a geração de energia da usina.

A proposta de hidrograma atualmente vigente tem sua origem no Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Segundo a Eletronorte, empresa que realizou os primeiros estudos para aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu em Belo Monte, “o hidrograma ecológico proposto é fruto de um compromisso, ou *trade-off*, entre dois usos conflitantes”²⁰.

É por essa ideia de conciliação de usos que a Eletronorte justifica a designação da proposta como hidrograma “de consenso”. Contudo, esse termo transmite a falsa impressão de que se trata do resultado de um acordo entre os atores que disputam usos excludentes dos recursos hídricos do rio Xingu, quando, na verdade, fala-se de uma definição feita entre a concessionária e o governo para garantir que a hidrelétrica tenha uma vazão suficiente para a produção mínima de 40% da capacidade instalada de geração de energia.

²⁰ BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas. Gerência de Regulação de Uso. Nota Técnica n° 129/2009/GEREG/SOF-ANA. Brasília, 2009.

Em outubro de 2009, a Agência Nacional de Águas (ANA) aprovou a proposta de hidrograma apresentada pela Eletronorte por meio da Resolução nº 740/2009 (BRASIL, 2009). Segundo a ANA, o plano apresentado à época conciliava minimamente três condições de sustentabilidade ecológica e social: 1. a garantia da navegabilidade do trecho, 2. o alagamento anual das áreas de pedrais e, 3. a cada dois anos, o alagamento das planícies de floresta aluvial. Assim, o hidrograma foi definido sobre três premissas:

1. É minimamente necessária uma vazão de **700 metros cúbicos por segundo (m³/s)** durante os meses de seca, para garantir as condições de navegabilidade do trecho da Volta Grande;
2. É minimamente necessária uma vazão de **4.000 m³/s** durante a época da enchente, para garantir o alagamento de pedrais pelo menos **uma vez por ano**;
3. É minimamente necessária uma vazão de **8.000 m³/s** durante os meses de cheia, para garantir o alagamento de parte das planícies de floresta aluvial pelo menos **uma vez a cada dois anos**.

As demais vazões definidas para o hidrograma foram estabelecidas a partir desses valores e com médias mensais de volumes mínimos de água de forma a permitir uma transição dos períodos de seca e cheia. Com isso, a implementação da proposta do HC consiste na alternância de dois planos para a época de cheia anual do rio Xingu: o **hidrograma A**, que garante minimamente uma vazão média mensal de **4.000 m³/s** no mês de abril, e o **hidrograma B**, que deve assegurar uma vazão média mensal de no mínimo **8.000 m³/s** no mês de abril. O rodízio dos dois esquemas é feito de forma anual, como indicado na Tabela 1.

Tabela 1. Vazões médias no Trecho de Vazão Reduzida (TVR), em m³/s.

Hidrograma	H	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	an	ev	ar	br	ai	un	ul	go	et	ut	ov	ez	
A	100	600	500	000	800	200	000	00	50	00	00	800	900
B	100	600	000	000	000	000	200	00	90	700	700	800	900

Fonte: Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas. Resolução nº 740, de 06 de outubro de 2009. Anexo III.

Essa distribuição do volume de vazão anual entre a usina e a Volta Grande pretende se sustentar com base no argumento de que a região e seus habitantes poderiam passar por um ano de estresse severo durante a época da cheia, recebendo minimamente 4.000 m³/s, desde que no ano seguinte fosse liberada uma vazão de 8.000 m³/s, que se presume suficiente para recuperar os danos do ano anterior e garantir a reprodução das funções ecológicas da época da cheia.

No hidrograma aprovado pela ANA, variáveis importantes para garantir a sustentabilidade socioambiental da região foram ignoradas. Nele, apenas é considerada a variável da vazão média mensal, indispensável para quantificar a geração de energia, mas praticamente inútil para garantir as condições ambientais necessárias à sobrevivência de espécies de fauna e flora na região, bem como

para a manutenção dos modos de vida de indígenas e ribeirinhos. Assim, o nível de água, a velocidade, o tempo e o ritmo das cheias e vazantes foram totalmente desconsiderados nessa proposta.

Não existe certeza sobre os impactos socioambientais decorrentes da possibilidade de implementação do HC (PEZZUTI, 2018). Não há qualquer estudo demonstrando a extensão ou a proporção de pedrais e florestas aluviais que serão de fato alagados com os respectivos hidrogramas A e B. Não há, ainda, qualquer estudo específico do EIA-Rima, ou posterior ao mesmo, que indique ou demonstre que a manutenção de médias mensais de 4.000 m³/s e de 8.000 m³/s apenas no mês de abril, durante o período chuvoso (“inverno”), vão garantir a vigência dos processos ecológicos associados aos pulsos anuais de inundação na Volta Grande. Em outras palavras, não há nenhum estudo ou evidência de que os hidrogramas vão possibilitar as migrações tróficas e reprodutivas da fauna aquática para as áreas inundáveis, nem tampouco a manutenção dos padrões e processos ecológicos que caracterizam as comunidades dos ambientes aluviais.

O próprio EIA-Rima, no Prognóstico Global, aponta que seriam necessários pelo menos 15.000 m³/s para que ocorra um pulso de inundação expressivo, e que precisaria, ainda, ser mantido por pelo menos três meses durante o ano. A princípio, com o rio Xingu atingindo essa descarga de água, tanto em termos de volume de vazão quanto de tempo de inundação, os processos ecológicos seriam assegurados (vide informações nos tópicos subsequentes). Nesse cenário, seria garantido também que a fauna aquática realizasse suas migrações laterais anuais, reproduzindo-se e alimentando-se nas planícies inundadas, bem como que ocorresse a dispersão de sementes e a regeneração das plantas que compõem esses ambientes.

Importante ressaltar que duas análises prévias ao atestado de viabilidade da usina feitas pela equipe técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apontaram a insustentabilidade do HC em termos biológicos e socioeconômicos. No parecer técnico n° 114/2009 (BRASIL, 2009), o órgão foi explícito ao afirmar que o hidrograma não deveria ser considerado uma medida adequada de mitigação para a redução de vazão, pois colocava as espécies da fauna e flora seriamente em risco de extinção, bem como ameaçava a permanência de povos indígenas e ribeirinhos na região.

Dentre os destaques de análise técnica está o da reprodução de quelônios, cuja alimentação e reprodução necessitam de vazões mínimas de 13.000 m³/s durante os meses de cheia do rio:

Conforme o EIA, a área do TVR é dita como a que sofrerá o maior impacto negativo, principalmente sobre *P. unifilis* [tracajá], sendo que o hidrograma proposto deverá levar em conta em sua avaliação a viabilidade do alagamento para a entrada dos animais nos igapós, para alimentação. Atualmente a vazão que permite essa entrada é de, em média, 13.000 m³/s, nos meses entre janeiro e fevereiro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer técnico n° 114/2009. Brasília, 2009, p. 337).

O EIA-Rima também apontou que, sem a vazão média de 13.000 m³/s, os quelônios aquáticos não poderão acessar as áreas de alimentação para onde sazonalmente se deslocam em busca de frutos, sementes, folhas e talos, entre outros recursos alimentares disponíveis nos igapós. No parecer também é observado que a vazão de 700 m³/s não garantiria a navegabilidade do rio durante a estiagem, sendo que a definição atenderia exclusivamente à necessidade da usina de garantir 300 m³/s no canal de derivação e no reservatório intermediário da usina, que é o mínimo para manter a oxigenação e a qualidade da água. Na parte conclusiva do parecer técnico, o órgão ambiental é claro ao afirmar que o hidrograma apresentado pelo empreendedor está assentado em incertezas e que, para a vazão de cheia de 4.000 m³/s (hidrograma A), a reprodução de alguns grupos animais é inviável. Um segundo parecer técnico de análise sobre as complementações ao EIA-Rima feitas pela Eletrobrás, publicado em janeiro de 2010 pelo Ibama, declara quanto à proposta de vazão do hidrograma A que:

Para vazões da ordem de 4.000 m³/s, aproximadamente 1/3 dos pedrais situados no terço inferior do TVR ficam expostos e não há a conectividade das planícies aluviais com o rio Xingu. A falta de inundação e do pulso hidrológico acarretará a sucessão das espécies de várzea para espécies de terra firme em longo prazo, em função da perda do ciclo fenológico da floresta aluvial (floração e frutificação). Associada a isso, ocorrerá a diminuição do sucesso reprodutivo da ictiofauna dependente dos pedrais (28% da riqueza de espécies da Volta Grande) e a drástica diminuição ou até desaparecimento daquela que depende das planícies de inundação (67% da riqueza de espécies da Volta Grande). Do ponto de vista, pesqueiro poderá ocorrer sobrepesca devido ao aumento da capturabilidade dos peixes (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer técnico n° 06. Brasília, 2010, p. 7, grifo nosso).

Considerando o hidrograma B, o parecer aponta também que o valor mínimo de 8.000 m³/s representará um importante estresse ao ecossistema. No histórico de vazões do rio Xingu, não foi encontrada, nos 77 anos de registros (Resolução ANA n° 740/2009), vazão mensal de cheia para o mês de abril inferior a 9.564 m³/s (20% maior que 8.000 m³/s).

No que diz respeito ao sincronismo dos pulsos de alagamentos e a intrínseca relação com a manutenção da ictiofauna, o parecer n° 06 (BRASIL, 2010) remete-se às complementações do EIA-Rima que evidenciam que a perda de áreas alagadas com a redução de vazão acarretará a diminuição de abundâncias de espécies de peixes e gerará alteração do recrutamento da maioria das espécies que dependem da cheia:

Considerando as mudanças no regime hidrológico e a perda de áreas de inundação, que deverão ocorrer a partir da instalação do empreendimento hidrelétrico, parece evidente que as espécies de peixes

que utilizam a planície de inundação durante a enchente, deverão sofrer o maior impacto, implicando na diminuição de abundâncias. A falta do pulso de inundação ou a diminuição da amplitude do mesmo deverá determinar pelo menos a diminuição dos cardumes de peixes que utilizam essas áreas para reprodução, alimentação e berçário (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer técnico nº06. Brasília, 2010, p. 7, grifo nosso).

Por fim, o parecer atesta:

A proposta do hidrograma de consenso, devido à existência de anos com vazões de cheia inferiores a 8.000 m³/s, não apresenta segurança quanto à manutenção do ecossistema para o recrutamento da maioria das espécies dependentes do pulso de inundação, o que poderá acarretar severos impactos negativos, inclusive o comprometimento da alimentação e do modo de vida das populações da Volta Grande. Considera-se que, apesar de todo o esforço realizado no Estudo de Impacto Ambiental em prever com segurança os impactos que ocorrerão com a implantação do empreendimento, somente o efetivo monitoramento poderá detectar e quantificar a magnitude destes impactos. Com base nas informações hoje disponíveis, esta equipe considera necessária a afluência da vazão média mensal, no mês de abril, de pelo menos 8.000 m³/s no Trecho de Vazão Reduzida e, portanto, a não aceitação do hidrograma A e do hidrograma de consenso (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer técnico nº06. Brasília, 2010, p. 8 e 9, grifo nosso).

Assim, os dois pareceres técnicos do Ibama que antecederam a primeira licença ambiental da usina são taxativos em não aceitar o hidrograma de consenso, já que informações colecionadas no EIA-Rima demonstraram de forma suficiente que a proposta é inviável para assegurar a ecologia e a manutenção da vida na região da Volta Grande. Ou seja, a análise técnica do Ibama conclui por não assegurar a viabilidade da usina com base no hidrograma de consenso proposto.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão licenciador interveniente da UHE Belo Monte, também manifestou apontamentos em parecer técnico nº 21/2009 (BRASIL, 2009) de análise do EIA-Rima do Componente Indígena. O órgão atestou que o hidrograma proposto precisaria “garantir as condições adequadas para a manutenção do modo de vida dos Juruna (Yudjá) e Arara e sua reprodução física e cultural, intimamente relacionada com a sazonalidade do rio Xingu” (2009, p. 90).

Ao analisar as implicações do hidrograma nas TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande, a FUNAI apontou que se o hidrograma proposto não fosse suficiente para garantir a reprodução adequada das principais espécies de peixes e de fauna aquática importantes para esses povos, incluindo também o transporte fluvial até Altamira, seria possível a inauguração de uma situação

indesejada e temerária de mudança desses grupos familiares da região de suas ocupações tradicionais para outras localidades, figurando uma forma de deslocamento forçado por conta da precarização das condições de vida na região da Volta Grande.

Sobre os Arara, há um apontamento diretamente relacionado às relações intertribais e interétnicas dos Arara, com destaque para as comerciais, matrimoniais e de atendimento à saúde com os Xikrin e relações de parentesco com os Arara de Cachoeira Seca e os Juruna do Paquiçamba. O impedimento de navegação nas rotas tradicionais, seja para comercializarem sua produção e viabilizarem seu atendimento à saúde em Altamira, seja para pescar e caçar entre as ilhas, seja para pescarem na foz do Bacajá ou para pescarem os peixes ornamentais nos pedrais interromperia também uma relação mítica com o rio já que essas rotas levam em consideração não apenas os melhores canais do rio, mas também a existência de seres sobrenaturais e mitológicos que habitam determinados trechos do rio. Assim, a FUNAI apontou que a vazão reduzida do Xingu poderia comprometer de forma significativa a navegação e a manutenção dos laços familiares, comerciais, míticos e políticos que os Arara estabelecem por meio do rio Xingu (Fundação Nacional do Índio, 2009, p. 49).

Diante das incertezas científicas suscitadas pelo EIA-RIMA, a FUNAI questionou os fundamentos de embasamento do hidrograma e concluiu que:

De fato, o hidrograma ecológico da vazão reduzida na Volta Grande do Xingu, que prevê vazões mínimas intercaladas anualmente de 4.000 e 8.000 m³/s, está relacionado com a viabilidade econômica do empreendimento. [...] No entanto, nossa preocupação é quanto aos fundamentos biológicos e ecológicos do hidrograma no que diz respeito a **manutenção das populações de peixes, o que representa um grande risco para a própria sobrevivência física e cultural dos povos indígenas daquela região.** (FUNAI 2009, p. 92)

Apesar do explícito ateste técnico sobre a inviabilidade do HC e contrariando os pareceres técnicos dos analistas, a presidência do Ibama assinou a Licença Prévia do empreendimento em fevereiro de 2010, subordinada ao atendimento de 40 condicionantes.

A primeira dessas condicionantes convertia todas as dúvidas e ressalvas dos técnicos em relação ao HC em uma tácita autorização para colocá-lo em prática sob caráter de testes, de modo a monitorar as consequências de sua implementação sobre a biodiversidade e qualidade de vida de indígenas e ribeirinhos durante seis anos depois de instalada a capacidade plena da usina, ou seja, entre 2020 e 2026.

A condicionante estabelecida pela presidência do Ibama referente a esse aspecto, consiste basicamente em três diretrizes:

1. O **hidrograma de consenso deverá ser testado** após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal, prevista para dezembro de 2019. Os testes deverão ocorrer **durante seis anos** acompanhados de um **“robusto plano de monitoramento”**;

2. A identificação de importantes impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande poderá suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação da Licença de Operação;

3. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR minimamente o hidrograma B proposto no EIA-Rima. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.

A Licença de Instalação, autorizada em 2011, reproduziu a condicionante da Licença Prévia, mas subordinou a alteração do hidrograma à “identificação de impactos não prognosticados nos estudos de impacto ambiental”. Finalmente, a condicionante reproduzida na Licença de Operação, obtida pela concessionária em 2015, limita-se a incluir a prerrogativa de que as vazões da Volta Grande do Xingu devam ser sempre controladas “com o objetivo de mitigar impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande”.

Entretanto, a maneira como a água será liberada para a Volta Grande não foi prevista em nenhuma das regulamentações. Não foi, até então, estipulada nenhuma regra de operação diária e controle da vazão, o que tem permitido que o Operador Nacional do Sistema libere grandes volumes de água de uma só vez, ocasionando enchentes e insegurança em todos os moradores da Volta Grande.

Desde que a UHE Belo Monte entrou em operação, a quantidade de água liberada pela barragem de Pimental tem variado diariamente, fenômeno descrito pelos Juruna (Yudjá) como “rio que virou maré”. Essa imprevisibilidade no nível do rio, regulado pelo fechamento das comportas, tem se configurado em armadilhas diárias para a fauna aquática, que adentra as áreas recém alagadas em resposta a um instinto inato de reprodução e alimentação e logo depois morre aprisionada nos ambientes secos. Essa situação é narrada por seu Agostinho Juruna: “Os peixes estão perdidos. As curimatás perderam a sua ciência. Os peixes não sabem mais onde desovar. Eles perderam os locais da desova. Os peixes estão pedindo socorro”.

Diversos relatos de moradores da Volta Grande do Xingu em 2018 têm apontado que os peixes ficam presos em poças d’água e morrem. Apesar dos informes diários sobre a vazão emitidos pela empresa, por rádio ou telefone, o número da volumetria repassado aos moradores não se traduz, na prática, no nível de água que chega em cada localidade, não sendo assim uma informação útil e orientadora aos moradores.

Pelas razões acima apontadas, entende-se urgente e necessário estipular a revisão de critérios para se definir a vazão que deve ser mantida na Volta Grande do Xingu, tanto em relação ao volume quanto à periodicidade. Alternativas devem ser estudadas a partir do conhecimento científico disponível e integrado ao conhecimento local dos povos indígenas e ribeirinhos.

2.2 MONITORAMENTO INDEPENDENTE DOS JURUNA (YUDJÁ)

O rio sob a ótica do povo Juruna (Yudjá)

Além da riqueza biológica única, a Volta Grande do Xingu também abriga um patrimônio étnico-cultural de valor inestimável. A região do baixo e do médio rio Xingu, incluindo a bacia do rio

Irirí, é o berço de uma civilização de povos canoieiros e produtores de cervejas de milho e mandioca. São falantes de línguas tupi da família Juruna, termo que também serve como etnônimo de um desses povos, cuja autodenominação é Yudjá — um termo que se associa ao fato de ter sido no rio Xingu que seu Criador os ergueu e os trouxe à existência. Tratava-se de uma civilização multiétnica, guerreira, dotada de um forte senso de sua diferença em relação aos povos indígenas da floresta, com os quais mantinham importantes relações de guerra e aliança, como é o caso dos Curuaya e Arara, que terminaram por se estabelecer nos territórios ribeirinhos do Xingu durante o século XIX.

Ciosos de sua condição de habitantes do rio, os Juruna erguiam suas aldeias preferencialmente nas ilhas do Xingu. Ignora-se o que aconteceu ao povo ou povos da família Juruna que habitavam o baixo Xingu no século XVII quando se deu, a partir de 1625, a invasão desse trecho do rio com a caça de escravos pelos europeus. As grandes cachoeiras existentes na porção jusante da Volta Grande do Xingu limitavam ao norte o território dos Yudjá, e foram uma barreira contra a conquista até pelo menos meados do século XIX, quando foram feitas as primeiras estradas (COUDREAU 1977).

A economia da borracha, contudo, foi arrasadora para esses povos canoieiros. Os Arupaya e os Peapaya, além de outros cujos nomes nem aparecem nos registros históricos, foram extintos, e apenas os Juruna e os Xipaya sobreviveram. Por ocasião da expedição do Conde Bismarck ao médio Xingu, em 1842, estimou-se que o povo Juruna, vivendo em liberdade, somava 2.000 pessoas (ADALBERTO, 1977). Entretanto, eram apenas 52 pessoas em estimativa de 1916 feita por Nimuendaju (1993).

Em 1916, o povo Juruna já se achava dividido entre dois grupos, pois uma parte deles havia fugido da Volta Grande alguns anos antes para estabelecer-se na região da foz do rio Fresco. Ali tornaram-se servos de um coronel da borracha, de onde acabaram fugindo novamente para o alto curso do rio, onde vivem até hoje. A outra parte permaneceu na Volta Grande. Nimuendaju (1993) detalha que se tratava da família do tuxaua Muratu, composta por cerca de doze pessoas protegidas pela cachoeira Jericoá (NIMUENDAJU, 1993, p. 151). Essas pessoas são as ascendentes dos Juruna que hoje vivem na Volta Grande do Xingu e que “seguram seu território tradicional”.

Na Volta Grande do Xingu, atualmente estão localizadas as Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande, dos povos Juruna (Yudjá) e Arara, e diversas comunidades ribeirinhas nas quais moram famílias que se consideram ou são consideradas indígenas. Os Juruna (Yudjá), como muitos outros povos amazônicos, consecutivamente a trágicas perdas territoriais e demográficas, souberam articular ao seu regime semiótico-material tradicional uma série de relações comerciais baseadas no extrativismo de produtos sazonais, como a castanha e a seringa.

Um aspecto pouco conhecido da história dos Juruna (Yudjá) diz respeito à sua experiência coletiva e pessoal traumática relacionada à exploração da borracha e ao crescimento do núcleo urbano de Altamira, possivelmente intensificado por toda a pressão territorial que se seguiu à abertura da Transamazônica nos anos 1970. Ao longo do século passado, a discriminação bastante peremptória por parte das pessoas de distintas categorias sociais que invadiram suas ilhas, rios e florestas pode ser imaginada com base no senso de “perda da cultura” que afetou os Juruna (Yudjá). Foram no mesmo

golpe afetados pela necessidade premente de se “espalhar”, isto é, de praticar o casamento com não-indígenas, fazendo-se parentesco junto a comunidades em que era, e é ainda, importante o contraste entre índio e não-índio, possibilitando assim que o sangue se tornasse um dos idiomas críticos do pertencimento étnico.

O sangue não é, porém, o único idioma que rege o pertencimento étnico desse povo, nem opera de modo absoluto. Ele coexiste com o surgimento dos Juruna (Yudjá) na Volta Grande do rio Xingu, seu consequente senso de pertencimento ao rio e sua autodefinição como “donos” desse rio. O rio Xingu é, com efeito, a grande coordenada cosmo-prática do povo Juruna como uma *humanidade* singular, é uma humanidade nos termos desta cultura. “O rio sempre foi nossa identidade”, “a gente fala que o nosso costume é o rio, mas a gente não é ouvido”, “somos parecidos com os peixes”, são exemplos de enunciados que falam por si só.

O monitoramento Juruna (Yudjá)

O monitoramento independente realizado pelos Juruna (Yudjá) desde 2013, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto Socioambiental (ISA), tem sido uma importante ferramenta de registro dos impactos na Volta Grande do Xingu, com foco em monitorar o rendimento das pescarias e as mudanças no modo de vida das famílias na aldeia Miratu (PEZZUTI et al 2018).

Para o monitoramento da pesca foi definida a metodologia de registro de desembarque pesqueiro por meio da utilização de formulários (Anexo 1), nos quais foram feitos os registros diários da atividade pesqueira - volume pescado, esforço de pesca, artefatos de pesca e áreas em que a atividade é realizada. Com relação ao monitoramento do consumo alimentar, seis pesquisadores Juruna (Yudjá) pesaram o alimento consumido nas unidades familiares da aldeia ao longo de um dia de cada semana. Nesse dia, todo o alimento foi categorizado e pesado com auxílio de pequenas balanças com capacidade para 5 kg. As informações coletadas a cada refeição incluem horário, número de pessoas e quantidade de cada tipo de alimento, como carne de gado, enlatado, peixe ou caça.

A partir das análises dos dados coletados pelos monitores indígenas, foram apontadas conclusões decorrentes das mudanças ecológicas nas espécies capturadas e no modo de vida dos indígenas diante das alterações do pulso do rio.

A primeira é a constatação da interdependência e sincronismo entre o pulso de inundação das florestas aluviais e a produtividade das pescarias. Ao longo dos anos, foi comprovado que os maiores rendimentos das pescarias ocorreram sempre no início da enchente e da vazante do rio, sendo que 49% do pescado capturado nesses períodos é representado pela pesca de pacus.

O período de cheia inicia-se no final do mês de novembro com o alagamento dos sarobais e, em janeiro, são os igapós que começam a alagar, até que em fevereiro ambos ambientes já se encontram alagados em sua quase totalidade. Esse é o período em que as tracajás e os peixes começam a entrar na floresta aluvial alagada para se alimentarem e garantirem condições de reserva energética para desova na piracema, período de reprodução dos peixes. A importância da cheia decorre da necessidade do alagamento dos ambientes como os sarobais, que abrigam vegetação que fornece alimento para os peixes e tracajás.

Após o barramento definitivo do rio, em novembro de 2015, os volumes das vazões de água da Volta Grande foram alterados. Em 2016, o Xingu apresentou padrão atípico, com enchente expressivamente menor em comparação com a série histórica para o período, apresentando um pico de vazão de aproximadamente 10 mil m³/s, quando a média da máxima histórica é de 23 mil m³/s. Esse volume, que é maior do que prevê o melhor cenário do hidrograma de consenso, foi responsável por uma grande mortalidade de peixes no período reprodutivo, caracterizando o que foi chamado de “ano do fim do mundo” pelos Juruna (Yudjá).

A grande mortalidade de peixes tem relação com a interrupção do fluxo migratório e a indisponibilidade de áreas para alimentação e desova. Os frutos passaram a “cair no seco” em locais que deixaram de ser alagados com a vazão diminuída do fluxo das águas, o que impossibilitou a alimentação e reprodução das espécies.

Uma importante constatação do monitoramento é que a ausência do alagamento de áreas para alimentação fez com que os quelônios e algumas espécies de peixes não conseguissem desenvolver seus ovos para a temporada reprodutiva de 2016 e muitos foram encontrados magros ou mortos. As curimatás (*Prochilodus nigricans*), por exemplo, foram capturadas com ovas secas (ovários atresícos).

Segundo o monitoramento, os pacus são os peixes mais impactados, já que também dependem da alimentação nas áreas alagadas durante a cheia. As análises das espécies capturadas mostraram alterações no tamanho e na condição nutricional dos peixes. Segundo Agostinho Juruna, “entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, os pacus que pescamos estavam magros e doentes, lisos por fora, ninguém comeu esses peixes com medo de ficarmos doentes também”.

Os peixes ornamentais também vêm sofrendo impactos decorrentes da alteração nas vazões. O acari-zebra (*Hypancistrus zebra*), uma das espécies endêmicas do Xingu, corre risco de extinção por ser altamente sensível a mudanças na temperatura da água e na qualidade do ambiente.

Dentre os impactos no modo de vida dos Juruna (Yudjá) ressaltam-se os ligados ao modo de pesca e consumo alimentar. Os artefatos de pesca tradicionalmente usados pelos indígenas são linha de mão, caniço e tarrafa, sendo os dois primeiros associados à captura de peixes frugívoros, como as espécies de pacu, e o terceiro à captura das espécies de acaris, feita nos pedrais durante o verão. A malhadeira é um artefato que apenas recentemente tem sido incorporado à atividade pesqueira, o que se relaciona aos impactos do barramento do Xingu e às mudanças no regime de vazão.

O monitoramento alimentar acompanhou, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2017, um total de 675 refeições entre as famílias da aldeia Miratu. Os dados apontam que entre 2014 e 2015 o peixe constituiu a principal fonte de proteína animal consumida, mas esse quadro se alterou nos anos de 2016 e 2017, quando os produtos provenientes da cidade se tornaram preponderantes na dieta das famílias. Houve uma drástica diminuição no consumo de peixes a partir de 2016, resultado diretamente relacionado ao barramento do rio. Como a vazão liberada não foi suficiente para alagar as ilhas e sarobais, os peixes não se alimentaram e ficaram magros demais, impossibilitando seu consumo. Isso, por sua vez, elevou o consumo de produtos industrializados oriundos da cidade, como frango, carnes processadas e enlatados.

Esse impacto é central na renda das famílias, que hoje arcam com gastos que não eram previstos, uma vez que, antes do barramento, sua principal fonte de alimentação vinha do rio. Isso gerou impactos profundos na segurança alimentar e econômica dos indígenas.

Os dados referentes aos pacus demonstram um dos muitos processos ecológicos que estão ameaçados com o hidrograma proposto. Como mostra o monitoramento independente dos Juruna (Yudjá), nem a maior vazão no mês de abril do hidrograma B será suficiente para o acesso dos animais às áreas de alimentação na floresta aluvial. A inauguração do hidrograma, prevista para o final de 2019, acarreta em um drástico prenúncio de mortandade e redução de indivíduos de diversas espécies de peixes.

Os Juruna (Yudjá) percebem e atestam essas previsões, como Gelson Juruna, da aldeia Miratu, afirmou em 2017: “Se isso acontecer do jeito que está apresentado, os pacus, as curimatás e as tracajás vão desaparecer, vão acabar. Além disso, se formos viver só o verão o ano todo [época da seca], apenas os acaris vão ser pescados. Se todo mundo só pescar acari, ele também pode desaparecer”.

O processo reprodutivo dos peixes está diretamente relacionado com os pulsos de inundação e com o tempo de alagamento de determinadas áreas. Para que o processo reprodutivo seja completado com sucesso, é necessário um período de pelo menos três meses de inundação, o tempo mínimo necessário para o desenvolvimento das larvas e formação dos alevinos. Mesmo que um rápido pulso de 8.000 m³/s permita o alagamento de uma parte dos pedrais e florestas aluviais, isso de nada adiantaria para garantir o sucesso da reprodução dos peixes.

Levando em conta que o modo de vida dos Juruna (Yudjá), assim como a ecologia dos peixes, está diretamente vinculado à dinâmica de inundação e à vazão do Xingu, as alterações desencadeadas pela proposta do hidrograma de consenso vão gerar transformações negativas que colocarão em risco seu modo de vida.

Além do monitoramento do desembarque pesqueiro e do consumo alimentar na aldeia, em março de 2019 os Juruna (Yudjá) iniciaram um monitoramento específico do alagamento da ilha conhecida como “Ilha do Zé Maria”, que tem papel fundamental para a reprodução dos peixes. Dessa forma, em parceria com equipe técnica da faculdade de Geografia da UFPA de Altamira, foi instalada, no dia 2 de março de 2019, uma estação fluviométrica convencional (conjunto de réguas hidrométricas) no local, localizado a cerca de 4 km da aldeia Miratu. Nessa estação foram realizadas medições diárias da cota fluviométrica às 08:00h e às 17:00h entre os dias 2 de março e 2 de maio. Esses horários foram escolhidos para estabelecer sincronização com as estações eletrônicas da UHE Belo Monte no barramento do Pimental. A escolha por essa ilha foi feita pelos Juruna (Yudjá) diante da sua importância ecológica, já que no inverno é utilizada pela fauna aquática como uma área de alimentação, reprodução e abrigo dos predadores.

No monitoramento eletrônico na estação a jusante do barramento Pimental, notou-se que a maior vazão registrada no dia 22 de abril de 2019 foi equivalente a 14.281,28m³/s. Na estação hidrométrica na “Ilha do Zé Maria” foi registrada a cota de 174 cm, a qual não foi suficiente para alagar as áreas de igapós. Assim, esse monitoramento da régua foi importante para comprovar que mesmo com uma vazão de 14.000 m³/s no mês de abril, os igapós, áreas fundamentais para a ecologia

reprodutiva e alimentar das espécies de peixe e quelônios consumidos pelos Juruna (Yudjá), não foram inundados. Neste sentido, a cota de 8.000m³/s prevista no hidrograma de consenso, definitivamente não inundará diversas ilhas similares e ecologicamente importantes ao longo da Volta Grande do Xingu.

Importante ressaltar que os Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu publicaram seu Protocolo de Consulta em 2017, documento que informa ao governo a forma adequada de dialogar com esse povo sobre quaisquer decisões que afetem seu território e direitos. De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, é direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais serem consultados antes de qualquer tomada de decisão que gere consequências negativas com relação à manutenção de seus modos de vida e biodiversidade de seus territórios.

Recomendações

- Além da quantidade de água a ser liberada, é importante incorporar o tempo de inundação contínuo e suficiente para permitir o alagamento de certos trechos das paisagens do rio. Também é essencial que haja constância e previsibilidade, para que seja assegurada a sincronicidade do alagamento.
- Cancelamento dos testes do hidrograma de consenso e a redefinição de critérios para a vazão a ser mantida na Volta Grande do Xingu.
- Revisão do hidrograma, a qual deverá ser feita pelo poder público, com apoio da comunidade científica, nela integrando-se os conhecimentos de povos indígenas e ribeirinhos que vivem na região.
- Em respeito ao princípio da precaução, deveriam ser testados inicialmente modelos de hidrograma conservadores, envolvendo reduções e mudanças mínimas, aumentando progressivamente a quantidade de água desviada, na medida em que impactos negativos possam ser identificados e mitigados, quando for o caso.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. MEIO FÍSICO

3.1.1 HIDROGRAFIA

Por conta da magnitude da intervenção no corredor fluvial, a construção e operação da UHE Belo Monte impactam a dinâmica do fluxo fluvial de energia (capacidade de erosão, transporte e deposição), matéria (água, areias, siltes, argilas, húmus) e informação (dispersão da flora e fauna) do rio Xingu. Os desdobramentos já podem ser percebidos nos meios bióticos, abióticos e nas comunidades indígenas e ribeirinhas locais.

A montante do reservatório da UHE, com a redução da velocidade das águas, ampliou-se a deposição de sedimentos que irão assorear a desembocadura dos rios Iriri e Xingu, eliminando e remodelando as áreas de inundação. No trecho do reservatório, com o armazenamento de água e a consequente mudança da cota fluviométrica, houve uma inundação permanente de parte da planície fluvial e ilhas do rio Xingu e afluentes, ampliação da deposição de sedimentos, aumento da disponibilidade de água subterrânea com a elevação do lençol freático e mudanças na temperatura das

águas. E no trecho a jusante do barramento Belo Monte a quantidade de água é semelhante à original, entretanto, ocorre restrição de sedimentos, o que amplia a capacidade de erosão e transporte rio abaixo.

A construção do barramento Pimental repartiu a vazão da água do rio Xingu e inibiu o fluxo de sedimentos, modificando a relação entre a capacidade de transporte e de erosividade do escoamento na Volta Grande do Xingu. Assim, a água que flui por ela não tem mais a mesma disponibilidade de sedimentos para transportar, o que implica na ampliação da erosão lateral e vertical desse trecho do rio, modificando a planície fluvial.

A vazão não é e não pode ser entendida como igual ao longo do rio, e isso pode ser observado na comparação das medições²¹ de vazão realizadas na estação fluviométrica UHE Belo Monte Mangueiras, logo após o barramento Pimental, e da estação Ilha da Fazenda, cerca de 15 km do mesmo barramento. Isso se dá tanto pela diferença de forma do canal fluvial nos trechos mensurados, como pela velocidade ampliada da água por conta da pressão exercida pela massa d'água do reservatório sobre o barramento Pimental.

O hidrograma de consenso ainda não foi implementado e a quantidade de água que flui pela Volta Grande do Xingu ainda é maior do que a proposta nele. Mesmo assim, tal quantidade não permite que os igapós sejam inundados, comprometendo a alimentação e reprodução de várias espécies, perturbando o modo de vida das comunidades ribeirinhas e indígenas. A quantidade de água também não consegue transportar em volume adequado o conjunto de cachoeiras do Jericoá, restringindo a dispersão de espécies que sobem e descem o rio no período sazonal de aumento da vazão do rio.

Os dados da estação UHE Belo Monte Mangueiras (Figura 2) também demonstram que a vazão é irregular durante o dia, aumentando e diminuindo seu valor, diferente da vazão natural que aumenta progressivamente para depois começar o processo de redução, o que provoca impactos na rotina de vida da fauna e dos ribeirinhos e indígenas.

²¹ Dados relatório NORTE ENERGIA. 11º Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes. Brasília, Fevereiro, 2017.

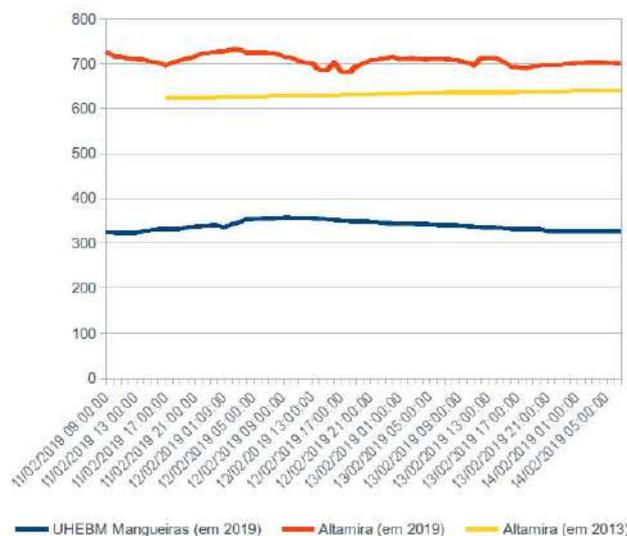


Figura 2 - Gráfico com medições da Cota Fluviométrica em 72h da Estação UHEBM Mangueiras no mês de fevereiro de 2019 e da Estação Altamira no mês de fevereiro de 2013 e 2019. Fonte: ANA, 2019.

A redução da quantidade de água que passa na Volta Grande do Xingu impacta a navegação, obrigando os ribeirinhos e indígenas a realizarem trajetos maiores, pois as embarcações não conseguem mais passar por determinados locais.

O rio Bacajá, que deságua na Volta Grande, por não ser mais influenciado pela subida das águas do rio Xingu, teve sua velocidade aumentada no período de chuva (Jan-Mar), o que tornou impraticável a navegação por propulsão humana, conforme relatado por morador da Terra Indígena Arara.

Recomendações

- O hidrograma deve ser baseado em níveis de água que garantam a inundação dos igapós, mesmo que ela se dê de forma parcial.
- A inundação não deve ser súbita e nem durar pouco tempo, as águas devem aumentar paulatinamente até o igapó ser inundado, permanecer inundado, e em seguida diminuir gradualmente até valores próximos do mínimo histórico para o trecho.

3.1.2. HIDROLOGIA E MUDANÇA CLIMÁTICA

A proposta do hidrograma de consenso proposto pela empresa e pela ANA considerou a disponibilidade de água (vazões) baseada nas vazões históricas do rio Xingu. As vazões médias históricas do rio Xingu em Altamira entre os anos de 1971 e 2014 variaram entre 9.000 e 30.000 m³/s no mês de março (vazão máxima) e entre 700 e 2000 m³/s no mês de setembro (vazão mínima) (Figura 3). As vazões médias anuais integradas somam 95.300 m³/s (Tabela 2). As vazões máximas na Volta Grande sob o hidrograma proposto serão de 4.000 ou 8.000 m³/s (abril) e as vazões mínimas serão de

700 m³/s (outubro). As vazões anuais integradas na Volta Grande admitidas pelos hidrogramas A e B são de 17.250 m³/s e 25.950 m³/s, respectivamente (Tabela 2). Deste modo, o cenário proposto para operação da UHE Belo Monte implica concessão de somente cerca de 18% (hidrograma A) e 27% (hidrograma B) da água historicamente disponível para a Volta Grande.

Destaca-se ainda que os hidrogramas propostos fundamentam-se exclusivamente em séries históricas de vazões do rio Xingu²², desconsiderando potenciais mudanças de médio-longo prazo na disponibilidade de água superficial na bacia hidrográfica, seja por mudança climática ou por mudanças no uso da terra e incremento de outros usos da água, como por exemplo para irrigação, que tem se intensificado no alto Xingu, e para abastecimento urbano.

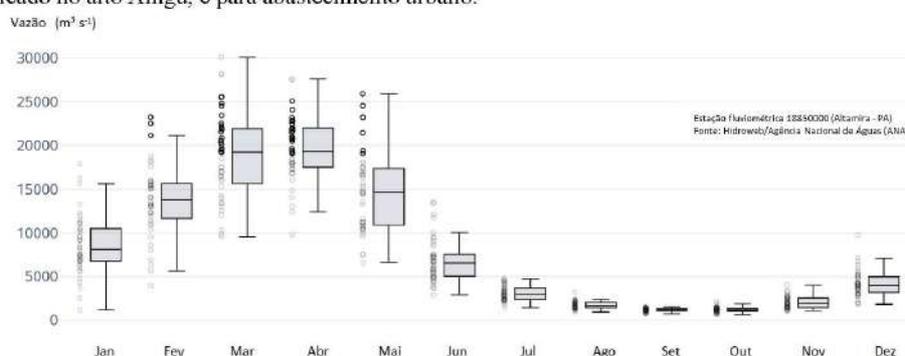


Figura 3. Vazões históricas (anos 1971-2014) do rio Xingu na estação 18850000 (Altamira, PA) utilizadas como referência para o plano de operação da UHE Belo Monte (ANA, 2009).

Tabela 2. Hidrogramas (A e B) propostos para a Volta Grande em comparação com as vazões históricas do rio Xingu em Altamira (PA).

Mês	Hidrograma A (m ³ /s)	Hidrograma B (m ³ /s)	Média histórica (m ³ /s)	Déficit A (m ³ /s)	Déficit B (m ³ /s)	Déficit A (%)	Déficit B (%)
Jan	1100	1100	8600	7500	7500	87,2	87,2
Fev	1600	1600	13700	12100	12100	88,3	88,3

²² BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas. Nota Técnica 129/2009/GEREG/SOF-ANA, p. 13, ANA, 2009.

ar	M	2500	4000	1880 0	1 6300	1 4800	8 6,7	78, 7
br	A	4000	8000	1950 0	1 5500	1 1500	7 9,5	59, 0
ai	M	1800	4000	1470 0	1 2900	1 0700	8 7,8	72, 8
un	J	1200	2000	6800	5 600	4 800	8 2,4	70, 6
ul	J	1000	1200	3000	2 000	1 800	6 6,7	60, 0
go	A	900	900	1700	8 00	8 00	4 7,1	47, 1
et	S	750	750	1100	3 50	3 50	3 1,8	31, 8
ut	O	700	700	1200	5 00	5 00	4 1,7	41, 7
ov	N	800	800	2000	1 200	1 200	6 0,0	60, 0
ez	D	900	900	4200	3 300	3 300	7 8,6	78, 6

	T			9530	7	6	8	72,
total	17250	25950	0	8050	9350	1,9	8	8

A comparação entre as vazões vertidas em Pimental e o nível d'água medido na régua da aldeia Míratu ao longo de dezoito meses indica acoplamento entre ambas variáveis (Figura 4). Notam-se variações diárias do nível d'água da ordem de 40 cm. A partir da correlação entre vazão vertida em Pimental e nível d'água na aldeia Míratu (Figura 5), foram estimados os níveis d'água médios mensais sob os hidrogramas A e B (Figura 6).



Figura 4. Variação da vazão vertida em Pimental e do nível d'água do rio Xingu na aldeia Míratu (Volta Grande) no período entre Jan/2016 e Jan/2017. Fonte dos dados: Norte Energia S.A. e Monitoramento Independente.

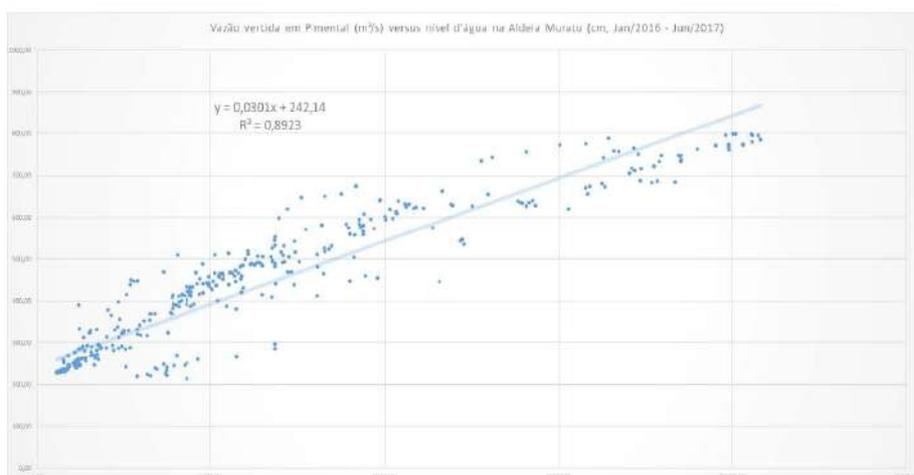


Figura 5. Relação (regressão linear) entre vazão vertida em Pimental e nível d'água na aldeia Miratu (Volta Grande).



Figura 6. Níveis d'água médios mensais estimados para o rio Xingu na aldeia Miratu sob os hidrogramas A e B, em comparação com a variação do nível d'água do ano de 2016.

Como informado nas seções anteriores deste estudo, os critérios considerados pela ANA para definição das vazões do hidrograma de consenso visam permitir: i) navegação na Volta Grande (700 m³/s); ii) alagamento de pedrais para garantir a conservação do acari-zebra (>4.000 m³/s) e; iii) inundação das ilhas e da planície com floresta alagável (8.000 m³/s). A manutenção destas três condições depende dos níveis d'água associados às vazões estabelecidas pelo hidrograma.

O condicionamento do hidrograma a vazões médias mensais permite grandes variações diárias do nível d'água. Nesta condição de operação, o hidrograma proposto não cumprirá os requisitos para os quais foi definido (modular o pulso anual de cheia para propiciar condições seguras de navegação e conservação de ecossistemas aquáticos e de inundação). Como descrito anteriormente, isso tem causado impactos sobre a biota aquática e, conseqüentemente, sobre a pesca e a segurança alimentar dos Juruna (Yudjá).

Variações diárias e abruptas da vazão e nível d'água implicam riscos a jusante para o ecossistema da Volta Grande do Xingu, assim como para comunidades que habitam a Volta Grande.

Assim, normas para regularização de vazões diárias envolvem também aspectos de segurança das populações a jusante.

Também salienta-se que as estimativas de uso da água a montante do município Altamira são baseadas em dados escassos e projeções sem significância estatística (ex. uso da água para agricultura)²³. Deste modo, incertezas sobre o uso da água do rio Xingu a montante de Altamira combinadas com projeções de redução da precipitação no leste da Amazônia devido à mudança climática (SORRIBAS ET AL., 2016) podem implicar vazões futuras menores que as condições históricas. Recomendações para avaliação dos hidrogramas A e B propostos para a Volta Grande são apresentadas a seguir.

Recomendações

- Realizar levantamento para estabelecer a relação entre vazão vertida em Pimental e níveis d'água em pontos da Volta Grande considerados críticos para navegação (nível para manutenção de coluna d'água suficiente para passagem das embarcações utilizadas pelas comunidades locais) e para alagamento de pedrais e florestas aluviais relevantes para a biota aquática.
- Determinar os níveis d'água nos setores da Volta Grande correspondentes às vazões críticas mencionadas nos hidrogramas A e B (700, 4.000 e 8.000 m³/s) e representar hidrogramas para o nível d'água.
- Informar o modo de operação da UHE Belo Monte e as vazões destinadas à Volta Grande em escala diária, em tempo real, com ampla divulgação e facilidade de acesso às vazões vertidas e níveis d'água projetados.
- Os hidrogramas devem considerar critério de variação de vazão em escala diária em detrimento da média mensal, que oculta a irregularidade e imprevisibilidade do nível d'água em escala diária.
- Informar o protocolo de operação da UHE Belo Monte e plano emergencial, caso ocorram vazões extremas (>25.000 m³/s), com os respectivos níveis d'água projetados para a Volta Grande.
- Considerar as projeções futuras de disponibilidade de água superficial na bacia do rio Xingu (i.e. estimativas de vazões futuras) utilizadas no plano de operação da UHE Belo Monte durante o período de outorga.
- Apresentar plano de operação da UHE Belo Monte caso as vazões futuras do rio Xingu em Altamira sejam menores ou maiores que as condições históricas (escala interanual, mensal e eventos extremos de seca e cheia).

3.1.3 QUALIDADE DA ÁGUA

As águas do rio Xingu assim como outros rios amazônicos, desde a chegada de grupos migratórios para ocupação e desenvolvimento produtivo-econômico da região, vêm sendo contaminadas e tendo suas propriedades físico-químicas naturais alteradas. Grandes obras de

²³ BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas. Nota Técnica 129/2009/GEREG/SOF-ANA, p. 51, ANA, 2009).

infraestrutura são responsáveis por intensificar essas alterações, comprometendo mais ainda a qualidade dos rios.

A construção da UHE Belo Monte no rio Xingu é responsável por muitas dessas modificações. A proposta de implantação do hidrograma de consenso irá comprometer a qualidade do rio, com ênfase para o trecho da Volta Grande do Xingu.

Segundo o EIA-RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (LEME, 2009), o rio Xingu é um rio classe 2: suas águas são usadas para recreação de contato primário (como natação e mergulho), irrigação de plantas, aquicultura e pesca. Antes de Belo Monte, no entanto, a Volta Grande possuía características de um corpo hídrico classe 1, cuja definição inclui a proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas e o abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado.

Em recente vistoria realizada por equipes com representantes de nove instituições nacionais e internacionais, as diferentes populações que vivem na Volta Grande relataram uma piora na qualidade da água, e consequentemente a interrupção de atividades de lazer como banhos e uso para lavagem de roupas e louças, além da impossibilidade de consumo das águas. O contato com a água do rio, ainda, passou a provocar irritações na pele e nos olhos.

No último relatório de qualidade de água disponível pela Norte Energia (2019, 11.4.1: projeto de monitoramento limnológico e de qualidade da água superficial – com dados do diagnóstico realizado entre dezembro de 2011 e maio d18), a Volta Grande foi apresentada com bons índices de qualidade de água.

A incoerência entre as percepções da população e os dados de monitoramento no que tange à qualidade da água pode ser explicada pelo fato da análise seguir os parâmetros descritos para um corpo hídrico classe 2. Caso o rio Xingu tivesse recebido a classificação devida de corpo hídrico de tipo 1, ele teria sido monitorado com parâmetros mais restritos e seus relatórios não estariam mostrando índices aceitáveis para a qualidade da água.

Recomendações

- Ampliar o monitoramento utilizando indicadores biológicos (organismos e/ou comunidades aquáticas – Art. 7, § 3o, CONAMA 357) e monitorar as possíveis interações entre as substâncias e a presença de contaminantes não listados na Resolução, passíveis de causar danos aos seres vivos, utilizando-se de ensaios ecotoxicológicos, toxicológicos ou outros métodos cientificamente reconhecidos (Art. 7, § 4o, CONAMA 357).

3.1.4 ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Estudo realizado pela ANA demonstra que 58% das cidades da região Norte são abastecidas exclusivamente por água subterrânea e 7% possuem sistemas mistos de abastecimento. Ou seja, dois terços de todas as sedes municipais da região Norte do Brasil usam água subterrânea, apesar de quase todas estarem localizadas na bacia hidrográfica do rio Amazonas.

Na região, a água subterrânea ocorre predominantemente a pequenas profundidades, gerando uma intensa conexão entre água superficial e subterrânea. Os principais fatores que causam esta conexão são os altos índices pluviométricos, os pequenos gradientes topográficos e a extensa presença de formações geológicas sedimentares ou de solo de alteração superficiais favoráveis à transmissão e

ao armazenamento de água. Estes fatores também favorecem a rápida resposta do nível de água subterrânea a eventos de precipitação, com pequena duração do aumento gerado.

A instalação de barragens em rios da região traz, portanto, alterações significativas nos aquíferos freáticos, impactando a população ribeirinha e indígena que depende de poços para sobreviver.

A montante das barragens, onde se formam os lagos, ocorre a elevação do nível de água, a redução da velocidade e até a reversão de direção de fluxo, o que pode reduzir a qualidade da água. A jusante das barragens, com a redução do nível de água do rio, como no caso de Belo Monte, ocorre uma redução do nível de água subterrânea e, dependendo da magnitude da redução, poços rasos podem secar.

Para monitorar os impactos causados pela barragem de Belo Monte, a Norte Energia fez o monitoramento dos níveis de água (NA) através da instalação de piezômetros e cadastro de sistemas em Altamira e na Volta Grande do Xingu, apresentados no 15º Relatório Consolidado do Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas (2019).

Em Altamira foi observado o aumento dos NA nos pontos monitorados. O aumento é mais intenso nas áreas próximas ao reservatório, com média de elevação superior a um metro em todos os piezômetros localizados a até 600 m de distância da orla da cidade. Este fato indica que a razão da alteração não é o regime de chuvas, conforme afirma a Norte Energia. O maior aumento médio, de 1,8 m, foi observado no piezômetro PZ_ALT21, o que representa uma redução da profundidade do nível de água de 45%.

Já na Volta Grande, o monitoramento da Norte Energia demonstra que houve redução relativa dos níveis de água após o enchimento do reservatório no período de cheia do rio Xingu em 62,5% dos pontos monitorados, mesmo com precipitações mais intensas no ano de 2018. No período de vazante, houve redução relativa dos níveis de água em 37,5% dos pontos. No período de seca, 36,7% dos pontos estavam com níveis mais profundos em 2017 e 2018.

Há, contudo, dois problemas relevantes nos dados da Norte Energia que devem ser corrigidos para que os efeitos das vazões estabelecidas pelo hidrograma de consenso possam ser analisados efetivamente: (1) A frequência das medições de água subterrânea e (2) sua comparação com nível de água, e não vazão, tanto no reservatório quanto na Volta Grande do Xingu.

O efeito da frequência fica evidente ao observarmos as medições de nível de água feitas com transdutores de pressão a cada quatro horas (figuras 11.3.1 23 a 26 do 15º Relatório), que mostram respostas de elevação e redução de nível de água ocorrendo em períodos de algumas horas a poucos dias, como reflexos de eventos de precipitação individuais ou sequenciais. No período de estiagem, eventos únicos de precipitação podem causar rápida elevação e redução do NA em aquíferos freáticos raso, caso o solo já esteja saturado de água. Um exemplo é a elevação e retorno do nível de água em 10 cm registrada no PZ_ALT8, no dia 29 de Setembro de 2017, como resposta a uma precipitação acumulada de 32 mm ocorrida no mesmo dia (precipitação obtida do INMET para a estação meteorológica de Altamira - OMM 82353). Na estação chuvosa, sequências de eventos de precipitação podem gerar alterações significativas de elevação o NA que depois desaparecem em períodos

inferiores a 30 dias. Um exemplo é a elevação de 42 cm registrada no PZ_ALT8 entre os dias 31 de março e 25 de abril de 2016, como resposta a uma precipitação acumulada de 327 mm. Assim, para separar o efeito de elevação do NA causado pela chuva, em relação ao causado pelo barramento do rio Xingu, é necessário ter medições diárias dos piezômetros, tanto em Altamira quanto na Volta Grande do Xingu. Também é necessário ter a cota do nível da água do reservatório e do rio Xingu para poder comparar com as cotas da água medidas nos piezômetros.

Recomendações

- Aprimoramento do monitoramento atualmente realizado por meio da:
 - (1) Continuidade do monitoramento de água subterrânea e precipitação em Altamira e no TVR pela Norte Energia;
 - (2) Inclusão de dados de nível de água do reservatório em Altamira e do TVR;
 - (3) Aumento do número de pontos de monitoramento de água subterrânea, especialmente no trecho entre o ponto TVR-7 e o sítio Belo Monte, no TVR;
 - (4) Instalação de réguas limimétricas e de hidrômetros simples em comunidades ribeirinhas e aldeias no TVR.
- Capacitação da população para monitoramento de água subterrânea, superficial e precipitação, para que o conhecimento seja disseminado e mais dados sejam gerados através, por exemplo, da incorporação de poços privados na rede de monitoramento. Com isso se espera permitir que a população de Altamira e do TVR consiga identificar como a chuva, o nível do reservatório, o nível do rio Xingu e da água subterrânea estão relacionados, e como eles são afetados pelas vazões definidas no hidrograma proposto pela Norte Energia.

3.1.5 GARANTIA DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Volta Grande do Xingu pode ser considerada uma notável feição geológica, derivada de movimentos neotectônicos ao longo de falhas, que soergueram um grande bloco rochoso, desviando o fluxo natural do rio, e dando origem a esse trecho (RODRIGUEZ, 1993).

O rio Xingu, no trecho da Volta Grande, percorre uma área com base de rochas mais duras e entrecortada por fraturas. Na busca do caminho até o terreno mais baixo (região de acúmulo de sedimentos), o rio se desdobra em canais, seguindo as fraturas do terreno, formando um conjunto de corredeiras único no mundo.

Após Belo Monte, a Volta Grande pode se tornar um esqueleto rochoso seco e com menos vida, pois o hidrograma proposto destina vazões insuficientes para manter as funções ecológicas. A região poderia ser um corredor ecológico sustentável, desde que contasse com vazões e fluxos necessários para manter as condições de vida no habitat.

É fundamental que a questão do hidrograma possa ser discutida com o lastro de seguimento da legislação vigente no país, a começar pela própria Constituição de 1988 que prevê competir à União a proteção das Terras Indígenas e seus bens. Há que ser observado também o Código de Águas Nacional (1934) que, em seu artigo nº 143, prevê explicitamente que nos aproveitamentos de energia hidráulica devem ser satisfeitas as seguintes condições de interesses gerais: a) alimentação e necessidades das

populações ribeirinhas; b) da salubridade pública; c) da navegação; d) da irrigação; e) da proteção contra inundações; f) da conservação e livre circulação dos peixes.

A Lei 9.433/1997, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), em seu artigo terceiro, estabelece como uma de suas principais diretrizes a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, sociais e culturais, bem como a necessidade da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

A Lei Federal 9.984/2000 que criou a ANA, dentre seus objetivos, estabelece no artigo 4º, inciso XXIII, que é de sua competência declarar a situação crítica de escassez que impacte os usos múltiplos da água. Diante disso, é competência da ANA garantir e assegurar as condições de navegação no rio e nos igarapés e declarar, quando for constatada, a situação crítica de escassez de água que impeça a manutenção da vida.

No caso da Volta Grande, que já sofre as consequências da redução da vazão e de situação de escassez de água, a ANA precisa ser instada a se manifestar sobre a região e as condições atuais.

No mesmo artigo 4º, inciso VII, é estabelecido como objetivo da ANA o estímulo e apoio das iniciativas para a criação de comitês de bacias hidrográficas. De acordo com a Lei 9.433/1997, os comitês de bacias (CBH) são espaços de deliberação intersetoriais nos quais as decisões sobre o uso dos rios em todo o país devem ser tomadas e que têm competência para definir as condições em que é possível autorizar os aproveitamentos de recursos hídricos. Hoje, há mais de 200 comitês de bacias hidrográficas no Brasil que funcionam como fóruns administrativos que buscam consensos sobre usos de bacia hidrográfica.

O sistema de gerenciamento de recursos hídricos por meio de gestão por bacia hidrográfica envolve a participação de estados, municípios e sociedade civil, e conta com colegiados constituídos pelo poder público, representação de entidades de usuários e sociedade civil organizada. O comitê de bacia faz o planejamento de usos de água, e pode abarcar fundos financeiros com aportes de royalties do setor elétrico em decorrência de barragens. Em São Paulo, por exemplo, existe uma lei estadual que criou um fundo estadual de recursos hídricos dos royalties que são alocados em programas de gestão desses recursos. Nestes espaços há integração de entes e podem ser instituídas câmaras técnicas temáticas dentro do comitê.

Assim, é necessário que o governo federal respeite e aplique toda a legislação vigente sobre gestão de recursos hídricos na Amazônia. A ANA precisa atuar ativamente para analisar a situação da Volta Grande no contexto de implementação de um hidrograma restritivo e também avaliar a possibilidade de apoiar a implementação do comitê de bacia no Xingu.

Nesse caso, enxerga-se o comitê como um espaço oportuno para que as populações afetadas possam exercer o direito de opinar e decidir sobre a viabilidade dos usos múltiplos da água nos diversos trechos do rio afetados pela usina de Belo Monte.

Recomendações

- Revisão periódica do modelo de hidrograma adotado. A cada ano devem ser analisadas propostas de ajustes nas vazões por meio de modelagens que possam mudar. O hidrograma precisa ser vivo e participativo.

- Criação de comitê de bacia no Xingu, com previsão de instalação de uma câmara técnica especializada para o monitoramento da Volta Grande do Xingu, visando a definição das vazões necessárias e como isso pode variar mês a mês, e fazer um modelo de simulação que seja acordado pelos especialistas.

3.2. MEIO BIÓTICO

3.2.1. RELAÇÕES ENTRE A ICTIOFAUNA E A DINÂMICA HIDROLÓGICA NO RIO XINGU

Assim como vastamente observado em diversos outros rios tropicais, as hidrelétricas afetam a ictiofauna de corredeiras de maneira devastadora. Os empreendimentos são instalados em trechos de rios com grande desnível, onde ocorrem as corredeiras, causando a inundação desses biótopos e alterando profundamente as características da água e a dinâmica hidrológica local.

Além disso, as barragens e os grandes reservatórios formados por elas isolam populações de peixes e dificultam as migrações reprodutivas, reduzindo ou até mesmo impedindo o fluxo gênico. Adicionalmente a esses impactos, a UHE Belo Monte apresenta um trecho de rio que passou a ter uma vazão reduzida, que deveria ser regulada de forma a manter viáveis as populações de todas as espécies de peixes e comunidades humanas que delas dependem. Para tal, devem ser mantidos, mesmo que em menor escala, pulsos de inundação anuais que sejam similares aos naturais, possibilitando a reprodução dos ciclos biológicos dessas espécies.

Os ciclos de enchente e vazante são fundamentais para a dinâmica ecológica dos trechos de corredeiras, para os ciclos biológicos das plantas podostemáceas (que crescem sobre as rochas das corredeiras), do perifiton que recobre essas rochas (e a fauna de invertebrados aquáticos associadas a esses microhabitats), bem como para a manutenção de lagos, inundação das ilhas e da vegetação como os sarobais, que constituem a base da alimentação de pacus, curimatás, acaris ornamentais, entre outros grupos de peixes. Assim, a fragilidade ecológica da fauna e flora associadas aos trechos de corredeiras e às planícies aluviais da Volta Grande do Xingu exige que a intensidade e o ritmo dos ciclos naturais de inundação sazonal sejam mantidos da forma mais próxima possível ao que ocorria antes das alterações no curso do rio.

O hidrograma de consenso prevê que a vazão do rio na Volta Grande seja drasticamente reduzida e que os volumes máximos de água durante o pico da cheia sejam modificados de um ano para outro, numa sequência que alternaria anos de secas drásticas com secas ainda piores - as quais representam volumes menores do que os historicamente registrados para aquele trecho do rio. Por outro lado, no cenário de cheias, as vazões máximas pretendidas são insuficientes para inundar as planícies aluviais onde os peixes e quelônios encontram o alimento fundamental para que acumulem reservas de energia e completem seus ciclos hidrológicos. Essas vazões máximas planejadas também não serão capazes de fornecer os recursos necessários para a ictiofauna, pois a sua curtíssima duração não permite que as plantas e os peixes sincronizem os seus ciclos biológicos em um intervalo de tempo tão pequeno.

A produção dos frutos nas ilhas e regiões ribeirinhas e o amadurecimento de gônadas dos peixes demandam entre três a quatro meses de enchentes fortes e regulares a cada ano, ou seja, com uma subida constante e progressiva do nível da água. Isso torna o ciclo de inundação previsível para os organismos e garante tempo para que os ciclos biológicos das espécies ocorram naturalmente.

Para a fase pós-enchimento do rio, entre os anos 2016 e 2018, já há dados do monitoramento realizado como parte do Plano Básico Ambiental (PBA) que atestam alterações na ictiofauna, conforme apontado no 15º Relatório Consolidado do Programa de Monitoramento da Ictiofauna:

"As análises das gônadas dos peixes capturados durante os últimos três anos de monitoramento e da densidade de larvas de peixes, indicaram mudanças na composição e no número de indivíduos maduros e do ictioplâncton. Mais especificamente, nos setores Montante, Jusante, Reservatório Intermediário, Bacajá e em menor intensidade o Trecho de Vazão Reduzida, a abundância dos espécimes maduros diminuiu nos anos de pós-enchimento quando comparados com os de pré-enchimento." (NORTE ENERGIA, 2019. Pp. – 13.3.4-24)

"Em todos os setores monitorados foi observada uma evidente alteração na ictiofauna, sendo comprovada pela redução na fase de pós enchimento considerando os parâmetros da riqueza de espécies, abundância de peixes, mudança na composição da ictiofauna e das guildas tróficas, além de significativas reduções em tamanho corporal das assembleias. Em todos os setores monitorados foi observada uma evidente alteração na ictiofauna, sendo comprovada pela redução na fase de pós enchimento considerando os parâmetros da riqueza de espécies, abundância de peixes, mudança na composição da ictiofauna e das guildas tróficas, além de significativas reduções em tamanho corporal das assembleias." (NORTE ENERGIA, 2019. Pp. – 13.3.4-23)

"Os resultados gerados nestas doze campanhas de monitoramento pós-enchimento comprovaram uma progressiva alteração da ictiofauna na área de influência da UHE de Belo Monte. [...] Em todos os setores monitorados foi observada uma evidente alteração na ictiofauna, sendo comprovada pela redução na fase de pós enchimento considerando os parâmetros da riqueza de espécies, abundância de peixes, mudança na composição da ictiofauna e das guildas tróficas, além de significativas reduções em tamanho corporal das assembleias. [...] as assembleias dos igapós e canal apresentaram modificações em dois setores cada (i.e., igapó: setor Montante e Trecho de Vazão Reduzida; e canal: no setor Trecho de Vazão Reduzida e no Bacajá). Estas diferenças observadas na estrutura das assembleias foram comprovadas na análise da ecologia trófica da ictiofauna

através do uso dos isótopos estáveis. [...] Através do estudo de dinâmica de populações foi detectado para oitos espécies de peixes de importância comercial mudanças significativas nas frequências do tamanho corporal dos espécimes coletados entre as fases de pré e pós barramento e entre os trechos a montante e jusante da barragem. [...] As análises das gônadas dos peixes capturados durante os últimos três anos de monitoramento e da densidade de larvas de peixes, indicaram mudanças na composição e no número de indivíduos maduros e do ictioplâncton. Isso sugere que entre anos ocorrem variações na composição das espécies de peixes em fase madura, assim como na sua abundância. (NORTE ENERGIA, 2019, p. 25, grifo nosso).

Dessa forma, é possível perceber que a metodologia empregada no monitoramento do empreendimento atesta alterações na ictiofauna no trecho de vazão reduzida, corroborando a percepção dos Juruna (Yudjá) e os relatos do monitoramento independente no qual há frequentes indicações de mudanças no tamanho corporal das espécies capturadas para consumo dos indígenas, em decorrência da provável redução na disponibilidade de alimento para os peixes.

O monitoramento ainda aponta por exemplo, o acari-amarelinho (*Baryancistrus xantellus*), de grande valor ornamental, e pescada-branca (*Plagioscion squamosissimus*) com registro de indivíduos de menor comprimento no TVR no período pós-enchimento (2016 a 2018) que nos demais ambientes, "com maiores probabilidades de ocorrência de comprimentos maiores no setor montante, em relação ao Trecho de Vazão Reduzida" (NORTE ENERGIA 2019, pp. 13.3.4-9).

Dentre os peixes endêmicos, de destaque para pesca ornamental e/ou conservação, destacamos as espécies que foram registradas apenas no período pré-enchimento:

"Dentre as espécies, seis espécies das 41 endêmicas foram amostradas apenas no pré-enchimento, a constar: *Hypancistrus zebra* (Loricariidae - CR - Criticamente em Perigo), *Pituna xinguensis* e *Plesioblebias altamira* (ambas Cynolebiidae e CR - Criticamente em Perigo), *Sartor respectus* (Anostomidae), *Sternarchogiton zuanoni* (Aptereronotidae - VU - Vulnerável) e *Typhlobelus auriculatus* (Trichomycteridae)", (NORTE ENERGIA, 2019 Pp. – 13.3.4-3)

Recomendações

- Os valores de vazão máxima devem ser revistos e ajustados para que a inundação das planícies aluviais e das corredeiras ocorra da forma mais natural possível. Para isso, a vazão máxima sazonal deveria ser próxima de 15.000m³/s no pico da cheia (geralmente em abril), com duração das fases de enchente, cheia e início da vazante de três a quatro meses contínuos.

- O ritmo de enchente e vazante no TVR deve ser constante e previsível para a biota, ou seja, a subida e descida das águas devem ocorrer de forma progressiva e regular, sem interrupções ou variações significativas na vazão diária de um mesmo período do ciclo sazonal.

- Realização de um estudo de modelagem ecológica para quantificação dos habitats efetivamente disponíveis para os peixes da Volta Grande do Xingu nas diferentes vazões naturais, de forma a gerar informações mais precisas para garantir o estabelecimento de um hidrograma capaz de garantir a preservação e o funcionamento ecológico naquela região.
- Converter a vazão do HC em cotas altimétricas, fixando réguas em locais predeterminados ao longo da Volta Grande, possibilitando que as comunidades locais acompanhem e monitorem o nível da água durante o ciclo hidrológico.

3.2.2. ECOLOGIA DOS PACUS (PEIXES: SERRASALMIDAE)

Ao longo do ciclo hidrológico de 2017-2018, no âmbito do projeto de monitoramento independente realizado pelos Juruna (Yudjá), foi conduzido um estudo específico sobre os pacus em parceria com a UFPA. O objetivo foi avaliar os impactos da UHE Belo Monte sobre a alimentação destes peixes, que constituem o principal tipo de pescado consumido e comercializado pelos Juruna (Yudjá).

Os estômagos dos peixes analisados foram obtidos a partir de pescarias realizadas em dois períodos do ciclo hidrológico, na seca e cheia. Logo após as pescarias, os pacus foram pesados, identificados e o trato gastrointestinal foi coletado. Além disso, os Juruna (Yudjá) forneceram dados de peso e comprimento de espécies de pacus pescados antes do barramento do rio Xingu, provenientes do programa de monitoramento do PBA - Componente Indígena, oriundos dos períodos de cheia e seca do ano de 2014, e que foram coletados antes do enchimento do reservatório do Xingu e do início da implementação de um regime alterado de vazão na VGX. Com isso, foi possível comparar a condição nutricional destes peixes.

As informações de peso e comprimento dos pacus foram usadas no cálculo do Fator de Condição de Fulton para a verificação do bem-estar fisiológico dos espécimes coletados nos momentos de pré- e pós-barramento. Foram coletados 133 indivíduos no pós-barramento e obtidos os dados de 107 indivíduos no pré-barramento, de oito espécies: *Myloplus arnoldi* (pacu-peidão/pacu-folha), *Myloplus rubripinnis* (pacu-branco), *Myloplus schomburgkii* (pacu-cadete), *Myleus setiger* (pacu-caranha), *Myloplus asterias* (pacu-olhudo), *Tometes ancylorhynchus* (pacu-rosa), *Tometes kranponhah* (pacu-curupité) e *Ossubtus xinguense* (pacu-capivara).

Houve uma predominância de plantas alóctones e frutas na dieta dos pacus durante os dois períodos e de macroalgas na cheia. Os Juruna (Yudjá) descreveram que os pacus ficaram mais magros após o barramento definitivo do rio, percepção que foi corroborada pela comparação dos fatores de bem-estar fisiológico, peso e comprimento de antes e após o barramento (Tabela 3). Os valores do fator de condição foram significativamente menores após o barramento quando comparados com os valores obtidos durante a cheia, especialmente para o pacu-branco, o pacu-capivara, e para as espécies de pacus quando analisadas em grupo.

Os resultados comprovam que os pacus são dependentes do pulso de inundação para a sua alimentação e que a alteração da dinâmica hidrológica sazonal interfere negativamente na ecologia alimentar e na saúde dos peixes. Além disso, também fica comprovado que a quantidade de água que

está sendo vertida para a Volta Grande após o barramento definitivo do rio em novembro de 2015 é insuficiente para a manutenção dessas espécies de pacus e, conseqüentemente, dos Juruna (Yudjá).

Tabela 3: Comparação do fator de condição das espécies de pacus (*Serrasalmidae*) entre antes e depois da UHE Belo Monte dos espécimes coletados na Volta Grande do rio Xingu (* = diferença significativa).

Espécies	Antes	Depois	Testes	
	Média±DP	Média±DP	P -value	H/ F
<i>Fator de condição – Seca</i>				
Espécies agrupadas	0,025±0,00 4	0,025±0,006	n. s	H= 0,02
<i>Myleus setiger</i>	0,020±0,00 3	0,029±0,009	n. s	H= 3,52
<i>Myloplus rubripinnis</i>	0,025±0,00 3	0,023±0,003	* *	F= 8,89
<i>Myloplus schomburgkii</i>	0,024±0,00 4	0,026±0,001	n. s	F= 1,22
<i>Fator de condição – Cheia</i>				
Espécies agrupadas	0,081±0,06 4	0,030±0,007	* **	H= 13,69

<i>Myloplus rubripinnis</i>	0,039±0,02 4	0,034±0,007	n. s	H= 0,25
<i>Ossubtus xinguense</i>	0,094±0,02 1	0,028±0,005	* **	F= 83,77
<i>Tometes kranponhah</i>	0,079±0,07 6	0,026±0,005	n. s	H= 1,20

3.2.3. DESEMBARQUE PESQUEIRO PRÉ- E PÓS-BARRAMENTO DO RIO XINGU

A partir dos dados de desembarques pesqueiros do PBA disponibilizados pela Norte Energia, os quais incluem os dados registrados entre 2012 e 2018, foram realizadas análises da Captura Por Unidade de Esforço (CPUE) com identificação de pontos de quebra.

Estes pontos de quebra mostram momentos em que o padrão da CPUE se altera. Para um cálculo adequado da CPUE, é importante estabelecer “métiers”, ou seja, pescarias caracterizadas por meio das mesmas técnicas/métodos e com esforços similares. Isto não foi feito. Embora as planilhas disponibilizadas trouxessem informações sobre dias de pesca e número de pescadores, não incluem informações completas sobre esforço, dimensões das redes utilizadas, ou número de anzóis, entre outros dados. Assim, abre-se a ressalva de que, embora corretas, as análises de série temporal são incompletas e podem apresentar resultados distintos, se feitas por “métier”.

Os resultados da série temporal indicaram três pontos de quebra: fim de 2013, início de 2015 e meados de 2016. Estas quebras sugerem respectivamente uma queda, seguida por uma recuperação e nova queda da CPUE total. Desde então, a CPUE permaneceu em um patamar mais baixo. Além disso, em uma análise preliminar da série temporal por áreas de menor influência da barragem, foi detectado que as CPUEs variaram de forma distinta. Houve uma tendência da CPUE média se manter estável na área de alta influência do empreendimento e de aumentar em áreas a montante.

As análises descritivas sugerem uma queda acentuada no uso de igarapés, áreas alagadas e lagos. Os lagos, por exemplo, antes áreas importantes de pesca, praticamente não são mais utilizados. Esta tendência é observada para todas as regiões analisadas (jusante, montante e área de alta influência). Na área de alta influência da barragem, igarapés e alagados praticamente deixaram de ser utilizados a partir de 2014, embora apresentem um pequeno sinal positivo em 2016.

Em termos de embarcação, há uma maior utilização de voadeiras nos últimos anos em detrimento das canoas a remo, especialmente na área de alta influência da barragem, o que sugere a procura de pontos de pesca mais distantes. Rabetas ainda são o tipo de barco predominante nas pescarias.

Um exame do último relatório da Norte Energia revela impactos semelhantes para a Volta Grande do Xingu, incluindo queda da produtividade pesqueira geral e das espécies mais importantes, redução do consumo de pescado junto às famílias indígenas e ribeirinhas, e ainda uma mudança na composição de espécies. Adicionalmente, em resposta a um pedido do Ministério Público, são apresentados, de forma separada, a média do número de petrechos utilizados por pescaria (redes de pesca, principalmente) ao longo dos anos, indicando uma tendência linear de crescimento.

Contudo, contrariando os próprios resultados apresentados, que por sua vez corroboram diversos estudos realizados em barragens no Brasil e em diversas outras partes do mundo, as conclusões da empresa são de que não foram detectados quaisquer impactos do empreendimento. Mesmo a redução na quantidade de peixes consumidos pelas famílias de pescadores, ribeirinhos e indígenas, de acordo com a empresa, não compromete a segurança alimentar, pois este é compensado com o aumento do consumo de produtos industrializados. As interpretações dos consultores da empresa são generalizadas para todo o PBA da pesca, incluindo a VGX. Reiteramos que tanto a análise independente do banco de dados fornecido pela Norte Energia quanto os resultados apresentados pela empresa apontam tendências de queda sucessivas, incluindo mais uma quebra com o início da operação do empreendimento. É este o questionamento. A interpretação e as conclusões apresentadas nos relatórios do PBA vão em direção contrária do que mostram os dados e as análises.

Recomendações

- Aprimoramento do monitoramento da pesca atualmente realizado por meio de:
 - (1) Análises feitas por “métier” (técnicas/métodos de pesca);
 - (2) Análises de esforço que considerem número e dimensão dos petrechos de pesca utilizados;
 - (3) Oficinas participativas de discussão dos resultados, incluindo atores locais e pescadores independentes;
 - (4) Disponibilização na página do Ibama na internet do banco de dados completo da pesca, incluindo os detalhes referentes às artes de pesca com número e dimensões dos petrechos utilizados.

3.2.4. QUELÔNIOS

Os impactos de barramentos sobre comunidades de quelônios aquáticos envolvem tanto a ecologia alimentar quanto reprodutiva, com impactos conhecidos e previsíveis. Estes são mais graves em sistemas fluviais que funcionam sob sistema de pulso de inundação, tanto pelo comprometimento dos ciclos sazonais, anteriormente descritos, como também pela elevada diversidade de quelônios aquáticos que tipicamente habitam estes complexos ambientes (para uma revisão sobre estes impactos ver MOLL E MOLL, 2004) No rio Xingu, as mudanças no nível do rio e o controle artificial do fluxo d'água e dos pulsos de inundação estabelecidos para a Volta Grande do Xingu vêm afetando diretamente a ecologia alimentar e reprodutiva dos quelônios.

No entanto, os últimos relatórios do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios disponibilizados pela Norte Energia indicam que não houve diferença ou impacto sobre os quelônios entre as etapas de implantação e operação da UHE Belo Monte. Os relatórios, contudo, deixam claro

que os delineamentos experimentais, os esforços de coleta e as análises foram inadequados e insuficientes para avaliar os impactos do empreendimento sobre este grupo. Nenhuma das condicionantes das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação foram cumpridas no tocante aos quelônios aquáticos.

Foram capturados apenas 374 animais ao longo de cinco anos, sem qualquer comparação entre épocas, e ambientes. Somente são discriminadas as capturas por trecho, mas o esforço é inadequado. O esforço amostral das capturas deveria estar discriminado por ano e por área, analisado de forma complementar às contagens. Deveria também ser padronizado por técnica/método e garantir a captura de um número mínimo de animais que possa representar a estrutura populacional e de sexos em cada trecho monitorado, considerando as alterações ambientais esperadas em cada trecho. Embora sejam apresentadas análises por trecho, as próprias tabelas com os resultados apresentam o problema central do monitoramento: dados insuficientes e esforço inadequado, pulverizado em diferentes métodos de captura que são seletivos, não permitem comparações entre si e que não podem ser integrados ou analisados em conjunto.

Para se estabelecer uma comparação, nos levantamentos do EIA-RIMA foram capturados 1.352 indivíduos em apenas três campanhas com cerca de 15 dias de duração cada uma, dentro de um período de seis meses. Fica claro que o monitoramento apresentado no âmbito do PBA foi mal dimensionado, com esforço muito inferior ao necessário e sem um desenho amostral que permita avaliar tendências populacionais. Isso comprometeu de forma definitiva a possibilidade de monitorar mudanças na estrutura populacional, que inclui tanto a razão sexual como a distribuição de tamanhos, e que precisaria ser monitorada cuidadosamente tanto na fase de implementação quanto de operação.

Embora estas constatações sejam generalizadas para todos os trechos, na VGX a situação é a mesma. Da mesma forma, para uma análise do fator de condição dos animais (relação peso-comprimento) o tamanho da amostra é muito baixo, sobretudo considerando a importância de comparar pré- e pós-enchimento, levando em conta que a comparação deve ser feita em separado para animais capturados na cheia e na seca. Isso porque os animais tendem a perder peso naturalmente durante a seca, que é o período de escassez de alimento para animais aquáticos, sobretudo os herbívoros (MOLL e MOLL, 2004).

Em cinco anos, apenas 102 exemplares de tracajá *Podocnemis unifilis* da Volta Grande foram submetidos ao estudo de dieta. Não existe nenhuma informação referente aos ambientes e época de coleta, o que se faz necessário em função da influência da sazonalidade e disponibilidade temporária de igapós e sarobais como áreas de alimentação. Considerando os drásticos efeitos do barramento do rio na Volta Grande do Xingu e no acesso às áreas de alimentação na ausência de pulsos sazonais de inundação, a escassez de informações detalhadas sobre a ecologia alimentar desta espécie, prevista tanto como condicionante da Licença Prévia como no próprio PBA, compromete a implementação de medidas mitigatórias ou compensatórias. As análises realizadas não detalham os itens de origem vegetal, que correspondem à maior parte da biomassa observada nos estômagos. É bem conhecido o

hábito herbívoro dos quelônios. O que se precisa monitorar, para subsidiar ações de conservação e mitigação, é a presença de itens provenientes das áreas inundáveis, o que não foi contemplado.

Mesmo levando em conta as alterações previstas nos ambientes anualmente utilizados para reprodução no EIA-Rima, a temperatura e os fatores que influenciam no sucesso reprodutivo de quelônios na Volta Grande do Xingu não estão sendo monitorados. Além disso, todos os ninhos estão sendo transferidos para chocadeiras e não há como avaliar quaisquer impactos sobre a reprodução dos quelônios se não há o monitoramento de ninhos na natureza. Este é um componente fundamental, pois hidrelétricas provocam profundas alterações nos ambientes de desova, tanto a montante quanto a jusante do barramento (MOLL 1997, MOLL e MOLL 2004, FÉLIX-SILVA 2009). Infelizmente, constata-se que isso não foi feito até o presente momento e não há como avaliar quaisquer impactos com base no sucesso de eclosão em chocadeiras. É irrealista e enganoso afirmar ausência de impactos na reprodução de quelônios aquáticos com base nas taxas de eclosão de ninhos incubados em cativeiro, como faz o relatório da Norte Energia, pois não existe qualquer relação entre o que acontece numa chocadeira do que certamente está ocorrendo nas áreas de desova. Com isso, a Norte Energia deixa de cumprir recomendações do EIA- Rima, Condicionantes da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, assim como os objetivos do PBA de ecologia de quelônios no tocante à ecologia reprodutiva e do monitoramento dos impactos das mudanças nos ambientes utilizados para reprodução e, conseqüentemente, no sucesso reprodutivo e na razão sexual dos filhotes.

Desta forma, o monitoramento realizado atualmente por empresas terceirizadas com a supervisão da concessionária Norte Energia não tem sido capaz de avaliar os impactos da redução de vazão na Volta Grande do Xingu sobre os quelônios. Com estas lacunas no monitoramento durante todo o período pré-enchimento, infelizmente perdeu-se a oportunidade de avaliar com segurança os impactos de Belo Monte sobre os quelônios aquáticos, tanto na VGX como em outros trechos sob influência do empreendimento.

Recomendações

- Aprimoramento do monitoramento de quelônios atualmente realizado por meio da:
 - (1) Reformulação dos referidos projetos de monitoramento, com redimensionamento e padronização do esforço amostral de capturas, e da adoção de um sistema de monitoramento participativo dedicado ao ciclo reprodutivo dos quelônios no ambiente natural;
 - (2) Reformulação e intensificação do estudo de dieta, para que mudanças na alimentação possam ser detectadas no monitoramento realizado, considerando-se, sobretudo, as fontes alimentares provenientes dos ambientes sazonalmente alagados;
 - (3) Revisão dos valores de vazão para que ocorra a inundação das planícies aluviais, respeitando o sincronismo do ciclo hidrológico, com duração das fases de enchente, cheia e vazante de três a quatro meses;
 - (4) Utilização de um índice de abundância de ninhos, nos ambientes naturais de desova, como ferramenta para monitoramento a longo prazo.

3.2.5. AVIFAUNA ASSOCIADA AOS AMBIENTES ALAGÁVEIS AMAZÔNICOS

Os programas de monitoramento da avifauna terrestre, aquática e semiaquática, no 15º Relatório Consolidado (pontos 12.3.7 e 13.4.2, respectivamente), indicam que não foi observada diferença significativa entre as etapas de implantação e operação da UHE Belo Monte. Essa conclusão se baseia em um extenso monitoramento utilizando redes de neblina, pontos de escuta e transectos aquáticos.

O desenho amostral e analítico implementado, no entanto, não permite uma avaliação robusta dos efeitos das atividades do empreendimento sobre o grupo de aves mais afetado pela eventual adoção do hidrograma de consenso, ou seja, as espécies associadas aos ambientes aluviais. Além dos impactos sobre os ecossistemas aquáticos, a discussão sobre as mudanças de vazão na Volta Grande do Xingu passa, necessariamente, pela avaliação da resiliência ou não de ambientes aluviais adaptados ao ciclo anual de inundação.

Entre as espécies que compõem a avifauna não-aquática da Amazônia, 15% são típicas desses ambientes sazonalmente alagados (REMSEN e PARKER 1983), das quais 24 são consideradas ameaçadas (IUCN, ICMBio). Por outro lado, uma grande quantidade de espécies consideradas típicas de outros ambientes (ex. floresta de terra firme) são dependentes de recursos, como alimentos e locais para reprodução, disponibilizados sazonalmente nos ambientes aluviais (ex. HAUGAASEN & PERES 2007).

Dados preliminares mostram que a avifauna associada a ambientes alagáveis é pouco conhecida e a sua diversidade subestimada (THOM et al. 2018). Além disso, devido ao caráter linear (ao longo dos rios) da sua distribuição, é um grupo mais vulnerável a eventos de extinção local e quebra de conectividade entre populações (COHN-HAFT et al 2007, VALE et al. 2008).

Essa avifauna está especialmente exposta à deterioração dos ambientes adaptados ao ciclo anual de inundação e deve ser objeto de análise específica. No entanto, a amostragem da avifauna associada aos ambientes inundáveis encontra-se dispersa entre (1) o monitoramento da avifauna terrestre, onde apenas algumas poucas parcelas dos módulos de amostragem se encontram em ambientes aluviais; e (2) o monitoramento da avifauna aquática e semiaquática, onde foi realizada amostragem, por meio de pontos de escuta distribuídos em diferentes ambientes aluviais.

No monitoramento da avifauna terrestre não são realizadas análises específicas dos dados obtidos nesses ambientes inundáveis. Além disso, as análises do monitoramento da avifauna aquática e semiaquática não consideram as diferenças entre os ambientes amostrados, que inclui formações tão discrepantes quanto praias e florestas de igapó.

Ressalta-se, ainda, que nenhuma análise foi realizada com o objetivo de avaliar eventuais alterações no uso desses ambientes por espécies que são dependentes sazonais (caso de várias espécies de terra firme).

Por fim, embora os relatórios indiquem que não foram observadas diferenças significativas entre os cenários pré- e pós-enchimento, as comparações se basearam, principalmente, em abundância e diversidade total. Apenas dez espécies (consideradas bioindicadoras) foram alvo de análises individuais, e quando isso foi feito, foi verificada redução da abundância de algumas espécies que são típicas de ambientes alagáveis.

Considerando a maior vulnerabilidade da avifauna de ambientes aluviais às mudanças no ciclo hidrológico, essa comunidade deveria ter sido alvo de análises específicas, considerando (1) as variações espaciais (diferentes ambientes amostrados) e (2) temporais (diferentes períodos amostrados do ciclo hidrológico). Um outro problema é que os métodos utilizados nos programas de monitoramento de aves, aqui analisados, são muito dependentes do observador e têm sido criticados na literatura (KOBELITZ et al. 2017). Alternativas seriam métodos que geram registros verificáveis e que permitem padronização e conferência das identificações, como o monitoramento acústico passivo por meio de gravadores eletrônicos (DEICHMANN et al. 2017).

Sendo assim, entendemos que os resultados apresentados no monitoramento não podem ser considerados suficientes para avaliar com segurança os impactos da redução de vazão na Volta Grande do Xingu sobre a avifauna associada aos ambientes sazonalmente alagáveis e, tampouco, para fazer inferências sobre os possíveis impactos decorrentes da adoção do hidrograma de consenso.

Recomendações

- Aprimoramento do monitoramento atualmente realizado por meio da:
 - (1) Realização de e uma amostragem mais densa (maior número de réplicas espaciais e temporais);
 - (2) Uso de métodos com menor dependência do observador
 - (3) Análise específica dessa comunidade, que reúne espécies com associação ecológica mais restrita aos ambientes alagáveis;
 - (4) Análise da comunidade que é dependente sazonal dos ambientes inundáveis.
- Mapeamento dos ambientes alagáveis presentes na Volta Grande do Xingu, caracterizando a situação anterior à implantação do empreendimento, assim como a atual.
- Levantamento de estimativa da proporção de cada um desses ambientes que será afetada pela implementação do hidrograma de consenso.

3.3 CONSTATAÇÕES SOBRE MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DOS JURUNA (YUDJÁ)

Como os demais povos indígenas amazônicos, os Juruna (Yudjá) são particularmente sensíveis à marcação espaço-temporal da sua existência pelo regime das chuvas, a ele articulando, como se sabe, seu calendário anual. E por esse modo tornando notavelmente distintas, quer dizer, sazonais, as suas próprias atividades produtivas, educativas, lúdicas e político-cerimoniais. Isso dota as culturas indígenas de uma feição interessante: por meio da sazonalidade deliberadamente imprimida às ações humanas, essas culturas se inserem em teias de relações etnoecológicas multiespecíficas, fazendo-se engrenar no que se poderia chamar de máquina cósmica. O uso dessa expressão é importante para se ter em conta a articulação dos ritmos espaço-temporais que caracterizam todas as categorias de seres vivos ao regime das chuvas e à fonte originária da periodicidade a que, segundo entendem esses povos, a vida está subordinada, que são certas constelações celestes e o sol e a lua - essas personificações celestes da periodicidade (ou temporalidade reversível). Não por acaso, um modo muito difundido entre os povos ameríndios de se imaginar o fim do mundo é como a queda do céu.

Tem-se o hábito de caracterizar a sazonalidade dos mundos indígenas amazônicos distinguindo-se unicamente duas estações, segundo o regime das chuvas, mas isso não é suficiente para a descrição de povos canoieiros como os Juruna (Yudjá), cujas práticas tradicionais são predominantemente orientadas pelo regime hidrológico, exigindo a consideração de quatro estações hidrológicas (enchente, cheia, vazante e seca), das quais dependem toda a variedade de habitats que não apenas compõem a paisagem sazonalmente cambiante da Volta Grande do Xingu como condicionam o exercício dos direitos originários desse povo canoieiro.

Consideremos agora mais de perto o que os Juruna (Yudjá) estão vivenciando no momento.

“Os peixes estão pedindo socorro”, disse seu Agostinho Juruna com grande pesar. Ele explicava, na ocasião de uma visita de inspeção do Ministério Público Federal à região da Volta Grande do Xingu, a transformação negativa nas práticas de desova de espécies como a curimatá desde o barramento do rio e formação do reservatório de Belo Monte em 2015. Ele notou que esses peixes passaram a ocupar espaços de pedrais para sua desova. Segundo o patriarca da aldeia, as curimatás não têm entrado nas regiões de igapó das florestas aluviais por terem “perdido sua confiança” nos regimes de cheia e enchente do rio.

Isso tem relação direta com a tecnologia de engenharia da obra e seus processos de liberação e retenção dos volumes de água para a Volta Grande do Xingu, região abaixo da barragem. Desde seu barramento, as águas do Xingu são controladas por comportas que liberam ou retêm os volumes de água, como já mencionado, causando variações diárias totalmente distintas do padrão natural, e que ficam omitidas com a apresentação de médias mensais desses volumes. “Os peixes estão perdidos, o pacu e a tracajá perderam sua fonte de alimentação com o fim das cheias”, continuou explicando Agostinho.

O ano de 2016 é chamado pelos Juruna como “ano do fim do mundo”. Essa consideração catastrófica relaciona-se com uma dramática transformação vivida na Volta Grande do Xingu nunca antes vista por esse povo canoieiro. Uma assustadora mortandade de peixes, espécies encontradas com ovas secas por não terem conseguido desovar, emagrecimento de outras por falta de alimento, diminuição abrupta e brusca dos volumes de cheia, inúmeras tracajás magras e fracas. Essas são apenas algumas referências descritas pelos Juruna (Yudjá) que os fizeram nomear esse ano como “o ano do fim do mundo”. 2016 é um ano que não pode se repetir para a Volta Grande, mostra o monitoramento independente dos Juruna (Yudjá). O estudo destaca que esse ano teve um volume de água maior do que o melhor cenário previsto pelo hidrograma de consenso.

Os Juruna (Yudjá), por meio da realização de seu monitoramento independente, engajam-se com cientistas, de modo semelhante como se engajam com entidades e seres de diversas espécies, para defender a conexão entre seu modo de vida e a Volta Grande do Xingu. De suas vidas e modos de existência e a vida da Volta Grande e das diversas espécies de plantas, animais, ambientes e paisagens que dela dependem e com ela se conectam. Essas relações de conectividades não podem ser ignoradas ou tratadas como questões secundárias dos impactos de Belo Monte. As práticas de conhecimento juruna não podem ser subvertidas ou simplesmente obliteradas por órgãos licenciadores e atores da

sociedade civil ou de setores governamentais. Esses conhecimentos, que normalmente são referidos como “tradicionais” nas peças técnicas documentais que acompanham o licenciamento, a construção e a operação de um empreendimento, não podem ser tratados como argumentos ilustrativos ou cujos conteúdos sejam desqualificados por argumentos de especialistas que assinam cada um desses conjuntos de documentos.

O que os Juruna (Yudjá) mostram ao convocar outros especialistas a comporem os debates sobre as transformações e os impactos de Belo Monte na Volta Grande do Xingu e em suas vidas é a necessidade urgente de que suas práticas de conhecimento sejam consideradas nos processos de tomadas de decisão que afetem suas vidas. A composição a qual nos convidam os Juruna (Yudjá) é fazer valer a premissa de que tomadas de decisão, como as definições dos volumes de água do hidrograma de consenso, devem ser realizadas em espaços públicos de debate, levando em consideração as indagações e as teorias de quem conhece o rio, porque tem o rio correndo em suas veias.

Devemos assim chamar a atenção para a necessidade urgente de medidas de prevenção contra a potência destrutiva do par de hidrogramas previsto sobre a segurança alimentar e a cultura juruna, assim como das demais populações ribeirinhas da Volta Grande do Xingu. Enquanto um povo canoeiro, um povo cujas práticas tradicionais são marcadas por uma profunda conectividade com a paisagem, com os habitats sazonais de migração, alimentação e reprodução de peixes, tracajás e diversas outras espécies de animais, é urgente que o hidrograma seja revisto.

Recomendações

- O hidrograma adotado precisa garantir condições adequadas para a manutenção, transmissão e enriquecimento contínuo das práticas de conhecimento do povo Juruna (Yudjá), e seu reconhecimento como um patrimônio imaterial deste povo, cuja preservação é um benefício para a humanidade como um todo.
- Definir conjuntamente os processos de adaptação que devem ser apoiados nas comunidades locais.
- As condições adequadas para o bem-estar psíquico das pessoas, com o respeito a sua autonomia ontológica, sua autodeterminação e autogovernança, e seu direito a uma perspectiva de futuro nos quadros de sua cultura e de sua dependência aos regimes de periodicidade.
- A permanente abertura para se escutar as pessoas, pois elas estão se sentindo “sem saída” - um sinal inequívoco de que estão vivenciando um estado de opressão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, os Juruna demandam ser consultados, assim como os ribeirinhos e demais indígenas que também moram na Volta Grande do Xingu, “com respeito, transparência, boa-fé e honestidade”, conforme apontado no protocolo de consulta, sempre que propostas de ações possam causar impactos em suas vidas. A quantidade e a qualidade da água que irá correr à Volta Grande do Xingu são assuntos de fundamental interesse desses povos, cujas vidas estão diretamente relacionadas com o pulso e a sazonalidade do rio Xingu e

seus ciclos de enchente-inverno, vazante-verão. Essa não deve ser uma decisão unilateral ou tratada apenas como um item técnico-burocrático do empreendimento, ao contrário, é fundamentalmente uma decisão política se considerarmos a garantia de manutenção dos regimes de existência dos povos da Volta Grande do Xingu.

Está comprovado cientificamente, com base no monitoramento independente realizado pelos Juruna (Yudjá), assim como nos dados levantados nos programas do próprio PBA e pelas constatações de cientistas independentes, como as percorridas ao longo deste artigo, que as vazões do hidrograma proposto no licenciamento inviabilizarão a vida na Volta Grande do Xingu.

Não há condições de que os testes dos próximos seis anos ocorram com base no hidrograma inicialmente proposto, pois apenas se pode testar algo que ainda não tenha nenhum indicativo ou indício de comprovação ou de possível consolidação. A sobrevivência e a manutenção de todo o ecossistema da Volta Grande e dos modos de vida de comunidades não podem ser objetos de testes quando são contundentes e claras as evidências e indicativos de impactos graves e irreversíveis que já ocorrem e estão em curso, mesmo com vazões bem superiores às do hidrograma proposto.

Em respeito ao princípio da precaução, devem ser testados inicialmente modelos de hidrograma conservadores, envolvendo reduções e mudanças mínimas no ambiente, aumentando progressivamente a quantidade de água desviada na medida em que impactos negativos possam ser identificados e mitigados, quando for o caso. Para isso, avaliações periódicas precisarão ser feitas em um espaço independente e com amparo da academia, das populações da Volta Grande e do Governo.

Os Juruna (Yudjá) afirmaram em seminário sobre o hidrograma de consenso realizado em fevereiro de 2019 na cidade de Belém, Pará, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que o monitoramento realizado por eles não é uma ação em si mesma. Nas palavras de Natanael Juruna: “Não estamos aqui monitorando nossa própria morte”. Estão aqui fazendo a nós, membros da comunidade científica, civil, empresarial e estatal, um apelo. Esse apelo é um pedido de socorro como aquele feito pelos peixes, segundo narrou Seu Agostinho. Um apelo em nome da vida e da sua diversidade, que marcam a Volta Grande do Xingu.

É fundamental que o hidrograma de consenso seja revisto e os testes cancelados pelo governo. O processo de revisão deverá ser feito mediante um amplo debate com participação das populações da Volta Grande do Xingu, comunidade científica ampla e pesquisadores independentes de diversas áreas de conhecimento, seguindo minimamente o patamar de recomendações apontadas no decorrer do presente artigo.

5. REFERÊNCIAS

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Parecer técnico nº 114/2009*. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Parecer técnico nº 06*. Brasília, 2010.

- BRASIL, Resolução CONAMA nº357, de 17 de março de 2005. Classificação de águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional. Publicado no D.O.U. 2005.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de águas, Resolução n. 740/2009.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas. Gerência de Regulação de Uso. Nota Técnica nº 129/2009/GEREG/SOF-ANA. Brasília, 2009.
- BRASIL, Eletronorte. *Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental- EIA. Versão preliminar*. 6. v. Brasília: ELETRONORTE, s/d [2002].
- CAMARGO, M., GIARRIZO, T., ISAAC, V. *Review of the geographic distribution of fish fauna of the Xingu River Basin, Brazil*. *Ecotropica* 10, 123–147, 2004.
- CHAVES, K.A. “Agora o rio vive seco - Populações tradicionais, exceção e espoliação em face da instalação de grandes projetos na Volta Grande do Xingu”. Dissertação de Mestrado. Rio Claro, Unesp, 2018.
- COHN-HAFT M., NAKA L.N. FA. *Padrões de distribuição da avifauna da várzea dos rios Solimões-Amazonas*. In: Albernaz A.L. (eds). *Conservação da Várzea: Identificação e Caracterização de Regiões Biogeográficas*. IBAMA/ProVárzea, 2007, Pp 287-324.
- COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.
- DEICHMANN, JL, HERNÁNDEZ-SERNA, A., DELGADO, A., CAMPOS-CERQUEIRA, M., AIDE, M. T. *Soundscape analysis and acoustic monitoring document impacts of natural gas exploration on biodiversity in a tropical forest*. *Ecological Indicators*, 74: 39-48, 2017.
- FÉLIX-SILVA, D. *Ecologia e conservação de Podocnemis unifilis Troschel 1848 (Testudines, Podocnemididae) no Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, PA, Brasil*. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 274p, 2009.
- FITZGERALD, Daniel B. et al. *Diversity and community structure of rapids-dwelling fishes of the Xingu River: Implications for conservation amid large-scale hydroelectric development*. *Biological Conservation*, v. 222, p. 104-112, 2018.
- FUNAI. *Parecer técnico 21: análise do componente indígena dos estudos de impacto ambiental UHE Belo Monte*. Brasília, 2009.
- HAUGAASEN, T., e PERES, C. A. *Vertebrate responses to fruit production in Amazonian flooded and unflooded forests*. *Biodiversity Conservation*, 16(14): 4165-4190, 2007.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Licença Prévia da UHE Belo Monte 342/2010. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php Acesso em: 18/08/2018
- _____. Licença de Instalação da UHE Belo Monte 795/2011. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php Acesso em: 18/08/2018.
- _____. Licença de Operação da UHE Belo Monte 1317/2015. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php. Acesso em: 18/08/2018.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada, Brasília-DF: ICMBio, 2016.
- KOBLITZ, R.V., LIMA, A., MENIN, M., ROJAS-AHUMADA, D., CONDRATI, L. MAGNUSSON, W. E.., *Effect of species-counting protocols and the spatial distribution of effort on rarefaction curves in relation to decision making in environmental-impact assessments*. *Austral Ecology*, 2017.

- LEME, Engenharia. Estudo de Impacto Ambiental – *Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, Capítulo 15: Diagnóstico das Áreas Diretamente Afetada e de Influência Direta – Ecossistema Aquático – Qualidade da Água e Limnologia*, 176p, 2009.
- LIMA, Tânia Stolze. *Um peixe olhou pra mim. O povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- LIMA, Tânia Stolze. 'Yudja', *Povos Indígenas do Brasil*, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2008.
- MOLL, E.O. Effects of habitat alteration on river turtles of tropical Asia with emphasis on sand mining and dams, p37-41. In: J.V. Abbema (ed.) *Proceedings: Conservation, Restoration and Management of Tortoises and Turtles – an International Conference*. 11-16 July 1993. State University of New York, New York, 494p, 1997.
- MOLL, Don; Edward MOLL. *The ecology, exploitation and conservation of river turtles*. Oxford University Press (on Demand), 2004.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: Steward, J. (ed.) *Handbook of South American Indians, III: The Tropical Forest Tribes*. Washington, Smithsonian Institute, p. 213-243, 1948.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Fragmentos de religião e tradição dos índios Sipáia: contribuições ao conhecimento das tribos de índios da região do Xingu, Brasil Central*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed.; São Paulo: Cortez, n. 7, p.3-47, jul. 1981.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e indigenismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- NORTE ENERGIA. *11º Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes*. Brasília, Fevereiro, 2017.
- NORTE ENERGIA. *15º Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes*. Brasília, Fevereiro, 2019.
- PEZZUTI, Juarez; CARNEIRO, Cristiane; GARZÓN, Biviany Rojas e MANTOVANELLI, Thais. *Xingu, o rio que pulsa em nós - Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu*. Altamira, ISA-Instituto Socioambiental, 2018.
- REMSEN J V., Parker III TA. *Contribution of River-Created Habitats to Bird Species Richness in Amazonia*. *Biotropica* 15(3):223, 1983.
- RODRIGUES, Sérgio. *Neotectônica e sedimentação quaternária na região da Volta Grande do Xingu*. São Paulo, IGUSP, 1993.
- SABAJ PÉREZ, M.H., 2015. *Where the Xingu bends and will soon break*. *American Scientist*, 103, 395–403.
- SORRIBAS, M. V., PAIVA, R.C.D., MELACK, J.M., BRAVO, J.M., JONES, C., CARVALHO, L., BEIGHLEY, E., FORSBERG, B., COSTA, M.H., 2016. *Projections of climate change effects on discharge and inundation in the Amazon basin*. *Climatic Change* 136, 555-570, doi: [10.1007/s10584-016-1640-2](https://doi.org/10.1007/s10584-016-1640-2).
- THOM, G., et al. (2018) *Phenotypic and Genetic Structure Support Gene Flow Generating Gene Tree Discordances in an Amazonian Floodplain Endemic Species*. *SystematicBiology*, 67(4):700–718.

VALE, M. M., COHN-HAFT, M., BERGEN, S., PIMM, S. L. *Effects of future infrastructure development on threat status and occurrence of Amazonian birds*. *Conservation Biology* 22(4):1006–1015, 2008.

WINEMILLER, K.O., MCINTYRE, P.B., CASTELLO, L., FLUET-CHOUINARD, E., GIARRIZZO, T., NAM, S., BAIRD, I.G., DARWALL, W., LUJAN, N.K., HARRISON, I., STIASSNY, M.L.J., SILVANO, R.A.M., FITZGERALD, D.B., PELICICE, F.M., AGOSTINHO, A.A., GOMES, L.C., ALBERT, J.S., BARAN, E., PETRERE, M., ZARFL, C., MULLIGAN, M., SULLIVAN, J.P., ARANTES, C.C., SOUSA, L.M., KONING, A.A., HOEINGHAUS, D.J., SABAJ PÉREZ, M.H., LUNDBERG, J.G., ARMBRUSTER, J., THIEME, M.L., PETRY, P., ZUANON, J., TORRENTE VILARA, G., SNOEKS, J., Ou, C., RAINBOTH, W., PAVANELLI, C.S., AKAMA, A., Van SOESBERGEN, A., SÁENZ, L. *Balancing hydropower and biodiversity in the Amazon, Congo, and Mekong*. *Science* 351, 128–129, 2016.

ZARFL, C., LUMSDON, A.E., BERLEKAMP, J., TYDECKS, L., TOCKNER, K. *A global boom in hydropower dam construction*. *Aquatic Sciences*, 77, 161–170, 2015.

ZUANON, J. *História natural da ictiofauna de corredeiras do rio Xingu, na região de Altamira, Pará*. In Instituto de Biologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 1999.

MPF

Ministério Público Federal

Seu direito, nosso dever.